A VIDA COTIDIANA

O BRASIL NO TEMPO DE DOM PEDRO II

•

FRÉDÉRIC MAURO

O século XIX é marcado pelo signo da transformação e do progresso. No Brasil, assiste-se ao amadurecimento de uma nação que aos poucos se forma e constantemente se reforma. A Independência altera as instituições políticas e o Império traz novas modalidades de convivência social. Forja-se um projeto de nacionalidade, que pretende introduzir o país no elenco das nações "civilizadas". A imprensa, a moda, a arquitetura e o urbanismo encarregam-se de estabelecer os vínculos culturais entre nossas elites e aquelas de Paris e Londres, implantando assim formas "modernas" de ser, pensar e sentir. Nem tudo, porém, passa pelo crivo desse progresso efervescente. Ao manter o sistema de produção econômica do período colonial, o Brasil também conserva os traços característicos de uma sociedade dividida entre senhores e escravos. Em conseqüência, o novo alia-se ao antigo e as mudanças acabam sendo necessariamente parciais e restritas. A rua do Ouvidor, com suas lojas elegantes e suas sorveterias e cafés, convive, por exemplo, com o largo do Paço, onde todos os dias os escravos

O Brasil no tempo de dom Pedro II

Coleção "A vida cotidiana"

Paris no tempo do Rei Sol — Jacques Wilhelm
A Itália no tempo de Maquiavel — Paul Larivaille
A República de Weimar (1919-1933) — Lionel Richard
A Holanda no tempo de Rembrandt — Paul Zumthor
No tempo dos cavaleiros da Távola Redonda — Michel Pastoureau
O faroeste (1860-1890) — Claude Fohlen
O Egito no tempo de Ramsés — Pierre Montet
A Rússia durante a Revolução de Outubro — Jean Marabini
Berlim no tempo de Hitler — Jean Marabini
Índios e jesuítas no tempo das Missões — Maxime Haubert
Os deuses gregos — Giulia Sissa e Marcel Detienne
Os homens da Bíblia — André Chouraqui
No mundo do jazz — François Billard
Os astecas na véspera da conquista espanhola — Jacques Soustelle
Roma no apogeu do Império — Jérôme Carcopino
O Brasil no tempo de dom Pedro II (1831-1889) — Frédéric Mauro

A sair:

Viena no tempo de Mozart e de Schubert — Marcel Brion
Os bordéis franceses (1830-1930) — Laure Abler

Frédéric Mauro

O Brasil no tempo de dom Pedro II

1831-1889

COMPANHIA DAS LETRAS
CÍRCULO DO LIVRO

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Mauro, Frédéric.
O Brasil no tempo de dom Pedro II: 1831 — 1889 / Frédéric Mauro; tradução Tomás Rosa Bueno. — São Paulo: Companhia das Letras: Círculo do Livro, 1991. — (A vida cotidiana)

Contém caderno de fotos e 1 mapa
ISBN 85-7164-178-1

1. Brasil - Condições sociais - Império, 1882-1889 2. Brasil - Política e governo - 1822-1889 3. Brasil - Usos e costumes - século XIX 4. Pedro II, imperador do Brasil, 1825-1891 I. Título. II. Série.

CDD-981.04
-320.98104
-390.098104
91-0723

Índices para catálogo sistemático:
1. Brasil: história social: Século XIX 981.04
2. Brasil: costumes: século XIX 390.098104
3. Brasil: vida social: século XIX 390.098104
4. Império, 1822-1889: Brasil: política 320.98104
5. Século XIX: Brasil: história social 981.04

EDITORA SCHWARCZ LTDA.
Rua Tupi, 522
01233 São Paulo, SP
Tel.: (011) 826-1822
Fax.: (011) 826-5523

CÍRCULO DO LIVRO S.A.
Caixa postal 7413
01051 São Paulo, Brasil

Edição integral
Título do original: "La vie quotidienne au Brésil au temps de Pedro Segundo"
Copyright © 1980 Librairie Hachette
Tradução: Tomás Rosa Bueno
Preparação de originais e revisão de provas: Círculo do Livro
Capa: Ettore Bottini sobre "Igreja da Glória vista de Santa Teresa" (c. 1862-5), óleo sobre tela de Henri-Nicolas Vinet, extraído de "Pinturas e pintores do Rio antigo" (Companhia das Letras); layout de Natanael Longo de Oliveira sobre foto de Marc Ferrez (Círculo do Livro)
Ilustrações do caderno de fotos extraídas de "Pinturas e pintores do Rio antigo" (de Paulo Berger, Herculano Gomes Mathias e Donato Mello Júnior, Rio de Janeiro, 1990), "História da caricatura no Brasil" (de Herman Lima, Rio de Janeiro, José Olympio, 1963), "A casa do Pinhal" (editado por Margarida Cintra Gordinho, São Paulo [Marca d'Água], 1985) e "O Rio antigo do fotógrafo Marc Ferrez" (de Gilberto Ferrez, 3ª ed., São Paulo, Ex Libris, 1989).

Licença editorial por cortesia de Éditions Hachette

Composto, impresso e encadernado pelo Círculo do Livro S.A.

2 4 6 8 10 9 7 5 3 1

92 94 95 93 91

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 9

CAPÍTULO I
O primeiro choque, ou a beleza do Rio de Janeiro 13
Uma cidade insalubre — Nas ruas — As casas e a decoração — Jardins e passeios — Igrejas e conventos

CAPÍTULO II
Antropologia divertida do carioca 33
O branco, o negro, o índio — A alimentação — O dia dos brasileiros — As roupas — O mundo dos negócios — Festividades públicas... — ... e festas particulares — No teatro — A vida religiosa

CAPÍTULO III
Viagem a uma fazenda de café 57
A mão-de-obra — Os habitantes da fazenda — O dia na fazenda — Escravos e feitores — O padre e o doutor — Outras personagens

CAPÍTULO IV
Um francês na zona pioneira 83
Alexandre Brethel, jovem bretão — Encontro com os índios — Alexandre Brethel, proprietário de fazenda — Os trabalhos dos campos — Brethel e os seus escravos — O trem

CAPÍTULO V
Tradição e Mudança no Nordeste 107
Vista geral de Recife — Nas ruas de Recife — Bahia — Imagens da Bahia — Vida cotidiana e hábitos urbanos

CAPÍTULO VI
São Paulo, Modesta ainda e já agitada 129
Um pouco de história — Os estudantes — Evolução dos costumes — A igreja — Os progressos da urbanização — Escolas e hospitais — A revolução agrícola... — ... e as suas duas conseqüências para a cidade — Os estrangeiros

CAPÍTULO VII
O sexo frágil 161
Um regime patriarcal — Influência européia — Uma evolução muito lenta — A vida mundana — As mulheres de Recife — As mulheres de São Paulo

CAPÍTULO VIII
A vida cotidiana na corte do Rio de Janeiro 183
O imperador — Com o conde d'Eu — Salões — A vida social após a Guerra do Paraguai — As mudanças

CAPÍTULO IX
A Guarda Nacional, a Escola de Minas e o Jornal das Famílias 207
A Guarda Nacional — A Escola de Minas — Os jornais

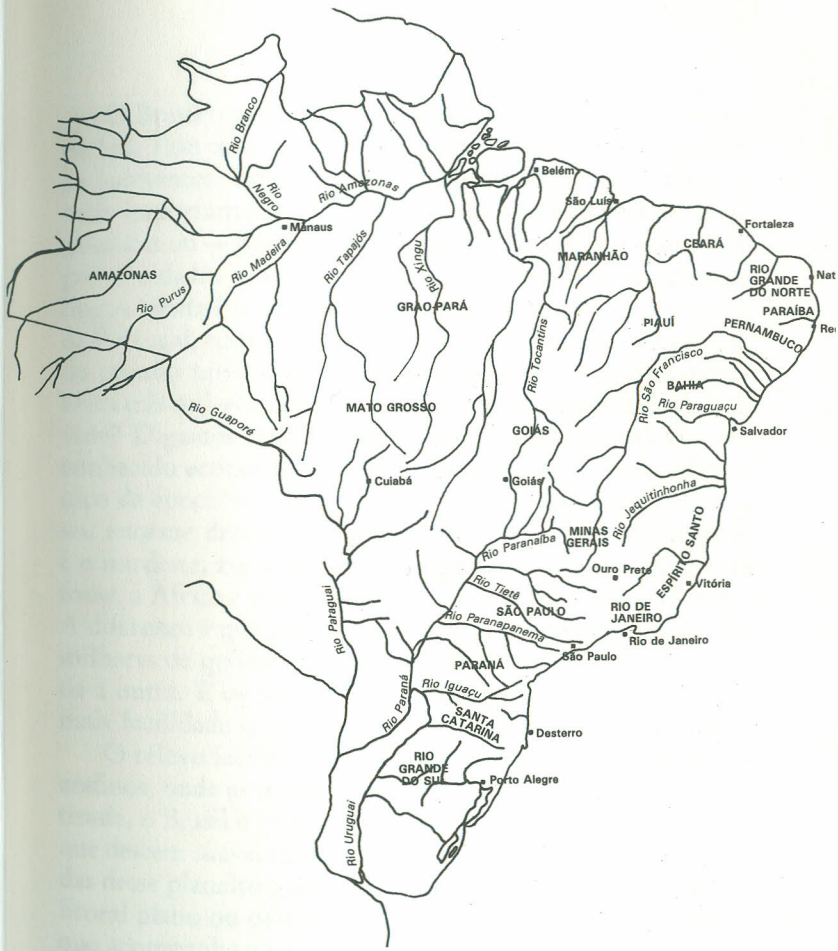
CAPÍTULO X
As vítimas 231
Prostituição e alcoolismo — Doenças e epidemias — A luta contra a doença — Suprimindo a escravidão — A história de Cândida

CONCLUSÃO 253

NOTAS 257

O AUTOR E SUA OBRA 263

IMPÉRIO DO BRASIL (1882-1889)



INTRODUÇÃO

O Brasil representa, em superfície, a metade da América do Sul. Tem uma população superior a cento e dez milhões de habitantes. Estradas asfaltadas ligam as suas cidades, e as mais importantes — Rio e São Paulo — são metrópoles gigantescas ou — Recife, Belo Horizonte, Salvador e Porto Alegre — cidades muito grandes para os padrões europeus. A língua falada é o português, mas um português diferente do de Portugal, com uma personalidade própria cujo sabor vem do mundo novo surgido dos trópicos. O Brasil de hoje fabrica três mil veículos por dia. Desenvolvido? Subdesenvolvido? Digamos que se parece um pouco, nas palavras do conhecido economista Celso Furtado, com o império britânico da época vitoriana: a Inglaterra é o sul do país, com o seu enorme desenvolvimento industrial e agrícola; a Índia é o nordeste, zona de denso povoamento onde se morre de fome; a África é a Amazônia, em grande parte ainda virgem. A diferença é que todas essas partes não estão separadas por milhares de quilômetros de rotas marítimas, mas uma colada à outra. E os nordestinos desempregados invadem com mais facilidade o sul do país que os indianos a Inglaterra.

O relevo facilita as migrações. Ao contrário dos estados andinos, onde as montanhas chegam a seis mil metros de altitude, o Brasil é quase plano, formado por vastos planaltos que descem suavemente em direção ao oeste. No leste, as bordas desse planalto formam cornijas a pouca distância de um litoral plano ou dele separadas por uma cadeia montanhosa que acompanha a costa. O conjunto é maciço, pouco recortado, apesar de ter algumas baías esplêndidas, tais como a do Rio de Janeiro e a de Salvador. Os rios também facilitam a penetração. Quando não existiam estradas nem rotas aéreas, a bacia do Amazonas, a do São Francisco, a do Prata e outras menores permitiam atingir todas as grandes regiões

do Brasil. Ainda hoje os rios facilitam consideravelmente o transporte dos produtos de maior peso. Brasília foi construída no ponto de confluência das bacias desses três grandes rios.

O Brasil foi "descoberto", por assim dizer, pelos portugueses em 1500. O nome do país vem de uma madeira conhecida nas Índias Orientais, usada para tingir, que aqui foi encontrada. Essa madeira foi o primeiro produto da nova colônia. Em meados do século XVI, porém, os colonos voltaram-se para o cultivo da cana-de-açúcar, que logo se torna a grande riqueza dos portugueses, devido à decadência do comércio de especiarias do Oriente. Tudo isso despertou a inveja dos holandeses, que ocuparam uma parte do nordeste, em torno de Recife, entre 1630 e 1654. Expulsos pelos portugueses, foram instalar-se nas Antilhas, onde ingleses e franceses já cultivavam a cana. Essa concorrência arruinou a economia açucareira brasileira, e Portugal estava tentando voltar-se para outras atividades quando, nos últimos anos do século XVII, aventureiros de São Paulo — os bandeirantes —, que há muito procuravam ouro no interior do país, encontraram-no ao norte do Rio de Janeiro, na região que seria chamada de "Minas Gerais" e que faria a fortuna de Portugal e do Brasil. Esse foi o "ciclo do ouro", que sucedeu ao "ciclo do açúcar" e teve o seu apogeu por volta de 1750-1760. Depois disso a produção começou a declinar, o mesmo acontecendo também com a produção de diamantes, que haviam sido descobertos um pouco mais ao norte — donde a cidade de Diamantina —, e mais tarde igualmente a produção de ouro das regiões mais ocidentais como Goiás ou Mato Grosso, verdadeiro faroeste na fronteira dos mundos amazônico e andino. Após 1760, procurou-se compensar a falta de ganhos auríferos com a diversificação da agricultura e o desenvolvimento da criação de gado. A zona mineira, com a sua necessidade de produtos alimentares e manufaturados, criou diversas correntes de intercâmbio, não somente com a Europa, mas também com o resto do país. Tais correntes foram mantidas ou transformadas. As estradas de tropeiros se multiplicaram por todo o imenso subcontinente.

Um acontecimento europeu viria a modificar profundamente o destino do Brasil. Em 1807, os exércitos de Napoleão I invadiram Portugal. O príncipe regente, o futuro dom João VI, refugiou-se com a família no Rio de Janeiro, que se tornou a sua capital em janeiro de 1808. A cidade já era a capital do Brasil desde 1763, sucedendo a Salvador na função. Em 1822, seu filho Pedro proclamou a independência do Brasil e fez-se coroar imperador com o nome de dom Pedro I. Em 1831, porém, abdicou para regressar a Portugal, onde teve um importante papel na evolução interior da pequena metrópole abalada pela perda da sua colônia mais rica. Foi sucedido pelo filho, que tomou o nome de dom Pedro II. Este tinha apenas cinco anos, e foi assistido por um conselho de regência até 1840. Foi nesse ano que, sem esperar pela maioridade, para sair das dificuldades da regência, dom Pedro II assumiu o poder aos catorze anos de idade. Ele ficaria no trono até a proclamação da república, em 1889.

Ora, foi durante esse reinado — de 1831 a 1889 — que se desenvolveu, ao redor do Rio de Janeiro e no vale do Paraíba, que liga o Rio a São Paulo, a cultura do café baseada, tal como a cana e o ouro, no trabalho escravo. Trata-se de uma nova riqueza para o Brasil. Mas em 1850, sob pressão da Inglaterra, o tráfico de escravos foi abolido. Os escravos tornaram-se cada vez mais caros e, a partir de 1870, começou a haver, na província de São Paulo, o desenvolvimento do trabalho livre dos imigrantes europeus nas novas fazendas. Esse novo ciclo do café, que corresponde à Primeira República — a República Velha —, segue-se ao primeiro, o do Rio de Janeiro, na prosperidade brasileira. Depois, a partir da Primeira Guerra Mundial, e sobretudo depois da Segunda, veio a industrialização que conhecemos hoje.

Dom Pedro II marcou profundamente o Brasil. Soberano esclarecido, fez uso das facilidades que lhe dava a constituição para exercer o papel de poder moderador entre as diferentes forças políticas e sociais que compartilhavam o país: o poder legislativo, o executivo, os grupos parlamentares, os interesses regionais. Fez do Rio de Janeiro uma cidade moderna. Desenvolveu contatos artísticos, literários e científicos com a Europa. Após o impulso romântico, que terminou por volta de 1875, assistiu-se ao florescimento do pensamento positivista, sob a influência do francês Auguste Comte e

do inglês Spencer. A política humanitária do imperador levou à abolição progressiva da escravidão, que se completou em 1888. Essa foi uma das razões da queda do Império.

Não se trata de descrever aqui, em trezentas páginas, a vida cotidiana, ou seja, os costumes ou, segundo os antropólogos, a "cultura implícita" do Brasil inteiro durante todo o reinado de dom Pedro II. Vamos colocar-nos principalmente no Rio, e os nossos capítulos sobre as demais cidades nos permitirão ver nelas as diferenças que as separam da capital. Mas não nos esqueceremos da vida rural. Por outro lado, vamos limitar-nos, no tempo, ao período de 1850 a 1880, que corresponde ao triunfo da política imperial. Isso não nos impedirá, contudo, de dar alguns saltos para trás ou para a frente.

CAPÍTULO I

O PRIMEIRO CHOQUE, OU A BELEZA DO RIO DE JANEIRO

Após uma travessia às vezes cheia de emoções e sempre bastante pitoresca, o viajante europeu que chega à entrada da baía do Rio de Janeiro fica impressionado com a sua beleza.

"Quando, depois de dobrar o Cabo Frio, entramos naquele mar interior formado pela baía do Rio de Janeiro, assistimos ao desenrolar de um espetáculo tão sedutor pela harmonia dos detalhes quanto imponente pelas proporções do cenário. No fundo a serra dos Órgãos desenha os seus picos agudos, e das suas últimas ramificações se lança um gigante de granito que parece guardar a baía. Uma atmosfera faiscante de luz e de uma serenidade indizível permite que o olho siga ao longe as ondulações das pequenas montanhas isoladas, das florestas e de todos os acidentes da paisagem. As águas calmas refletem essas magnificências, e só são perturbadas pela quilha do vapor ou pela aparição repentina de um monstro marinho que deixa entrever seu dorso úmido. Oásis de verdor elevam-se por toda a parte, proporcionando os contrastes mais graciosos, desde o rochedo, que parece brincar com as ondas, até a ilha do Governador, de duas léguas de extensão. No fundo do imenso circo repousa, meio oculta pelas palmeiras das colinas, a capital do Império, Rio de Janeiro."

Adolphe d'Assier, o autor desse texto[1], não foi o único a pasmar-se de admiração. Por sua vez, alguns anos antes[2], Charles Expilly escrevia:

"Não existe viajante algum que, tendo visto o Brasil, não fale com admiração do magnífico espetáculo proporciona-

do pela baía do Rio. Essa baía, ainda mais vasta que a de Constantinopla, pois não tem menos de cinco léguas de extensão por três quartos de milha de largura, é defendida por rochas graníticas de efeito grandioso; poderia com certeza conter todas as frotas do mundo sem que houvesse amontoamento.

"Quando se entra na baía, após os sofrimentos e privações da longa travessia, fica-se deliciosamente comovido com o esplendor do panorama que se estende diante dos olhos. À esquerda, à direita, em todas as direções, uma multidão de ilhas e ilhotas parece balançar sobre as ondas; suas linhas verdejantes se destacam com vigor do fundo claro de um céu sempre azul. . .

"Para onde quer que se dirijam os olhos, encontram-se colinas de formas arredondadas[3] e carregadas de uma rica vegetação. Até mesmo as fendas das rochas são fecundadas por essa natureza exuberante e oferecem o espetáculo de um verdor eterno. Devo eu falar ainda desse ar fresco do mar, dessa brisa de bálsamo que vem das florestas, desses ruídos suaves que murmuram os maciços das ilhas e desses cantos ingênuos dos negros que sulcam as águas em frágeis embarcações? É então que, realmente, diante dessas magnificências, sentimos bem que saímos do velho mundo e nos encontramos na presença de uma terra jovem. . . "

Uma cidade insalubre

A seguir, o tom dos dois viajantes fica diferente. Expilly se desencanta um pouco ao aproximar-se da cidade.

"Esse amontoado de campanários dourados, de torres, de tetos, de cúpulas sem caráter sério é sem dúvida atraente, mas não encanta o olhar. A moldura é bela demais, resplandecente demais, para que a tela tenha o seu efeito."[4]

Mas a decepção fica ainda maior quando ele se aproxima da margem:

"Que decepção, meu Deus, quando se sai do ancoradouro! Antes de mais nada, o que foi que aconteceu às belas flores que certas narrativas entusiastas apontam entre as areias da beira-mar? Não avistamos nem as pervincas, nem as ipoméias que sorriam tão agradavelmente ao senhor Ferdinand Denis.[5] Talvez a febre amarela as tenha devorado. Mas descobrimos muitas outras coisas que não impressionaram o inteligente turista: em primeiro lugar, a ausência de qualquer desembarcadouro para receber o viajante e para ocultar aos olhos deste, ainda ofuscados pelo quadro opulento da baía, a cor enegrecida de um solo calcinado. Escadas rotas, podres, onde o pé resvala, ligam o mar à terra firme. Ao mesmo tempo que o olho se entristece com essa pobreza não esperada, o olfato é desagradavelmente afetado por um odor nauseabundo, penetrante, que o assalta com violência. Os perfumes da baía não são tão suaves quanto esse odor é infecto. Pergunta-se sem querer se a peste assola a cidade, mas no mesmo instante tem-se a explicação de tal corrupção atmosférica; ela é proporcionada pelos negros que se dirigem para a praia carregando um barril sobre a cabeça. Esses barris trazem à lembrança os tonéis impuros do senhor Domange.

"As casas do Rio, construídas em terreno úmido, não têm fossas. Todos os detritos domésticos são atirados de qualquer maneira em barris que de noite os escravos despejam no mar. Dá para adivinhar a natureza das emanações que exalam esses barris durante o dia, em meio aos terríveis calores que reinam no lugar. Por volta das seis, uma interminável procissão desemboca de todas as ruas e dirige-se para a praia. É o Rio de Janeiro começando o seu tratamento de limpeza, que entretanto não consegue livrá-lo inteiramente da infecção que enche as suas casas. Esses negros carregando o barril tradicional que os franceses chamam de 'barrete' são como o símbolo da cidade. . .

"Não é inútil declarar que um dos nossos companheiros, tocado pela sina dos habitantes do Rio, inventou um sistema de fossas móveis que tende a suprimir esse foco pestilento e permanente. Mas a inovação não teve o sucesso previsto. Estimulada por algumas personagens elevadas, ela fracassou diante do espírito rotineiro das classes inferiores. O brasileiro, como o português, está habituado a esse horrível

odor; não se incomoda com ele, e além do mais o barril é mais barato que a fossa móvel. . .

"Nos dias de tempestade, o trabalho do escravo é menos penoso; ele se contenta em despejar na rua o conteúdo dos barris; a água leva ou deixa no caminho o que lhe foi entregue. . .

"O ponto da praia onde diariamente são feitos os despejos é próximo do palácio do imperador do Brasil. Alguém que esteja à janela não pode deixar de ver os horrorosos 'barretes' que vão e vêm ao cair a tarde, e cujo odor se faz sentir até o fundo dos aposentos. As casas vizinhas são infectadas por ele. O hotel Pharoux, entre outros, fica inabitável quando o vento vindo do mar joga sobre a cidade essas abomináveis emanações. Acrescentemos que o palácio está quase sempre deserto. O imperador só se instala nele por ocasião das festas nacionais ou das solenidades religiosas ou políticas. Sua majestade fica quase o ano inteiro nas residências de São Cristóvão e de Petrópolis. . . "[6]

Essas impressões são de 1860. Em 1883, a senhora Toussaint Samson escrevia:

"As margens da baía [do Rio] não passam de um vaso infecto, em que toda espécie de detrito apodrece espalhando emanações nauseabundas. Essa foi a primeira desilusão. As praias, que de longe nos pareciam tão belas e perfumadas, eram o receptáculo das imundícies da cidade. Posteriormente, ela foi saneada por esgotos".[7]

Nesse ínterim, portanto, operou-se um progresso no tocante à higiene da cidade. Talvez seja por isso que, em 1867, Adolphe d'Assier tenha calado sobre essa tara de cidade grande. Mas ele assinalou outras mais graves:

"Não obstante a febre amarela, que há alguns anos aqui fixou domicílio, o Rio de Janeiro é hoje a primeira cidade da América do Sul, pelo seu comércio e população. . . Como em todas as outras cidades dos trópicos, as ruas são estreitas, e o importante é expor-se o menos possível ao sol.

Disso resultam às vezes alguns inconvenientes graves: no solstício de verão, quando avalanches de água se abatem sobre a cidade, as ruas viram torrentes e os andares térreos são amiúde invadidos. Por mais que essa água pluvial esteja longe de ser fria, mesmo assim é preciso cuidado com ela. Um alemão que teve a fantasia de banhar-se no riacho que uma tromba d'água improvisara diante da sua porta, e que antes de trocar a roupa foi a uma venda para contar as emoções que lhe recordavam a sua verde Germânia, sentiu-se tomado de calafrios na noite seguinte e expirou no outro dia nas garras da febre amarela.

"Todos os esforços feitos para sanear a cidade restringirão as cifras da mortalidade? Não ouso ter muitas esperanças. O cinturão de montanhas que rodeia a cidade forma uma espécie de funil no fundo do qual a ação do sol se soma às úmidas emanações da terra e do oceano. Além disso, desde que a febre amarela fez uma visita à costa oriental, remaneceram germes pestilenciais que, segundo dizem os velhos habitantes, não existiam antes da chegada dessa terrível doença e que causam aterradores estragos entre os recém-chegados. Eu citaria antes de mais nada a tísica pulmonar, que sozinha leva um quinto dos doentes, segundo um levantamento feito nos hospitais do Rio. O contingente mais forte é fornecido pelas pessoas de vinte a trinta anos, especialmente entre os portugueses. A emigração explica, aliás, esse fenômeno. É com essa idade que se sai do próprio país para buscar a fortuna em outra parte, e é Portugal que envia mais emigrantes para o Brasil. Alguns médicos atribuem a predominância dessa doença à pressão exercida pelo fígado sobre os pulmões. Todo o mundo sabe que essa víscera adquire um tamanho enorme sob a influência dos climas quentes e úmidos. Sem rejeitar essa explicação, acho que é preciso procurar a causa principal sobretudo nas imprudências que demasiado amiúde os estrangeiros cometem ao cair da tarde. As primeiras horas da noite são terríveis nos trópicos. Com o céu sempre estrelado, o solo se esfria rápido e dos quarenta graus o termômetro cai às vezes para dez. Os eflúvios perdidos na atmosfera recaem rapidamente e vêm envenenar o imprudente que os aspirar. . . "[8]

Esse viajante ignorava ainda as causas exatas da tuberculose, em especial a insuficiência de proteína na alimentação. No tocante à febre amarela, ele se mostrava mais otimista. Ela não passava, disse ele, de um acidente, por volta de 1865. Em cada três doentes, costumava haver apenas uma vítima, em geral pertencente à classe operária. Segundo ele, a falta de limpeza, a má alimentação e as imprudências dos trabalhadores eram a explicação para isso. A febre atacava de preferência os europeus, sobretudo os portugueses, e grassava principalmente entre os jovens de quinze a trinta anos. A mortalidade das mulheres não era mais que um décimo da dos homens. O pequeno número de mulheres imigrantes e a vida sedentária das brasileiras explicariam essa cifra. O mês mais terrível era março, seja, segundo ele, porque a atmosfera não era mais purificada pelas descargas elétricas que, nos meses precedentes, sulcavam o ar todos os dias, seja porque os miasmas que trazia consigo a estação chuvosa atingiam então o seu mais alto desenvolvimento. Nosso viajante observou também que a febre só se manifestava nas cidades do litoral, e que poupava os negros. O cólera, ao contrário, que alguns confundiam com a febre amarela, aparecia indiferentemente no litoral e no interior, e atacava de preferência os negros.

"Ao partir para as terras austrais, vi na ponte do navio apenas jovens de rosto vigoroso, de sangue rico, ardores poderosos; ao voltar para a Europa, encontrei sobretudo mulheres vestidas de negro: viúvas. Elas contaram-me os seus infortúnios. Pneumonias agudas, febres malignas, enterites violentas, a que se seguiram resfriamentos bruscos ou insolações imprudentes, tal foi o balanço que me apresentaram. Todos os maridos eram operários, e é difícil para essas boas pessoas lembrar-se, no ardor do trabalho, de que estão em uma latitude ingrata para o artesão. Essa mortalidade contrasta penosamente com a inalterável saúde dos pacatos fazendeiros, que, nas suas opulentas moradas, não têm nada a temer, nem a chuva, nem o sol, nem o cansaço."[9]

Quando, no século XVIII, a descoberta do ouro fez a riqueza da região de Minas Gerais, o Rio tornou-se o destino natural de toda essa riqueza, o porto pelo qual uma boa parte dela passava para a Europa. Essa importância econômica foi reconhecida pelo vice-rei, que em 1763 transferiu a capital de Salvador para o Rio. Quando o príncipe regente de Portugal fugiu dos exércitos de Napoleão, foi no Rio que ele se instalou em 1808, e a cidade, transformada em Corte real, ascendeu à condição de Corte imperial em 1822, quando o príncipe dom Pedro se proclamou imperador com o nome de dom Pedro I. A partir da década de 1830 a riqueza do ouro, em declínio desde 1750, foi substituída pela do café. Este era cultivado sobretudo no vale do Paraíba, que liga as regiões de Rio e São Paulo. O Rio de Janeiro tornou-se o destino desse produto de exportação que chegava no lombo de mulas e, a partir de 1855-1860, pela ferrovia. Os produtores de café tinham no Rio os seus representantes, que tratavam em seu nome com os exportadores de café, os importadores de produtos manufaturados e de escravos, e outros comerciantes. É verdade que o tráfico de escravos foi abolido em 1850, mas a escravidão subsistiu no interior do Brasil, e os capitais liberados pelo fim do tráfico foram investidos em outras atividades, em especial nas ferrovias. Podemos agora entrar na cidade por volta de 1860 e vê-la vivendo na febre de uma intensa atividade econômica.

Nas ruas

O Largo do Paço, onde se erguia o palácio do imperador, observa Expilly, era uma praça ampla, mas de uma sujeira inaudita. Ainda hoje pode-se admirar o palácio imperial, mas sucessivos aterros afastaram a beira-mar da praça que a bordejava.[10] Um vice-rei fez com que nela fosse erguida a fonte de mestre Valentim, ou fonte da Pirâmide, pois tem a forma de uma torre encimada por uma pirâmide retangular. Uma inscrição latina celebra o mérito do governador que a fez edificar:

Esse viajante ignorava ainda as causas exatas da tuberculose, em especial a insuficiência de proteína na alimentação. No tocante à febre amarela, ele se mostrava mais otimista. Ela não passava, disse ele, de um acidente, por volta de 1865. Em cada três doentes, costumava haver apenas uma vítima, em geral pertencente à classe operária. Segundo ele, a falta de limpeza, a má alimentação e as imprudências dos trabalhadores eram a explicação para isso. A febre atacava de preferência os europeus, sobretudo os portugueses, e grassava principalmente entre os jovens de quinze a trinta anos. A mortalidade das mulheres não era mais que um décimo da dos homens. O pequeno número de mulheres imigrantes e a vida sedentária das brasileiras explicariam essa cifra. O mês mais terrível era março, seja, segundo ele, porque a atmosfera não era mais purificada pelas descargas elétricas que, nos meses precedentes, sulcavam o ar todos os dias, seja porque os miasmas que trazia consigo a estação chuvosa atingiam então o seu mais alto desenvolvimento. Nosso viajante observou também que a febre só se manifestava nas cidades do litoral, e que poupava os negros. O cólera, ao contrário, que alguns confundiam com a febre amarela, aparecia indiferentemente no litoral e no interior, e atacava de preferência os negros.

"Ao partir para as terras austrais, vi na ponte do navio apenas jovens de rosto vigoroso, de sangue rico, ardores poderosos; ao voltar para a Europa, encontrei sobretudo mulheres vestidas de negro: viúvas. Elas contaram-me os seus infortúnios. Pneumonias agudas, febres malignas, enterites violentas, a que se seguiram resfriamentos bruscos ou insolações imprudentes, tal foi o balanço que me apresentaram. Todos os maridos eram operários, e é difícil para essas boas pessoas lembrar-se, no ardor do trabalho, de que estão em uma latitude ingrata para o artesão. Essa mortalidade contrasta penosamente com a inalterável saúde dos pacatos fazendeiros, que, nas suas opulentas moradas, não têm nada a temer, nem a chuva, nem o sol, nem o cansaço."[9]

Quando, no século XVIII, a descoberta do ouro fez a riqueza da região de Minas Gerais, o Rio tornou-se o destino natural de toda essa riqueza, o porto pelo qual uma boa parte dela passava para a Europa. Essa importância econômica foi reconhecida pelo vice-rei, que em 1763 transferiu a capital de Salvador para o Rio. Quando o príncipe regente de Portugal fugiu dos exércitos de Napoleão, foi no Rio que ele se instalou em 1808, e a cidade, transformada em Corte real, ascendeu à condição de Corte imperial em 1822, quando o príncipe dom Pedro se proclamou imperador com o nome de dom Pedro I. A partir da década de 1830 a riqueza do ouro, em declínio desde 1750, foi substituída pela do café. Este era cultivado sobretudo no vale do Paraíba, que liga as regiões de Rio e São Paulo. O Rio de Janeiro tornou-se o destino desse produto de exportação que chegava no lombo de mulas e, a partir de 1855-1860, pela ferrovia. Os produtores de café tinham no Rio os seus representantes, que tratavam em seu nome com os exportadores de café, os importadores de produtos manufaturados e de escravos, e outros comerciantes. É verdade que o tráfico de escravos foi abolido em 1850, mas a escravidão subsistiu no interior do Brasil, e os capitais liberados pelo fim do tráfico foram investidos em outras atividades, em especial nas ferrovias. Podemos agora entrar na cidade por volta de 1860 e vê-la vivendo na febre de uma intensa atividade econômica.

Nas ruas

O Largo do Paço, onde se erguia o palácio do imperador, observa Expilly, era uma praça ampla, mas de uma sujeira inaudita. Ainda hoje pode-se admirar o palácio imperial, mas sucessivos aterros afastaram a beira-mar da praça que a bordejava.[10] Um vice-rei fez com que nela fosse erguida a fonte de mestre Valentim, ou fonte da Pirâmide, pois tem a forma de uma torre encimada por uma pirâmide retangular. Uma inscrição latina celebra o mérito do governador que a fez edificar:

ENQUANTO FEBO COM SEUS CARROS DE FOGO QUEIMA OS POVOS, VASCONCELLOS, COM AS ÁGUAS DA CIDADE, ALIVIA A SEDE.

"Por trás de um pedaço de muro que foi deixado em pé, não consigo adivinhar por que se amontoam negros maltrapilhos e cobertos de bichos. Sem respeito pelos demais e por si mesmos, eles fazem ali as suas necessidades, à maneira de macacos mal-educados.

"Os nossos compatriotas, com a rudeza gaulesa que descende em linha direta da vigorosa franqueza dos latinos, desbatizaram o Largo do Paço e deram-lhe um nome que lembra demais as procissões de barris. Por consideração aos nossos leitores, emprestaremos à língua inglesa, que todavia é tão pudica, a qualificação que os franceses dão a essa praça; eles a chamam de *largo aux chamber-pots...* *

"A Rua Direita[11], onde ficavam outrora os prédios da alfândega, é ocupada pelos cambistas e pelos grandes negociantes. Aí se encontra o círculo dos estrangeiros, que recebe os principais jornais da Europa e da América. É nessa rua que mora o Tortoni do Rio, o italiano Franzioni.

"O senhor Ferdinand Denis repete timidamente a afirmação de um velho brasileiro a respeito dos sorvetes que são hoje consumidos no Rio. Podemos garantir-lhe que visitamos muitas vezes o estabelecimento de Franzioni, que tomamos muitos sorvetes de laranja, de limão, de banana, mas que nos foi impossível achar sorvetes de baunilha, coisa estranha!, no país que produz a baunilha. O sorveteiro disse-nos que a Europa açambarca tal produto, e que um sorvete de baunilha custaria muito mais caro no Rio que em Paris.

"Além disso, os brasileiros, que há alguns anos não teriam posto os pés em um café, estão agora aprendendo o caminho da casa de Franzioni. Ali me encontrei com famílias inteiras, e as senhoras, tão hábeis na arte de confeccionar geléias, parecem apreciar, como eméritas gastrônomas, os sorvetes europeus. Essa voga permitiu que Franzioni acumulasse uma bela fortuna; antes que eu saísse do Rio ele acabara de

* *Largo dos penicos. (N. do T.)*

comprar, diz-se, todos os terrenos que formam o morro de Santo Antônio. Que ele arrase o morro, portanto, e terá prestado um eminente serviço à capital do Brasil!"[12]

O calçamento da Rua Direita era detestável. Por ela cruzavam-se, sucessivamente, as ruas do Ouvidor, do Rosário, do Hospício, da Alfândega e São Pedro, que se encontravam no mesmo estado.[13] Em geral as ruas não eram pavimentadas. As que o eram estavam semeadas de buracos e de rachaduras, e podiam ser bastante perigosas. Em vez de ser abaulado como na Europa, o calçamento descia a partir de cada lado das casas, com um único canal, verdadeiro esgoto. Saindo da Rua do Hospício, onde se encontrava a chancelaria do consulado francês, e seguindo uma rua paralela à Rua Direita, chegava-se a uma praça imensa, com quatro vezes a extensão da do Carrousel. Desde a Independência, ela era chamada de Campo da Aclamação. É ali que se encontrava o Senado, o Museu de História Natural, o quartel da cavalaria, a Igreja de Santana e o teatro provisório. As vizinhanças da praça eram infestadas por um odor acre que apertava a garganta e, às vezes, fazia arder os olhos. Pois o Campo da Aclamação, após ter sido um matadouro em 1828, ficou sendo o "Montfaucon* e o depósito central de todo o lixo do Rio". É assim, diz-nos Expilly[14], que isso era feito:

"Trace uma linha imaginária que divida a praça em quatro quadrados idênticos; sobre um dos quadrados ergue-se um mastro onde flutua uma bandeira negra. Esse sinal produz imediatamente o seu efeito. Logo que o vêem, os moradores das vizinhanças não tardam a mandar os seus escravos levarem para o pé do poste as imundícies de toda espécie que um domicílio contém: cadáveres de cães e de burros, louça quebrada, gatos mortos, pratos velhos, chapéus e vestimentas fora de uso, todas as coisas sem nome, como os barris e as águas servidas domésticas, marcam aqui um encontro fraterno.

"As contribuições diárias formam camadas sucessivas que são niveladas de tempos a tempos, e quando o monte de li-

* *Local das execuções nos arredores de Paris. (N. do T.)*

xo atinge um certo nível a bandeira é fincada em outro quadrado. Recomeça então a mesma operação. Tal é o modo, original talvez, mas, com certeza, muito pouco higiênico, que se emprega aqui para elevar o terreno... O Rio de Janeiro está construído sobre um solo tão úmido que se encontra água cavando apenas com a unha do dedo..."

Isso, no entanto, representava um grande progresso, pois o grande sociólogo brasileiro Gilberto Freyre explica-nos que a partir do início do século XIX a rua deixou de ser o canal de escoamento das águas servidas das casas que dão para ela.[15] Mas vamos examinar um pouco a fisionomia de cada uma dessas ruas.

A Rua dos Ourives, paralela à Rua Direita, era precisamente onde se trabalhava o ouro. Encontravam-se nela muitos comerciantes alemães, franceses ou suíços, mas Paris já tinha um grande prestígio, e era de lá que chegavam sempre a mercadoria mais bela, o objeto de luxo, a obra-prima. A rua cortava também as ruas do Ouvidor, do Hospício, do Rosário, da Alfândega, do Sabão, etc., que eram, lembremo-nos, perpendiculares à praia da baía da Guanabara.

A Rua do Ouvidor era a mais famosa. Era ocupada quase que exclusivamente por comerciantes franceses. Nela se encontravam damas de pouca virtude que muitas vezes tinham a mesma origem, e era possível beber nos cafés ou tomar sorvete nas sorveterias. Era a rua onde se ia passear, conversar com os amigos. Era o salão ao ar livre, o ponto de encontro dos intelectuais.

A Rua do Rosário era especialmente ocupada por comerciantes de comestíveis, cujas lojas eram muito sortidas. Aqui encontravam-se o vinho do Porto, os presuntos de Lisboa e as lingüiças muito salgadas que, segundo Expilly, quase causaram um conflito entre o Brasil e Portugal. Afirmou-se que os charcuteiros portugueses empregavam, na fabricação dos seus produtos, carnes em más condições e até mesmo de cães e de outros animais "imundos". Havia fábricas estabelecidas no Porto e em outras cidades. A metrópole comoveu-se com essa acusação lançada oficialmente e transmitida pelos jornais contra uma das principais indústrias do país. Os brasileiros recusavam-se a continuar deixando-se envenenar, e

Portugal "via-se a ponto de ficar desonrado perante os povos civilizados, sem contar o imenso dano que lhe causaria a exclusão desse importante ramo do seu comércio". Entretanto, foram dadas explicações, e as partes acabaram se entendendo. A "guerra das lingüiças" abortou. Mas o afluxo de produtos alimentícios sujeitava a Rua do Rosário a uma invasão permanente de enormes ratos.

As ruas do Hospício, do Sabão, da Alfândega e do Senhor dos Passos eram, segundo Expilly, o centro da galantaria brasileira. Era nelas, de acordo com ele, que se instalavam as senhoras das ilhas que vinham fazer fortuna no Rio. "Elas são vistas, quando o grande calor se abate, debruçadas nas janelas, com uma rosa nos cabelos, outra na mão, sorrindo para os senhores moços que passam." Essas cabanas, acrescenta, que não tinham mais de um andar e muitas vezes apenas o térreo; essas cabanas, de onde exalava um forte cheiro de lavanda queimada, eram bem dignas, com efeito, de servir de asilo a criaturas tão repugnantes. A seguir ele diz:

"Passei amiúde por essas ruas que estão no meu caminho para ir à Cidade Nova. Pois bem! Declaro não ter jamais percebido, por trás das persianas verdes das casas ou nas janelas, um único pretexto para remorsos agudos. A feiúra do rosto delas é tão impressionante quanto a sujeira de toda a sua pessoa. Ao ver essas cortesãs degeneradas entende-se o gosto dos brasileiros pelas mulheres de cor, e sobretudo pelas negras. Há uma ou outra negra mina, repitamo-lo mais uma vez, que seria considerada bela na Europa, até mesmo em Paris".[16]

A Rua da Quitanda, paralela à Rua Direita, era reservada às operações comerciais portuguesas. Viam-se nela os patrões, vestidos com um casaco redondo e trazendo um charuto preso na orelha, e os seus caixeiros, vivos e petulantes, mas sujos. Uns e outros dedicavam-se ao comércio de telas, tecidos e sedas. Os portugueses, inferiores aos ingleses e aos franceses nos grandes negócios, tinham a reputação de sair-se melhor que eles no pequeno comércio varejista. Os pequenos caixeiros vindos da Europa, que não custavam quase nada para o patrão, tornavam-se logo eficazes e "rentáveis".

Alguns, contudo, iam longe demais, roubando e chegando até a arruinar o patrão para em seguida estabelecer-se ao lado dele. Mas o ex-patrão não os acusava, e contentava-se com reconhecer a sua habilidade, chegando até mesmo a oferecer-lhes os seus serviços. Os caixeiros honestos acabavam acumulando um pequeno capital, associando-se então entre si para abrir uma loja, a não ser que passassem simplesmente a assumir os negócios do patrão.

Quanto à Rua São Bento, era o grande entreposto dos cafés de onde partiam os negros minas, atletas robustos que faziam o serviço dos depósitos do porto.

A iluminação das ruas era relativamente bem-feita. Em 1858 havia ainda algumas centenas de velhos lampiões de pavio de óleo que soltavam fumaça e crepitavam. Mas o gás invadiu quase tudo: os teatros (desde 1850), os edifícios públicos, as lojas, as ruas. O barão de Mauá, grande homem de negócios, criou uma companhia de gás. Os transportes eram de diversos tipos. Além do cavalo e até da mula, usados ainda para trazer mercadorias do campo, os ricos serviam-se dos mesmos veículos que na Europa: tipóia, caleça ou tílburi. Quando se era mais modesto, podia-se recorrer ao serviço das gôndolas. Estas eram pequenos ônibus, a respeito das quais o poeta escreveu:

> "Gôndolas que navegando
> Na Veneza do Catete
> Vão centos d'homens levando".

As casas e a decoração

Sobre as casas estamos mais bem informados. Geralmente de madeira, elas tinham apenas o andar térreo, pelo menos até 1850. Eram úmidas e infestadas de insetos. Algumas possuíam uma galeria gradeada, uma espécie de balcão aberto que avançava sobre a via pública, ao gosto espanhol. A esse respeito, podemos opor a verve irônica de Expilly às observações mais profundas de Gilberto Freyre. Ouçamos antes Expilly:

"As construções modernas, e elas abundam em certos bairros, são de pedra — uma pedra que é extraída todos os dias das pedreiras vizinhas. Cômodas, sólidas, de interior bem distribuído, todas elas oferecem ao exterior o mesmo caráter insignificante. Como são construídas segundo um modelo único, temos o direito de dizer que encontramos por toda parte a mesma casa; é a uniforme cabana do castor. Os rolinhos de mau gosto que as sobrecarregam dão-lhes uma certa parecença com os bolos servidos nas mesas de doces: dá para acreditar que foram construídas por confeiteiros.

"Faltando um termo para definir o novo gênero adotado no Brasil, chamaremos essa arquitetura de macarrônica.

"Essas construções baixas, o mais amiúde de um só andar, que abundam nas cidades da América do Sul, lembram-nos as palavras atribuídas ao filho do presidente Lopez, do Paraguai, ao voltar de uma viagem à Europa:

" 'O que foi que você viu de mais notável em Paris?', perguntou-lhe um amigo.

" 'Casas de cinco andares', respondeu o filho do presidente.

"Se eu acrescentar que as casas do Rio, em vez de serem ladeadas por tubos de zinco, de chapa ou mesmo de argila cozida ao sol para servir de passagem às águas pluviais, não têm outro condutor — quando têm um — além de pérfidas calhas, será possível fazer uma idéia da triste sina daqueles cujos negócios os obrigam a atravessar a rua nos momentos de temporal. Os infelizes, ao receberem na cabeça espantosas chuveiradas, não se podem impedir de classificar com irreverência a imprevisão da edilidade brasileira."[17]

Já Gilberto Freyre acha que após 1850, com a economia do café, as casas do Rio tornaram-se mais suntuosas que as da Bahia ou do Recife. Ele nos dá até mesmo o corte de um sobrado patriarcal urbano, pertencente a um rico comerciante ou fazendeiro. Essa casa comportava um pavimento térreo e seis andares. No térreo estavam os depósitos de mercadorias, no primeiro estavam os escritórios, no segundo o salão onde as damas recebiam, no terceiro o dormitório, no quarto a sala de jantar, no quinto a cozinha e no sexto o aloja-

mento dos escravos. O sobrado ficava isolado da rua. Isso valia ainda mais para os subúrbios e as zonas semi-urbanizadas, onde a casa era rodeada de um jardim fechado por um muro ou por grades. Nesse caso ela costumava ter apenas um andar, com um pátio no centro e amplas janelas salientes a cada lado da entrada principal. Alguns desses sobrados eram verdadeiros palácios, como o do barão de Itambi, que dava para a praia do Botafogo. A sua planta era bastante complexa. O primeiro andar tinha seis dormitórios, um salão de jogos, uma sala de música, uma sala de costura, um salão de festas e duas outras salas. A galeria que rodeava a escada estava mobiliada com quatro pequenos sofás, cada um deles no centro de uma parede. Era aqui que se recebiam às vezes as visitas íntimas. O teto de estuque era abobadado, com um olho de boi no centro e quatro medalhões em afresco representando quatro homens de Estado brasileiros, um em cada canto. A sala amarela, por exemplo, assim chamada por ter móveis e cortinas de seda amarela, era pouco usada. O lustre e os castiçais eram de bronze. O tapete era um Aubusson, como em todas as demais salas do mesmo andar, com exceção do salão de festas, onde o piso era aparente, para as danças. As salas contíguas à amarela eram uma verde, outra azul. Esta última era chamada de sala do piano, para distingui-la da sala azul do andar térreo. Era usada quase todos os dias. A baronesa costumava costurar no sofá de seda azul, perto da janela, durante as aulas de piano das filhas. Nessa sala havia um sofá chinês incrustado de nácar, uma cadeira para dois chamada de "conversadeira" e, além do piano, uma harpa. No centro da sala verde havia um sofá redondo de seda verde, cujo eixo era muito alto e carregado de ornamentos. No salão de jogos os móveis eram de carvalho esculpido, e consistiam em duas mesas de jogo, um sofá de couro, um bufê e diversas cadeiras de couro. Esse salão só era usado como passagem para ir à sala do piano. A alcova era coberta de seda; nela poderia ser erguido um altar. O salão de festas servia, todas as quintas-feiras, para banquetes políticos. Geralmente, a família fazia as suas refeições no salão de jantar do andar térreo, que dava para o jardim. Após o jantar, todos se reuniam na sala azul ou, mais raramente, no salão de bilhar. Este tinha, em um canto, um estrado com cadeiras, que permitia melhor acompanhar as partidas. Quando o tempo estava bom, ficava-se no jardim, perto da porta aberta, por onde eram tiradas as cadeiras do salão de bilhar. O vestíbulo era pavimentado com mármore branco e preto, e até uma certa altura os muros eram revestidos como o chão. Quatro ou cinco degraus iam de lado a lado. Depois começava a escada de madeira, que se dividia em duas na parte superior, diante da porta do salão de festas. Na cocheira havia um cupê, um landau, uma vitória e uma caleça, ou "vis-à-vis". Na estrebaria havia dois cavalos, comprados por quinhentas libras esterlinas na Argentina, e duas mulas para a noite ou para os casos de mau tempo.

Na maior parte das casas de bom nível, o luxo era bem menos aparente. O conjunto dava amiúde a impressão de ser austero, com grandes móveis de jacarandá, madeira brasileira muito bonita mas um pouco escura. Resquício da influência patriarcal do campo, a hierarquia familiar era encontrada até mesmo na disposição das cadeiras. Em torno à mesa do jantar havia cadeiras para o chefe da casa e para as pessoas que pudessem visitá-lo. Para os outros, tamboretes ou banquinhos. Às vezes, comia-se no chão, em esteiras. Só nas casas mais requintadas todos podiam sentar-se em cadeiras — a do patriarca, na cabeceira da mesa, era sempre maior, com apoios para os braços, como um trono. Nas salas, o mobiliário era tradicionalmente disposto segundo uma rígida hierarquia: o sofá no meio, uma poltrona de cada lado e em seguida as cadeiras. De vez em quando havia uma mesa com um grande candelabro. Nas casas mais ricas havia lustres. Essa maneira de colocar os móveis "hierarquicamente" persistiu durante todo o século XIX. Ao contrário, um hábito ainda vivo no início do século parece já ter desaparecido por volta de 1850: o de pintar o jacarandá de branco ou de cores vivas. Depois se decorava o encosto das cadeiras com rendas presas por fitas azuis ou vermelhas.

Nos dormitórios as camas continuavam sendo imponentes, com um quê de sagrado, às vezes com travesseiros e almofadas da índia ou da China, e lençóis geralmente limpos e convidativos. Essas camas eram de jacarandá, de vinháti-

co, conduru ou pau-santo. Também nesse caso, porém, imperava a herança do sistema patriarcal. As madeiras nobres só eram usadas para mobiliar as casas nobres. Alguns desses móveis eram fabricados no Brasil. Outros eram feitos com madeiras brasileiras mas na Europa, por artistas de renome.

O mosquiteiro era indispensável. Mas era preciso levar em conta também as pulgas, os percevejos e até mesmo as baratas, que o viajante Biard, em 1860, viu no seu quarto de hotel, e que desapareciam assim que se acendia a luz. Meninos escravos com abanadores eram encarregados de espantar as moscas do rosto dos senhores. Queimavam-se ervas nos cômodos para afastar os insetos.

Por volta de 1850, muitas casas particulares do Rio tinham apenas um andar. O térreo era ao mesmo tempo cocheira para as carruagens e estrebaria para os cavalos e as mulas. No primeiro andar estavam a sala, os quartos, a cozinha. Entre a cocheira e a estrebaria se estendia um pátio, muitas vezes em forma de U, como em Andaluzia, e ainda hoje em Minas. Em algumas casas, um rico jardim era prolongado por terraços que subiam até o cimo das colinas, decorados com azulejos, graciosas figuras de porcelana e jarros. Foi nessa época que se tentou aclimatar — muitas vezes com êxito — diversas plantas européias. Mas as casas propriamente ditas continuavam fechadas para o ar e o sol. Não se conheciam muito as virtudes anti-sépticas deste último. E eram mal ventiladas; construídas segundo o modelo português, eram pouco adaptadas aos trópicos. As dos estrangeiros, ao contrário, construídas nas alturas, eram mais saudáveis, pois estavam mais expostas ao vento e ao sol.

O luxo não queria dizer, necessariamente, conforto. Não havia, é claro, água corrente nas casas. Só se encontravam alguns raros estabelecimentos de banhos e lavanderias para a roupa. "Uma casa pequena na baía, duas empresas particulares na cidade e só. Não há nem banhos, nem lavanderia pública", escreveu Charles Ribeyrolles em seu *Brésil pittoresque*. E acrescentou:

"Essas negligências um pouco portuguesas demais, essas infecções que não arredam pé, esse desprezo insalubre pela

água lustral são ainda mais graves porque o Rio carece de ar. Nos morros entravam a ventilação da terra e do mar. Ela só chega por lufadas, nesta planície baixa sobre a qual o raio tropical e os seus reflexos ardentes convergem como em uma fornalha. Às vezes, nos tórridos calores do verão, a cidade fica em fermentação, e até o negro procura abrigo".

Jardins e passeios

Além disso a cidade tinha poucas árvores, mesmo nas praças, onde ficariam bem, com exceção do bairro dos Borbonos, isto é, nas ruas que ficam perto do jardim público. Mas esse *passeio público* não se parece em nada com os parques ingleses ou franceses.

"Quase nunca há ninguém no jardim público. No domingo, das quatro às dez, os que não têm chácaras em São Cristóvão ou no Botafogo vão até lá para procurar alguns brilhos de cobre militar e as brisas da tarde; durante a semana, porém, os visitantes são raros, e o terraço fica deserto. As pessoas gostam mais de mostrar-se nas janelas, nos balcões ou nas portas. Existem até mesmo aquelas que fazem sala na estufa, entre as velas e o piano."[18]

Os verdadeiros passeios da cidade estavam nos morros; mas eram duras as subidas para o Castelo, a Glória ou Santa Teresa. Havia muitos outros lugares agradáveis, mas eram afastados demais: entre estes estavam as grotas da Tijuca, onde a cascata cantava, Boa Viagem, em Niterói, o Saco da Jurujuba — canal estreito por trás do qual se ocultava, em meio aos picos, um dos ninhos da baía —, a ponta do Caju, Boa Vista de São Cristóvão, residência imperial e, entre todos, o Jardim Botânico, perdido nas lagunas de São João de Freitas, atrás do Botafogo, e que já possuía a magnífica álea de palmeiras imperiais que até hoje está lá.

Restam as igrejas e conventos, os únicos monumentos dignos do Rio, que lhe davam um pouco de ar e de espaço. "No Brasil", disse Charles Ribeyrolles, "há apenas uma igreja, a igreja 'barrominicana', que chamaríamos de igreja barroca". No Rio, tratava-se de um barroco da decoração, do plano, da própria estrutura do edifício, ao contrário do que era encontrado em Minas, ainda inteiramente clássico, quadrangular. Cada uma das oito paróquias da cidade tinha uma igreja, às vezes várias, sem contar as capelas. A estas é preciso somar os conventos e os hospitais, especialmente a Santa Casa de Misericórdia, ao mesmo tempo clínica, hospício, asilo e orfanato. Havia também um hospital psiquiátrico, um hospital da marinha e a gafaria, para os leprosos. Ribeyrolles, falando de um barco que atravessava a baía, escreveu:

"Esse pequeno vapor... é o esquife da febre amarela, que faz as suas rondas e faz frete de marujos para o hospital de Jurujuba. Este não pertence à Misericórdia. É uma obra profana, servida pela ciência (diretor, Paulo Cândido) e patrocinada pelo governo. Todo marujo deve-lhe continência..."[19]

Quanto à Misericórdia, Ribeyrolles lamenta a autoridade exclusiva que nela exerciam as irmãs de São Vicente de Paulo. Elas faziam o que queriam. "Não há", escreveu ele, "nem dignidade para os médicos, nem garantias para os doentes, vivendo assim sob o capricho, e isso causa escândalo, mesmo no Rio."

Voltemos aos conventos e igrejas. Deixemos de lado a pequena Igreja de São Francisco, perto de Niterói, que data do século XVI: o padre Anchieta, que juntamente com o padre Nóbrega foi o primeiro missionário jesuíta a pôr os pés no Brasil, visitou-a. Na cidade propriamente dita, vejamos antes de mais nada, debruçados no morro de Santo Antônio, o convento franciscano de Santo Antônio e a igreja contígua, de São Francisco da Penitência, ambas do século XVII. A igreja era a mais rica do Rio, e sem dúvida uma das mais

ricas do Brasil. O interior era inteiramente ornado por esculturas de madeira recobertas com folhas de ouro. Durante o reinado de dom Pedro II surgiu o hábito de se enterrarem no convento os mortos da família imperial, além dos irmãos franciscanos. Na Rua do Ouvidor encontrava-se a Igreja da Lapa dos Mercadores, conhecida também pelo nome de Nossa Senhora dos Mascates [20]. No fim da rua, em uma praça, estava a Igreja de São Francisco de Paulo, construída no século XVIII, onde o altar-mor e um altar auxiliar eram obra de mestre Valentim. Na Rua do Rosário, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito é uma das numerosas igrejas construídas por negros e consagradas a Nossa Senhora do Rosário e aos santos negros, são Benedito (que não deve ser confundido com o são Bento de monte Cassino), santo Elesbão, santa Ifigênia e santa Rita. Nela estava a sede da confraria dos Irmãos Negros do Rosário. A Igreja de Nossa Senhora da Conceição e da Boa Morte acabou de ser construída em 1835, e possuía duas confrarias, a de Nossa Senhora da Conceição dos Mulatos e a de Nossa Senhora da Boa Morte, que se fundiram em 1820. Outra igreja bastante nova era a do Santo Sacramento, na Rua do Hospício, terminada em 1820. Na Rua da Alfândega, estava a Igreja de Nossa Senhora Mãe dos Homens. Na Praça do Palácio, os visitantes encontravam a catedral, ex-Igreja do Carmo, e, ao lado, a capela da Ordem Terceira do Carmo. Não muito distante, na esquina das ruas Direita e do Ouvidor, estava a de Santa Cruz dos Militares que, inaugurada em 1811 no lugar de uma antiga capela, seria reconstruída em 1870. No final da Rua Direita, uma igreja em construção: a Candelária, a maior de toda a cidade. A pequena capela do século XVII fora fortemente danificada pelo saque do Rio pelas tropas de Duguay-Trouin em 1711. Reconstruída a partir de 1775, o corpo principal foi terminado em 1811. A cúpula, porém, só seria erguida entre 1874 e 1877, e o conjunto só foi completado em 1898. Tal como o de São Francisco, o Mosteiro de São Bento foi construído, em 1633-1641, em um morro que dominava a praia, a norte do porto. A capela "possui uma decoração interior que só é igualada pela da Igreja de São Francisco, na Bahia; as esculturas de madeira recobertas por folhas de ouro escurecidas pelo tempo cobrem literalmente

todas as paredes, todos os altares laterais e o altar-mor; é o triunfo do barroco".[21] No outro lado da cidade, perto da Rua São José, a Igreja de São José acabaria de ser construída em 1842. Ainda mais para o sul, a pequena Igreja de Santa Luzia datava do século XVIII: tinha três altares, um dos quais dedicado a Santo Elói, patrono dos ourives. Perto dela estavam a Santa Casa de Misericórdia e a Igreja da Misericórdia ou do Bom Sucesso. Ambas foram reconstruídas, a última no início do século e a Santa Casa em 1840. Finalmente, dominando a praia, no extremo sudoeste, no morro da Glória, a pequena Igreja de Nossa Senhora do Outeiro da Glória, construída no século XVIII, era a única do Rio de Janeiro cujo plano elíptico constituía uma verdadeira estrutura barroca. O bairro do Flamengo, que se estendia aos seus pés, ficou importante desde que dom João VI se instalou no Palácio de São Cristóvão. Foi nesse bairro que começaram a ser construídas as residências dos diplomatas estrangeiros, particularmente dos ingleses. Mais longe, o Botafogo onde vimos a edificação da suntuosa moradia do barão de Itambi, começava também a povoar-se.[22] Foi lá que dom Pedro II fez construir para a sua filha Isabel e o genro, o conde d'Eu, o Palácio Guanabara. A estrada que ligava os dois bairros, o "caminho velho" (no século XX, Rua Senador Vergueiro) foi duplicada em 1825 pelo "caminho novo" (que é hoje a Rua Marquês de Abrantes).

Assim, portanto, era a cidade do Rio de Janeiro, a bela. Mas o viajante atencioso que decidir ficar por aqui algum tempo poderá ainda descobrir muitas coisas apaixonantes ou divertidas, tal como veremos a seguir.

CAPÍTULO II

ANTROPOLOGIA DIVERTIDA DO CARIOCA

O branco, o negro, o índio

Na praia do Flamengo erguia-se, até o século XVIII, uma casa de pedra — *carioca,* na linguagem indígena — a qual não se sabe nem quando nem por quem foi construída. De modo bastante curioso, ela deu o seu nome a um rio, depois à cadeia de montanhas onde tal rio nascia e finalmente aos habitantes do Rio.

Esse carioca tinha diversos rostos. Podia ser branco, e os brancos eram muitos no Rio: crioulos, ou seja, nascidos no Brasil, ou portugueses nascidos em Portugal, ou estrangeiros de todos os países, mas sobretudo ingleses ou franceses. Alguns moravam permanentemente na cidade: comerciantes ou artesãos, profissionais liberais e uma parte do clero. Os grandes negócios tinham muitos estrangeiros, pois, às vésperas da independência, praticamente não havia negociantes crioulos. Em compensação, os crioulos povoavam as administrações alta e média, a justiça, as finanças e as grandes instituições criadas por dom João VI e seus sucessores: academia de letras, jardim botânico, teatro, etc. Uma recente categoria de portugueses era formada pelos açorianos imigrados a partir do século XVIII, sobretudo para o sul do Brasil; alguns deles, porém, ficavam no Rio.

Contrastando com os brancos estavam os negros nascidos na África ou no Brasil. A partir de 1850, com a abolição efetiva do tráfico, a primeira categoria diminuiu rapidamente. A maior parte dos negros eram escravos, ainda que nas cidades a alforria fosse bastante freqüente. Em geral, esses negros pertenciam a duas grandes áreas culturais da África:

a das civilizações sudanesas — aquilo que chamamos hoje de África ocidental — e a das civilizações bantu — a nossa África central e equatorial. O pequeno número de negros vindos de Moçambique pode ser ligado a esta última. Havia entre os dois grupos algumas diferenças bem marcadas. Os sudaneses eram grandes, orgulhosos, muito influenciados pelo Islã. Eram antes de mais nada criadores de gado. Pelos padrões europeus, eram homens e mulheres muito belos. Os bantu eram mais miúdos, menos belos para o nosso gosto, porém mais dóceis, mais trabalhadores, mais dotados para a agricultura. Esses escravos representavam, sem dúvida, a elite da África, pois os compraram, ou a seus ancestrais, muito amiúde os negreiros de reis negros que os mantinham como prisioneiros de guerra. Muitas vezes os conflitos eram guerras de sucessão, de modo que esses prisioneiros podiam ser filhos de reis. No Brasil, era preciso distinguir os escravos domésticos, relativamente felizes — as escravas serviam amiúde para saciar as paixões sexuais dos senhores — e que eram às vezes alugados por seus senhores a empresas ou a outros particulares, dos escravos dos campos (café, açúcar, algodão), cujo trabalho era muito mais duro, fazendo com que muitos deles morressem jovens. Com uma freqüência cada vez maior, o fazendeiro que não morasse longe demais do Rio acabava tendo na cidade uma residência, mesmo que fosse apenas um local de pouso, com alguns escravos.

Entre os negros e os brancos havia os numerosos mulatos — tanto aqueles em que as partes de sangue branco e negro eram iguais como também todos aqueles em que a proporção era diferente. Em geral, eles ocupavam profissões intermediárias entre o trabalho manual e os quadros superiores: pequeno comércio, artesanato, técnicas agrícolas ou industriais, empregos inferiores da administração. Eram muito bem adaptados ao clima, à "ecologia" brasileira. Segundo um dito famoso, o Brasil é o purgatório dos brancos, o inferno dos negros e o paraíso dos mulatos.

Quanto aos índios, poucos havia em estado puro, sobretudo no Rio. Em geral, eles se misturaram aos brancos, dando origem aos mestiços, aqueles que no interior eram chamados de caboclos; algumas vezes, também, eles se uniram aos negros, dando origem aos "cafuzos", que, de maneira

bastante injusta, não são considerados muito mimados pela natureza.

Ao contrário do que foi escrito algumas vezes, no Brasil há preconceito racial, embora de modo algum esse preconceito seja o mesmo que existe nos países colonizados pelos países da Europa do norte. Por um lado, não existe aquela hostilidade absoluta aos casamentos mistos que é encontrada nos Estados Unidos: o que se deseja evitar, antes de mais nada, é o contraste violento demais, e o sociólogo Roger Bastide lembrava outrora que quando se via, em uma rua do Rio — e isso pode ter sido verdade no século XIX — um homem muito loiro com uma mulher muito negra, pensava-se logo que o homem era um marinheiro norte-americano. Mas é fácil que um branco se case com uma mulata clara, e que uma mulata escura se case com um negro. Por outro lado, a oposição racial se confunde com a oposição social, e quanto mais se é rico, mais se é branco. Tais atitudes eram ainda mais claras no século XIX que no século XX, pois a Europa continuava sendo vista como o modelo, e o brasileiro branco fazia questão de ser considerado europeu. Para ele, o sangue negro era uma espécie de sujeira que precisava ser lavada. Isso explica em parte o culto que, em compensação, se manifestava em relação ao índio. Na tradição européia do "bom selvagem" da Renascença, o índio encarnava uma América regeneradora, com cujo contato era criado um novo povo, alimentado por uma natureza jovem e luxuriante, e que deveria assumir o lugar da velha Europa. Tratava-se do mito indianista da escola romântica brasileira, que em 1850 conservava ainda todo o seu vigor. Foi nessa época que o romancista José de Alencar, em *O sertanejo,* mostrou o índio bom a serviço do seu bom senhor: era a época dos bons sentimentos.

A alimentação

Os cariocas tinham de comer. Essa alimentação apresentava diferenças de acordo com os diversos grupos étnicos.

Tratava-se, nesse caso, da oposição entre os hábitos culinários locais e a cozinha européia. Um português escreveu:

"Os europeus não conseguem acostumar o paladar ou o estômago à diversidade econômica dos alimentos que os deixam doentes e os repugnam, como por exemplo o costumeiro prato de carne-seca de Minas com feijão preto e farinha de mandioca, tudo isso cozido e amassado com os dedos, que são lambidos no fim. Essa hostilidade à cozinha local era ainda mais forte entre os estrangeiros".[1]

A oposição entre essas duas cozinhas existia tanto no plano dos alimentos simples como no das técnicas culinárias, e para estudar essas diferenças é bastante interessante examinar os anúncios publicitários da *Gazeta do Rio de Janeiro*. Esse trabalho foi feito pela historiadora Beatriz Nizza da Silva, para o período entre 1808 e 1821. Podemos, porém, considerar que por volta de 1850 as coisas ainda não haviam mudado muito. Os leitores da gazeta são informados da venda de "sementes de nabos suecos, amarelos, vermelhos, brancos e de outras qualidades ainda, bem como de couve e de toda espécie de sementes de Portugal, como por exemplo de coentro, couve, couve de folhas largas, brócolis, cebolas, espinafre, chicória, alface e acelga". Também são citadas as avelãs e as tâmaras, fruta nova neste país de palmeiras que dão coco.

Quanto às técnicas culinárias européias, os italianos já haviam conquistado uma reputação bastante boa. Um deles anunciava salsichões, lingüiças e chouriços, preparados com a maior limpeza e segundo as regras, à maneira italiana. Outro fazia uma grande publicidade para o seu pão de luxo, francês, italiano ou espanhol, "amassado com uma máquina inventada recentemente, sem mão-de-obra negra para infectar a massa com o suor que soltam quando amassam". Alguns autores, porém, defendiam a tradição culinária local. As *Memórias históricas do Rio de Janeiro*, de Pizarro e Araújo, faziam a apologia da farinha de mandioca, que não era, ao contrário da de trigo, estragada pelos insetos, sem contar que servia para fazer tapioca e um doce chamado "carimã". O autor faz também o elogio da banana, alimento dos pobres,

da jaboticaba, que se parece com uma grande cereja negra, e da goiaba, cuja pasta, preparada por confeiteiros, serve de guarnição para as sobremesas, mas que pode também ser bebida em suco ou servir de remédio. Outros autores citam ainda numerosas outras frutas, cuja lista acabaria cansando o leitor. Todas são de origem local.

Como o europeu não sabe tirar partido da produção local, ele reclama dos altos preços dos víveres. "Pela primeira vez, pude comer uvas, pelas quais paguei dois mil e quatrocentos réis por libra." O abastecimento talvez não fosse dos melhores, pelo menos em certos períodos, o que parece ser provado pelos testemunhos que reunimos a esse respeito. No tocante à carne, a de boi, fresca, era complementada pela seca, e porcos e cabritos eram consumidos em abundância. As aves eram consideradas, ao mesmo tempo, comida de doentes e alimento das classes abastadas. Nos hospitais militares, os doentes eram submetidos a duas espécies de regime: os caldos e as carnes cozidas. O regime do caldo podia ser apresentado em duas formas diferentes, uma para os casos normais e outra para os casos raros e de necessidade absoluta, pois custava mais caro. A primeira era constituída por caldo de mocotó, toucinho e ervas de tempero, e a outra era o caldo de galinha com toucinho, com o acréscimo de temperos apenas se os médicos julgassem necessário. Os doentes não condenados ao caldo podiam ser submetidos a três tipos de regime, e faziam sempre duas refeições: jantar e ceia. Desses três regimes, um tinha carne de boi, arroz e dois pães, sendo a carne trocada por galinha se assim exigisse o estômago do enfermo; outro tinha mocotó e dois pães, e o terceiro, mais abundante, além da carne de boi ou de porco tinha dois pães, farinha de trigo, arroz e toucinho.

Quanto aos tabus alimentares, um artigo de medicina da época criticava muito o uso do peixe como prejudicial à saúde, não só por estragar-se com facilidade, mas também por predispor às doenças da pele e ao escorbuto, "segundo a opinião dos melhores práticos". Em compensação, outros alimentos eram considerados estimulantes ou possuidores de virtudes medicinais: a tapioca, o tamarindo, a goiaba, o abacaxi. A carne de tamanduá era insípida, mas eficaz contra

certas indisposições. E para os convalescentes recomendava-se que bebessem champanhe.

O ritmo das refeições era tão regular que incomodava os visitantes estrangeiros. Os ricos levantavam-se às nove, tomavam o desjejum às dez, trabalhavam até as três, jantavam, faziam em seguida uma longa sesta e, às oito, tomavam um chá com a família. Se convidados para a casa de amigos, saíam às sete e voltavam às onze, a menos que houvesse um baile, quando não voltavam antes das duas ou três da manhã. Pelo menos isso é o que nos conta Freycinet. Segundo Jean-Baptiste Debret, o pintor da corte, a hora do jantar variava de acordo com a profissão do chefe da casa. Os funcionários públicos jantavam às duas da tarde, depois que acabava o expediente. O brasileiro tradicional comia ao meio-dia e o comerciante à uma. Só os comerciantes ingleses tinham um horário diferente, posto que jantavam às seis da tarde. O chá das oito era um lanche ligeiro, composto principalmente por doces, que parece ter sido costumeiro nas residências abastadas, pois os confeiteiros anunciavam constantemente "bandejas e doces para o chá". Quanto à ceia, ocorria apenas quando era exigida pelas ocupações noturnas. Encontra-se até mesmo a palavra francesa *dessert* para designar uma refeição extraordinária servida por ocasião de alguma festa, que mais tarde será chamada de "copo d'água".

Jean-Baptiste Debret distinguia quatro tipos de jantar, segundo o nível social dos indivíduos: rico, artesão, pobre ou escravo, mendigo. O do rico começava com uma sopa de carne com legumes, seguida por um frango com arroz com um molho picante, e laranjas e salada para refrescar o paladar. Entre cada prato, uma colherada de farinha de mandioca fazia as vezes de pão. Como sobremesa tinha-se direito a arroz doce, queijo-de-minas, queijo holandês ou inglês, frutas variadas, porto ou madeira e finalmente um café. Quanto ao artesão, não comia mais que um pedaço de carne seca, cozida com feijão preto e acompanhada por farinha de mandioca: no fundo, com poucas variações, a célebre feijoada de hoje. Às vezes, acrescentava-se a isso um pedaço de filé assado ou de peixe e, como sobremesa, comia-se uma banana ou uma laranja. O pobre ou o escravo tinham que contentar-se com farinha de mandioca, bananas e laranja.[2]

É natural que nos perguntemos de que modo esses hábitos evoluíram ao longo do século XIX para dar origem ao que conhecemos hoje em dia: as mesmas horas de refeições que na França e, pelo menos nas grandes cidades, uma semelhança bastante grande com as técnicas culinárias européias, mesmo que se conservem ainda alguns pratos típicos e frutas e legumes pouco freqüentes nas latitudes temperadas. Em Expilly já encontramos um horário um pouco diferente para a jornada dos brasileiros:

O dia dos brasileiros

"No Rio, as pessoas levantam-se antes do sol. Por volta do meio da jornada, todos ficam em casa. Os homens estendem-se em esteiras de junco ou em marquesas (uma espécie de poltrona). Passam o tempo dormindo, fumando cigarros ou dedilhando o violão. As mulheres tão logo se vestem, brincam com o seu sagüi, atormentam o papagaio, comem doces, abandonam a cabeça aos hábeis dedos da mucama favorita, que lhes proporcionam os inefáveis prazeres do cafuné (explicarei depois em que consiste essa recreação inventada pela preguiça portuguesa) ou vigiam, com o chicote ao alcance da mão, o trabalho das negras acocoradas aos seus pés. Esse trabalho é invariavelmente um bordado de um tipo desconhecido entre nós, e que não passa de um ponto turco complicado. O ponto turco é feito puxando a linha para um só lado; para o ponto brasileiro, a operária tem de puxar linhas para todos os lados. Os vazios, atravessados depois por uma linha extra, enchem-se de desenhos encantadores e de engenhosos arabescos que produzem o mais belo dos efeitos. Há alguns desses bordados que se equiparam às nossas valencianas, e que só perderiam para o ponto da Inglaterra.

"Nessa hora, só se encontram na rua, dizem os brasileiros, escravos, cães e franceses. De fato, nada atrapalha a atividade dos nossos compatriotas, que, para cuidar dos seus negócios, enfrentam corajosamente os raios de chama que caem do céu. Eles correm para a alfândega, para os negocian-

tes, para a polícia, onde quer que a sua presença se faça necessária; não têm outra preocupação além dos próprios interesses.

"Enquanto os senhores dormem e as voluptuosas senhoras se deliciam com os êxtases do cafuné, eles vão e vêm pela cidade, contentando-se em enxugar, enquanto andam, as grossas gotas de suor que correm, tal inesgotáveis fios d'água, sobre o seu rosto encharcado.

"Quando, porém, passa o grande calor, por volta das três, as ruas começam a animar-se. O Rio assume então a fisionomia que lhe é própria.

"Nas soleiras das portas os negros de Ganho, armados de grandes cestos redondos parecidos com os usados pelos genoveses em Marselha, ficam à disposição de todos. Quando ressoa o *tchau* (interjeição de chamada), eles se levantam e se dirigem para onde sejam solicitados os seus serviços.

"Às vezes, em vez de trabalhar isoladamente, eles se organizam em brigadas, cada uma com o seu capitão. Carregam então pesados fardos, caixas cheias de mercadorias, pianos, etc. No Rio as mudanças são feitas com uma celeridade e uma segurança que não são proporcionadas pelos nossos carros de mudança. Os negros trabalham em dez, vinte, até cinqüenta, se for necessário, e em um piscar de olhos uma casa cheia de móveis é deixada vazia para o locatário que a vem ocupar.

"Quando estão todos reunidos para transportar algum objeto pesado, eles apresentam um espetáculo curioso.

"Um veste um chapéu sem abas, outro um boné de policial que tem um metro de altura, o da polícia nacional. Este traz uma calota turca em que se espeta uma pluma belicosa; aquele tem a cabeça abrigada por um *shako*,* verdadeiro decalitro que lembra o chapéu da nossa antiga guarda nacional. A lona que faz as embalagens serviu a uns como camisa, a outros como calças, que supostamente deveriam cobri-los. Alguns que usam uma vestimenta fantástica, composta por farrapos de diferentes tecidos que foram outrora roupões, vestidos e capas. . .

"Por volta das três as ruas se enchem de movimento e de barulho. O tráfego, momentaneamente interrompido, retoma o seu curso. É hora dos mercados e das transações. Às cinco, os balcões se fecham; os negociantes montam seu cavalo ou então dirigem-se a pé para o Largo do Paço ou para o Largo do Rossio, onde estão os ônibus. Voltam para a sua chácara, onde ficarão até o dia seguinte. . ."[3]

* *Espécie de barrete de origem húngara. (N. do T.)*

As roupas

Vejamos agora as roupas. O viajante francês Biard, fazendo seus preparativos de partida para o Brasil, esforçou-se para comprar roupas leves e claras:

"Eu havia percorrido toda a loja da Belle Jardinière. Tudo o que nela havia de matizes mais escuros foi impiedosamente rejeitado pela pessoa que me acompanhava: ela só quis escolher para mim as cores mais brandas e mais inadequadas, pois no Brasil todos se vestem de negro, não só para sair à noite, mas também bem no meio do dia, quando o sol cai a pino sobre as cabeças".

Esse gosto pelo escuro, pelas roupas à européia, com camisas de colarinho engomado e punho rígido, ternos com colete, mesmo que sejam de alpaca leve ou de seda, estava ligado à vontade de diferenciar-se do escravo negro e até do índio, de guardar o selo da Europa, da civilização. Era a marca de um complexo de inferioridade inconfesso e inconfessável em relação ao europeu. Faz-se um esforço, aliás, para seguir as modas européias. É de bom tom vestir-se como em Paris ou em Londres. Eis o que nos diz Expilly, por volta de 1860:

"Terminado o jantar, as senhoras moldadas pelos usos europeus aventuram-se nas ruas e vão fazer suas compras. Elas adotaram os chapéus das nossas costureiras, sem esquecer as saias armadas e as anáguas guarnecidas de lâminas de aço pelas quais descobriram de repente um grande carinho. Exagerando ainda mais uma moda das nossas professorinhas, elas usam vestidos ornamentados com sete ou oito fileiras

de babados. Há babados da barra até a cintura dos vestidos; assim lhes parece mais encorpado, mais rico, e conseqüentemente de mais bom gosto. Qualquer dia desses elas vão pôr babados até na parte de cima dos vestidos, e cobrirão com eles o busto, à guisa de galões. Em seu desejo imoderado de modelar-se segundo as nossas leoas parisienses, as senhoras não se lembram mais de que não se viola em vão a grande lei da harmonia, seja na forma dos vestidos, seja na cor dos tecidos; disso resulta que o pequeno tamanho delas, esmagado por essa sobrecarga de babados, perdeu toda a sua graça.

"Nesse caso, porém, estamos falando das mulheres que romperam irremediavelmente com as velhas tradições portuguesas, e que têm a reputação de acompanhar a marcha do século; trata-se da minoria, não o esqueçamos."

E de fato é preciso distinguir entre as elegantes que seguem a moda e a austera média burguesia, bem como algumas grandes damas cujo modo de vestir continua sendo mais tradicional.

"A verdadeira brasileira, a senhora autêntica que permaneceu fiel aos costumes antigos não esconde a sua magnífica cabeleira debaixo de um cartão cônico, enguirlandado de fitas — como um chapéu de recruta — e encimado por um penacho ondulante — como o elmo de um guerreiro da Idade Média. Ela mantém a cabeça descoberta; não admite outro ornamento além daquele que a natureza lhe concedeu com tanta generosidade.

"Coisa surpreendente para aqueles que ainda não foram atingidos pela desastrosa combinação de umidade e calor: as francesas, e eu poderia dizer as européias, estabelecidas no Rio ficam desoladas com a perspectiva de uma calvície próxima; as brasileiras, ao contrário, possuem cabelos fornidos, abundantes, talvez um pouco duros, mas com reflexos azuis que brilham esplendidamente à vista ofuscada. Tais reflexos suscitariam a admiração de um pintor colorista.

"A senhora ligada ao culto do passado, portanto, não cobre a cabeça, e eleva a sua luxuriante cabeleira com um pente de tartaruga que pode chegar a ter vinte e cinco centímetros de altura; é o pente das nossas avós. Algumas prendem a esse pente um longo véu negro que lhes dá a aparência de viúvas inconsoláveis.

"Em vez do vestido de seda que acompanha o chapéu de plumas das brasileiras que fazem sacrifícios às modas francesas, estas vestem-se com cores escuras, com um corte todo monástico. Ficam enclausuradas em casa, de onde saem apenas para ir à igreja."[4]

Como sempre, e em todas as partes, existem portanto mulheres que não ligam para a moda. Esta, porém, acaba vencendo, com o tempo e o enriquecimento. Em um jornal humorístico de 1875, *O Mequebrife*, zombava-se da moda de fevereiro: as mulheres têm o traseiro arrebitado, estufado, e saltos altos que requerem o uso de bengala. E na *Revista Ilustrada* de 27 de maio de 1876 encontra-se o seguinte anúncio publicitário:

"Mademoiselle Arthémise, espartilheira de Paris, fabrica seios adesivos para uso de pessoas finas e magras. Pode-se dar a esses artifícios úteis e bonitos a cor que se quiser, imitando perfeitamente a pele branca, rósea, morena ou negra; eles se adaptam ao local vazio e acompanham os movimentos ondulatórios da respiração com tanta precisão e regularidade que enganam a maior atenção e perspicácia. *É preciso ver para crer*".

Naturalmente, nada disso atinge as classes populares. Quando um escravo foge, seu senhor põe um anúncio na *Gazeta*, descrevendo os seus traços, mas também as suas roupas. Esmiuçando esses anúncios, a historiadora Beatriz Nizza da Silva chega às seguintes conclusões: os escravos homens usavam em geral uma camisa, calças e um colete. De quando em quando apareciam culotes compridos, culotes curtos e um casaco. Alguns fugiam só com a camisa e calções compridos, ou apenas um saiote e camisa. As mulheres escravas vestiam uma saia, camisa, um casaquinho de linho ou uma espécie de gibão justo no corpo; podiam também usar vestidos de linho ou de outro tecido mais barato. Os escravos só usavam seda quando escoltavam os senhores. Não utili-

zavam a sombrinha de que se muniam mulheres e homens da boa sociedade apesar do chapéu de palha.

Os escravos andavam descalços ou de sandálias. As damas da alta sociedade usavam sapatos de linho ou de seda; Jean-Baptiste Debret escreveu que:

"As damas brasileiras, que usam exclusivamente sapatos de seda para andar em calçadas pavimentadas com granito que desfia em um instante a trama delicada do seu calçado, não podiam sair dois dias seguidos sem renová-lo, principalmente para fazer visitas... As únicas cores adotadas então eram o branco, o rosa e o azul-celeste".[5]

Em 1818, porém, o comerciante francês Charles Durand anunciou "sapatos envernizados" para damas. O uso deles deve ter-se generalizado a partir de então. Segundo o viajante alemão Von Leithold, um par de bons sapatos ingleses — ignoramos se para homem ou para mulher — custava nove patacas, enquanto os sapatos franceses custavam apenas quatro ou cinco. As botas, em compensação, eram muito caras no Rio de Janeiro. Outro elemento importante da indumentária feminina: o xale. Havia xales de todos os tipos: de seda, lã, pêlo de camelo, renda, tricô, musselina bordada em ouro ou prata e até de linho. Também se usavam corseletes de renda e de musselina e uma espécie de gibão justo no corpo, feito de cetim.

O mundo dos negócios

O homem do Rio que não é escravo trabalha? Os estrangeiros — principalmente os ingleses e franceses — são muito ativos, em particular no comércio de importação e exportação. Um ramo dos negócios, porém, é reservado aos brasileiros: as casas de comissão. Os "comissionistas" são os intermediários entre os fazendeiros de café e os exportadores. Quando o fazendeiro vem ao Rio em visita, o seu comissionista lhe prepara um alojamento suntuoso, pois,

durante alguns dias, o fazendeiro vai viver como um grande senhor. Enquanto isso, o comissionista recebe o café despachado da fazenda. Dos dois lados das ruas dos Beneditinos, do Rosário, da Prainha e do Visconde de Inhaúma, as casas de comissão espalham um agradável cheiro de café. São os Teixeira Leite e Sobrinhos, Teixeira Leite e Bastos, João Baptista Leite e Cia., Furquim, Joppert e Cia., Teixeira de Castro e Malafia, Farão e Irmão, Bernardo Ribeiro de Carvalho, Ortigão e Cia., Roxo, Monteiro e Lemos, Alves e Avillar, Gracie, Ferreira e Cia., quase todos nomes, como podemos ver, de aparência portuguesa.

O comissionista tem de manter as suas contas, vigiar os seus empregados, comprar ou vender para o fazendeiro e, se necessário, emprestar-lhe dinheiro. Ele podia percorrer os poucos bancos que começaram a abrir seus guichês a partir de 1850, e que em seguida se multiplicaram. Pode também, sem dúvida a partir de 1851, ir à Bolsa. Com freqüência ele manda o seu empregado ao correio, do qual Charles Expilly nos deixou uma descrição pasmada:

"Eu gostaria de dizer que o local destinado à administração dos correios é um monumento notável, e que o serviço é feito com aquela regularidade e aquela atividade inteligente com que nos acostumamos na Europa. A verdade força-me a utilizar uma linguagem bem diferente.

"O prédio dos correios, no Rio, está longe de oferecer aquele aspecto imponente que apresenta o estabelecimento da rua Jean-Jacques Rousseau. Ele é composto simplesmente por uma sala baixa, cortada no sentido do comprimento por uma mesa onde se empilham desordenadamente as correspondências trazidas pelos navios de todos os pontos do globo. Na parede estão também encostadas estantes grosseiras abarrotadas de pacotes e de cartas. À esquerda lê-se em uma placa: "Correio do Sul" e à direita, em outra placa: "Correio do Norte". Depois, no fundo, uma mesa pequena, onde ficam o senhor diretor e dois funcionários.

"Uma barreira de madeira, da qual uma parte abre-se à vontade, fica entre as mesas e os visitantes. Essa, em poucas linhas, é a descrição completa do prédio dos correios no Rio de Janeiro.

"Falemos agora do modo de serviço empregado para a distribuição das cartas.

"Os despachos trazidos pelos paquetes ingleses são postos à parte nas mesas laterais, e os papéis expedidos por outra via são jogados negligentemente na mesa comprida do meio, onde não tardam a confundir-se com os outros. Desse modo, os figurões dos negócios recebem o correio com bastante regularidade, sobretudo aqueles que os fazem buscar pelos seus empregados e aqueles que, ainda mais prevenidos, tomam a precaução de endereçá-lo ao cônsul do seu país. O mesmo não acontece com os pobres-diabos — e estes são numerosos — cujos correspondentes europeus confiam as suas cartas a navios de carga. O paquete inglês exige um franco e meio na origem e o mesmo no destino para cada sobrescrito de um peso determinado que aceita levar. Ora, três francos são uma boa soma, e a maioria procura o mais barato, isto é, emprega a via dos cargueiros.

Para os exilados dessa última categoria, o carteiro é quase um mito; não devem espantar-se se passarem semanas, meses, antes que a carta que esperam com tanta impaciência lhes seja entregue. Que se considerem felizes por ainda terem sido tão bem servidos, pois amiúde o papel cujo envio lhes foi anunciado escapa aos olhos do funcionário; é então um amigo que se encarrega de avisar ao destinatário que um envelope, entrevisto por acaso, solicita a sua visita ao correio.

"Em caso de reclamação, eis o que acontece: o funcionário subalterno desarruma gravemente os montes de papel que se estendem diante dele e em geral, após um rápido exame, declara o infundado do pedido. E isso é muito simples! Tente-se então descobrir uma carta no meio de uma confusão de cartas de todas as formas e de todas as espessuras, que não estão nem classificadas nem postas em ordem e com indicações suficientes de procedência.

"Quanto ao funcionário... Fique feliz se a sua indumentária correta despertou nele a boa vontade e ele se digna a abrir à sua frente a barreira que proíbe a entrada no *sanctum sanctorum*.[6]

E Expilly nos explica que após uma hora e vinte minutos de buscas na sua presença, foi encontrada uma carta que

o esperava há dois meses. Em compensação, ele não nos conta se pequenas propinas bem colocadas não aceleraram o serviço, uma questão que ainda é mal conhecida, pelo menos em meados do século XIX.

Festividades públicas...

Depois do trabalho, o lazer. E antes de mais nada, as festas. As festividades públicas foram sem dúvida impressionantes, sobretudo a partir da chegada do príncipe regente, em 1808, para a qual se formou precisamente um cortejo suntuoso, em uma época em que a capital era ainda vice-real e modesta. Nas festas mais luxuosas, o desfile de carros e as danças precediam os carrosséis e as corridas de touros. Por ocasião do casamento da filha do rei, a princesa da Beira, com o infante da Espanha, em 1810, o número 90 da *Gazeta do Rio de Janeiro* enumera os carros que desfilaram:

"1. O carro da América, oferecido pelos comerciantes varejistas e pelos farmacêuticos.

2. O carro que representava o Império da China, com uma dança adequada, oferecido pelos negociantes de ouro e prata e pelos relojoeiros.

3. O carro da Imortalidade, com a dança dita 'dos heróis portugueses', oferecido pelos negociantes de vinho e licores e pelos mercadores de porcelanas.

4. O carro que representava as linhas do Pacífico, com os seus próprios índios, oferecido pelos latoeiros, ferreiros, carroceiros, caldeireiros e ferradores.

5. O carro e a dança dos mouros, oferecidos pelos alfaiates, carteiros, cordoeiros, rendeiros, tintureiros e os curtidores.

6. O carro que representava um castelo, com a dança chamada de *chinas mouriscos*, oferecido por dois carpinteiros.

7. A barca dos voluntários reais, com uma dança própria, oferecida pelos carpinteiros, pedreiros, talhadores de pedra e toneleiros.

8. A dança chamada 'dos mouros cativos', oferecida pelos trabalhadores da indústria têxtil.

9. Uma dança de ciganos, chamada de fandango espanhol, na qual os homens entravam na praça a cavalo, com as mulheres na garupa.

10. A dança dita 'dos mouros', oferecida pelos barbeiros.

11. A 'dos macacos', oferecida pelos carpinteiros.

12. Uma dança dita 'dos prisioneiros voluntários', oferecida por diversas pessoas.

13. A dança chamada 'chinas', oferecida por diversos empregados do matadouro".[7]

Um certo número de diversões acompanhava essas festividades públicas. Mas não sabemos por quanto tempo elas se mantiveram entre os hábitos brasileiros. Os *tripúdios militares,* por exemplo, que consistiam em dançar batendo os pés e sapateando. Alternando com as corridas de touros, os carrosséis eram amiúde a atração principal. Entravam na praça trinta e dois cavaleiros, cujos hábitos foram objeto de uma aquarela de Debret. Eram divididos em quatro seções, que se distinguiam pela cor das roupas; os pajens que os acompanhavam vestiam-se com as cores dos seus senhores. Depois de saudar as autoridades e a multidão, os cavaleiros se entregavam a diversos jogos, cada um mais brilhante que o outro, segundo os preceitos "da nobre arte da cavalaria, tão delicada quanto difícil".

Quando dom Pedro I casou-se, ofereceu uma *encamisada:* de uma das entradas da praça saltavam seis cavaleiros vestidos de branco tocando trombeta, e em seguida catorze camaradas seus, também vestidos de branco e montados, como os precedentes, em magníficos cavalos. Todos estão mascarados, e carregam uma tocha na mão direita. Terminam galopando em todas as direções, desenhando habilmente figuras elaboradas sem jamais errar ou chocar-se. No final eles simulam um combate, dão tiros de pistola para o ar e fazem de conta que lutam com espadas, uns contra os outros retirando-se da mesma maneira como haviam chegado.

As distrações particulares não são menos atraentes que as públicas, e mais freqüentes. Mas, excetuando-se o Carnaval, são reservadas aos privilegiados. No dia 22 de janeiro

de 1876, a *Revista Ilustrada* teme a aparição de uma epidemia de febre amarela. Mas, escreve ela, já se estão fazendo os preparativos para o Carnaval, que terá lugar dentro de um mês. E no entanto as massas populares vivem de ritmo e de música o ano inteiro. Falamos antes dos negros de Ganho, que garantiam todos os transportes no Rio. Muitas vezes, eles trabalhavam com música.

"Os seus capitães, munidos uns de uma marimba de casco de tartaruga, outros de um instrumento de lata com numerosos furos e cheio de pedrinhas (trata-se, na verdade, de um bico de regador enfeitado), dão o sinal. Eles então se põem em movimento cadenciado, aos sons dessa orquestra primitiva, e avançam desse modo, com uma ordem e uma precisão que não podemos deixar de admirar. As valetas, as pedras, os fossos, as cloacas, em resumo, todos os obstáculos existentes no caminho, eles evitam com infinita destreza. É preciso vê-los, debruçando-se, abaixando-se, desviando-se juntos! Têm sobretudo um movimento de quadris nas passagens difíceis ou nas descidas, de que apenas o passo das negras quitandeiras pode dar uma idéia.

"Certo dia, quando fui condenado a atravessar o Campo da Aclamação, vi uma tropa de negros de Ganho que avançava cantando. Ao som dessa harmonia selvagem formada pelo acorde das vozes, das marimbas e dos bicos de regador, uma negra que lavava a roupa dos seus senhores deixou de lado o seu lavador de madeira e lançou-se à frente dos companheiros de servidão. Possuída pelo demônio da dança, ela se pôs a pular, a sacudir-se em cadência, na cabeça da coluna e com o rosto voltado para os seus confrades. Percorreu assim toda a praça, andando de costas, sem que o seu fervor parecesse diminuir.

"É bastante comum que um escravo só, carregando um fardo, ande com um passo de ginástica. Murmura então uma espécie de salmodia composta por uma ou duas frases que ele repete a cada instante, sem nunca mudar a entonação. Eis aqui algumas amostras dessa música improvisada:

'A Carlota é a minha irmã mais bonita!'

'A senhora é malvada, malvada, malvada!'

'Acabei de ganhar uma cruzada; hoje à noite vou tomar cachaça!'

Um desses infelizes, encarregado do berço do meu filho, não parava de repetir, cantando, este eterno refrão:

'O meu senhor me deu o chicote! Ele me deu o chicote! Ele me deu o chicote!' "[8]

... *e festas particulares*

Voltemos às distrações da boa sociedade. Na primeira metade do século, os estrangeiros não estavam muito impressionados com a sociabilidade carioca. "A vida aqui é muito monótona", escreveu Von Leithold em 1819, "e as distrações, pouco freqüentes; quase não há reuniões sociais." E acrescenta: "Jantares, bailes, reuniões nas residências particulares são coisas ignoradas por aqui, apesar de não faltarem pessoas de situação pecuniária muito brilhante". E apresenta como um acontecimento extraordinário o baile oferecido pelo cônsul-geral da Rússia em homenagem aos oficiais de um navio russo chegado ao porto do Rio. Com o tempo, porém, esse tipo de recepção parece ter se desenvolvido bastante. Voltaremos mais tarde à vida da corte. Diplomatas, altos funcionários, fazendeiros absenteístas, comissários, exportadores enriquecidos, toda essa gente não deixava passar nenhuma ocasião sem organizar um jantar, um banquete, um baile. Aconteciam até banquetes políticos, como o que houve naquela bela casa do barão de Itambi, descrita antes. E principalmente, à maneira européia, as pessoas se atiravam a todas as distrações modernas na moda: o "esporte", as regatas (1841), as corridas de cavalos no Prado (1854) e no Jockey Club. Estas não deviam nada, no dizer do romancista Machado de Assis, às de Epsom. E o teatro! O primeiro foi construído pelo governo em 1810, e inaugurado no dia 12 de outubro de 1813 com o nome de Teatro São João. Em 1817, o teatro obteve um monopólio: mil e vinte lugares nas poltronas da platéia superior e cento e doze camarotes. Ao teatro se somam os concertos e os músicos de Londres e de

Paris que, em turnê internacional, passavam pelo Rio. Mais tarde, as salas se multiplicaram. Contudo, por volta de 1865, Adolphe d'Assier não estava muito entusiasmado. "O teatro", escreveu[9], "não oferece nenhuma originalidade; as peças são quase todas tiradas do repertório francês, e a maioria dos artistas vem de Paris ou da Itália."

No teatro

No entanto, em 1859, Charles Ribeyrolles escreveu em seu *Brésil pittoresque* que a verdadeira distração no Rio é o teatro: seja o São Pedro de Alcântara, na Praça do Rossio, que está à altura dos teatros europeus, seja o São Januário ou o Gymnasio, não inferiores às pequenas salas de Londres. O que mais se aprecia é o grande teatro lírico italiano, a tal ponto que a música sacra se perde e que, nas festas religiosas, só se cantam árias de óperas. Alguns anos depois, no dia 1º de janeiro de 1876, a *Revista Ilustrada* avisa-nos que está sendo apresentada *La fille de Mme Angot* (em francês), enquanto em outra sala (o São Pedro), o cenário tende a tornar-se uma tribuna política. No dia 8 de janeiro ficamos sabendo que a Phenix Dramatica apresenta uma comédia ligeira *(B.Q.T.R.?)* e também uma peça suave, *Lágrimas e risos.* O Pedro II passa *O anjo da meia-noite,* e que aliás já havia sido apresentado; é interpretado por bons artistas. Logo passará *O corsário negro.* O Alcazar apresenta *O hussardo e o pobre,* e depois uma comédia: *A bola.* A trupe parisiense apresentou dois espetáculos: um no Alcazar, outro no Gymnasio. O circo, chamado de "circo eqüestre", faz muito sucesso. O dono é um tal Chiarini. "Ir ao circo é de bom-tom", anota a *Revista Ilustrada.* Além disso há também o cassino, fundado em 1845, onde o primeiro baile ocorreu em presença do imperador, no dia 25 de maio de 1846. Em novembro de 1847, o imperador veio a outro baile no cassino, que nos foi descrito pelo viajante americano Arnold: dom Pedro II dançou um pouco. Ele tinha vinte e dois anos. A Corte lhe parece elegante. Ele descreveu a imperatriz como sendo pe-

quena, loira, com traços finos. E apesar da presença das mais belas moças da Corte, dom Pedro, para grande espanto de Arnold, conversou com ele por dez longos minutos sobre botânica e viagens. Em 1855-1860, um novo edifício foi construído pelo engenheiro Hoxe. Foi nele, sem dúvida, que teve lugar a festa beneficente de Rose Villiot, uma artista de nome francês, auxiliada por seus camaradas. A crônica teatral da *Revista Ilustrada* de 15 de janeiro de 1876 assinala: nada de novo nesta semana, mas o Alcazar apresentou o quarto ato do *Trovador*. Ruim. Foi o mesmo que aconteceu com *A favorita, O barbeiro, A embaixatriz, Sonho de uma noite de verão:* um fracasso. O Alcazar, na verdade, é feito para a ópera-bufa.

No dia 11 de março é anunciada uma paródia de *La fille de Mme Angot: A filha de Maria Angu.* A influência cultural da França está no auge. Isso é motivo de revolta. Um certo Castilho publica um livro contra os galicismos que se introduziram na língua portuguesa falada no Brasil. Zombam dele. Vamos então, pergunta um jornalista, trocar "coupé" (o carro) por *"cortado"*? Na *Revista* de 18 de março, uma anedota mostra bem esse papel da França. Contava-se que um diretor de teatro havia querido, recentemente, contratar algumas coristas jovens e bonitas. Uma se apresenta:

— Como é que a senhora se chama?

— Rosa Pureza do Nascimento.

— Bom. De agora em diante a senhorita vai se chamar Camélia. As rosas murcham demais no palco.

— *Et ta soeur?*, pergunta Rose Villiot ao diretor, dura como um pau.

E no dia 12 de agosto anuncia-se que *Le Figaro* ganhou, nas corridas, um prêmio de cinco milhões de réis, graças aos esforços do doutor J. Calmão, proprietário do *Figaro*, e de alguns membros do Jockey Club.

A vida religiosa

Voltemos a coisas mais sérias. As igrejas, já o vimos, são numerosas no Rio. Aqui, a fé e a devoção devem ser intensas. Será que as práticas religiosas podem fornecer-nos algum esclarecimento sobre esse ponto? A importância das confrarias já é um sinal, tendo cada uma delas a sua igreja ou capela. Em princípio, uma confraria é uma associação de pessoas que querem venerar o mesmo santo. Na verdade essas pessoas estão ligadas por uma comunidade de vida profissional, como na Idade Média na Europa. É o caso da confraria de São Crispim e de São Crispiniano, formada por cordoeiros. Às vezes existia um laço racial entre os membros da confraria. Podemos encontrar no Rio numerosas confrarias de negros e de homens de cor. De vez em quando, o que unia os membros era a riqueza e o papel social, como no caso da confraria do Santo Sacramento da Candelária, formada por negociantes de atacado, ou no da confraria dos Passos, formada por membros da família real, nobres e todas as grandes figuras do Rio de Janeiro. Mas esses aspectos sociais não aparecem nos regulamentos das confrarias. Cada uma delas tem o seu capelão, que deve garantir à irmandade ou confraria o serviço de certos ofícios e cerimônias. Tem também o seu "juiz", verdadeiro administrador; um escrivão, que mantém a contabilidade; o tesoureiro, responsável por todos os objetos preciosos e que deve ordenar as missas da confraria e assumir um certo número de outras obrigações; um procurador, que, caso seja necessário, deve chamar à ordem os membros da confraria; doze irmãos de mesa, encarregados de fazer a coleta todos os sábados durante um mês, um de cada vez; e finalmente um andador, encarregado de fazer a coleta todos os sábados nos subúrbios da cidade. As mulheres podem integrar o conselho de administração. A confraria se compromete a fazer rezar missas pelos seus membros falecidos ou agonizantes. Ela os acompanha à sepultura.

Mesmo sem fazer parte de uma confraria, as pessoas assistiam à missa de domingo, e tal como nos nossos dias algumas iam também durante a semana. Toda festa pública comportava um *Te Deum* ou uma grande missa solene. A festa de alguns santos era particularmente celebrada, como, por exemplo, a de são Sebastião, patrono do Rio. A cidade ficava iluminada por três noites seguidas. As procissões também eram numerosas. A mais importante era, em princípio, a de Corpus-Christi, no dia 16 de junho. Algumas delas eram or-

ganizadas para comemorar uma vitória ou um acontecimento feliz. Freqüentemente, os leigos tinham em casa diversos objetos de culto. Era comum ter-se um oratório em casa, e nas bibliotecas particulares havia muitas obras religiosas, algumas delas bastante antigas. Manuais de boas maneiras, que também ali figuravam, lembravam à criança que ela devia "assim que acordasse, elevar o coração e o pensamento a Deus, sentar-se na cama e curvar a cabeça em sinal de adoração ao Soberano Senhor; fazer o sinal-da-cruz para dar um testemunho claro da sua fé e para afastar os inimigos invisíveis que a rodeiam como leões". A criança bem-educada não se esquece nunca de dar graças a Deus no jantar, seja publicamente, seja no segredo do seu coração. E ao deitar-se deve fazer um exame de consciência e pedir perdão a Deus por todas as suas faltas. As mesmas obras ensinavam como a criança devia comportar-se na igreja e como se confessar. Encontravam-se também nas bibliotecas livros de devoção como *As horas da Semana Santa,* diretórios e livros de espiritualidade, para facilitar a oração mental, a confissão, a comunhão e finalmente os catecismos.

Os grandes momentos da vida religiosa eram os batismos, os casamentos e os enterros. Há pouca coisa a dizer sobre os batismos, e quanto aos casamentos, voltaremos a eles no capítulo consagrado à mulher. Restam os enterros. Estes eram acompanhados por cerimônias tanto mais suntuosas quanto mais alta fosse a posição social do defunto. Os numerosos cortejos de crianças eram, naturalmente, diferentes dos cortejos dos adultos. Vejamos algumas características recolhidas por Charles Expilly:

"Os riscos dourados que atravessavam o fundo vermelho do caixão revelaram-me, bem como a indumentária dos papa-defuntos a cavalo, que aquele era um cortejo de criança.

"É que aqui as dimensões do caixão, a sua cor e a distância entre os riscos têm um sentido convencional, preciso; elas dizem a idade, o estado e o sexo daqueles que vão dentro.

"As tábuas fúnebres são pintadas de uma cor suave, sendo o lilás *(roxo)* para uma senhorita de vinte a vinte e cinco anos. Para um homem ou para uma mulher, assim como para um viúvo, o fundo é amarelo, cortado por riscos negros.

Também nesse caso, há uma diferença notável que diz respeito à distância dos riscos entre si. Essa distância é de um palmo para as mulheres e de dois dedos para os homens. Finalmente, a criança de pouca idade é colocada em um caixão vermelho riscado por linhas douradas. Tudo isso, vê-se logo, é emblemático. O matiz de lilás, menos marcado que a cor branca da coroa de flores de laranjeira, deve lembrar o pensamento indeciso, velado, ingênuo ainda da *moça.* Isso, não consigo deixar de dizer, parece-me uma lisonja arriscada e, sem exagero, suspeita."[10]

Um pouco mais adiante, ao descrever um enterro de uma criança, Expilly escreveu:

"Seis papa-defuntos seguiam a cavalo o caixão da pobre criança. A sua libré vermelha e os panos negros das suas roupas indicavam à multidão de basbaques. . . que se tratava de um cortejo de primeira classe, portanto que a fortuna dos pais estava à altura do seu desespero. Para os cortejos infantis de segunda classe, os papa-defuntos vestem-se de azul. . . Atrás vinha uma fileira de carros abarrotados de homens com luvas brancas segurando um lenço de batista. . "[11]

O que mais impressionava o visitante estrangeiro na época era a marca, nas cerimônias, das diferenças sociais. As coisas, contudo, evoluíram:

"Há não muito tempo ainda os funerais de pessoas que houvessem ocupado uma posição elevada na sociedade eram feitos à noite, à luz de tochas. O morto, vestindo o hábito da irmandade a que pertencia, ficava exposto, com o rosto descoberto. Se houvesse sido membro da Ordem de Cristo, o corpo desaparecia sob um simulacro de armadura e o catafalco era ornamentado com as insígnias dessa ordem, outrora célebre, e que sucedeu à dos Templários. Em vez do monótono serpentão reservado para os enterros vulgares, nessas ocasiões o órgão acompanhava o serviço fúnebre; e se a posição do falecido autorizasse essa distinção, uma orquestra completa executava uma missa cantada".[12]

Mais adiante, Expilly assinala que a numerosa assembléia convidada para as festas da morte carece totalmente daquela gravidade recolhida que a circunstância exige. Uns agitam o lenço bordado, "à maneira das professorinhas"; outros tratam em voz alta de seus negócios, "como judeus na sinagoga". "Muitas vezes", acrescenta, "vi até charutos acesos nos carros do cortejo". Durante o trajeto da igreja ao cemitério trocam-se galantes saudações e sorrisos com as senhoras debruçadas nas janelas; as pessoas gesticulam, inclinam-se e, enfim, fazem questão de fazer-se notar — "como certas criaturas, na França, nas noites de estréia" — quando o defunto é um figurão. Em resumo, diz Expilly, esses homens só têm de severo o vestuário; mais parecem estar indo a um passeio que a um enterro.

Para Expilly, o esplendor dos funerais é uma herança portuguesa, sem dúvida reforçada pela influência inglesa. No que diz respeito aos cemitérios, na época havia dois, situados fora da cidade. Um terceiro, reservado aos ingleses, está ainda, em 1860, dentro dos limites da cidade.

CAPÍTULO III

VIAGEM A UMA FAZENDA DE CAFÉ

O Rio era a capital do Brasil. Mas era também a capital de uma grande região cafeeira, esclarecimento indispensável para se entender a vida carioca. Sigamos o viajante francês Adolphe d'Assier quando ele sai da cidade:

"As regiões que normalmente se atravessam antes de chegar à plena natureza virgem podem ser divididas em três zonas: a das vendas, a das plantações ou fazendas e finalmente a das florestas.

"A primeira é a mais curta e, para dizer a verdade, forma apenas o subúrbio das grandes cidades do litoral e das capitais das províncias mais freqüentadas. As caravanas que trilham esses caminhos para levar aos entrepostos os produtos do interior fazem surgir, distanciadas entre elas, vendas onde os condutores de mulas se regalam com algumas rodadas de cachaça, enquanto os animais se alimentam. Essas naturezas semi-selvagens proporcionam inúmeros temas de estudo para o observador. O mulato que serve de cicerone, moldado desde a infância às aventuras da floresta, divertenos às vezes com relatos estranhos ou explicações inesperadas; mas logo nos cansamos dessa vida de albergue, onde se é quase sempre sufocado pelos odores intensos da cachaça, do negro ou do peixe salgado, e por miríades de insetos de toda espécie. Assim, rogamos ao nosso guia que nos leve quanto antes à casa do proprietário de uma fazenda no nosso caminho, para quem temos uma carta de recomendação. Desde as primeiras palavras que nos dirige o nosso anfitrião, reconhecemos aquela hospitalidade brasileira que parece lembrar as lendas fabulosas dos tempos homéricos. . . "[1]

Antes de viver a vida cotidiana do fazendeiro e dos seus escravos, vejamos alguns traços característicos da cultura do café na região do Rio. Conhecemos bem os problemas colocados por essa cultura e pela sua evolução, graças à obra de um historiador norte-americano, Stanley Stein, que estudou o caso do município de Vassouras, no vale do Paraíba. Ele mostra de que maneira as técnicas de produção da fazenda eram rudimentares. Começava-se por limpar o terreno, queimando a floresta (queimadas). Depois disso, o solo era revolvido com uma enxada. Em seguida plantavam-se os cafeeiros, em fileiras perpendiculares às curvas de nível, o que era mais cômodo para a manutenção e para a colheita. Contudo, o inconveniente desse sistema era que ele facilita a erosão do solo. Um escravo podia plantar em um dia três fileiras de cem a cento e cinqüenta metros. O cafeeiro é um arbusto que floresce duas vezes por ano, dando portanto duas colheitas, em setembro-outubro e em março-abril. Enquanto o arbusto ainda estava jovem plantavam-se entre as fileiras milho, feijão e mandioca, para protegê-lo do sol. Na ocasião da colheita, um escravo catava cerca de setenta e cinco litros de frutos por dia. Esses frutos eram secados no terreiro que ficava diante da casa do fazendeiro, e depois eram esmagados para se tirar deles a semente, com o moinho. Em seguida fazia-se a triagem das sementes. A partir de 1852, alguns fazendeiros possuíam máquinas a vapor para executar todo esse trabalho.

<table>
<tr><td rowspan="2">Cozinha</td><td colspan="2">Fornos</td><td>Quarto</td></tr>
<tr><td colspan="2">Pátio</td><td>Quarto</td></tr>
<tr><td>Quarto</td><td colspan="3">Sala das refeições</td></tr>
<tr><td>Quarto</td><td>Corredor</td><td>Quarto</td><td>Quarto</td></tr>
<tr><td>Sala</td><td colspan="2">Entrada</td><td>Capela</td></tr>
</table>

A casa do senhor era grande, e também apresentava quase sempre o mesmo traçado. Atrás dela estão as senzalas; nestas, cada casal tinha o seu quarto e os solteiros ficavam no dormitório.

A mão-de-obra

Em princípio, a mão-de-obra era bastante variada. Fora da fazenda, os sitiantes cultivavam sozinhos as suas próprias terras, e eventualmente vendiam a produção ao fazendeiro ou a algum comerciante local. Os parceiros exploravam um terreno confiado pelo grande proprietário e dividiam com ele o produto da venda. Os agregados eram ocupantes precários de uma parcela da fazenda; eram tolerados contanto que fornecessem regularmente um certo número de dias de trabalho. Finalmente os trabalhadores livres assalariados que, apesar de serem antes de mais nada técnicos, representavam muitas vezes uma mão-de-obra simples, de rendimento muito baixo. Portanto, era principalmente com os escravos que o senhor contava. Aconteceu, porém, a supressão do tráfico de escravos, em 1850, e depois a da escravidão, em 1888, arremate de toda uma série de medidas tais como a libertação dos filhos de escravos e dos escravos de mais de sessenta anos (1871 e 1885). Rapidamente, portanto, a mão-de-obra foi ficando mais difícil de encontrar, e já nos anos 1852-1854 o preço dos escravos havia dobrado. Escravos foram vendidos na região cafeeira pelas províncias do norte, decadentes devido à concorrência enfrentada pela cana-de-açúcar brasileira de outros países e também pela beterraba européia, que logo foi protegida por tarifas aduaneiras. Em 1880, as províncias sitiadas entre o Espírito Santo e a fronteira do Uruguai possuíam duas vezes mais escravos que as do norte (novecentos mil e quinhentos mil). Foi por isso, aliás, que o movimento antiescravagista teve mais êxito no norte que no sul. Mesmo assim, um certo número de escravos foi introduzido de contrabando, no Brasil, após 1850. Além dis-

so, um comércio altamente especulativo continuou subsistindo entre as províncias do Império, onde os intermediários portugueses tinham um papel que não mais podiam ter no comércio atlântico. Os comissionários dos fazendeiros, portanto, instalados no Rio, ainda compravam escravos no mercado carioca, situado na cidade ou nos subúrbios. A venda podia ser feita a crédito, e a mercadoria era submetida, como o gado, a um verdadeiro exame médico. Na população escrava da fazenda, os homens foram por muito tempo mais numerosos (setenta e sete por cento) que as mulheres. Quando os escravos começaram a ficar raros a mulher passou a ser mais procurada, por poder produzir filhos. Em 1880, os homens já representam apenas cinqüenta e seis por cento da população escrava. Por outro lado, a proporção de escravos na força da idade (de quinze a quarenta anos) tende a diminuir após a cessação do tráfico a partir do continente africano, tal como é demonstrado pela pequena tabela que segue:

1840-1849	62%
1850-1859	51%
1860-1869	40%
1880-1889	35%

Após a colheita, a secagem, a moagem e a triagem do café, este era despachado para o Rio de Janeiro. Antes da criação da estrada de ferro, o fazendeiro enviava para a capital, várias vezes por ano, uma tropa de mulas conduzida por um arreador acompanhado por escravos (tropeiros), que não representam mais de vinte por cento da mão-de-obra masculina da fazenda. São transportadas vinte arrobas por mula (uma arroba equivale a doze quilos), e cada sete requerem dois tropeiros. Mas os caminhos são muito ruins, e em caso de chuva, as mulam podem atolar na lama. No Rio, os estoques de café se acumulam no concessionário. Na volta, as mulas transportam manufaturados ou alimentícios, que na fazenda concorrem com as mercadorias dos comerciantes locais e dos mascates. Quanto à ferrovia, falava-se dela desde 1840, mas a sua construção só começou em 1855. Vassouras foi ligada ao Rio em 1862. Esse novo meio de transporte liberava mão-de-obra em uma época em que esta se tornava cara. Ele levava os empreendimentos agrícolas a se instalarem ao longo da via férrea. Também trazia inconvenientes: uma certa burocracia, o risco de acidentes mais graves que os das tropas de mulas. Ao mesmo tempo em que a estrada de ferro aproximava o fazendeiro do Rio, ela o afastava um pouco da humilde população local.

Falemos ainda um pouco sobre o crédito. Em princípio, a instalação e o funcionamento de uma fazenda de café exigiam um investimento muito menor que um engenho de açúcar. A terra não custava caro, e não se precisava de muito material. Só os escravos custavam, sobretudo se não eram herdados. Os empréstimos, porém, podiam ser feitos entre famílias aliadas. E aqui surge um costume assaz curioso: como nem todas as pessoas sabiam escrever, o devedor deixava ao credor um fio da própria barba. No entanto, podemos encontrar alguns empréstimos com juros registrados em cartório, com taxas bastante elevadas e com uma garantia hipotecária. Outros fornecedores de crédito: as casas de comissão do Rio, que fazem empréstimos de contingência, garantidos pelas colheitas, a doze ou dezoito por cento. Enfim, a partir de 1850, isto é, após o período de prosperidade inicial, os bancos, que até então só faziam operações de depósito e desconto, lançaram-se a operações a mais longo prazo, utilizando os capitais que o fim do tráfico de escravos havia deixado ociosos. Foi uma vantagem para as grandes fazendas, que tinham se endividado às vésperas de 1850 para acumular grandes reservas de escravos. Em 1859, o Banco Comercial e Agrícola já podia abrir uma sucursal em Vassouras.

Os habitantes da fazenda

A pequena população desse município elevou-se em 1872 a trinta e nove mil habitantes, dos quais vinte mil eram escravos. Os habitantes livres eram, portanto, relativamente numerosos; isso se dava porque uma das paróquias do mu-

nicípio era refúgio de inúmeros alforriados. É possível, portanto, considerar-se que três quartos da população eram formados por negros ou mulatos. Entre os livres, ao lado dos fazendeiros, viviam comerciantes, homens de negócio, advogados, médicos e até mesmo um grupo de pobres livres, inclusive brancos. Um grupo de fazendeiros, mais poderoso, dirigia a vida municipal e, em particular, dominava a eleição dos juízes de paz. Todos eram oficiais da Guarda Nacional que, como na França na mesma época, cumpria a função de escudo da burguesia contra as revoltas populares. Os fazendeiros pertenciam a famílias que datavam do século XVIII e que vieram de Portugal continental, da Madeira, dos Açores e às vezes da vizinha Minas. Originariamente, eram todas famílias de negociantes, pequenos proprietários e militares. Eram portanto de ascensão recente, e procuravam enobrecer-se. Dom Pedro II conferia amiúde aos seus chefes o título de barão, puramente vitalício, para recompensar seja a ajuda financeira que forneceram para a Guerra do Paraguai, seja o seu apoio ao regime imperial, sejam diversos atos filantrópicos. Existe entre essas famílias uma certa atividade social. Em 1832 foi criada a Sociedade para a Promoção da Civilização e da Indústria de Vassouras. Logo começou a funcionar uma loja maçônica que seguia o rito escocês e uma confraria passou a administrar o cemitério e a Misericórdia, sendo que esta última tinha o mesmo papel que no Rio ou nas demais cidades brasileiras. Citemos ainda o Clube Agrícola de Vassouras, os Jockeys Clubes, as sociedades de dança, os clubes literários e musicais.

Na classe média, além dos comerciantes, encontramos um núcleo intelectual formado pelos juízes, advogados, notários, médicos, professores e funcionários da municipalidade, todos respeitados pelos fazendeiros por serem doutores. Alguns deles casavam-se com filhas de fazendeiros. Havia também muitas pessoas de origem portuguesa, mesmo entre os pequenos artesãos e os empregados. Alguns deles, depois de fazerem fortuna, voltam para Portugal, onde compram uma casa e uma vinha. Donde um certo ressentimento nacionalista — já então — dos brasileiros com relação a eles. Os pobres são os artesãos, os agregados, os operários, os indigentes.

Estes últimos vivem de esmolas. Em 1880-1881, por ocasião de uma epidemia de febre amarela, um grande fazendeiro aceitou pagar toda a comida dos pobres. Mas a mendicância provocava também outras reações, menos favoráveis, da parte das pessoas abastadas. Após 1870, com a crise do café no Rio e as leis de libertação de escravos, o número de mendigos aumentou. Uma família de fortuna decidiu deixar em legado ao município uma grande casa, contanto que nela fosse mantida uma escola gratuita para as meninas pobres. Porém a municipalidade recusou-se a aceitar o legado.

O dia na fazenda

Essas poucas considerações permitem-nos entender melhor a vida e os costumes no interior da fazenda. Vamos sair de Vassouras por um momento para seguir, mais uma vez, o viajante francês Adolphe d'Assier, que visita uma fazenda perto do Rio[2]:

"Penetremos agora na fazenda e observemos a vida do plantador. É uma vida bastante ativa, para o proprietário seriamente decidido a cuidar dos seus negócios. Assim que o dia nasce, ele se levanta, monta no cavalo e, acompanhado por um escudeiro, aproveita o frescor da manhã para inspecionar o trabalho dos negros e visitar os seus domínios: às vezes, ele tem de reparar uma ponte arrastada por um temporal, abrir um caminho novo através da floresta, mudar um pasto ou ordenar a montagem de uma máquina. Ao regressar por volta das nove, ele se lava rapidamente e, atravessando a varanda para ir almoçar, leva consigo todos os convivas que os acasos dos caminhos reuniram durante a manhã: caçadores, mascates, tropeiros e outros. Os viajantes que chegam da cidade trazem as notícias do dia, e a caça, o ministério, a constituição, as mulas, os negros, tudo é tema de discussão. Terminada a refeição, cada um pega um palito e volta para a varanda, onde os negros servem o café. Pouco a pou-

co, o silêncio volta ao recinto; os forasteiros retomaram suas mulas e seguiram os seus caminhos. O fazendeiro aproveita então essa pausa para continuar a inspeção, se qualquer assunto urgente o exigir. Caso contrário, ele volta aos seus aposentos, faz a sesta, lê os jornais, escuta os relatórios dos feitores e põe em dia a correspondência. "Às três da tarde, é hora de voltar para a mesa. A composição dos convivas teve algumas modificações. Em vez de um mascate, encontramos um cavalheiro da cidade que, por ordem médica, vem esperar no campo que o calor maior passe. Uma família de emigrantes vem pedir hospitalidade para a noite. Com hóspedes de origens tão variadas, a conversa não poderia ser desanimada. Chega-se assim ao momento em que o calor do sol começa a diminuir. Por volta das quatro ou cinco horas, todos vão respirar a brisa da tarde; o dia acabou, a não ser para os negros. Com a chegada da noite, serve-se o chá. Todos os viajantes que foram surpreendidos pelo crepúsculo nas redondezas da fazenda são convidados a tomá-lo. É o momento dos bate-papos íntimos. Muitas vezes arranja-se uma partida de cartas, e nesse caso esquece-se completamente do sono; na vida normal, porém, o crioulo se deita, e também acorda, bem cedo. Trata-se de uma regra de boa higiene nos trópicos.

"Alguns dias são dedicados à caça. Nestes, um intendente fica encarregado de cuidar dos negros. Os bosques pululam de feras e de caça de todo tipo, e o plantador não tem nada a temer do guarda-caça e nem da estação morta. É por isso que o vemos perseguindo sem descanso os javalis, as antas e os bois selvagens nessas imensas florestas. As excursões de caça duram às vezes vários dias, e ele se detém para comer na primeira fazenda que encontra no caminho, monta novamente assim que termina a refeição, corre os bosques durante todo o resto do dia e vai-se deitar várias léguas depois, em outra fazenda. Caso ele se tenha embrenhado demais na floresta, afastando-se dos lugares habitados, seus negros assam para ele uma cotia, espécie de lebre muito comum na América, acompanhada de palmito cozido em uma panela de bambu; depois disso eles constroem um rancho com galhos de árvores, fazem uma cama de folhas secas, rodeiam-na com selas de mulas que servem de defesa e se colocam do lado de fora, em torno do fogo, para proteger o sono do senhor, que dorme enrolado no casaco. Caso escutem um animal vindo para eles, dão um tiro de espingarda na direção do ruído, acreditando tratar-se de uma onça, eventualmente matam as mulas que passam por perto. Outras vezes, também, nas noites frias, um dos adormecidos acorda de repente e sacode com vigor o casaco, para expulsar uma cobra que procurava enfiar-se debaixo das cobertas a fim de esquentar-se."

Adolphe d'Assier explica-nos a seguir que nem sempre a caça é sem perigos. As cobras mordem os cães. Uma onça ferida pode arremessar-se contra o caçador inábil, ou cuja arma, como acontece amiúde no Brasil, é imprecisa demais. Diga-se que esse tipo de animal está cada vez mais raro, com o recuo da floresta.

O fazendeiro, porém, não viaja só para caçar. De vez em quando ele o faz apenas para visitar os vizinhos. Nessas ocasiões, aliás, exibe um certo luxo. Não podendo atravessar a floresta em uma carruagem, vai sempre a cavalo, ou em uma mula ricamente ajaezada. O mesmo acontecia com as damas que o acompanhavam. Uma tropa de cavaleiros o segue para lhe prestar homenagem. Os dois primeiros cumprem a função de escudeiros e vestem a libré da casa. Quanto mais numerosa a escolta, e quanto mais poeira levanta, mais importante deve ser o visitante. Contudo, às vezes a caravana é mais modesta.

"Encontrei certo dia, em uma das minhas excursões, uma família que ia de Minas para São Paulo. Uma negra forte e robusta abria a marcha, carregando na cabeça um berço com um bebê de alguns meses que ela estava amamentando, cujo único abrigo contra os ardores devorantes de um calor senegalês era uma tela leve. A seguir vinha um velho negro, sucumbindo sob o peso de um enorme cesto onde se viam, misturados, todos os utensílios da família. Com uma mão ele segurava o fardo, com a outra levava pela rédea uma mula cujos flancos estavam cobertos por uma espécie de gaiola de dois compartimentos. Através das grades da primeira pu-

de ver a figura de uma criança que tinha diante de si um pequeno macaco. Na segunda havia outra criança de frente para uma arara magnífica, com um bico enorme, plumagem vermelha e penas azuis. O fundo dessas duas jaulas servia de mala e trazia as roupas dos viajantes. O chefe da casa, com a esposa na garupa, vigiava todos os movimentos do seu turbulento grupo doméstico. Um enorme guarda-sol garantia o casal contra os furores ardentes do sol. Um cão que seguia a pé servia de escolta."[3]

E o viajante conta que o macaco, passando bem perto dele, avistou uns pedaços de rosca no grande saco de couro onde, como todos os viajantes do sertão, ele levava as suas provisões. Esticando os braços através das grades da jaula, o macaco arrancou-lhe com presteza dois biscoitos, o que provocou uma disputa com o papagaio. O guia do viajante observou que os que passavam eram gente sem importância, pois se fossem ricos teriam trazido muitos escravos e mulas para servir-lhes de escolta. E principalmente, acrescentou, não deixariam morrendo de fome os filhos nem aqueles pobres animais, que teria sido melhor deixar na floresta ao deus-dará, e assim "o senhor não teria sido roubado por aquele macaco danado".

Quando uma senhora não gosta de equitação, é transportada de outro modo:

"Ou se recorre a uma carroça puxada por seis parelhas de bois, ou então se usa uma liteira carregada por mulas. A primeira, atrelada como de costume, conduz a marcha, enquanto a segunda, colocada atrás, quase toca com a cabeça o assento da senhora. Todavia, como os buracos do caminho tornam inevitáveis os solavancos quando se quer transportar um doente dá-se preferência a uma rede suspensa numa barra bem forte, transportada nos ombros por dois negros robustos. Se a estrada é longa, a liteira é seguida por uma esquadra de negros que se revezam".[4]

De vez em quando, o fazendeiro contenta-se em ir jogar cartas no vizinho. O jogo é muito difundido na América,

chegando a tornar-se, para muitos, uma verdadeira paixão, em detrimento da poupança e do investimento produtivo. Uma das variantes do jogo é a loteria, legada ao Novo Mundo pelos conquistadores, e cujo representante, no Brasil, é o bilheteiro.

"O bilheteiro é jovem; só um jovem poderia, com efeito, satisfazer as exigências de tão penosa vida. Assim que se organiza uma loteria, o bilheteiro monta a cavalo, viaja dia e noite, no verão e no inverno, suporta no mesmo dia o fogo do sol de chumbo e o frio glacial de uma chuva pesada; só se detendo por alguns minutos durante várias semanas consecutivas, para oferecer os seus bilhetes e reparar as forças com um pouco de arroz ou de feijão. Pode-se dizer que é na sua carteira que some uma boa parte dos valores do país. Basta que ele apareça na porta de uma casa para que todos o rodeiem pressurosos, como se fosse o distribuidor da fortuna. Perguntam-lhe o nome do feliz vencedor da última loteria e apressam-se a comprar outros bilhetes; quando estes se esgotam, ele toma o caminho de volta para a cidade, faz a extração da loteria e logo a seguir parte novamente em uma nova expedição. Esse tipo de vida o desgasta rapidamente. Ele morre antes do tempo, crivado de dores reumáticas e com as pernas devoradas pela elefantíase, conseqüência demasiado freqüente das suas fadigas e da falta de todo cuidado higiênico. Os partidários das causas finais poderiam encontrar nessa morte prematura uma justa punição pelas faltas do bilheteiro, que mantém no país uma verdadeira chaga moral; mas, para dizer a verdade, nem sempre a sua carreira acaba tão tristemente. Percorrendo todas as fazendas em um raio de cinqüenta léguas, ele nota as mulatas ricas e as viúvas de uma certa idade que não podem ter pretensões aos nobres herdeiros dos fazendeiros. Escolhe aquela que lhe parece a mais conveniente, trata de seduzi-la com seus belos modos, renuncia ao ofício assim que se casa e se transforma em fazendeiro. Infelizmente para ele, o seu casamento também é uma loteria, cujos bilhetes são muito disputados."[5]

É hora de voltarmos à fazenda e aos seus trabalhos, onde, sob a autoridade do senhor, uma personagem tem o papel principal. Trata-se do feitor. Ele é o homem de confiança do fazendeiro, e é temido pelos escravos. "Ser híbrido, lembra ao mesmo tempo o sargento-ajudante de um quartel e um chefe de turma de trabalhos forçados. Descendente tanto do conquistador quanto do negro, herdou de um a ferocidade e do outro a bestialidade." Assim que nasce o dia ele soa o despertar, faz a chamada dos homens e os conduz ao trabalho. Tem por segundo outro mulato, mais escuro que ele, que vigia os escravos quando ele próprio não está presente e executa as penas disciplinares dos recalcitrantes. Com um longo chicote na mão, traz também na cintura uma enorme palmatória. Quando o segundo está presente, o feitor pode ir visitar as outras plantações, voltar para fazer o relatório ao fazendeiro, almoçar, fazer a sesta e visitar ainda outros campos.

"Se o dia lhe parece longo demais, ele volta para o local de trabalho, lança um olhar de fera sobre a tropa negra, cujas formas o trabalho e o suor salientam, faz um sinal para a mulher que lhe atraiu a atenção e entra no mato. A entrevista é curta: os escravos são antes de mais nada instrumento de trabalho, e as fantasias do feitor não se devem voltar contra os interesses do senhor. Quando a noite cai, ele dá o sinal de regresso, faz uma segunda chamada, leva os negros de volta à senzala e vai apresentar o relatório da noite. Essa tarefa ingrata é mal paga, mas muitos feitores preferem a sua posição à de juiz de comarca, tal é a maneira como sabem arredondar o orçamento com pequenas indústrias tão simples quanto lucrativas."

Surge aqui uma instituição existente também nas grandes plantações açucareiras desde a época colonial, e que se encontra também na América espanhola com diversos nomes *(pulpería, tienda de raya):* trata-se de uma loja que é ao mesmo tempo quitanda e bazar, bastante cômoda em um lugar isolado de todo o centro comercial. Ouçamos mais uma vez Adolphe d'Assier, falando-nos daquilo que é chamado por aqui de *venda,* onde são vendidos o tabaco, os cachimbos, a cachaça, a carne-seca, o bacalhau, "em resumo, todo o cardápio que pode agradar um comilão africano". Além disso, na venda podem-se encontrar também milho para os viajantes e tecidos de cores gritantes para as negras.

"É nesse lugar que negros e alforriados, nos seus momentos de folga, vão recompor o ânimo e contar as novidades do dia. Os negócios são feitos a vista, o que afasta qualquer possibilidade de perda. Quando o negro não tem dinheiro, o feitor aceita em troca café ou milho, oriundos, supostamente, da colheita que o escravo faz por conta própria no seu pequeno campo, aos domingos; contudo, uma vez que esse magro trabalho semanal não pode bastar para alimentar de cachaça uma sede diária, acontece amiúde que o café trazido ao balcão provenha dos depósitos do fazendeiro. O feitor, como homem que conhece o seu ofício e que sabe ser digno da confiança do seu senhor, fecha a cara ao ver chegar o grão suspeito e ameaça o escravo com o chicote e com a cólera do senhor, se ele não confessar a verdade. Com esse olhar inquisidor, essas perguntas inesperadas, à vista dessas correias que lhe ameaçam o lombo, o pobre-diabo perde o ânimo, joga-se de joelhos, confessa o furto e, de mãos juntas, suplica ao seu carrasco, com gemidos inimitáveis, que não o ponha a perder com o senhor e que guarde o café com o preço da discrição. Enquanto ele improvisa nessa postura as súplicas mais patéticas, o feitor vai direto à sacola dele, sem deixar de interrogá-lo, levanta-a duas ou três vezes como se fosse levá-la ao fazendeiro e, tendo-se assegurado de que foi enchida conscienciosamente, lembra-se de repente de que vai precisar de todos os seus homens válidos para abrir uma picada através da floresta dali a pouco tempo e que não é o momento de fazer aplicar uma sova cujo resultado mais certo é mandar o sovado por alguns dias à enfermaria para recompor as costas. Portanto, fazendo-lhe ponderar essas considerações, ele promete silêncio ao negro, devolve-lhe a sacola vazia e lhe dá um copo de tafiá antes de sair, para não ficar em dívida de generosidade com ele."[6]

Para aumentar um pouco mais a sua renda, o feitor pode também criar porcos ou aves, e principalmente mulas jovens, que faz domar pelos seus ajudantes e depois vende aos fazendeiros das redondezas ou aos viajantes com problemas de montaria. Quando não bebe, acumula rapidamente um belo pecúlio, o bastante para pedir demissão e sair em busca de escravos e de terras à venda para tornar-se fazendeiro. De vez em quando chega à dignidade de comendador, suprema ambição de todo português.

Nas grandes fazendas, a alguma distância do centro, podem ser encontrados pastos reservados para manadas de bois e porcos e rebanhos de ovelhas. Para cada um deles é designado um homem de cor ou um negro de confiança. Alguns desses guardiães preocupam-se mais em vender os animais aos passantes ou aos vizinhos que em vigiá-los. Para encontrar clientes, deixam a vigilância do rebanho a crianças, que, com o pensamento mais voltado para a natação ou para a sesta que para o cuidado dos animais, abandonam estes últimos à guarda de cães, que por sua vez preferem dormir a cumprir o dever. É por isso que tantos animais se desgarram, se perdem, caem em grotas, são roubados pelos vizinhos. "Certo dia o fazendeiro, passando em revista o seu gado, fica espantado ao vê-lo reduzido à metade. Interpela então o guarda acerca desse desaparecimento, e recebe invariavelmente esta resposta: *Hé peste, hé onça, hé cobra,* segundo a estação, a altitude, a natureza dos postos, etc." E contudo, entre os homens livres, o roubo é raro, o que pode ser atribuído ao mesmo tempo ao conhecido orgulho português e à riqueza do solo que, na época, responde amplamente às necessidades de todos. O escravo, em compensação, carente de tudo, mal alimentado, pega o que se encontra ao alcance da mão. Rouba mais à noite. O fazendeiro, sem saber mais como proteger os seus bens, encarrega o seu santo patrono, mediante alguns círios, de "fazer-lhe as vezes de guarda rural". Em geral, a honra cabe a santo Antônio, o santo mais venerado no Brasil. Também é ele quem protege as plantações contra os raios e até mesmo os porqueiros contra as perdas, os roubos e as doenças dos seus animais. Quando santo Antônio é notoriamente incapaz, as pessoas se dirigem ao

feiticeiro, em geral um negro alforriado ou um índio semiselvagem, semicivilizado. Adolphe d'Assier escreveu:

"Durante a minha estada no Brasil, um fazendeiro de Minas percebeu, uma certa manhã, que o seu plantel de porcos estava diminuindo sensivelmente. Desconfiando dos negros, ele organizou rondas noturnas, mas sem sucesso. Sem saber mais o que fazer, pediu auxílio a um velho negro, outrora seu escravo, e que tinha um grande renome de feitiçaria na vizinhança. O aspecto estranho desse homem estava em perfeita harmonia com a sua profissão. Em seguida a uma enfermidade que lhe havia devorado a epiderme em diversos locais, a superfície do seu corpo apresentava apenas uma seqüência de placas alternadas de branco e preto; parecia um macaco disfarçado de onça, o que explica o apelido de Onça que ele tinha na região.

"— Escuta, Onça — disse-lhe o seu ex-senhor —, se és mesmo feiticeiro, como se fala, acha o ladrão dos meus porcos. Sei que gostas de cachaça, eu te abasteço o ano inteiro. Se não conseguires descobri-lo, prepara-te para sair imediatamente das minhas terras e para exercer o teu ofício em outra parte.

"— Sua senhoria pode ficar tranqüilo — retrucou calmamente o feiticeiro; — o Onça nunca me procurou em vão. Só que, para conhecer melhor o ladrão, é bom que eu veja antes os escravos da fazenda e peço a sua senhoria que me faça chamar quando eles voltarem do trabalho.

"Essa resposta teve um bom efeito e tranqüilizou o fazendeiro, um tanto cético em relação aos sortilégios. Uma hora depois, avisado, o feitor trouxe os escravos para o terreiro. Assim que acabaram de reunir-se, o senhor mandou chamar o feiticeiro. De passagem pela fazenda, pus-me ao lado do meu anfitrião para não perder nada do espetáculo.

"À vista do Onça os negros, que conheciam a sua reputação, perceberam que se tratava de um ato de alta justiça e começaram a tremer com todos os membros. O adivinho percorreu as fileiras em silêncio, parando diante de cada escravo e contemplando-o por algum tempo com o seu olho feroz e vítreo: parecia uma serpente fascinando a sua vítima. Terminada a inspeção, voltou-se para o fazendeiro, que o seguia passo a passo:

"— Senhor, não é fácil adivinhar no primeiro olhar quem é o ladrão que o senhor procura, pois todos os seus escravos me parecem igualmente ladrões, e acho que foram vários os que roubaram os seus porcos; mas vou dizer a sua senhoria um meio infalível de descobri-los. Que o feitor vigie todos os movimentos deles. Os culpados se trairão por. . .

"O fim da frase, que não podemos reproduzir aqui *(is reus erit stercora fetidiora habita fuerint)*, aterrorizou os negros. Temendo tal prova, todos eles decidiram não tocar nos alimentos, para burlar a vigilância do feitor. Este último, preocupado com tal determinação, voltou secretamente, durante a noite, para a casa do feiticeiro, para aconselhar-se com ele; os dois concordaram em administrar um purgante, que seria disfarçado na marmita, para não despertar suspeitas. O jejum da véspera deveria, aliás, levar os negros a se atirarem sobre a comida.

"No dia seguinte, uma hora depois do café da manhã, os negros se retorciam com convulsões atrozes: os infelizes estavam envenenados. O feitor: como um verdadeiro português, só conhecia o calomelano como purgante, e, querendo garantir o seu efeito, dobrou a dose. Desesperado pelo rumo que as coisas estavam tomando, ele só falava em ir matar o Onça, autor, segundo ele, de todas as calamidades, quando lhe aconselharam a fazer com que os moribundos engolissem claras de ovos alternadas com água morna.

"A partir dos primeiros vômitos, as dores ficaram menos agudas e os sintomas, menos alarmantes. Tranqüilizado quanto ao destino do seu rebanho, o feitor lembrou-se de que tinha uma tarefa e quis aproveitar-se dos problemas dos seus doentes para arrancar-lhes o segredo. Dirigindo-se às negras que cumpriam a função de enfermeiras, ordenou-lhes que só administrassem a beberagem àqueles que tivessem confessado. O espetáculo, então, passou do trágico para o burlesco.

"— Senhor, mais um pouco de remédio ou eu morro! — urrava um negro pavorosamente lambuzado de baba e espuma.

"— Foste tu, ladrão, retrucou o feitor com uma voz tonitruante. — Conta-me tudo o que roubaste, ou deixo-te arrebentar como um cão.

"— Eu só roubei as pitangas do jardim, e nem estava sozinho: meu irmão roubou mais que eu. . . Um pouco de remédio, por favor!

"— Não estás contando tudo. . .

"— Roubei também, com o meu compadre Antônio, meia arroba de carne-seca a última vez em que saí com os tropeiros, mas isso já faz tempo. . . Um pouco de remédio, senhor, ou eu morro!

"— E dos leitões, não vais falar deles, inferno?

"— Os leitões, senhor, não fui eu, foi o meu vizinho Coelho, que me deu um pedaço.

"— Ah! Foste tu que roubaste os leitões do senhor? — urrou logo o feitor, voltando-se para outro moribundo. — E quantos pegaste? Dize-mo sem mentir em nem um, se não quiseres receber cem chicotadas em vez de remédio.

"— Senhor, eu só peguei um; foi o meu compadre Januário e o irmão dele que roubaram todos os outros.

"— O Onça havia dito a verdade. Os ladrões eram vários, e ele tivera o talento de forçá-los a confessar o crime. Assim, na manhã seguinte, de cabeça erguida, veio reclamar a sua provisão de cachaça."[7]

A fazenda tem às vezes os seus dias de regozijo, por exemplo quando se comemora o aniversário do senhor, tal como no caso desta rica fazenda na região do Rio:

"Logo de manhã as punições foram suspensas e os calabouços foram abertos. Um padre das redondezas veio rezar a missa em um vasto depósito transformado em capela. Uma mesa coberta por uma esteira serviu de altar. Do lado de fora, várias centenas de escravos de todos os sexos, todas as idades e todos os matizes estavam acocorados. Eu estava contemplando os negrinhos seminus que miavam como gatinhos selvagens no colo das mães quando, a um sinal do tropeiro sacristão, o coro das negras entoou um hino religioso. Era uma mistura de exclamações selvagens, de cacarejos intraduzíveis e articulações estranhas que não tinha nada de humano, e que teria escapado à análise do ouvido mais exercitado. Os negros retomavam o refrão do final de cada estrofe, e contemplavam a algazarra. Depois da missa rezada, perguntei

ao padre a que língua pertenciam aqueles miados estranhos. Ele me confessou que ele próprio não tinha idéia, e que nunca pensara em se informar a esse respeito. É costume, acrescentou como explicação.

"Depois da missa, todos os escravos alinharam-se no terreiro para serem passados em revista. Colocaram-se em duas linhas paralelas. A primeira, composta exclusivamente por homens, oferecia uma aparência assaz bela. A segunda, que compreendia as mulheres, os negrinhos e os bebês de peito, deixava um pouco a desejar com relação à regularidade exigida por tais cerimônias. Um feitor fez antes a chamada, e depois começou a inspeção. O fazendeiro percorria silenciosamente as linhas e se detinha diante de cada escravo, com o olhar sério e perscrutador de um velho sargento inspecionando a sua companhia. O negro, com a cabeça descoberta, o olhar baixo e os braços cruzados no peito, estendia a mão direita para pedir a bênção assim que o senhor parava diante dele, colocava-a novamente na posição original e esperava com a maior das ansiedades que o olhar inquisitivo que pousara nele passasse para o seu vizinho. As únicas reprimendas que observei foram dirigidas às negras que negligenciavam a tarefa de tirar os bichos-do-pé dos seus negrinhos.

"Terminada a revista, o meu cicerone levou-me de volta para o salão onde havia sido rezada a missa. Neste, uma nova metamorfose havia sido operada. A capela tinha se transformado em balcão, e o altar servia de escrivaninha.

"— Todas essas mercadorias que o senhor está vendo — disse ele, mostrando-me tecidos, bonés de lã, camisas, cachimbos, lenços de pescoço e toda espécie de tecidos de chita — são destinadas aos meus escravos. Tal como a maioria dos donos de plantação do Brasil, eu lhes dou o domingo livre, para que eles trabalhem no seu pequeno campo e para que destinem o produto das suas colheitas para a compra de vestuário; mas o negro, abandonado a si mesmo, só compra cachaça, e vive esfarrapado. Decidi então comprar-lhes eu mesmo toda a colheita e trocá-la pelos objetos de que precisam. É por isso que todos os domingos eu viro mercador. Tenho assim a vantagem dupla de garantir a moralidade deles e cuidar do seu asseio. Além disso, eu lhes entrego tudo ao preço de compra, como o senhor mesmo pode ver consultando as

faturas. Um feitor mantém os registros, enquanto eu distribuo os objetos que me pedem. As mercadorias mais em voga são os cachimbos e os lenços vermelhos. Apesar de toda a atenção, minha e do meu secretário, é difícil passar um domingo sem que eu perceba o desaparecimento de alguns objetos, de tal maneira o roubo parece ser o elemento desses malandros. . . "[8]

Em seguida vem a hora do almoço. Já descrevemos antes a comida da cidade. Digamos algumas palavras sobre a do campo, que é bem frugal: arroz cozido em água, feijão com toucinho e farinha de mandioca; nos dias de festa, um porco recheado e servido inteiro. Os pratos prediletos? "Uma torta que o brasileiro faz no prato cobrindo o feijão com uma espessa camada de farinha de mandioca e misturando tudo." Nada de pão nem de vinho, naturalmente. A faca faz as vezes de garfo, e um único copo serve para todos os convivas.

No entanto, nas casas dos fazendeiros ricos do litoral, que viajaram e conhecem a corte, a mesa é posta com prataria e se serve vinho francês, português ou espanhol. O arroz, o feijão preto e a mandioca estão presentes por respeito à tradição. O que na verdade se come, porém, são costeletas de porco, pernil de cabrito, peixes, aves, pão, legumes à européia. De vez em quando, os cozinheiros são formados nos hotéis franceses das grandes cidades do litoral. Não se respeita muito a higiene, principalmente os pequenos aprendizes negros que ajudam os grandes cozinheiros. As frutas não são tão perfumadas quanto na Europa, por serem aguadas demais. Mas a quantidade compensa a qualidade. E alguns frutos tropicais são deliciosos para o paladar europeu.

O *padre e o doutor*

Duas personagens tinham um papel de destaque na vida da fazenda: o padre e o doutor. O primeiro era o capelão da fazenda. Não usava batina, mas antes, para suportar me-

ao padre a que língua pertenciam aqueles miados estranhos. Ele me confessou que ele próprio não tinha idéia, e que nunca pensara em se informar a esse respeito. É costume, acrescentou como explicação.

"Depois da missa, todos os escravos alinharam-se no terreiro para serem passados em revista. Colocaram-se em duas linhas paralelas. A primeira, composta exclusivamente por homens, oferecia uma aparência assaz bela. A segunda, que compreendia as mulheres, os negrinhos e os bebês de peito, deixava um pouco a desejar com relação à regularidade exigida por tais cerimônias. Um feitor fez antes a chamada, e depois começou a inspeção. O fazendeiro percorria silenciosamente as linhas e se detinha diante de cada escravo, com o olhar sério e perscrutador de um velho sargento inspecionando a sua companhia. O negro, com a cabeça descoberta, o olhar baixo e os braços cruzados no peito, estendia a mão direita para pedir a bênção assim que o senhor parava diante dele, colocava-a novamente na posição original e esperava com a maior das ansiedades que o olhar inquisitivo que pousara nele passasse para o seu vizinho. As únicas reprimendas que observei foram dirigidas às negras que negligenciavam a tarefa de tirar os bichos-do-pé dos seus negrinhos.

"Terminada a revista, o meu cicerone levou-me de volta para o salão onde havia sido rezada a missa. Neste, uma nova metamorfose havia sido operada. A capela tinha se transformado em balcão, e o altar servia de escrivaninha.

"— Todas essas mercadorias que o senhor está vendo — disse ele, mostrando-me tecidos, bonés de lã, camisas, cachimbos, lenços de pescoço e toda espécie de tecidos de chita — são destinadas aos meus escravos. Tal como a maioria dos donos de plantação do Brasil, eu lhes dou o domingo livre, para que eles trabalhem no seu pequeno campo e para que destinem o produto das suas colheitas para a compra de vestuário; mas o negro, abandonado a si mesmo, só compra cachaça, e vive esfarrapado. Decidi então comprar-lhes eu mesmo toda a colheita e trocá-la pelos objetos de que precisam. É por isso que todos os domingos eu viro mercador. Tenho assim a vantagem dupla de garantir a moralidade deles e cuidar do seu asseio. Além disso, eu lhes entrego tudo ao preço de compra, como o senhor mesmo pode ver consultando as

faturas. Um feitor mantém os registros, enquanto eu distribuo os objetos que me pedem. As mercadorias mais em voga são os cachimbos e os lenços vermelhos. Apesar de toda a atenção, minha e do meu secretário, é difícil passar um domingo sem que eu perceba o desaparecimento de alguns objetos, de tal maneira o roubo parece ser o elemento desses malandros. . . "[8]

Em seguida vem a hora do almoço. Já descrevemos antes a comida da cidade. Digamos algumas palavras sobre a do campo, que é bem frugal: arroz cozido em água, feijão com toucinho e farinha de mandioca; nos dias de festa, um porco recheado e servido inteiro. Os pratos prediletos? "Uma torta que o brasileiro faz no prato cobrindo o feijão com uma espessa camada de farinha de mandioca e misturando tudo." Nada de pão nem de vinho, naturalmente. A faca faz as vezes de garfo, e um único copo serve para todos os convivas.

No entanto, nas casas dos fazendeiros ricos do litoral, que viajaram e conhecem a corte, a mesa é posta com prataria e se serve vinho francês, português ou espanhol. O arroz, o feijão preto e a mandioca estão presentes por respeito à tradição. O que na verdade se come, porém, são costeletas de porco, pernil de cabrito, peixes, aves, pão, legumes à européia. De vez em quando, os cozinheiros são formados nos hotéis franceses das grandes cidades do litoral. Não se respeita muito a higiene, principalmente os pequenos aprendizes negros que ajudam os grandes cozinheiros. As frutas não são tão perfumadas quanto na Europa, por serem aguadas demais. Mas a quantidade compensa a qualidade. E alguns frutos tropicais são deliciosos para o paladar europeu.

O padre e o doutor

Duas personagens tinham um papel de destaque na vida da fazenda: o padre e o doutor. O primeiro era o capelão da fazenda. Não usava batina, mas antes, para suportar me-

lhor o calor, um terno de tecido como o dos leigos; tal como eles, tinha os cabelos curtos. Dançava, conversava e brincava como todo mundo. A sua única obrigação era rezar pelo menos uma missa por domingo. Um tropeiro era o seu sacristão. Depois da missa, ele batizava os negrinhos que lhe eram trazidos um pouco de todas as partes e os inscrevia em um registro.

"Terminada essa tarefa, o novo cristão volta para o seu barraco, para os campos assim que começa a andar, trabalha enquanto as suas forças permitirem, cai um dia de esgotamento e algumas horas depois é levado ao cemitério nos ombros de quatro dos seus camaradas, que formam todo o seu cortejo. O padre só se incomoda em vir assistir o moribundo quando o negro é alforriado e pode pagar os custos do funeral; quanto aos demais, ele considera que as penas da servidão bastarão para redimi-los dos seus erros e para abrir-lhes as portas do céu. Para quê, então, são precisos catecismo, instrução, missas, sacramentos?"[9]

O padre preenche o tempo livre com atividades auxiliares que melhoram as suas finanças, às vezes bem magras. Se um fazendeiro não for rico o bastante para pagar uma missa por semana, ele se entende com os vizinhos: o padre vai de uma fazenda para outra. Pode também aumentar a sua renda criando animais ou tendo uma venda. A seguir temos mais um episódio contado por Adolphe d'Assier:

"Encontrei um dia na província do Rio um desses reverendos que percorriam as fazendas e as missas à frente de um rebanho de bois. Surpreendidos pela chuva, nós dois fomos pedir asilo ao mesmo rancho. Sentados em um banco, logo começamos a conversar:

"— Veja bem, senhor — disse-me ele, suspirando profundamente —, o ofício a que um homem da minha condição está agora reduzido. Nos tempos do rei dom João VI, tínhamos mais missas do que queríamos; desde a independência, tudo mudou. É certo que senhoras fazem rezar uma missa de tempos em tempos, mas seus maridos preferem empregar o dinheiro em bois ou mulas. É por isso que o senhor

me vê como um tropeiro. O senhor por acaso não teria conhecido durante a viagem algum fazendeiro que precise renovar os seus animais de chifre ou que tenha necessidade de um capelão?

"Eu tinha ouvido falar de uma dama das redondezas, recentemente falecida, que, querendo obedecer ao costume, havia deixado quatrocentos mil réis (mil francos) de missas no seu testamento. Não me lembrava do nome da dama, mas indiquei ao padre a aldeia onde ela morava, a poucas léguas dali. Acrescentei, para evitar qualquer decepção, que o falecimento já havia acontecido há vários dias.

"— Fique tranqüilo, senhor; se ainda der tempo, eu me encarrego de pegar esse negócio... Moleque — gritou em seguida ao seu negro — a minha mula, e rápido!

"Poucos minutos depois, o nosso reverendo partia a trote rápido, apesar da chuva que continuava com toda a força. Deixando ao negro a guarda do rebanho, foi direto ao executor testamentário e lhe propôs sem rodeios um recibo de quatrocentos mil-réis pelo pagamento de metade da soma. A proposta era sedutora demais para ser recusada; o executor, portanto, demonstrou apenas os rigores necessários em tais circunstâncias e acabou contando duzentos mil-réis."[10]

Muitas vezes, os padres desse tipo são pais de família, e todos aceitam isso. A formação teológica e espiritual deles é bastante medíocre. E também, para a maioria, a educação. Existe na fazenda uma personagem mais importante e mais instruída que ele: o doutor. Desde que o tráfico foi proibido, o preço dos escravos aumentou muito, chegando facilmente a cinco mil francos-ouro. Trata-se de um capital, e a morte de um é uma verdadeira perda para o plantador. Este, assim, não hesita em comprometer grandes somas, e quando um escravo adoece, ele é posto em uma enfermaria limpa e bem arejada, com uma farmácia nova de Londres ou de Paris. Um enfermeiro fica sempre ao lado dele. Infelizmente para eles, os negros só chegam à enfermaria quando estão esgotados e quase à morte.

O doutor trata também dos pequenos proprietários das redondezas que não são ricos o bastante para ter um médico. No passado, os médicos eram bastante raros, pois o país

não tinha faculdade de medicina e era preciso ir estudar na França ou em Portugal. Depois da independência, porém, foram criadas escolas de medicina nas grandes cidades brasileiras, com bons professores, dignos da Europa. Infelizmente, os bons médicos ficam ligados ao litoral e às grandes cidades. No interior, muitos médicos são ex-enfermeiros. Existem alguns bons médicos negros, mas estão no Rio e na Bahia.

Outras personagens

Como pudemos ver, o fazendeiro é muito hospitaleiro. Essa hospitalidade, porém, deu origem a um abuso excessivo, o mascate, um vendedor ambulante em grande escala. Este partia de Le Havre — muitas vezes era francês — com cem moedas de ouro na bolsa, desembarcava na casa de um compatriota, que lhe dava alguns conselhos, comprava uma mula para si mesmo e outra para as mercadorias e depois, com a ajuda de um guia, percorria as fazendas. Oferecia, segundo a sua especialidade, jóias, chitas, perfumaria e muitas outras coisas. De boa reputação antes de 1850, esse trabalho decaiu rapidamente, em função dos abusos constatados pelos clientes. "Já vi mascates fazerem cem contos de réis [duzentos e cinqüenta mil francos] em uma temporada e no mesmo ano voltar para a França com doze mil francos de renda". Os abusos abriram os olhos do brasileiro. Um anel incrustado com brilhantes, por exemplo, custava em Paris cem francos-ouro na saída da fábrica. O expedidor o passava adiante por duzentos e os gastos de comissão, embalagem e transporte o faziam chegar a duzentos e cinqüenta; a alfândega, ficando com oitenta por cento, fazia com que o preço subisse para quinhentos; a loja que entregava o anel, que levava cem por cento, elevava o preço a mil francos, e a venda no interior do país dobrava esse preço, elevando-o a dois mil francos-ouro. E como as damas da fazenda compravam a crédito, seus maridos emitiam uma letra de câmbio de dois mil e quinhentos francos-ouro.

"Os brasileiros, contudo, acabaram percebendo que pagavam vinte e cinco vezes o valor das jóias da esposa, e desistiram dos bons ofícios dos mascates. São sobretudo os judeus da Alsácia e das províncias renanas que sobressaem nesse comércio. O parisiense sente-se melhor vendendo perfumes e outros objetos miúdos. Os italianos trazem pequenos santos de gesso para enfeitar as capelas, ou realejos. Às vezes acontece de um mascate ir à falência, deixando no caminho a sua mula de carga, arrastada pela corrente na passagem de um rio ou perdida nos precipícios da estrada. . ."[11]

Entre as demais personagens que poderiam ser encontradas em uma fazenda, seria preciso citar o tropeiro — falaremos dele mais tarde — e também o formigueiro. As formigas eram, com efeito, muito mais numerosas, poderosas e maléficas que as suas primas européias. Quando o formigueiro era convocado, chegava um ou dois dias depois com um enorme fole de forja. Após examinar a situação, fazia com que fossem tampadas todas as aberturas que comunicavam com o subsolo, exceto a do centro, que ele aumentava para fazer dela um forno e deixar a passagem livre para o combustível e para o tubo do fole. Enquanto isso, os escravos iam para o mato cortar certas espécies de madeira. O fogo era acendido e, com a ajuda do fole, a fumaça era soprada para o subterrâneo; o formigueiro então se apressava em percorrer a casa para tampar com barro todas as fissuras por onde as formigas pudessem escapar. No dia seguinte, seus cadáveres e as construções feitas por elas na terra entravam na composição de um adubo particularmente rico.

A formiga não era o pior dos males que podiam atingir uma fazenda. Sendo a medicina e a higiene rudimentares, as doenças assaltavam com facilidade a população pobre, e sobretudo os que trabalhavam. O escravo das plantações tinha uma vida ativa que, em média, não passava de quinze anos. Mal vestido, sem poder trocar de roupa, padecia com as variações de temperatura e as chuvas tropicais. A comida era amiúde insuficiente e, a longo prazo, cansava o seu estômago. Com freqüência, ele recebia uma alimentação já estragada pelo tempo e o calor. As senzalas eram rudimentares

demais. Na ausência de latrinas, os excrementos ficavam espalhados por toda a parte. As cascas de café e outras substâncias poluíam os cursos d'água onde os negros bebiam. Por isso, em muitas plantações, encontrava-se uma grande quantidade de negros doentes e inválidos (dezenove por cento na fazenda da Conceição, em Vassouras, em 1835 e, dezesseis meses depois, dezesseis por cento mortos). Citavam-se hérnias, feridas crônicas, pernas torcidas, doenças do peito, do intestino ou dos olhos. Freqüentemente, os senhores aplicavam tratamentos que não conheciam direito. Amiúde eles acreditavam ou afirmavam que os escravos fingiam estar doentes. Às vezes, um inspetor municipal ficava preocupado: os leprosos podiam circular à vontade, e ele achava que a lepra era uma doença contagiosa. A mortalidade infantil, principalmente, era considerável: um terço, se nos basearmos nos registros de estado civil de Vassouras. A doença mais comum era uma verminose, o bicho-do-pé, que se introduzia na carne do pé e roía os dedos e a planta do pé, incapacitando os negros para o trabalho. Também eram freqüentes as doenças intestinais, sobretudo no verão, sem dúvida ligadas à presença de parasitas; no inverno, as doenças da garganta e do peito e, em todas as estações, uma coisa terrível, a erisipela, que malcuidada, transformava-se em elefantíase, cujas principais vítimas eram os negros. E a sífilis, é claro. A tuberculose, finalmente, matava todos os anos o seu contingente de senhores e de escravos.

Na ausência de médicos, todos se tratavam com remédios de comadres ou com receitas vindas dos índios ou dos negros, algumas delas com uma eficácia nada negligenciável. Recorria-se ao curandeiro, ao feiticeiro.

"Conhecidos pelos escravos de Vassouras como curandeiros, quimbandeiros e cangiristas, e pelos portugueses como feiticeiros, eles empregavam diversos remédios, inclusive ervas e outras substâncias, prescritas de acordo com todo um ritual. Para a tuberculose, a erva-de-santa-maria, a erva-de-passarinho e a erva-grossa eram moídas em um pilão e bebidas em infusão ou despejadas no banho; essa receita devia ser tomada de manhã, em jejum. Para a disenteria, uma infusão feita de seta-sangria e tapoeiraba branca era despejada em um banho de água morna, no qual o paciente ficava até que a água esfriasse. A infusão também podia ser bebida. Para a bronquite e a coqueluche, tomava-se um xarope de cipó-chumbo fervido, açucarado e coado. O escorbuto e os problemas de pele eram tratados com agrião."[12]

Veremos de que maneira os progressos da medicina acabaram penetrando nas fazendas do interior, onde foram ainda mais apreciados pelo fato de o escravo, como já dissemos, ser um capital cujo valor crescia a cada ano.

Aliás, tudo mudou nas fazendas da região do Rio depois de 1870. Os escravos ficaram caros e foram se emancipando pouco a pouco. As terras se esgotavam e as formigas faziam estragos cada vez maiores. Ofereciam-se prêmios aos inventores de inseticidas. Um deles, a capanema, teve até certo êxito: tratava-se de um produto para ser introduzido no centro do formigueiro. Muitos o misturavam com água para que se espalhasse por todos os canais, e depois punham fogo, o que provocava explosões. Os resultados não pareciam conclusivos. Eliminadas as formigas, restavam os gafanhotos, os passarinhos, a ferrugem e as chuvas torrenciais que erodiam o solo. E com o desaparecimento das florestas, o clima mudou e as estações tornaram-se irregulares.

Os agricultores tentaram remediar todos esses males. Para lutar contra o esgotamento das terras e responder às necessidades do mercado, esforçaram-se para desenvolver uma certa policultura. Para compensar a falta de escravos, desenvolveram o maquinismo agrícola, comprando despolpadores, descorticadores, ventiladores, separadores e tostadores, combinados às vezes numa única máquina que era chamada de "brasileira".

Para resistir às crises cíclicas que sacudiam a economia internacional (1857, 1867, 1873) o fazendeiro recorria aos bancos. Mas as possibilidades destes eram bastante limitadas, e sabemos que em 1888 os fazendeiros de Vassouras tiveram de pedir uma moratória de cinco anos para pagar suas dívidas.

Isso aconteceu porque, por volta de 1808, o café de São Paulo superou o do Rio. Café de São Paulo, café novo, baseado no trabalho livre de imigrantes vindos do nordeste, de Minas e também da longínqua Europa. Surgia em São Paulo outro Brasil, que dominará a economia brasileira durante cinqüenta anos. Falaremos disso mais adiante.

CAPÍTULO IV

UM FRANCÊS NA ZONA PIONEIRA

No Brasil, entre 1850 e 1870, havia diversas zonas pioneiras. Dedicaremos um capítulo a São Paulo e ao sul. O nordeste e o norte também tinham, a seu modo, zonas pioneiras. Não vamos nos afastar, aqui, do Rio de Janeiro, mas escolher uma região a sudoeste da província de Minas, a província do ouro e do diamante — não a parte mineira, mas a selvagem, o vale do Carangola, que só tinha uma vantagem: ser um subafluente do Paraíba, o grande rio cujo vale une São Paulo ao Rio e que, após banhar a pequena cidade de Campos, desemboca no Atlântico ao norte do Rio. O Carangola, portanto, a norte do Paraíba, ficava em um território onde só se podia penetrar subindo os rios, e onde a segurança do viajante era ameaçada sem cessar pelas chuvas, pelos animais ferozes e até mesmo por índios selvagens, os famosos puris.

Alexandre Brethel, jovem bretão

Foi nesse vale que, em 1862, veio se instalar um jovem bretão, Alexandre Brethel[1], desafortunado estudante de medicina que não conseguira terminar seus estudos. Em um primeiro momento, ele pensou em embarcar para os Estados Unidos. Contudo, apareceu uma oportunidade e ele viajou para o Brasil. Partiu um pouco triste mas adaptou-se bastante bem, e casou-se em 1864 com uma jovem brasileira descendente de um francês, que dominava a língua francesa. Quanto a ele, era gerente de uma fazenda pertencente aos

sogros. Bem rápido reuniu dinheiro suficiente para abrir uma farmácia e tornou-se um verdadeiro médico. Finalmente, tornou-se proprietário de uma fazenda (1870), o que reforçou mais ainda a sua posição de notável, em uma região onde tivera êxito.

O que impressionava, naquela região ainda virgem onde Brethel acabou se instalando, era a abundância de água. Por toda a parte havia rios, navegáveis mas amiúde difíceis de cruzar. Era preciso recorrer a barcos indígenas. Vejamos o que escreveu Brethel:

"Mais um rio, largo e profundo; uma canoa indígena presa a um cipó à margem espera o viajante; o leve esquife que um índio dirige atabalhoadamente o leva até a outra margem, e o cavalo, seguro pela rédea, segue a nado. Quando falta a embarcação, é preciso passar a vau: o cavalo entra na água, o cavaleiro tira os estribos para ficar preparado em caso de acidente e chegam do outro lado, às vezes molhados como patos, cavalo e cavaleiro".

Foi um infortúnio desse tipo que mais tarde desencadeou em Brethel uma paralisia progressiva das pernas. Leiamos o comentário de Françoise Massa, editora de suas cartas:

"As pontes são muito raras, com efeito. Quando existem, são com freqüência construções improvisadas: um tronco, às vezes dois, ligados por tábuas, jogados por cima do rio. Construídas dessa maneira grosseira, resistem mal às intempéries, às cargas que devem suportar e principalmente ao pisoteio das tropas; além disso, muitas vezes são levadas pelas cheias. A inauguração de um ponte em uma das vias de circulação vitais para a economia foi um acontecimento importante, marcado por diversas cerimônias; rezou-se uma missa, seguida pela bênção da obra, assistida pelos proprietários das fazendas das redondezas. Guilhermina [esposa de Alexandre Brethel] contou à sua sobrinha Marie uma inauguração a que ela havia assistido: 'Os carpinteiros que fizeram a ponte não permitiram que nenhum cavaleiro passasse por ela antes que fosse benzida. Percorremos a ponte nova seguindo a procissão, mas com um tempo tão ruim, minha

cara, que não parava de chover'. Em 1877, Alexandre descreveu uma dessas chuvas devastadoras: 'Só chuvas, só dias de sofrimento para o Carangola, o rio crescendo, transbordando, inundando as aldeias ribeirinhas, levando pontes, móveis, derrubando casas, afogando animais e pessoas...' Também ele, a seu modo, teve de enfrentar o problema da travessia dos rios que passavam pela sua propriedade. De vez em quando ele lembrava a construção de uma ponte, ou os malefícios do rio Perdição, que levou embora essa obra. A estação das chuvas era o momento mais dramático para as comunicações. Todos os deslocamentos paravam, pois o Carangola ficava 'enterrado em um oceano de lama'. As trilhas mal traçadas em uma terra espessa e pegajosa tornavam-se impraticáveis durante vários meses por ano. Só alguns pedestres aventurosos e bem equipados podiam continuar a deslocar-se. "Vestem-se então apenas com um culote, que levantam até o joelho, e uma camisa; portam um horrível chapéu de palha, uma faca grande e um cajado longo; com esse equipamento, estão preparados para todas as eventualidades do caminho, para chapinhar na lama, atravessar rios a nado, matar uma cobra ou defender-se contra um bandido'.[2]

Além disso, lembra Françoise Massa, nos casos como esse os cavalos não servem para nada. Com freqüência, atolam até o peito. E contudo as distâncias são grandes, nesse país onde só são contadas em léguas; desse modo, o cavalo é quase indispensável. Quando Alexandre era chamado para atender a um doente, podia facilmente ter de fazer de dez a quinze léguas, ou seja, de sessenta a noventa quilômetros, um dia inteiro a cavalo ou em lombo de mula. Falando dos caminhos no Carangola ele escreveu: "Eles escalam as montanhas e descem com elas, verdadeiros quebra-costas que serpenteiam nas planícies e param de repente nos rios". A tais dificuldades é preciso acrescentar os perigos da estrada: os animais selvagens, os temporais repentinos. No segundo caso, as pessoas se refugiavam na habitação mais próxima. A fazenda era o caravançará dos forasteiros que percorriam a região. Por sua vez, Alexandre recebia em casa hóspedes de passagem, como os fazendeiros do vale do Paraíba que já estudamos. Esses visitantes eram, às vezes, do tipo papa-jantares.

"Pedimos cartas de recomendação para os habitantes das primeiras localidades. Cada uma dessas pessoas, por sua vez, dá-nos cartas para os lugares mais afastados, e desse modo viajamos anos sem ter preocupações com pouso e comida. Onde faltam cartas, instalamo-nos na casa do padre."

Um tal isolamento levava, sem dúvida, a uma economia fechada de auto-suficiência, a não ser nas fazendas localizadas perto dos rios. A ferrovia podia mudar tudo. Em 1870, falando de um amigo, Alexandre Brethel escreveu: "Ele quer nos dar uma ferrovia no Carangola; eu gostaria, mas não acredito... Quando as ferrovias forem para o interior, a produção [de café] vai aumentar bastante. Temos além disso o açúcar: a cana-de-açúcar cresce magnificamente no Carangola, mas os custos de transporte nos impedem de exportar o açúcar; fabricamo-lo apenas para o nosso consumo". Os esforços desse amigo acabaram triunfando, mas foi apenas em 1885 que o trem parou em Santo Antônio.

Foi em 1865 que Alexandre abriu uma farmácia em Tombos de Carangola, posto que o *Almanaque Laemmert* não registrasse nenhuma nas redondezas, em um raio de vinte léguas. Em novembro de 1864 ele obteve uma autorização, assinada pela mão do imperador, de "ter botica aberta". Instalou-se em uma casa que existe até hoje e fez vir da França potes, almofarizes e pilões. Consagrou trinta mil francos à compra de "drogas" e "elixires", isto é, duas vezes e meia o que havia ganho desde a sua chegada ao Brasil. Entre a medicina e a farmácia, a lei o obrigava a escolher, e ele optou pela farmácia, sabendo bem que continuaria a exercer também a medicina. Com esse ofício duplo, ele teria acabado fazendo fortuna, se não houvesse sido em seguida obrigado a ocupar-se da fazenda do sogro, que, por motivos de saúde, passou-lhe a tarefa. Isso acabou sendo pesado demais para ele, e a doença, por volta de 1868, obrigou-o a abandonar a farmácia para dedicar-se apenas aos trabalhos agrícolas e aos pacientes que porventura viessem ainda consultá-lo na fazenda.

Antes de tratar a si mesmo, Alexandre havia tratado muitos doentes, baseado na experiência adquirida nos hospitais franceses. Havia aparentemente mais mortes causadas por doença que pelos animais ferozes e répteis peçonhentos que infestam o país. Além do mais, para defender-se dos animais,

o brasileiro andava sempre armado. Mesmo assim Constança, a cozinheira, foi picada por uma cobra. Alexandre tratou dela e proibiu-a de amamentar suas filhas gêmeas. Essas cobras eram temíveis. A picada da *Crotalus mutus*, ou surucucu, era mortal. Em 1878 Alexandre contou ao tio, que ficara na França, que um dos seus melhores bois só tinha durado duas horas depois de uma picada dessas. A morte costumava acontecer depois de algumas horas, na melhor das hipóteses um dia. No fim da vida, Brethel redigiu um vademécum para a sua família para os casos de picada de cobra, fruto da uma longa experiência. Nas florestas era preciso ter cuidado também com o jacaré e o tigre, como diziam os franceses, na verdade onça, que ainda é encontrada hoje em dia no vale do Carangola, e contra a qual são organizadas caçadas.

Entre as doenças de que fala Alexandre, a disenteria e a diarréia são talvez as que mais aparecem. Estas eram doenças específicas dos meses secos, quando as águas ficavam estagnadas. A comida também favorecia o desenvolvimento desses males, que no início eram devidos a parasitas e bactérias de todo tipo. Supunha-se que os legumes cozidos em água, as verduras e a abóbora causavam dores de barriga, contra os quais "a pimenta é o melhor remédio". Acreditava-se que a couve apenas cozida em gordura quente fosse fácil de digerir. Havia nisso, evidentemente, erros manifestos sobre os processos digestivos. Não há dúvida de que as verduras mal lavadas podiam causar amebíase e outras parasitoses. Consumidas em grande quantidade, a celulose que continham podia cansar os intestinos já sobrecarregados. Mas os legumes cozidos em água não podiam fazer mal algum. Por outro lado, se a pimenta era capaz de estimular a produção de anticorpos contra os parasitas, o seu consumo excessivo também irritava as paredes do tubo digestivo. Como homem do seu tempo, além de tudo francês, Alexandre Brethel não falava de comida como médico, mas antes como gastrônomo:

"Em matéria de legumes, picam-se couves duras como pele de tubarão, que são refogadas na gordura durante cinco minutos e servidas. A carne é sempre grelhada. Os palmitos também são picados em pedacinhos e jogados na gordura no fogo, onde crepitam igualmente por cinco minutos; são ser-

vidos quentes, mas não mais cozidos, por exemplo, que a couve".

E Brethel parecia ter saudade do cozido e da couve com toucinho. Para a disenteria, ele tinha um remédio simples: de seis a oito gramas de raiz de ipecacuanha, servidos em infusão ao paciente.

Outro aspecto interessante: Brethel constata três afecções graves de que Adolphe d'Assier nunca falou: a febre amarela, a tuberculose e o tétano. Quanto a este último, sabemos apenas que foi a causa da morte do filho de um de seus empregados. O bacilo de Nicolaiev ainda não havia sido descoberto, e o nosso médico atribuiu a esse tétano uma origem "verminosa". As causas da tísica tampouco haviam sido estabelecidas na época. No mês de maio de 1882 — foi nesse ano que Koch descobriu o bacilo que leva o seu nome — um dos empregados de Alexandre é gravemente atingido por ela. "Tenho sérias dúvidas de poder curá-lo", escreveu ele. Contudo, uma semana depois ele notou uma melhora. "Talvez os seus tubérculos se curem por resolução, Deus queira." Depois disso, não voltou a falar do assunto. Quando a febre amarela irrompeu no Rio, Alexandre Brethel assinalou o fato na sua correspondência. A epidemia nunca chegou até o Carangola, mas a capital foi posta de quarentena. "Aqueles que para lá vão, fazem-no com risco da própria vida, e as trocas com o resto da província foram interrompidas." No Rio, aparentemente, a febre ataca com mais dureza as pessoas que não são da cidade. A doença era atribuída ao calor. "A febre amarela se deve, diz-se, à liberação de cloro dos oceanos sob a ação das altas temperaturas. O oceano é composto por quatro quintos de cloreto de sódio; ocorre então uma catálise na atmosfera, o cloro absorve o oxigênio e forma o ácido cloroso. A composição do ar, modificada assim tão profundamente, é a causa da doença." (Larousse do século XIX)

Tal como os seus contemporâneos, com exceção, talvez, de Expilly, Brethel ficou muito mais impressionado pelas belezas do Brasil que pelo que ele tinha de feio, cantando a flora e a fauna:

"Está escutando esse roçar de arbustos, esse barulho de folhas secas? Arme a sua carabina e procure acertar a anta entre os ombros, ela vem beber no rio... Os tangarás ou dançadores. São pássaros que dançam. São cinco, o músico fica no galho mais alto, os quatro dançarinos ficam em escada nos galhos mais baixos. Têm o tamanho de um pardal, e um belo vestido de baile: cabeça amarelo-laranja, corpo verde-escuro, patas de um negro acinzentado. O músico solta um trinado, os dançarinos remexem as plumas; a música continua e os pássaros dançam no compasso; saltam em cadência de um galho a outro, sobem, descem, sucedem-se uns aos outros: chega a suspensão, todos param. Outra música, outra dança. No fim, dançarinos e músicos ficam esgotados. As patas tremem de fadiga... músicos e dançarinos alinham-se no mesmo galho, põem a cabeça sob a asa, escondem uma das patas na penugem do ventre e adormecem".[3]

Brethel descreveu também os homens que o rodeavam. A um tio eclesiástico, ele descreveu a indumentária dos seus confrades no Brasil: "Botas de montar, calça forte, cinturão e faca de caça, jaqueta ou casaco fechado no peito e grande chapéu de feltro ou de palha que protege do sol ou da chuva". Os padres só se distinguiam dos fazendeiros pela tonsura. Mais interessante era talvez a atitude de Brethel com relação aos escravos. Ela permite entender a provação que era para um imigrante o contato da sua sensibilidade com a escravidão.

"Meu cavalo estava descendo uma ladeira íngreme, descendo passo a passo a estreita trilha cingida pela floresta virgem, e os últimos raios do sol brincavam, agonizantes, na imensa abóboda de verdor; de vez em quando eu sentia que o meu cavalo se agitava; era uma cobra assustada que deslizava sob o mato rasteiro. A tarde estava bela. Os pássaros escolhiam os galhos para dormir e chamavam o sono com os seus cantos mais alegres; as flores fechavam a corola exalando os seus mais doces perfumes e... sempre a floresta e os seus mistérios, de onde se elevavam mil ruídos desconhecidos.

"Eu estava triste, a minha imaginação errava, pensativa, e, com a alma predisposta à divagação, eu pedia a Deus o segredo do meu ser, o segredo dessa vida doentia que arrastei em tantas posições diversas, em tantos países diferentes, quando o meu olhar se deteve no fundo do vale em qualquer coisa branca que logo desapareceu, e em dois homens que montaram a cavalo e subiram a trilha que eu estava descendo. Quando chegaram ao meu lado, perguntei aos homens quem eram aqueles negros, e o que eles haviam acabado de fazer... enterrar uma criança escrava, responderam-me eles e, calmos como estátuas de bronze, desapareceram em uma virada do caminho.

"Alguns minutos depois, cheguei à beira de um riacho, a terra recentemente revolvida na borda da floresta indicava uma tumba, guardada por uma cruz feita de galhos de árvore... Desci e, colhendo algumas flores, depositei-as ao pé da cruz... Pobre criança, pensava, és feliz, não conheceste nada dos sofrimentos do mundo, viveste poucos dias e adormeceste; dorme, dorme, criança, o sono é a felicidade, pois para ti, principalmente, a tumba é a liberdade.

"E para afastar essa cena, que respondia às minhas divagações dizendo-me que a vida, como a morte, era um enigma para o qual eu procurava em vão uma palavra... mentira, talvez, tanto para uma como para a outra... apressei o meu cavalo para chegar à habitação vizinha, onde pedi hospitalidade."[4]

Encontro com os índios

Quanto aos índios, surgiam como vítimas para quem os europeus haviam trazido a desolação e a morte. O álcool continuava a dizimar aqueles que haviam sobrevivido a duzentos anos de servidão. "Hoje os índios que restam, pelo menos nesta parte do Brasil, são inofensivos, embriagam-se sempre que podem, todos os dias a bebida faz vazios entre eles e daqui a alguns anos uma tribo, a dos puris, ou adoradores do fogo, terá desaparecido completamente." De fato, para escapar à civilização, os puris mergulharam no interior, subindo em direção às províncias de Minas e do Espírito Santo. As florestas do Carangola haviam sido, por um certo tempo, o refúgio ideal. A chegada dos bandeirantes e dos fazendeiros voltou a empurrar os índios para regiões mais ocidentais e mais virgens. Os que ficaram trabalhavam para esses novos invasores, desmatando e ajudando na agricultura. Na estação ociosa eles voltavam para a floresta, onde viviam de pesca e de caça, e só retornavam para trabalhar junto aos brancos a fim de pagar, com os salários ganhos, a aguardente que os destruía, mas que se lhes tinha tornado indispensável.

"Esse processo de semi-assimilação, que não é acompanhado por nenhuma tentativa de adaptação progressiva, por nenhuma ajuda ponderada, equivale, a curto prazo, ao desaparecimento desses indivíduos acuados, sem defesa suficiente para resistir à pressão dos brancos. Em 1861, Zaluar assinalava a presença em Queluz, na fronteira das províncias de São Paulo e Rio de Janeiro, de uma velha índia, sobrevivente de uma tribo puri estabelecida na região. O mesmo fenômeno de desaparecimento será repetido no Carangola. Por volta de 1830... existiam nessa zona várias centenas de índios. Trinta anos depois, esse número havia diminuído consideravelmente: quando Alexandre se instalou em São Joaquim, havia já apenas uma aldeia de puris estabelecida nas terras de Monlevade, e alguns grupos isolados vivendo nas florestas. Em 1886 Alexandre assinalará que não restavam mais de cinco ou seis indivíduos."[5]

O que se sabe a respeito da vida cotidiana dos índios puris? Uma gravura que ilustra a *Viagem ao Brasil*, de Maximilien de Wield, mostra-nos os índios na floresta, dormindo em redes presas entre dois troncos de árvores, entre as quais, apoiada um pouco mais alto, uma barra horizontal segura enormes folhas de helicônia ou de patioba (e também de bananeira, aparentemente, quando se está perto de uma plantação). Arcos e flechas estão encostados em uma árvore, e cães esqueléticos atiram-se latindo sobre os visitantes. Isso dito, as informações que temos sobre esses índios são con-

traditórias. Apresentados às vezes como ferozes e antropófagos, são nesses casos assimilados à tribo dos botocudos. De vez em quando aparecem como covardes e traiçoeiros. Outras vezes, dão a impressão de viverem em harmonia com os brancos. Os europeus consideram-nos bastante feios.

"Têm a tez cor de bronze claro; são balofos, troncudos e de porte médio. Têm o rosto largo, um pouco pasmados, com cabelos negros que caem espessos e duros sobre a cara. As mulheres trançam uma parte dos cabelos em um penteado preso atrás, deixando o resto cair negligentemente. A testa deles é larga e baixa; têm o nariz um pouco achatado; os olhos pequenos e um pouco puxados, quase parecidos com os dos chineses, a boca muito grande e os lábios bastante grossos. Para melhor ressaltar essas diversas belezas, há na expressão deles uma forte marca de parvalhice, transmitida sobretudo pela boca sempre aberta."[6]

O arco e as flechas já serviam apenas para se defenderem dos animais selvagens e para matar a caça. Mas os territórios de caça não ofereciam mais tantos recursos desde a penetração européia na região, pois as florestas desapareceram, e com elas os animais. Os caçadores, alcoólatras, já não tinham mais a mão tão firme quanto a dos seus ancestrais. Por isso, viviam subnutridos. A família de Manoé, conhecida por Alexandre, era amiúde abastecida por ele. Em contato com os brancos, os índios adotavam a indumentária deles, o que os tornava ainda mais miseráveis: "Um velho chapéu de feltro sem fundo, uma camisa em farrapos e calças completamente furadas que mal desciam até os joelhos". Continuavam, no entanto, a usar o colar de dentes de onça e de presas de javali que era o seu amuleto. Mesmo que fossem batizados, conservavam a fé no deus Tupã, que reinava sobre a floresta. Aliás, muitas vezes, aceitava-se o batismo em troca de uma garrafa de álcool.

Seria melhor a condição do escravo? Alexandre não se pronuncia. Ele parece ter ficado chocado com a escravidão, mas a campanha abolicionista quase não tocou o Carangola, que só a conhecerá em 1888, poucos meses antes da abolição completa. Antes de 1870, ele estava preocupado principalmente com o clima de insegurança e violência que reinava nas fazendas. Falava muito em suas cartas dos assassinatos de senhores cometidos por seus escravos. Uma vez ele evocou o castigo infligido a um escravo que havia fugido após tentar matar o seu feitor: "Esse negro receberá o chicote durante quinze dias; o chicote brasileiro faz sangrar a cada golpe, só se bate no peito e nas costas, e todos os dias as feridas são abertas a faca e tratadas com vinagre, aguardente, água e sal ou suco de limão". E acrescenta: "Fica-se com medo dos nossos próprios escravos, que de um momento para outro derrubam alguns de nós". Ele cumpria o seu papel de branco escravagista, sem deixar de ressentir-se com a crueza disso.

Alexandre Brethel, proprietário de fazenda

Em 1870 Alexandre Brethel tornou-se fazendeiro em tempo integral na fazenda cuja direção, há dois anos, ele compartilhava com o sogro. O falecimento deste entristeceu-o — ele admirava o pioneiro —, mas também proporcionou, para ele, a esposa e as filhas, um certo bem-estar, além de alguma respeitabilidade social.

"Esses cem mil francos que tenho atualmente não me permitiriam viver na França como vivo no Brasil, com um pessoal numeroso. Aqui, não faço menos de seis mil francos de renda, amiúde mais; houve um ano em que fiz dezoito mil francos. Na França a minha renda não iria além de três mil francos, o que é insuficiente para a minha mulher e minhas filhas, e para mim, doente como estou, exigindo muitos cuidados, muitas despesas. . . "

Agricultor responsável, Alexandre tornou-se uma pessoa muito atenta ao clima e à meteorologia, e em particular aos seus excessos, calores intensos ou chuvas torrenciais: "O calor era grande, a ponto de mal se respirar [março de 1873] Comi um ovo quente mais ou menos cozido ao

sol... Aqui as galinhas não chocam os ovos, mas defendem-nos do sol, que poderia, se elas deixassem, transformá-los em ovos moles". O calor era acompanhado de violentos temporais:

"Uma louca orgia dos elementos, uma catarata de chuva, rios de relâmpagos, um caos de trovões e de ventos que arrancaria os chifres de um boi... Um temporal espantoso desaba sobre o nosso vale. As pessoas da casa rezam. Se o temporal continuar, toda a minha gente vai se refugiar no meu quarto, e então eu lhes darei um curso humorístico sobre a eletricidade. Bum, bum, bum, tudo vai bem. Um clarão formidável, um raio logo em seguida, o trovão cai, vem o granizo, as pessoas rezam ainda, mas as vozes tremulam".

Em 1877, a tempestade levou uma parte do teto.

O calor forte demais pode causar catástrofes, e o fazendeiro teme o sol de dezembro e de janeiro, na época de formação das espigas, pois se a temperatura for alta demais, haverá mais palha que grãos. Em 1877, um excesso de água seguido por uma longa seca danificou as colheitas. "Comeremos neste ano uma das sete vacas magras do Egito, muito pouco milho, muito pouco café, nada de feijão, nada de arroz." Contudo, esse clima tem uma vantagem: o inverno à maneira européia é praticamente desconhecido.

A casa do fazendeiro estava situada no vale da Perdição, bastante largo. No horizonte, as colinas onde os cafeeiros cresciam. Em volta da casa, as árvores frutíferas: laranjeiras, limoeiros, jaboticabeiras, etc. Um pouco mais abaixo no pequeno vale, as plantações de milho, arroz, cana. A casa, de dimensões médias, tinha apenas um andar, e se elevava a meia encosta. Era feita de pedra, enquanto as senzalas dos escravos e as casinhas dos trabalhadores livres eram de taipa. A fazenda de São Joaquim não estava na categoria das maiores, nem das mais luxuosas, e Alexandre Brethel era membro da classe média dos proprietários fundiários. Mas sua casa não deixava de ter alguns requintes: vários salões com forro, alguns cômodos atapetados, especialmente os quartos. O desenho era tradicional: no térreo, os depósitos e os diferentes cômodos que serviam de celeiro ou de quarto para o pessoal

doméstico, com dois deles cuidadosamente fechados a chave: a farmácia e a adega. No primeiro andar, os cômodos de habitação: quartos, um salão de refeições, a cozinha e as suas dependências, e principalmente uma grande sala iluminada por dez janelas que davam para a frente. A mesa da sala de refeições acomodava vinte e oito convivas. Nada de esteiras de bambu ou redes, e sim, à européia, camas, tamboretes, mesas, e "tenho até uma coisa que se parece, com muita boa vontade, a uma escrivaninha". Mais tarde, Alexandre fez vir da cidade um piano, que suas filhas gostavam de tocar.

Nessa fazenda viviam, em 1874, vinte e sete pessoas. Nada que se comparasse à fazenda de Santana, onde moravam mil e quatrocentas pessoas. No próprio vale do Carangola, na fazenda de Vidigal, o vizinho mais rico de Alexandre — sua fortuna era dez vezes maior que a dos Brethel —, as senzalas podiam acolher de duzentos a trezentos escravos. A casa também se conformava ao desenho clássico. No térreo, os depósitos e um salão por onde entravam as visitas antes de subir a majestosa escada de madeira que levava ao primeiro andar. Uma sala continha as selas, os arreios e o tronco que servia para castigar os escravos. Duas outras escadas davam acesso ao primeiro andar, onde se sucediam quartos, salas, salão de refeições, cozinhas, banheiros à antiga, com suas banheiras monumentais. No canto sul da casa, uma sala muito grande, muito alta, "sem forro que ocultasse uma estrutura de grossas traves de madeira dispostas em serra, de um belo efeito". A duzentos metros dessa casa-grande ficavam as senzalas de taipa, cobertas com telhas, para os escravos. Um pouco mais adiante estava a capela. Diante da casa-grande ficava o terreiro, onde os grãos de café eram postos para secar. Do outro lado, a serraria, acionada por uma roda d'água, e o moinho, o engenho. Em resumo, uma paisagem que se parecia em muito à encontrada, vinte anos antes, no vale do Paraíba e em torno a Campos e ao Rio de Janeiro.

"E no entanto, nem sempre Alexandre se sentia à vontade entre os outros fazendeiros. Ele suportava mal a violência e a duplicidade que reinavam no Carangola. Os habitantes daquelas plagas não pareciam atrapalhar-se muito com os princípios morais; se dermos crédito ao nosso bretão, o

Carangola era a selva, um lugar de lobisomens. Várias vezes, na sua correspondência, ele diferenciava a zona litorânea civilizada, onde segundo ele os homens respeitavam um código que os defendia dos ataques e dos abusos dos demais, do interior das terras, onde reinava a barbárie. Nelas, o interesse particular era a única regra em vigor. Nessa região, difícil pelas condições de vida encontradas, pela vegetação, pela fauna e pela luta que o homem devia levar para nela se instalar, tudo era violência, prova de força. Essa violência não existia apenas nas relações entre senhor e escravo. Entre vizinhos, no seio da própria família, não só, como em toda parte, as pessoas falavam mal umas das outras, se invejavam e se trapaceavam, como também levantavam falsas acusações, roubavam e matavam impunemente. No Carangola, a eqüidade, a justiça e a humanidade eram valores menores, amiúde pisoteados, o que provocava em Alexandre um mal-estar que culminou por ocasião do processo que um vizinho tentou mover contra ele por cumplicidade em homicídio."[7]

Vamos entrar na casa-grande de São Joaquim em um dia comum. As dimensões da casa e o número de habitantes davam ao desenrolar da vida cotidiana um ritmo "simples e familiar", como atesta o seguinte trecho da correspondência de Alexandre:

"São duas da tarde; os trabalhadores estão roçando o cafezal; um pedreiro trabalha no andar térreo da casa, onde estou fazendo um depósito para guardar pelo menos dez mil quilos de café. Guilhermina e Guieta lavam a roupa miúda; Joana e as duas mulatinhas gêmeas estão costurando na sombra de uma laranjeira, vigiando, contra os ataques das galinhas, dos patos e das galinhas-de-angola, o arroz que seca ao sol; a cozinheira está preparando o jantar; Camila, sua filha mais nova, dorme como se dorme aos dois anos; Rita, a lavadora, está batendo a roupa pesada no rio; eu, escrevo-te".

Voltaremos, mais adiante, à esposa e às filhas de Alexandre. Quanto a ele, ficava quase sempre no seu quarto, onde trabalhava, lia, estudava e fazia a correspondência. Tinha sem

dúvida assinaturas de um ou vários jornais locais, que começaram a sair a partir de 1875: *O Lagense, O Jardineiro,* a *Gazeta de Itaperuna* ou *O Itaperunense.* Recebia também os jornais do Rio, em especial o *Jornal do Comércio,* que o mantinha informado sobre a atualidade política e econômica nacional e internacional. A família mandava-lhe jornais da França: *Le Monde, Le Monde Illustré, La Saison* e outros mais. Suas leituras eram muito variadas. Interessava-se por arqueologia, história das religiões, medicina, agricultura. Sua família brasileira conserva ainda artigos consultados por ele sobre problemas médicos: venenos, picadas de cobra, etc. Ele próprio fez alusão a uma tese de medicina lida em 1885. Informava-se sobre a construção de usinas de açúcar, sobre novos formicidas. Em 1900, propôs a inoculação das formigas com uma doença animal do tipo da peste das galinhas.

Lia a literatura brasileira. No início da sua carreira, anexava às suas cartas extratos das obras lidas na época, como por exemplo a "Canção do Exílio", de Gonçalves Dias, ou a lenda de Tamandaré, o Noé indígena. Mas evoca também os autores franceses do seu tempo: quando da morte de Victor Hugo ele entremeou a sua correspondência com versos do grande poeta. Gostava de Georges Ohnet. Tal como todos os brasileiros cultos, interessava-se pela filosofia positivista de Augusto Comte, que porém não lia sem dificuldades. No conjunto, tinha mais ou menos os mesmos gostos que o público brasileiro. Mas não se limitava a um papel passivo. Era um criador.

"Durante as horas tranqüilas da tarde, quando o sol forte demais obrigava a fazenda a diminuir o ritmo das suas atividades, ou à noite, quando tudo dormia, Alexandre tomava da pluma. Escrevia para a família, redigia as suas lembranças, compunha poemas e canções. Alguns foram mandados para a França; outros, escritos nas páginas em branco de um livro de contas, estão ainda no Brasil, mas a maior parte desapareceu. A Bretanha era o tema tratado com mais freqüência, mas surgiam também o amor e a morte, tema obsessivo em um doente que sentia a diminuição das suas forças. Em outros momentos um barulho, um perfume, eram motivo para um parágrafo ou uma estrofe, e é para nós a evocação

de um aspecto do Brasil: os pássaros, os cafeeiros em flor, a cortina de fumaça que se ergue das queimadas da floresta abatida."[8]

Escrevia em francês, mas também em português, língua que falava bem, apesar de um certo sotaque.

Preso à fazenda São Joaquim, Brethel manteve mesmo assim a sua atividade médica. Como não podia mais ir à cabeceira dos doentes, recebia-os em casa, ou cuidava deles por correspondência. Escrevendo ao tio, disse: "A toda hora doentes vêm me consultar, ou são mandadas informações sobre eles. No primeiro caso, freqüentemente tenho de escutar histórias muito compridas, depois refletir, coordenar o conjunto e preparar os medicamentos. No segundo, é preciso às vezes que eu escreva longamente, dando uma resposta minuciosa para o tratamento, e ainda preparar os medicamentos". (1874)

Antes de mais nada ele dirigia a plantação, cujos trabalhadores, preguiçosos por natureza, supervisionava. Sua doença, porém, atrapalhava-o bastante, pois não podia inspecionar como gostaria os campos de café. "A minha perna direita está melhor. . . Bem entendido, essa melhora da perna direita trouxe o seu resultado psicológico: mexi-me um pouco mais, e todo o meu pessoal ficou de orelha em pé. . . Depois do jantar, fui passear a quinhentos metros da casa, onde cinco dos meus escravos, três negras e dois negros, estavam trabalhando." Quando a noite caía, os escravos voltavam do trabalho, as crianças vinham rezar as orações da noite no quarto do doente e pedir a bênção de Alexandre.

De vez em quando amigos e visitantes vinham perturbar o ritmo monótono da fazenda. Esta, como todas as fazendas da época, era o único pouso possível para os viajantes, que às vezes se detinham apenas para tomar um banho. Entre as visitas costumeiras, citemos o seu vizinho, amigo e confessor, o padre Gonçalves Nunes, que também era um rico proprietário e havia sido secretário particular do bispo de Mariana; Saint-Edmé de Monlevade, rico proprietário da região do Berry, imigrante capitalista no Carangola, e sua esposa Rita; o parente dos dois, Fernand; e também seu contramestre, Marechal, que Alexandre conhecera na França, e que também viera trabalhar no Carangola. Outra Monlevade, Jeanne Monlevade Pais Leme, também vinha vê-los para lhes falar da vida na corte, dos almoços na fazenda de Santana em companhia do conde d'Eu e da princesa imperial. Também vinha o doutor Portela, primeiro governador do estado do Rio. Uma ou duas vezes também um médico napolitano, aparentemente um pouco aventureiro, e os fotógrafos que iam de fazenda em fazenda para perpetuar os traços da família dos fazendeiros. Até mesmo o mercador de escravos aparecia. "Vinha geralmente das províncias do norte com a sua tropa de infelizes, homens, mulheres e crianças que ele tentava vender ao longo de todo o seu caminho. A caravana percorria assim centenas de quilômetros até que a mercadoria fosse vendida. O mercador então voltava para o norte a fim de se reabastecer, para fornecer mão-de-obra às fazendas do sul, mais gulosas de pessoal."[9] De vez em quando apareciam missionários corajosos que iam evangelizar os índios selvagens ou tomar posse de uma paróquia situada mais para o norte. A todos ele oferecia bebida, comida e, se fosse a hora, pouso. Em geral era à noite que havia mais gente. "Sempre temos viajantes que vêm passar a noite", escreveu ele em 1877, "há bastante animação. Assim, ontem à noite fizemos música; depois falamos da França, da Itália, da Rússia, da Turquia e principalmente do Brasil, que é uma terra bendita, mas povoada, pelo menos nas nossas florestas, por pessoas esquisitas."

Finalmente, ele não hesitava em guardar em sua casa, por alguns dias, os doentes que lhe traziam. Foi esse o caso de um menino trazido pelo pai, em quem ele diagnosticou um abcesso profundo no quarto inferior da coxa esquerda e uma "diátese escrofulosa", que, na linguagem da época, queria dizer uma fraqueza que predispunha à tuberculose.

Os trabalhos dos campos

Contudo, era a gestão da sua empresa agrícola que mais ocupava Alexandre Brethel. A propriedade media cerca de duzentos e cinqüenta hectares, embora uma carta da sua cor-

respondência desse a entender que ela tinha oitocentos. Que proporção das terras era cultivada? É difícil dizer, mas pode-se afirmar que, pouco a pouco, todas foram sendo destinadas à cultura. Em 1865, Alexandre escreveu: "Vou aumentar em dez mil pés de café a cultura do meu sogro". Essas árvores deveriam começar a render-lhe quatro ou cinco anos depois. Em 1874, ele colheu quinze mil quilos de café, segundo as suas previsões, alguns anos mais tarde seriam colhidos cinqüenta mil. Isso equivale a uma plantação de cinqüenta a sessenta hectares. Apesar dessas indicações, as cifras propostas são muito incertas. Os momentos mais duros da cultura do café são as épocas de capinagem, que acontecem várias vezes por ano, e os quatro ou cinco meses que dura a colheita. Françoise Massa fornece-nos um calendário dos trabalhos agrícolas em São Joaquim:

Janeiro Semeadura do feijão Plantação da mandioca	*Julho* Colheita do feijão Colheita do café
Fevereiro Plantação da mandioca Capinagem dos cafezais	*Agosto* Colheita do café Colheita do café
Março Capinagem dos cafezais	*Setembro* Desmatamento Desmatamento Semeadura de milho Semeadura de arroz
Abril Capinagem dos cafezais Colheita do arroz	*Outubro* (Cafezais em flor)
Maio Colheita do milho Colheita do café	*Novembro* Limpeza dos cafezais Transplante das mudas de café
Junho Colheita do café Desmatamento	*Dezembro* Capinagem dos cafezais Plantação do arroz Limpeza do milharal

Nas suas cartas, Alexandre aludia com freqüência à necessidade de limpeza dos campos, em fevereiro, quando se plantava a mandioca, em abril-maio, antes da colheita do café, e em novembro-dezembro. O clima quente e úmido dos trópicos obrigava a capinar constantemente. T. Davatz, em seu *Mémoires d'un colon au Brésil*, explica que depois da chuva a terra adquiria uma força vegetativa que não tinha equivalente na Europa, a não ser em estufas.[10] O próprio Alexandre escreveu: "A mondadura dos cafezais ocupa-me muito, não sei como vou conseguir fazê-la; mas é preciso que essa mondadura seja feita e eu a farei". Esse tipo de trabalho requeria um trabalhador para cada mil pés. Alexandre tinha portanto que recorrer à mão-de-obra vinda de fora, pois os seus escravos não bastavam. Além disso, os grãos de café não amadureciam todos ao mesmo tempo. Segundo a região e a temperatura, eram precisos de quatro a seis meses para terminar a colheita; e durante esse tempo era necessário executar outros trabalhos, o que agravava ainda mais a penúria de mão-de-obra. Em princípio, a colheita começava em meados de maio e ia até o início de setembro. Ao mesmo tempo, porém, era preciso enviar para o Rio o café do ano anterior, preparar o terreno para a semeadura e cuidar dos outros cultivos. Ainda mais porque longe das grandes estradas, São Joaquim vivia uma economia quase fechada. Portanto era necessário produzir por si mesmo os cereais, a farinha, o açúcar, a banha de porco, as aves, a carne e os legumes — e até mesmo, no início, o algodão para vestir os escravos. Em 1877 o clima foi desastroso, forçando a fazenda a comprar de fora: carne-seca, banha, feijão; tudo isso representava dois ou três mil francos de despesas extraordinárias. E sabemos que em 1887 a pequena população da fazenda consumia dois mil litros de feijão, outro tanto de arroz, e vinte e quatro mil de milho. Deste último Alexandre plantou vinte hectares, pois era preciso alimentar também os animais. Somemos a isso o inhame, que servia para a engorda dos porcos, e a batata-doce. A cana-de-açúcar e o cacaueiro eram cultivados unicamente para consumo doméstico. Mesmo assim, logo foi preciso renunciar ao cacau, por falta de mão-de-obra. A criação de aves não dava muito trabalho, mas a de porcos exigiu o desmatamento de três hectares de floresta, para dar-

lhes um pasto. "Sem porco", escreveu ele em 1873, "o Brasil é impossível. Toda a nossa comida é preparada com banha de porco, não temos manteiga, ou então ela é de muito má qualidade e em pouca quantidade. Assim, dom Porco é o nosso pássaro dourado, a meta dos nossos sonhos." Portanto, ele criava uma centena desses animais, e não há dúvida de que uma parte da banha e do toucinho era vendida para fora. São Joaquim possuía ainda algumas cabras, umas poucas ovelhas e bois de tiro e de trabalho. Em 1878, Alexandre lamentava-se por ter apenas cinco dos dez bois necessários. Para terminar, as pessoas andavam a cavalo e as mercadorias eram transportadas em lombo de mula.

Brethel e os seus escravos

É interessante observar a atitude de Alexandre em relação aos escravos. Ele próprio vivia reclamando da falta de pessoal. Só podia contar com os seus próprios escravos, pouquíssimos. Mas não sabemos quantos eles eram. Françoise Massa, em suas conversas com um bisneto de Alexandre, obteve o nome de alguns deles:

"Bernardino, que morreu por volta de 1960, e que guardava do senhor uma lembrança emocionada; Chico, Sebastião, Santana, Carapina, Ana, Isabel e Constança, aos quais podemos acrescentar três nomes citados em diversas ocasiões por Alexandre: Rita, Modesta e Romana. Não deve ter havido muitos outros. Alexandre sempre se recusou a comprar escravos; os que ele tinha vinham da esposa, que os trouxe como parte do dote. Nenhum deles, aliás, trabalhava nos campos. Constança, por exemplo, que aparece com freqüência na correspondência, era a encarregada da cozinha. Alexandre brincava amiúde a respeito dessa hábil cozinheira que, a despeito da ajuda das cinco filhas, só lhe oferecia um cardápio bem medíocre. Sabemos que Rita e Romana eram encarregadas de outros trabalhos domésticos, principalmente da costura e da lavanderia".[11]

Havia nisso uma atitude bastante peculiar, bem idealista à maneira do senhor, e que anunciava o triunfo da mão-de-obra livre dos "colonos" na época da República, isto é, após 1889. Brethel já tinha, para o trabalho no campo, muitos colonos. Os escravos que participavam do trabalho agrícola ou que abriam caminhos na floresta ficavam longe dos trabalhadores livres, e tinham um rendimento fraco. "Os meus escravos são pouco numerosos", escreveu ele em 1887, "e muitos deles não fazem quase nada para mim." É verdade que se tratava de uma época tardia, na qual o colonato paulista já havia em parte substituído a escravidão carioca. Não apenas os escravos não eram substituídos, como também os velhos e doentes representavam antes um peso improdutivo que uma ajuda para o nosso fazendeiro. Ao contrário de alguns, Alexandre conservou junto de si os seus escravos, válidos ou não. Parece portanto que a vida dos escravos em São Joaquim era bastante feliz e, além de uma fuga em 1873, nenhum outro incidente jamais ocorreu na fazenda. Alexandre estava sempre armado, ao mesmo tempo contra os animais e contra os homens, mas ninguém pensava em atacá-lo, apesar de que os assassinos já não se contavam em volta de São Joaquim. Talvez, também, ele fosse protegido pelos seus talentos médicos? Diante de tal situação, que não era geral, fica mais fácil entender o que escreveu Ida Pfeiffer em 1859, no seu *Viagem de uma mulher à volta do mundo:*

"Sou com certeza uma grande inimiga da escravidão, e saudarei a sua abolição com uma alegria inexprimível. Mas nem por isso deixo de repetir que o escravo negro colocado sob a égide da lei desfruta de um destino bem melhor que o do felá livre do Egito e de muitos camponeses europeus que gemem ainda sob o peso das corvéias. O que mais parece contribuir para que o destino do escravo seja preferível ao de um camponês submetido à corvéia é que a compra e a manutenção do primeiro são dispendiosas, ao passo que não se gasta nada com o segundo".

É por isso que também Alexandre pensava em fazer vir mão-de-obra estrangeira livre. E por que não da sua terra natal? "Por enquanto", escreveu em 1875, "não vejo outra so-

lução além de colonos bretões, três ou quatro famílias, se elas quisessem expatriar-se e vir morar aqui." Mas esse projeto não teve seqüência. Assim, no momento das colheitas, era preciso se valer do que estivesse disponível; e Alexandre, médico, empregava até os seus pacientes. Um índio veio lhe trazer um peru e mostrou-lhe uma ferida que tinha no pé. Alexandre disse-lhe: " 'Eu vou curá-la; fique comigo. Eu lhe darei remédios e você colherá café para mim, e eu lhe darei além disso três francos por dia e um copo de aguardente.' O meu índio ficou, o nome dele é Serafim". O inconveniente dos índios era a sua instabilidade. Por isso, Alexandre dava preferência aos mulatos e aos negros livres. Na verdade, o núcleo ativo e seguro era formado por trabalhadores livres, habituais da fazenda, pagos por tarefa ou por dia. Eram alojados em pequenas casas de taipa — cujo agrupamento, na província de São Paulo, chamava-se *colônia* — e para prover as próprias necessidades, cultivavam um pedaço de terra, que o patrão deixava à disposição deles. Encontramo-nos aqui, portanto, com uma situação bastante diferente da que era vivida em Vassouras, descrita antes, ou na região do Rio, onde a mão-de-obra escrava formava o essencial da força de trabalho.

Para dirigir todo esse pessoal, Alexandre era assistido por um administrador e por um contramestre. Por volta de 1885, o administrador deixou-o para se estabelecer por conta própria em umas terras cedidas por Alexandre. Terá sido influência dele? Alexandre revelou ser um agricultor informado e prudente, o que lhe permitiu superar as crises da economia cafeeira brasileira da época. Era preciso ter cuidado, pois os fazendeiros recebiam todos os anos um "empréstimo de campo", com garantia da colheita futura. Se esta fosse ruim, ou se o preço internacional do café abaixasse demais, vinha a falência. Brethel, porém, deu um jeito de nunca ter nada com esse tipo de empréstimo. No fundo, geria a sua empresa agrícola como um grande agricultor francês da época. E, de certo modo, a policultura que praticava abrigou-o contra os acidentes mais sérios da monocultura. O sistema parece ter funcionado bastante bem, pois, dez anos depois de instalar-se, a sua produção era suficiente para que ele pensasse em construir uma descorticadora de café. Acionada por uma roda

d'água, ela permitiria tratar não só o seu próprio café como também o dos vizinhos. Além disso, foi acoplado à descorticadora um moinho de cana, para extrair o suco com o qual se fabricava, além do açúcar, a cachaça para as necessidades domésticas.

O trem

A chegada da estrada de ferro modificou muito a vida no Carangola. Foi só em 1874 — que atraso em relação a Vassouras, ligada ao Rio por volta de 1850! — que as autoridades da província aceitaram a idéia de uma linha que fosse de Campos a Santa Luzia de Carangola, e decidiram subvencioná-la. Desse modo o Carangola perdeu o caráter de enclave. Pela ferrovia escoavam os produtos do norte da província e do sul de Minas. O primeiro trilho foi colocado em Campos no dia 14 de junho de 1875, na presença do imperador, da princesa Isabel e do conde d'Eu. Em 1877 a linha só chegava até Travessão, a dezessete quilômetros de Campos. Finalmente, em 1881, após seis anos de evasivas, interrupções e retomadas, o trem chegou a Porto Alegre (hoje Itaperuna), a uns quarenta quilômetros da fazenda São Joaquim.

Foi em Itaperuna que Guilhermina e Joana tomaram o trem pela primeira vez, em 1884. Foram até Campos. Viagem terrível. Joana foi obrigada a deitar-se, de tanto que o trem sacudia. Saindo às seis da manhã, as duas chegaram a Campos à uma e vinte da tarde, ou seja, mais de sete horas para fazer os cento e sessenta quilômetros, com doze paradas. A demora era devida a essas numerosas paradas e ao traçado sinuoso da via férrea, que fazia alguns desvios para servir as fazendas de personagens importantes. Contudo, sempre que possível ela seguia as curvas de nível, evitando assim as pontes e túneis. Mesmo assim foram precisas três pontes nesse trajeto, para atravessar os rios.

Ao mesmo tempo outra ferrovia, a Leopoldina, explorada pelos ingleses, atravessava a província de Minas e se di-

rigia, igualmente, para o norte da província do Rio, passando por Santo Antônio de Carangola. Em 1888, a Companhia do Carangola foi comprada pela Leopoldina, que fez a junção das duas linhas. A partir desse momento, as tropas de mulas deixaram de transportar café até Campos, mas continuaram ligando as diversas fazendas às estações da estrada de ferro.

Nesse mesmo ano, assistiu-se à abolição definitiva da escravidão. Alexandre não se tinha antecipado à lei, apesar do seu liberalismo. Ele sem dúvida acreditava que os escravos estariam mais protegidos contra a vida se continuassem seus escravos, em vez de se transformarem em homens livres. São Joaquim não sofreu muito com a abolição. Uma exceção que se soma às outras que semeiam a história de Alexandre.

CAPÍTULO V

TRADIÇÃO E MUDANÇA NO NORDESTE

Após ter vivido algumas semanas no mundo do café, chega a hora de visitar aquilo que foi, originariamente, a glória e a riqueza do Brasil: o nordeste, e sobretudo as suas duas grandes metrópoles, Recife e Salvador; a primeira à frente da província de Pernambuco, a segunda encabeçando a da Bahia. Muitas vezes, aliás, as cidades eram conhecidas pelo nome das províncias. Recife e Salvador assistiram, no século XVI, ao nascimento da produção de cana e de açúcar de cana, objeto das cobiças estrangeiras. Em 1630, os holandeses se apoderaram de Pernambuco e das capitanias vizinhas, e lá ficaram até 1654. Salvador era então a capital do Brasil, condição que conservou até 1763. O açúcar brasileiro conheceu um certo declínio no final do século XVII, em virtude da concorrência das Antilhas inglesas, francesas e holandesas. Contudo, a descoberta do ouro em Minas, por volta de 1700, veio salvar a economia brasileira e a portuguesa. No século XVIII, a velha civilização dos engenhos de açúcar, dos senhores de engenho, dos lavradores e dos escravos que viviam em senzalas perto da casa-grande do senhor subsistia ainda, e resistiu até o século XIX. No entanto, após a Independência, muitos engenhos menores desapareceram em proveito daqueles que, nos tempos de dom Pedro II, eram chamados de "engenhos centrais", que faziam açúcar com a cana de diversos proprietários e lavradores. Durante a República assistiu-se ao desenvolvimento da usina, ainda mais importante e que, pouco a pouco, foi comprando todas as terras produtivas.

Na época que iremos ver, a aristocracia rural do açúcar tinha-se deslocado para as cidades, e conservava a casa-grande apenas como casa de campo, em meio aos canaviais, confia-

dos a um gerente. O sobrado, a grande casa urbana, havia substituído a casa-grande, enquanto nos subúrbios se amontoavam os mocambos, para os pobres. Desse modo desenvolveu-se uma nova vida nas cidades, para onde foram transportados os hábitos do campo, adaptados ao meio urbano.

Vista geral de Recife

Comecemos por Recife, aonde podemos chegar em companhia de Adolphe d'Assier:

"A primeira impressão que se tem quando se desembarca em Pernambuco é quase de desilusão. Enquanto me aproximava dessa cidade, estava sob o encanto de uma paisagem esplêndida. O vigia mal havia acabado de gritar 'terra' e avistamos no horizonte uma linha negra e ainda indecisa. Pouco a pouco, o litoral foi-se desenhando; às massas escuras sucederam-se os matizes azulados e logo a seguir casas deslumbrantes, enquadradas por coqueirais que acompanhavam os terraços verdejantes na beira do mar, tinham-nos anunciado a chegada de uma grande cidade. Negros de formas atléticas, cuja única vestimenta era um calção, vinham buscar os recém-chegados em pequenas canoas carregadas de laranjas, bananas e abacaxis para os passageiros que iam ficar a bordo. O mar costuma ser encapelado nestas paragens, e aquele que quer descer a terra não fica muito tranqüilo quando vê o pouco-caso com que os barqueiros jogam os passageiros nas pirogas e enfrentam as ondas que, a cada instante, ameaçam lançá-los contra os rochedos que guarnecem a entrada da baía. Começa-se por fazer descer o passageiro em uma poltrona, com a ajuda de cordas e de polias, ao nível das embarcações; ele fica ali, suspenso alguns instantes sobre o abismo, até que uma canoa atirada pelas ondas venha até ele. Um negro vigoroso apanha-o rapidamente com seus braços robustos, deposita-o na canoa e a impele a força de remos em direção à muralha granítica contra a qual vêm se quebrar as águas do oceano. Esquiva-se das

vagas com maravilhosa destreza, desliza de repente por uma abertura surgida como por milagre no meio dessa barragem gigantesca[1] que protege a cidade e entra na baía. É preciso resignar-se a enfrentar a poltrona, os negros, o esquife, o mar e os escolhos, e ao cabo de meia hora chega-se são e salvo à inevitável alfândega".[2]

Uma vez em terra, o viajante ficava impressionado com o contraste entre o ar fresco do mar e o pesado calor da cidade, e também com as longas filas de escravos que transportam os fardos, mas principalmente com os urubus, as aves de rapina encarregadas da limpeza pública.

"Os muçulmanos têm o abutre e os americanos o urubu. Trata-se de um animal maior que um corvo, muito mal emplumado, negro, fedido, pestilento. As suas funções municipais o tornam tão sagrado para os brasileiros quanto outrora o íbis e o icnêumon para os ribeirinhos do Nilo. O que acontece em Pernambuco ou no Rio explica à perfeição o que se passava em Tebas ou em Mênfis. Qualquer animal que destruísse os gafanhotos ou os ovos dos crocodilos, as duas pragas do Egito, era alvo de mimos, carinhos e de toda as atenções: tratava-se de um salvador, um deus. Fortuna parecida coube ao urubu".[3]

A cidade de Recife compreendia duas ilhas separadas pelos braços de dois rios que se lançavam no mar na altura do porto, por trás do recife propriamente dito. Um pouco para o norte, sobre uma colina, estava a cidade de Olinda, bairro residencial dos agricultores. Estes, com soberba, não hesitaram em tratar por mascates os comerciantes de Recife. A cidade era dividida em três paróquias: a própria ilha de Recife, ou seja, o porto, Santo Antônio e Boa Vista. Encontravam-se nela dezessete igrejas ou capelas, além da capela anglicana. A estas era preciso somar dois monastérios, três conventos, seis hospitais públicos ou particulares, um teatro, o palácio de governo, a alfândega, a prisão, o arsenal da marinha, o arsenal militar e três quartéis. Para a instrução pública, a cidade tinha um liceu, duas escolas de latim e sete escolas primárias. Dispunha ainda de três gráficas, que publicavam

dois jornais diários e três periódicos, e que também editavam livros, de tempos em tempos. As ruas eram parcialmente pavimentadas, e iluminadas à noite por trezentos e sessenta lampiões. As quatro fortalezas que defendiam a cidade eram muito antigas: o Forte do Picão, no extremo do recife, o Brum e o Buraco, nas praias para o lado de Olinda, e finalmente o Forte das Cinco Pontas, ou Pentágono, na parte sul da cidade.

Nas ruas de Recife

De acordo com o viajante americano Daniel Kidder, as casas de Recife tinham uma estrutura original, em relação às das outras cidades do Brasil. Vejamos, por exemplo, a do cônsul americano. Ela tinha seis níveis. O térreo, ou depósito, servia de dormitório, à noite, para os domésticos. O segundo piso estava reservado para os escritórios, o terceiro e o quarto para as salas e quartos, o quinto para a sala de refeições e, finalmente, o sexto para as cozinhas. Trata-se da mesma imagem que nos deu Gilberto Freyre, reproduzindo um desenho de L. Cardoso Aires.[4] A vantagem é que não se sentiam na casa os odores da cozinha. O inconveniente é que era preciso transportar tudo para o último andar, inclusive a água necessária para a cozinha, o que não se fazia sem perigo de inundação dos andares inferiores, por menos que o escravo encarregado do transporte escorregasse na escada. Acima da cozinha havia uma espécie de observatório envidraçado, de onde a vista era magnífica.[5] Podia-se contemplar a vasta baía de Pernambuco, limitada ao norte pelo promontório de Olinda e ao sul pelo cabo Santo Agostinho. A baía estava quase sempre repleta de jangadas, cujas velas latinas davam à paisagem um encanto todo especial. Além dos movimentos do porto, viam-se passar ao largo os navios que iam para o norte ou para o sul. É preciso acrescentar também os navios de guerra, mas estes ficavam pouco tempo em Recife. Os maiores não podiam transpor a barra. Os outros eram obrigados a deixar no porto todas as suas cargas explosivas, para evitar qualquer explosão nos limites da cidade. Muitos navios se contentavam em ancorar no Lameirão, na parte externa do porto, o que lhes permitia manter contato com a terra sem ter de pagar nenhum direito.

Contudo, muitas casas guardavam ainda o velho estilo do tempo da ocupação holandesa: uma fachada estreita, prédio alto e gelosias de madeira nas janelas. A rua principal era a da Cruz. Na sua parte norte, perto do arsenal da marinha, ela era bastante larga e imponente. Em compensação, no outro extremo, apesar dos edifícios altos que a guarneciam, era tão estreita quanto as ruas que a cruzavam. Uma única ponte (por volta de 1840) ligava essa parte da cidade a Santo Antônio, um dos bairros principais. Em 1824 essa ponte foi reconstruída após ter sido destruída, nesse mesmo ano, por uma revolução. Dos dois lados da ponte havia bancos que permitiam que as pessoas viessem à tarde desfrutar do frescor da brisa marítima.

Santo Antônio era o bairro mais bonito da cidade. Nele se encontrava o arsenal do exército, diante do qual fora construído um cais que acompanhava o rio. Ao longo dos muros havia bancos onde era agradável sentar-se de manhã ou no final da tarde, mas, durante o dia, a ausência de árvores para fazer sombra tornava esse espaço insuportável. As ruas do bairro eram largas e elegantes. Uma ponte, muito mais maciça que a precedente, permitia a travessia do outro rio, a fim de se chegar à capela inglesa. Para Kidder, que visitou a cidade entre 1835 e 1840, a sua construção era bastante moderna, e ela era freqüentada pelos membros da colônia inglesa. O bairro era bem grande, residencial. Havia nele alguns edifícios importantes, na beira do rio, para o comércio. O resto era coberto de casas térreas, afogadas no verdor dos seus jardins — sítios, tal como se diz em Recife. As ruas não eram pavimentadas, e se encontravam no pior estado de abandono. Apesar da beleza natural do lugar e do clima, que exigia as mais estritas regras de higiene, as ruas dos subúrbios eram sujíssimas e exalavam um odor nauseabundo. Os caminhos eram cheios de buracos, onde se acumulava a água da chuva. Mesmo a cavalo as pessoas ficavam cobertas de lama.

Os subúrbios de Recife, apesar desses inconvenientes, eram muito pitorescos e agradáveis. Todos os bairros tinham algo de interessante. A seguir lemos o relato de um passeio, feito por Kidder:

"Passando por Boa Vista e entrando à direita, chega-se ao Mondego, à Soledade, ao Manguinho, à Ponte de Uchoa e, um pouco mais adiante, deixando a beira do rio, a uma légua e meia de distância, à pequena aldeia chamada Beberibe. No Manguinho morava o reverendo Austin, pastor da congregação inglesa, com cuja família passamos horas agradáveis. Certa manhã, fomos a cavalo na companhia dele até a aldeia de que acabamos de falar, e que, durante as guerras holandesas, teve uma grande importância. O caminho era arenoso, mas em boa parte à sombra. As grandes casas antigas do lugar estavam mal conservadas, e o número de habitantes era insignificante. Fizemos uma visita ao juiz local, a quem presenteamos com uma grande quantidade de publicações religiosas. Visitamos também, na mesma direção, os lugares chamados Monteiro e Paço da Panela. Outra manhã dirigimo-nos para o bairro da ponte da Madalena, na direção da Várzea. Após caminhar mais de uma légua, fomos cair em uma esplêndida estrada nova, margeada por canaviais esplêndidos, que dominava um panorama magnífico. Em seguida viramos à direita, por uma estrada particular, e, depois de visitar o engenho de açúcar da família Torre (engenho da Torre), atravessamos o rio em um lugar chamado Ponte de Uchoa. Na verdade, como não havia ponte alguma no lugar, atravessamos de barco, puxando os cavalos pelas rédeas e forçando-os a passar a vau ou a nado, segundo a profundidade.

"As cercas perto da cidade são parecidas às das redondezas do Rio, mas mais exuberantes. Muitas casas têm uma construção cara, e de gosto perfeito. Mostraram-nos uma cuja varanda estava repleta de estátuas. O proprietário era um rico mercador de escravos, e certo dia um piadista penetrou na cocheira — há já alguns anos — e deu-lhe de presente um carregamento inesperado de escravos, pintando de negro o rosto de todas as estátuas."

Kidder descreveu também outro bairro:

"Madalena, à esquerda de Boa Vista, é outro bairro favorito da cidade. Chega-se a ele por uma esplêndida ponte de pedra. A legenda que reproduzimos, gravada na rocha de uma das colunas da extremidade, informa ao caminhante que pode passar livremente, sem no entanto fazer alusão aos animais e aos carros:

'Do Augusto, o poderozo braço
Te franquea um livre passo'. [*sic*]

"O atual presidente da província, barão de Boa Vista, residia então nesse bairro, e quando da nossa visita, vimos em construção muitas belas residências.

"Esse bairro apresenta uma bela aparência e, segundo informações de um amigo brasileiro em companhia de quem nós o visitamos pela primeira vez, é realmente encantador nos dias feriados. Os 'dias feriados', se dermos ouvidos a muitos naturais do país, são aqueles a que estão subordinados todos os demais. É na época das festas que a natureza produz os frutos mais saborosos e as flores mais belas. Velhos e jovens esperam *as festas* com viva ansiedade. Pessoas humildes e pessoas abastadas gastam então sem contar. Os ricos exibem a sua opulência e os pobres chegam às vezes a vender o seu último escravo — que é considerado aqui como o mais indispensável dos bens — para comprar roupas novas, jóias e doces para as festas. Apesar de tais festas surgirem de vez em quando no meio do ano, as do Natal são as mais animadas, pois, nesse momento, todas as atividades são paralisadas por várias semanas. A coincidência dos dias feriados de Natal com o apogeu da estação quente deixa os brasileiros tão satisfeitos quanto as pessoas do hemisfério austral ficam satisfeitas por ter então os dias mais curtos do ano, para passá-los perto do fogo ou em esportes de inverno. No Brasil, ao contrário, tudo na natureza parece convidar ao lazer e ao repouso. As pessoas aproveitam a ocasião para fazer passeios e excursões no campo".[6]

A visão de Pernambuco que os visitantes estrangeiros nos proporcionam é de turistas. Antes de penetrarmos o interior das casas, vamos fazer também um passeio pela Bahia. Caso se queira conhecer uma cidade que represente mais exatamente a civilização portuguesa no Brasil, escreveu Adolphe d'Assier, é para a Bahia que é preciso ir. De todas as cidades do litoral, não há nenhuma mais encantadora.

"Sem dúvida a parte baixa, junto ao mar, ainda tem cheiro de negro e de febre, mas não há nada de tão deslumbrante como a esplanada que domina a baía e para a qual a brisa traz continuamente o ar puro e fresco do oceano. Essas colinas, que eu já tinha saudado em Pernambuco como uma aparição da terra prometida, reencontrei-as na Bahia e mais tarde no Rio de Janeiro, sempre inundadas de luz e de perfumes".[7]

O viajante entrava com o navio no Recôncavo, a grande baía de todos os santos que deu o nome à cidade e à província, e seguia até o porto, em torno do qual se estendia a cidade baixa, constituída por uma única rua paralela à margem. Tratava-se da Rua da Praia. Nela estavam as principais casas de comércio da cidade e a alfândega, por onde passavam todas as mercadorias importadas, ao passo que todas as exportações deviam ser controladas pelo consulado — alguns dos depósitos que se encontravam por ali, segundo se dizia, estavam entre os maiores do mundo. Em torno dos desembarcadouros pululavam centenas de embarcações de diversos tamanhos e categorias. Na praia havia um grande espaço livre que servia de mercado. Perto dali erguia-se um edifício moderno, a Bolsa. No entanto, os comerciantes ainda não o utilizavam muito, preferindo uma sala comum onde havia tempos estavam acostumados a reunir-se. A cidade baixa não era muito bonita: os prédios, já em 1840, pareciam velhos. A rua era estreitíssima, acidentada e muito mal pavimentada. A vala, tal como nas cidades medievais, estava situada no meio da rua, o que fazia com que esta fosse de

uma sujeira repugnante. Não por isso era menos repleta de vendedores ambulantes e de carregadores de toda espécie. O uso de veículos era quase impossível, em função do mau estado do calçamento e da diferença de nível com a cidade alta, cujas únicas vias de acesso eram ladeiras muito íngremes. Era por isso que se via por ali uma multidão de negros, grandes, atléticos, em pares ou em grupos de no máximo quatro, que transportavam suas cargas suspensas por grandes varas colocadas no ombro. Outros ficavam nas portas das casas fazendo pacotes ou deitados na passagem, ou dormindo nas esquinas como enormes serpentes negras, reluzindo sob o sol. Os que dormiam costumavam ter uma sentinela encarregada de acordá-los quando eram solicitados. Tal como os seus confrades no Rio, eles cantavam e gritavam enquanto trabalhavam, mas eram mais lentos. Uma categoria especial consagrava-se ao transporte de pessoas em cadeirinhas. De fato, era fatigante para um branco subir a pé até a cidade alta. De modo que freqüentemente se encontrava em uma esquina ou praça uma fila de cadeirinhas fechadas com cortinas, cujos carregadores, chapéu na mão, cercavam os possíveis clientes dizendo: "Quer cadeira, senhor?" Na Bahia, as famílias precisavam ter uma ou duas cadeirinhas, com o número de negros necessários, como em outras partes as pessoas tinham carruagens e cavalos. Naturalmente, a qualidade do uniforme vestido pelos carregadores indicava a nobreza e os recursos da família.

Algumas das ruas que ligavam a cidade baixa à alta ziguezagueavam ao redor de profundas ravinas. Outras subiam devagar, paralelamente ao barranco, como um grampo de cabelo. A cidade a que se chegava já parecia ao viajante dos anos 1830-1840 uma cidade antiga marcada pela glória da época colonial, quando era ao mesmo tempo a capital do açúcar e do Brasil, até 1763. As ruas eram pavimentadas. Nas partes baixas de um relevo urbano bastante acidentado, algumas belas fontes permitiam captar as águas das nascentes e dos riachos que desciam das colinas. Na praça principal estava o palácio do governador, mas a atenção do viajante era mais atraída pelas magníficas igrejas e conventos que semeavam a cidade: a Misericórdia, a igreja e a casa dos jesuítas, a igreja de São Francisco e a capela dos terciários de São Fran-

cisco, a igreja e o convento das carmelitas, Nossa Senhora da Graça e muitas outras, todas em estilo barroco, como se a época barroca houvesse marcado a Bahia por toda a eternidade.

A propósito das igrejas, Daniel Kidder conta uma história curiosa. Quando ele chegou à Bahia, foi levado para visitar um velho cemitério em ruínas, fora da cidade. Esse cemitério havia sido criado por uma companhia que recebera o monopólio de todos os sepultamentos da cidade, tirando desse modo a função das igrejas. A medida pareceu tão útil, sobretudo do ponto de vista sanitário, que ninguém se opusera a ela. O próprio arcebispo havia expressado a sua aquiescência. Mas assim que o cemitério ficou pronto para acolher os seus habitantes a cólera popular desabou sobre ele, sem dúvida incitada pelo clero, que via desaparecer assim uma fonte de rendimentos. A tropa enviada para combater os revoltados confraternizou-se com eles, que só pararam a sua ação após terem demolido totalmente o cemitério.

Kidder, guiado pelo capelão anglicano de Salvador, foi até o Rio Vermelho, que era uma espécie de bairro de veraneio das pessoas da cidade. Perto do morro de Santo Antônio, os dois amigos foram visitar um estabelecimento de caça à baleia. Um desses gigantescos cetáceos havia sido capturado na véspera e jazia na praia, cortado em pedaços. Outro acabara de ser arpoado e estava sendo trazido por três embarcações. O proprietário do estabelecimento fez as honras da casa. Mostrou os aparelhos que serviam para extrair o óleo e declarou que às vezes a qualidade do seu óleo não ficava devendo nada ao americano. Contudo, acrescentou Kidder, apesar de haver motivos para contestar a exatidão dessa afirmativa, eles não queriam discutir. Mesmo que o óleo americano não tivesse nenhum outro mérito, tinha pelo menos o de ser preparado em alto-mar, e não nos arredores de uma cidade populosa. Fosse como fosse, não obstante os odores nauseabundos que provocava, a captura de uma baleia era sempre um acontecimento notável na Bahia. Centenas de pessoas, principalmente de cor, juntavam-se na praia para assistir ao talhe do monstro agonizante e obter um pouco da sua carne, vendida depois nas ruas da cidade pelas quitandeiras.

Também vinham muitos porcos regalar-se com a carcaça do cetáceo, e aquele que não soubesse escolher bem, na época da caça à baleia, podia comprar no mercado uma carne de porco com um gosto perfeito de baleia. Essa "usina de baleias" visitada por Kidder teria sido, no passado, a maior de todas, e a coroa a teria adjudicado pelo equivalente a trinta mil dólares por ano. Naquela época, no entanto, havia outro grande centro de caça à baleia na ilha de Itaparica, na entrada do Recôncavo. Por volta de 1840 os baleeiros americanos vinham às vezes caçar naquelas latitudes. Em geral, porém, davam preferência a outras regiões.

Voltando para visitar a cidade, Kidder ficou impressionado principalmente com a ausência quase total de mulas ou cavalos nas ruas e, ao contrário, pela presença, nessas mesmas ruas, de uma grande quantidade de cabras e de porcos. Visitou as igrejas e também a biblioteca pública, instalada em uma das alas da catedral. Essa biblioteca tinha praticamente o mesmo regulamento que a sua homóloga no Rio. Dispunha de cerca de dez mil volumes, a maioria em francês, e alguns manuscritos valiosos.

Imagens da Bahia

Naturalmente, tal como nas demais cidades do Brasil, na Bahia também se apreciavam as festas e comemorações. Escutemos Adolphe d'Assier:

"Estive na Bahia no dia 2 de julho, aniversário da Independência. Foi num dia como esse que, em 1823, os últimos restos do exército português, sob o comando de Madeira, finalmente se decidiram a abandonar as terras brasileiras. A festa começou na véspera, à noite. Tropas de jovens e de negros espalharam-se pelas ruas, com bandeiras, tochas e música à frente. Cantos, ou antes, gritos patrióticos, ruído de petardos, flautins e tambores, foguetes que sulcavam os céus, toda essa algazarra prolongou-se até bem dentro da noite. No dia seguinte, logo de manhã, as pessoas puseram-se a em-

bandeirar as casas e a erguer arcos do triunfo nas praças principais. Terminados esses preparativos, todos os homens livres vestiram o seu uniforme de guarda nacional e longas colunas armadas desfilaram durante todo o resto do dia pelas ruas e esplanadas, ornamentadas com bandeiras e folhagens. Canhões cobertos de flores e de bandeirolas eram puxados a mão por jovens cuja idade não permitia ainda o mosquete. Uma larga faixa, passada sobre o peito e com 'Caixeiros nacionais' em grandes letras, distinguia os jovens crioulos empregados nas casas de comércio, que representavam a aristocracia da cidade. Os negros, que formavam a imensa maioria da Guarda Nacional, vestiam o traje português e marcavam o passo com a dignidade de homens livres que conhecem o preço da sua independência. De quando em quando, uma coluna se detinha para dar às peças de artilharia o tempo de subir as íngremes ladeiras da cidade alta. Os dois lados de todas as ruas estavam abarrotados de negras com turbantes, que faziam sinais de inteligência aos soldados que reconheciam sob o uniforme. À noite, a algazarra da véspera recomeçou ainda mais frenética. Grupos de negros percorriam as ruas, com uma tocha à frente, gritando, dando pulos e gesticulando. De vez em quando, um foguete saído de uma janela caía no meio da multidão e a alegria redobrava. As mulheres, principalmente, atingidas pelas faíscas, agitavam-se com muitos gritos e muitas contusões para preservar os seus enormes turbantes e os seus vestidos esvoaçantes. De tempos em tempos a artilharia, os petardos e os foguetes da baía respondiam aos canhões, petardos e foguetes da cidade, e então o espetáculo adquiria um quê de prodígio. Parecia que o oceano chacoalhava faíscas e abrasava a cidade, enquanto esta lançava clarões para iluminar o céu. Provavelmente a festa se teria prolongado se um temporal caído de repente não houvesse feito com que todos voltassem para casa. Já vi muitas festas nacionais na velha Europa, e em parte alguma notei uma alegria tão ruidosa, um regozijo tão franco".[8]

O relato acima impressiona pela importância da população negra que descreve. Tal importância é confirmada pelo próprio autor, que lembra os temores por ela despertados nos portugueses quando de distúrbios políticos. Sempre que

podia, o negro de Salvador, recrutado entre os sombrios sudaneses (em Recife havia uma maior proporção de bantus da África central, mais submissos e mais trabalhadores), tinha uma atitude independente e hostil ao branco. Isso é atestado pela seguinte anedota, presenciada por Adolphe d'Assier: um oficial atrasado, que estava indo ao encontro da sua coluna, caiu no meio de um grupo de negros livres, e estes recuaram para rir mais à vontade do infortúnio do senhor cavaleiro, e nem pensaram em socorrê-lo. O pobre-diabo levantou-se como pôde... Felizmente para os brancos havia rivalidade entre as tribos, que eles estimulavam. Dizia-se que isso havia evitado, sem dúvida, a repetição dos massacres de São Domingos. Como os brancos crioulos ficavam muito em casa, o viajante tinha uma impressão ainda maior de que Salvador era uma cidade de negros. A escravidão introduziu costumes que podiam parecer estranhos.

"Às vezes vêem-se circulando nas ruas dois negros andando com um passo pesado e cadenciado, e fazendo ressoar nas pedras do calçamento uma grossa corrente presa às pernas. Esse lúgubre aparelho indica dois fugitivos de quem se desconfia, e que são ligados um ao outro para impossibilitar toda ulterior evasão. Mais adiante, percebe-se um escravo com o rosto oculto por uma máscara de ferro fechada por um sólido cadeado, bastante parecido aos que portavam outrora os paladinos da Idade Média. O guia informa que se trata de um pobre-diabo que comia terra e que assim é impedido de entregar-se aos seus gostos descontrolados. São principalmente as gigantescas negras minas que despertam a atenção. Às vezes, parecem deusas antigas talhadas em blocos de mármore negro. Não é raro encontrar essas mulheres, com seis pés de altura, carregando gravemente uma banana ou uma laranja na cabeça. O horror do trabalho está de tal maneira arraigado nessas naturezas indolentes e sensuais que elas se sentiriam desonradas se tivessem nas mãos o mínimo objeto."[9]

À noite avistavam-se os jovens da cidade, que saíam para fazer visitas ou para ir a encontros. Por dignidade ou indolência, porém, não queriam ir a pé, preferindo montar

pequenos cavalos, muito ágeis, que lançavam a toda a velocidade, qualquer que fosse a ladeira a ser subida ou descida. Os homens maduros e as damas só saíam de palanquim, para ir às cerimônias religiosas. E elas eram muitas. A Bahia, na verdade, chama-se Bahia de Todos os Santos. O 1º de novembro era festejado, mas também todos os outros dias do ano. Cada cidadão tinha um santo da sua predileção, que fazia responsável por todas as suas catástrofes, mas também por todos os acontecimentos felizes da sua casa. O mais poderoso e mais venerado era Santo Antônio.

"Prometem-lhe círios, dinheiro e flores para enfeitar o seu nicho, se ele conseguir obter o sucesso desejado ou afastar a má sorte, mas se ele fizer ouvidos moucos, adeus círios, flores e carinhos. Sendo responsável, é preciso que ele se resigne a sofrer o seu castigo. Um negro, por exemplo, consegue fugir; o dono se apressa a correr até o jornal, para dar os sinais do fugitivo e prometer cinqüenta ou cem mil-réis, segundo o valor da peça. Depois disso, ele volta a toda a brida para o quarto, arranca bruscamente o patrono do nicho, pega um chicote proporcional ao seu tamanho e lhe dá uma surra, acompanhando essa correção com o seguinte monólogo: "Ah, filho da p. . . , é assim que tomas conta dos meus escravos! É desse jeito que me pagas os cuidados que tenho contigo e os círios que te compro! Eu te ensino!" Depois dessa correção, joga-o no canto mais escuro da casa, no meio do lixo que enche a maior parte das moradas portuguesas, e declara que ele está condenado a viver naquela pocilga até que o escravo seja encontrado. Se o regresso do fugitivo demora, o senhor perde a paciência, quebra o seu ídolo com um pontapé e escolhe imediatamente outro patrono mais poderoso e mais ativo; se o negro reaparece, porém, ele o repõe logo no seu nicho, pedindo-lhe perdão por ter sido um pouco precipitado, e compra-lhe muitos círios para fazê-lo esquecer o passado e continuar merecendo a sua proteção."[10]

Muitos negros têm como patrono são Benedito, de quem se diz que também foi negro. Aparentemente, esse Benedito foi, enquanto viveu, chefe de cozinha em um convento. Muito

propenso à vida contemplativa, ele assistia aos ofícios escondido, e a sua vida de orações fazia-o esquecer os fornos. Conta-se que os anjos ficaram tão comovidos pela sua devoção que se puseram a fazer o seu trabalho, enquanto ele rezava. Muitas vezes ele é representado de um modo que, para nós, parece dissimulado. No entanto, alguns negros preferem ainda santo Antônio, o que é venerado pelo senhor de escravos. Adolphe d'Assier conta que um pobre mulato levou certo dia ao *sacrarium* do senhor dez mil-réis, que representavam todas as suas economias, para agradecer ao santo por fazer com que achasse os seus porcos, que perdera na véspera. Adolphe pediu ao bom homem que lhe contasse as suas aventuras, e ele respondeu:

"Imagine que ontem, quando fui ver os meus pobres animais, eles tinham desaparecido. Isso só podia ter acontecido devido a algum malefício, pois eles nunca se afastam do estábulo. Prometi oferecer ao meu protetor todo o dinheiro que tinha se ele fizesse com que eu os encontrasse e, cheio de esperanças, fui ao acaso pelo primeiro caminho que encontrei, chamando os meus animais por toda parte. Vendo que a minha busca era inútil, achei que não era a direção certa e voltei atrás para escolher outra melhor, mas o meu patrono não se tinha enganado, ele não: enquanto eu me esgotava em vãs perseguições, ele havia feito a manada voltar para o estábulo, e assim que me viram, os pobres animais correram para mim. O senhor entende que quando se tem um santo tão bom é preciso cumprir a promessa, em vez de fazer como alguns que eu conheço, que têm o costume de esquecer as promessas depois que o perigo passa. . ."[11]

Vida cotidiana e hábitos urbanos

Por trás da aparência das ruas em festa que o turista entrevia escondia-se uma realidade mais profunda, onde penetraremos agora, seguindo o homem que sondou as entranhas e o coração do nordeste antigo, Gilberto Freyre, ao mesmo

tempo antropólogo, sociólogo, historiador e grande escritor[12]. Em *Senhores e escravos,* ele cantou as surpreendentes qualidades de adaptação do português aos trópicos no engenho de açúcar, onde a família branca dirigia um pequeno grupo de técnicos mestiços e mulatos, além da massa de escravos negros e índios. Mostrou de que maneira o português, pela prática da escravidão mediterrânea ou africana, estava preparado para essa situação escravocrata, como criou graças a ela um sistema patriarcal baseado na autoridade do chefe da família e dos seus descendentes brancos, mas também no concubinato com as escravas e com as mulatas, estabelecendo assim, pela bastardia, laços tênues mas indestrutíveis entre as raças e as cores. Esse mundo original aproveitava-se da tradição técnica e científica, cultural e artística, religiosa e espiritual da Europa, mas também da contribuição das culturas negras e das tradições indígenas. Os índios, por exemplo, transmitiram os conhecimentos acerca das plantas, dos animais, da sua utilização alimentícia e medicinal. Trouxeram também o conhecimento da floresta, dos rios, do clima. Os negros não atravessaram nus o Atlântico; muitos eram filhos de chefes, vítimas de lutas fratricidas pelo poder, e portanto da alta cultura africana. Trouxeram para o jovem Brasil ainda mais que os índios; sua religião deu origem aos ritos afro-brasileiros semicristãos, semifetichistas, como o xangô em Recife, o candomblé em Salvador e a macumba no Rio; os seus conhecimentos de agricultura e criação facilitaram o desenvolvimento econômico; sua força física e sua coragem compensaram a falta de propensão dos índios ao trabalho sedentário. Eles trouxeram plantas africanas, como o dendê, e pratos tipicamente africanos: o vatapá; mistura de azeite-de-dendê, camarões grelhados e moídos e milho, muito apreciado na Bahia, ou a famosa feijoada, prato dos escravos pobres, que é hoje a grande especialidade brasileira, feita de feijão preto, miúdos, farinha de mandioca ligada com gema de ovo, de vez em quando couve crua cortada em fatias finas e finalmente arroz, para equilibrar uma comida pesada demais. Também é conhecido o papel da magia negra nas superstições dos brasileiros do nordeste: o papel do sapo para acelerar os casamentos demorados e, no caso das esposas ciumentas, para segurar os maridos inconstantes.

Não podemos descrever com minúcias o que foi a vida das casas-grandes rurais, nem das habitações mais modestas dos lavradores, dos agricultores sem meios que forneciam a cana aos senhores de engenho — e menos ainda a dos escravos nas senzalas dos séculos XVII ou XVIII. No século XIX, todas essas pessoas foram pouco a pouco para as cidades maiores, onde cada vez mais, os grandes proprietários passaram a morar. Estes construíram na cidade um sobrado tão bonito quanto o do negociante, do juiz, do advogado, ao passo que estes, por sua vez, à medida que foram enriquecendo com os negócios da cidade, a partir dessa época ou mesmo antes, tendiam a comprar grandes propriedades no campo e a tornar-se senhores de engenho nos momentos livres. Desse modo, vemos aqui a fusão de duas sociedades, a rural e a urbana, em uma mesma aristocracia, um mesmo patriarcado que possuía, claramente, os mesmos tipos de bens e de recursos. Aristocracia branca que não tinha preconceitos raciais como no mundo anglo-saxão, mas para a qual os diversos graus de cor correspondiam aos diversos graus da hierarquia social. Quanto mais se é rico, mais se é branco, enquanto o contrário nem sempre era verdade. É por isso que os brasileiros não gostam dos contrastes violentos demais na união conjugal, e, ao mesmo tempo em que aceitam facilmente que um branco se case com uma mulata clara e um negro com uma mulata escura, não vêem com bons olhos a união de um rapaz branco loiro com uma negra escura, ou entre um negro muito negro e uma mulher muito branca.

A mudança para as cidades, no século XIX, tornou mais duro esse sistema, que perdeu a sua suavidade e a sua capacidade de acomodação, adquiridas na atmosfera patriarcal, rural e paternalista dos engenhos de açúcar. Os sobrados tinham um caráter mais europeu que as casas-grandes, e as senzalas foram em parte substituídas pelos quartos de domésticos, de cujas janelas as serviçais tagarelavam com os seus apaixonados na rua, e em parte pelos mocambos, que se desenvolveram como parasitas em torno aos sobrados. Na cidade, o xangô e o candomblé tendiam a diferenciar-se muito mais da religião católica que nos engenhos. Uma espécie de distância social se estabeleceu entre ricos e pobres, brancos e pessoas de cor, grandes residências e casebres. Os antagonis-

mos entre uns e outros cresceram e se exacerbaram. Passou a haver um muro entre as crianças educadas em casa e as que se criavam sozinhas na rua, sem a confraternização entre as duas juventudes que, no engenho, representava o monte de bagaço de cana onde elas brincavam. Oposição essa que se fez ainda mais forte entre a dona-de-casa que não saía mais e a mulher do povo que vivia nas ruas da cidade.

Cidade curiosa, onde a parte bem construída foi feita essencialmente para a classe dominante: os jardins públicos, os lugares sombreados, os bancos e os monumentos eram reservados aos belos senhores de botas finas, gravata e chapéu, que deixavam a esposa e os filhos em casa. A dama que passeasse pela rua sozinha e a pé, que se arriscasse nas cloacas das ruas mal pavimentadas e mal conservadas, comprometia irremediavelmente a reputação da própria virtude. E a criança que viesse brincar no meio da rua seria considerada um negrinho ou mulatinho, um moleque. Os passeios públicos não eram proibidos só para os negros de pés descalços, queimados ou comidos de vermes, mas também para os pequenos empregados com os cabelos cortados à escovinha e para os gordos portugueses mal barbeados que povoavam o comércio.

Um momento de confraternização para as classes sociais: as festas, as procissões e o Carnaval, na rua ou na igreja. A própria rua começava a melhorar. Pouco a pouco ela ia deixando de ser o esgoto dos sobrados que a ladeavam; começava a ser pavimentada e a se iluminar um pouco à noite, deixando de ser aquele corredor escuro que a pessoa atravessava tendo à frente um escravo de lanterna na mão, passando a ostentar lampiões de óleo de peixe. Os regulamentos municipais começavam a defender a rua contra a sujeira que até então os sobrados despejavam nela: águas servidas, excrementos, animais mortos, todo tipo de lixo. Os regulamentos municipais também proibiram que as negras dos mocambos lavassem roupa nas fontes do centro, obrigando-as a lavá-la além das portas da cidade. Assistiu-se também ao estabelecimento de outras restrições às liberdades dos indivíduos: por exemplo, o direito que tinha o senhor de chicotear os escravos depois que o sino da igreja batesse as nove horas da noite. Esse mesmo sino, de manhã, acordava os burgueses para

o banho de rio, anunciava o meio-dia e o ângelus, os incêndios e as missas, os enterros e os casamentos.

Outros regulamentos tinham o objetivo de fazer com que a rua fosse respeitada pelo beócio que chegava do campo com o seu cavalo ou carro de bois. Ele tinha de apear da sua montaria e trazê-la pela rédea, sob pena de vinte e quatro horas de prisão e, se fosse escravo, duas dúzias de palmatoadas. E que ninguém tivesse mais a desconsideração de andar pela rua de calções ou em mangas de camisa, ou galopando pelas ruas, onde já se encontravam elegantes carruagens, cabriolés, e tílburis. Os proprietários de edifícios passaram a ser obrigados a respeitar o alinhamento das ruas e a cuidar do calçamento diante das suas propriedades.

Em compensação, o moleque tendia a tomar nas ruas liberdades negadas aos belos senhores dos sobrados. Escrevia nos muros ditos às vezes obscenos. Não hesitava em urinar ou em defecar sob os pórticos, nos corredores ou debaixo das escadas dos sobrados. Apesar disso, apesar da concorrência — que não existia para a casa-grande no campo — da igreja, da fábrica, do colégio, do hotel, das lojas, dos laboratórios, dos prédios administrativos e da biblioteca pública, o sobrado conservou, quase tanto quanto a casa-grande, uma considerável influência sobre a formação da mentalidade urbana nordestina. Os dois tipos de homem, o dos sobrados e o dos mocambos, encontravam-se na rua por ocasião das procissões e das festas, das cerimônias públicas e dos aniversários coletivos. E mesmo em Recife por volta de 1850, viam-se os pequeno-burgueses sair dos seus sobrados para comerem fora, ao luar.

Essas mudanças provocaram outras, nas atitudes profundas e nas mentalidades; isso pode ser visto com bastante clareza nas relações humanas, por exemplo, entre pais e filhos, tal como foram elegantemente analisadas por Gilberto Freyre. Pois havia, na sociedade patriarcal tradicional, uma grande distância entre uns e outros. O pai era o adulto nobre, forte e belo. Tinha os poderes e as responsabilidades. O jovem e o adolescente, ao contrário, estavam sob a férula do pai. Sentiam-se fracos, dependentes. Tinham vergonha de ser jovens e procuravam envelhecer. Essa era a origem da necessidade de parecer severo, de deixar crescer a barba e o bigode,

de usar óculos para parecer mais velho. Tal atitude era ainda mais reforçada pela estada do jovem nos colégios jesuítas, para onde os pais os enviavam a fim de se instruírem, e nos quais os padres mantinham o paternalismo a que os alunos já se tinham acostumado na casa-grande paterna. Aparentemente, no início da época imperial, essa atmosfera mantinha-se ainda com bastante força nos colégios. O que os caracterizava ainda, tal como na fase precedente — e para afirmar isso Gilbero Freyre baseou-se em testemunhos da época —, era a tristeza dos seus uniformes negros e dos rostos compridos, de pessoas já viciadas em tabaco; tristeza pela vida de internos amadurecidos antes da idade. O próprio dom Pedro II foi obrigado a ser precoce, pois tornou-se imperador aos quinze anos e não deixou, desde então, de estar rodeado de ministros graves e de senhores de longas barbas negras, diante das quais a única coisa a fazer era deixar crescer a sua barba loira. Mas dom Pedro não demorou a tomar a defesa dos jovens contra os velhos, e dos bacharéis e doutores formados em São Paulo, em Olinda, em Coimbra e em Montpellier contra o patriarcado tradicional. Tal foi a revolução que ele provocou: a súbita importância dada, no início do seu reinado, ao jovem de vinte anos. Já na época colonial, para pôr na linha os velhos senhores de engenho, os velhos mineiros e os velhos fazendeiros, a metrópole tinha-lhes enviado governadores cuja idade variava entre vinte e trinta anos. Essa idéia foi retomada por dom Pedro II.

O preço dessa primazia dada aos jovens intelectuais foi, para eles, uma saúde mais frágil, devido ao gosto pelo trabalho de escritório em detrimento do exercício físico, e talvez também a uma moda romântica vinda da Europa. Eles não só ficavam doentes como tinham a volúpia de o estarem. Os homens das velhas gerações pareciam gigantes ao lado daqueles pequenos jovens frágeis cheios de "gastrites, encefalites, bronquites, pneumonias, *spleen*, pericardites, enterites, colites. . . ", como dizia, em 1839, o padre Lopes Gama. E acrescentava que esses jovens pareciam múmias egípcias. Mas era tão agradável ficar doente que até mesmo as moças elegantes passavam o tempo colocando-se compressas, alimentando-se de caldos e purês. Quanto aos rapazes, penteavam-se como o Jesus convencional das imagens da crucifixão. Tudo isso alarmava o bom padre Gama. Aos dezesseis anos, dizia ele, eles metem medo (a não ser nas senhoritas), aos vinte têm os cabelos que começam a rarear ou a ficar brancos, aos vinte e cinco sofrem de gastrite, bronquite, enterite e outras doenças e, finalmente, muitos morrem bem velhos aos trinta anos. A administração imperial parece ter ficado um pouco prejudicada por ser confiada a pessoas tão jovens e tão velhas ao mesmo tempo.

Esse foi um dos lados ruins da urbanização: o artificial substituindo o natural próprio à vida rural. Essa falsificação era encontrada na vida material de todos os dias, na comida e na bebida. A falsificação do vinho na Bahia foi estudada na época por um certo Eduardo Ferreira França, em um ensaio sobre *A influência dos alimentos e das bebidas no moral dos homens.* Foi sem dúvida em Recife, e em todas as cidades com uma população pobre numerosa, que se desenvolveu melhor a livre exploração dessa população pelos importadores de bebidas e víveres. Exploração da qual se protegia mais o patriarcado dos sobrados, que importava diretamente da Europa o seu vinho, o seu vinagre e o seu azeite, que abatia em casa os animais, criava no quintal aves, cabras e até mesmo, às vezes, vacas leiteiras. Em compensação, para os pobres era preciso passar por intermediários ladrões e falsificadores, o que dava origem a um abastecimento ruim, na qualidade e na quantidade. Nesse ponto, portanto, os pobres das cidades eram menos afortunados que os escravos do campo, que participavam da alimentação patriarcal. E até mesmo as pessoas do campo não hesitavam em enganar as da cidade nas mercadorias, adicionando cal à farinha de mandioca. É preciso dizer também que o senhor de engenho estava talvez em uma situação ainda mais precária que nos séculos XVII ou XVIII, quando as suas terras eram medíocres e ele não tinha parentes no comércio. Burlamaqui, um contemporâneo, escreveu em 1833 que um senhor de engenho da Bahia havia gasto no seu engenho um capital de seiscentos a oitocentos mil cruzados, que lhe rendiam de doze a quinze mil cruzados por ano, ou seja, dois por cento. Suas despesas absorviam esses dois por cento, quando não os ultrapassavam. Despesas essas feitas inteiramente na compra de escravos

e não de máquinas, o que significava um crescimento da produtividade igual a zero.

As próprias casas eram falsificadas, construídas desonestamente com materiais de má qualidade. Mas os piores exploradores eram os mascates, cujo nome, no nordeste, era sinônimo de português e de mercador em geral. Muitos não eram portugueses. A época de meados do século XIX foi a idade de ouro para eles, tanto no nordeste quanto no sul. Tinham lucros de cem por cento ou mais, e às vezes até lucros exorbitantes. Certos vendedores ambulantes se especializavam em jóias; outros, em geral franceses, em perfumes; os italianos davam preferência às estátuas de santos para as capelas das casas-grandes ou para os oratórios dos sobrados.[13] Em certas regiões eles eram chamados de "gringos", por serem loiros como os ingleses ou por serem parecidos aos ciganos, que há muito eram chamados assim no Brasil. Hoje em dia, a palavra é usada para designar os estrangeiros, de modo geral. Quanto aos portugueses, eram chamados de "pés de chumbo" pelos brasileiros. Os portugueses, por sua vez, chamavam os brasileiros de "pés de cabra". "Cabra" servia também para designar o filho de um mulato com uma negra. A palavra, como notou Charles d'Expilly, continha uma alusão pérfida à cor terrosa dos brasileiros, e queria dizer mulato.

As conseqüências da exploração mercantil faziam-se sentir no domínio sanitário. Não há dúvidas de que as pessoas dos sobrados comiam melhor que os senhores de engenho: sua alimentação era mais variada, com produtos vindos da Europa. Mas os pobres sofriam mais nas cidades. Em 1865, uma pesquisa feita por um médico mostrou que, nas províncias da monocultura, como as do nordeste, a população dos mocambos, onde não se comia carne ou peixe suficientemente, estava mais sujeita a abortos, úlceras crônicas e cegueira, ao passo que nos outros lugares as doenças eram mais raras, a natalidade, maior e a vida, mais longa.

CAPÍTULO VI

SÃO PAULO, MODESTA AINDA E JÁ AGITADA

Em meados do século XIX estávamos longe ainda dos onze milhões de habitantes que tinha, em meados do século XX, a aglomeração paulistana: um pouco mais de quinze mil em 1855, um pouco acima de vinte e três mil em 1872. Uma povoação agrupada entre o vale de dois rios: o Anhangabaú e o Tamanduateí. O traçado viário não mudou; isso explica a estreiteza das ruas, esmagadas pelos arranha-céus naquilo que é hoje um bairro central da cidade.

Um pouco de história

São Paulo teve uma história original. Enquanto todas as grandes cidades brasileiras, no final do século XVII, eram portos atlânticos, ela era um pequeno centro ativo na cadeia montanhosa litorânea, porto de São Vicente, o porto de mar. Já se distinguira pelos seus aventureiros, os bandeirantes, caçadores de ouro e de escravos que haviam percorrido todo o interior do Brasil, de norte a sul. E um deles, um pouco antes de 1700, havia descoberto, setecentos quilômetros ao norte, minas de ouro "negro" *(ouro preto)*. Quando a exploração de ouro e diamante fez a riqueza de Minas, no século XVIII, São Paulo tornou-se um dos seus centros de abastecimento, juntamente com Rio e Bahia, superando essas duas províncias em gado vacum, cavalos e mulas. Mesmo sendo uma zona agrícola importante, a região de São Paulo logo não conseguia mais suprir as necessidades de Minas, que desenvolveu rapidamente a sua própria agricultura. Mas era por

ela que passavam os rebanhos vindos do sul. Depois de 1750, com a queda da produção aurífera, São Paulo passou a viver da agricultura, que se diversificou, da criação, do artesanato e das explorações do interior que continuavam a ser feitas pelos bandeirantes. Estes, com suas canoas, haviam passado a utilizar os rios, aproveitando-se, tal como os navegadores do oceano Índico, das estações favoráveis — daí o nome de monções dado a essas viagens. Essas explorações, depois das jazidas de Minas, haviam descoberto as minas de Goiás, mais para o norte, e de Mato Grosso, a noroeste.

A cidade, portanto, tinha um aspecto próspero. As ruas eram pavimentadas e muito limpas. O número de casas, na primeira metade do século, chegava a cerca de quatro mil e duzentas, na sua maioria construídas de taipa pintada de branco e cobertas de telhas côncavas vermelhas. O branco das paredes era às vezes substituído por amarelo ou rosa pálido. O conjunto era bastante alegre. Sobre o interior das casas, Daniel Kidder dá-nos algumas informações.

"O desenho das casas é muito variado, mas quase todas são construídas de modo a acomodar um pátio interno para arejar os quartos de dormir, sistema tanto mais indispensável pelo costume geral de manter fechadas por pesados postigos as janelas que dão para a rua. Nas cidades, o andar térreo é raramente ocupado por um alojamento; serve às vezes de depósito, às vezes de cocheira ou estrebaria. As dependências mais comuns são, no alto, a "sala de visitas" e a sala de refeições, entre as quais se encontram invariavelmente alcovas que servem como quartos de dormir. O mobiliário da sala de visitas varia segundo o maior ou menor luxo da casa, mas o que é encontrado por toda a parte é um canapé cujo assento é empalhado, mais três ou quatro cadeiras dispostas em alas rigorosamente paralelas que, partindo de cada extremidade do canapé, são colocadas em direção ao centro da sala."[1]

Os edifícios públicos eram relativamente pouco numerosos, e pareciam bem modestos. Além do palácio de governo e da câmara municipal, havia sobretudo alguns conventos e numerosas igrejas. O palácio de governo era o antigo convento dos jesuítas: era vasto, mas tinha apenas um andar, formando dois corpos de construção diferentes. De estilo bastante pouco harmônico, tratava-se de um edifício insignificante do ponto de vista arquitetônico. A câmara municipal, situada na atual praça João Mendes, era uma bela construção de um só andar, com uma bonita fachada de nove janelas. O térreo era ocupado pela prisão, que, apesar de ampla, era tão mal construída que deixava amiúde escapar os prisioneiros. Os principais conventos eram o de São Francisco, de São Bento, do Carmo e da Luz. Quanto às igrejas, além das que pertenciam aos conventos, algumas merecem ser citadas por sua qualidade arquitetônica: a catedral, a igreja do colégio, a da Misericórdia, e de Nossa Senhora dos Remédios, a do Rosário e a de Santa Ifigênia, esta última localizada no subúrbio do mesmo nome, hoje um bairro de São Paulo. Havia ainda várias capelas, como por exemplo a do Retiro de Nossa Senhora da Consolação, onde começava a estrada de Itu e de Sorocaba, hoje no centro da cidade. As praças públicas eram todas estreitas e irregulares, sendo as mais belas, sem dúvida, as do Palácio (hoje Pátio do Colégio), da catedral e da câmara municipal. A atual Praça da República era um campo para touradas semi-abandonado. O jardim botânico, hoje Jardim da Luz, possuía um lago artificial de águas límpidas e muitas espécies de árvores, várias delas frutíferas.

Os estudantes

São Paulo, como outras cidades brasileiras, acabara de assistir, em 1842, a uma revolução liberal contra a política conservadora do novo imperador dom Pedro II. Acalmadas as coisas, a cidade viveu a sua época romântica, cujo papel mais ativo coube aos estudantes da Academia de Direito, criada em 1827. Estava abrigada em um convento franciscano, cujo pátio servia de entrada, ao mesmo tempo, para os fiéis que vinham à missa e para os estudantes. A academia era formada por nove cátedras, oito de direito e uma de economia

política. Um curso anexo se encarregava de ensinar, para os que precisassem, francês, latim, retórica, filosofia, geometria. Os estudantes precisavam ter pelo menos quinze anos. Os cursos, com cinco anos de duração, conferiam o grau de "bacharel"; depois disso, os que escrevessem uma tese e a defendessem com êxito recebiam o título de doutor. O número de bacharéis, após ter aumentado até atingir a cifra recorde de sessenta e oito em 1834, tendeu a declinar até depois da Revolução de 1845. Kidder, que visitou a academia em 1839, achou o ensino "formal e exato", segundo a tradição de Coimbra, mas inadequado para um povo que visava "mais a utilidade que as formas ultrapassadas de uma universidade portuguesa". Previu que seria necessário "condensar e modernizar a instrução", caso se quisesse deter a queda nas matrículas.

No período seguinte, a Academia de Direito assistiu ao aumento do seu prestígio e do número de alunos. O historiador americano Richard Morse calculou que o número médio de bacharéis passou para dezesseis no período de 1852 a 1856, e em 1863 o número de diplomados atingiu a cifra máxima de cento e onze. Em 1855, seiscentos alunos estavam distribuídos entre o curso anexo e os cursos jurídicos propriamente ditos.

Todo esse mundo era muito vivaz. Na biblioteca da academia, as velhas obras de teologia à maneira de Coimbra estavam cobertas de poeira. Mas as obras de Jefferson, Godwin e Humboldt, recentemente adquiridas, eram lidas com avidez. Entre os novos jornais que circulavam em São Paulo, muitos eram redigidos e publicados pelos estudantes, sem dúvida vinte e cinco por cento. A primeira revista universitária, *O Amigo das Letras,* criada em 1830, era consagrada à literatura. Durante a época romântica, os assuntos de maior interesse para os estudantes eram a literatura e as ciências naturais. Em 1833 foi lançada a *Revista da Sociedade Filomática,* dedicada à ciência, às letras e, como anunciava o seu primeiro número, à liberdade, à indústria, à racionalidade e à associação. Outras revistas foram criadas nos anos que se seguiram. Uma delas, *O acaiaba* (1852), até mesmo perdera os extremos do estilo juvenil, manejando a língua portuguesa com uma mestria digna dos maiores nomes da literatura.

Com isso, a sociedade paulistana viu-se mudada, abandonando os hábitos um pouco frios e os costumes rígidos que a caracterizavam até então. Um pouco por toda parte, os estudantes impunham a desordem e o bom humor. No teatro, por exemplo: certa noite, apareceu um padre na platéia. Os estudantes logo se puseram a zombar e a imitar em coro a recitação das litanias. O subdelegado de polícia fez suspender o espetáculo, mas o diretor do teatro ficou hesitante, e quando o presidente da província apareceu em seu camarote, declarou que fora chamado para anular a ordem do subdelegado. Imediatamente, a simpatia dos estudantes transferiu-se para este último. E quando o presidente começou a dizer: "Em consideração aos estudantes. . . ", foi interrompido por gritos: "Não queremos! Que se suspenda o espetáculo!" Fazendo alusão à ligação do presidente com uma "mundana" notória, um estudante exclamou: "Foi a Cristina quem pediu!" E a representação foi suspensa.

Outro incidente, também significativo, de 1854: certa noite, um oficial de polícia ingressou em um camarote sem tirar o chapéu. Os estudantes gritaram-lhe que se descobrisse, dando-lhe ordens à maneira militar. Seguiram-se a isso conflitos entre estudantes e soldados, que continuaram até que, finalmente, o presidente da província enviasse o batalhão desse oficial para Santos. Mas muitos outros incidentes não passam de brincadeira, ou de apupos sem qualquer intenção política. Por exemplo, em uma esquina uma grande cruz negra, muito venerada pela população, servia ao galã local para subir pela janela ao quarto da sua amada. Certa noite um grupo de estudantes tirou a cruz dali e atirou-a ao rio. O chefe da conspiração fez correr o boato, mediante uma lavadeira muito crédula, de que a cruz fora vista em algum lugar da cidade, carregada por uma tropa de anjos. Um pouco depois de 1850 um estudante, que se tornaria um importante magistrado, chegou à casa de umas moças distintas e pôs-se a conversar com a mais jovem, quando esta percebeu que ele estava envolto em um lençol. O estudante deixou cair a sua toga e, "como quando se dá um tiro em um grupo de pombas, elas se puseram a correr, a gritar e a lamentar-se, nenhuma delas arriscando-se a olhar para trás".[2]

Não só os estudantes organizavam bailes como também se dançava cada vez mais nas casas particulares. Em uma carta escrita no dia 12 de junho de 1849, o poeta Álvares de Azevedo comparava com tristeza o "narcótico e único Baile da Concórdia paulista" aos bailes do Rio, "bailes das mil e uma noites, com toda a magia dos seus brilhos e luzes". Contudo, ele se mostrava às vezes de melhor humor, principalmente se alguma jovem, pela sua beleza, tivesse tido a sorte de agradá-lo. Certa vez, um baile de máscaras foi alegrado por três estudantes que encontraram um meio de pagar menos pela entrada. Um deles, vestido como uma mulher cuja gravidez parecia já estar avançada, pagou a entrada e foi acolhido por gargalhadas. "Ela está grávida de nove meses! É para já!", gritavam. Pouco depois, dois outros estudantes surgiram de debaixo das saias avolumadas da futura mãe... os jornais já relatavam os bailes oferecidos por essa ou aquela personalidade. Por exemplo, podemos ler no *Correio Paulistano* de 21 de novembro de 1857:

"BAILE — O senhor senador Souza Queiroz ofereceu ontem à Sociedade paulistana uma noitada agradável, com um baile esplêndido e suntuoso para festejar o grau de bacharel conferido ao seu filho mais velho, o senhor doutor Francisco Antônio de Souza Queiroz. O baile teve lugar na residência de sua excelência, edifício vasto e mobiliado com gosto; os convidados eram numerosos e seletos, e podia-se notar o luxo e a riqueza dos vestidos. Dançou-se até as quatro da manhã, e durante toda a noite um serviço perfeito e requintado foi oferecido aos assistentes.

"A cordialidade e afabilidade de sua excelência e de todos os membros da sua respeitável família com relação a todos os convidados merecem ser mencionadas."

Será que poderia ser atribuído apenas aos estudantes o desenvolvimento dessa vida mundana que não deixou de progredir durante todo o século XIX? Isso era o que pensava um viajante vindo do Rio, que escreveu:

"A juventude universitária imprime à população, morando com ela, uma espécie de vida artificial que, interrompida pelas férias, a faz recair, por assim dizer, no seu estado de habitual sonolência.

"A antiga cidade dos jesuítas[3] deve portanto ser considerada de dois pontos de vista diferentes: a capital da província e a faculdade de direito, o burguês e o estudante, a sombra e a luz, o imobilismo e a ação, a desconfiança de uns e a expansividade, amiúde libertina, de outros; e, para concluir, uma certa monotonia da rotina, personificada pela população permanente, e as audaciosas tentativas do progresso, encarnadas por uma população transitória e flutuante...

"Tirem a academia de São Paulo e esse grande centro morrerá inanimado."[4]

Eram ricos esses estudantes? O autor acima achava que sim, e declarou que eles moravam em alojamentos confortáveis, com muitos bibelôs de bom gosto. Na verdade, a maioria aparentemente dispunha de recursos bem magros. Como em Coimbra, eles se reuniam em pequenos grupos de três a seis membros para formar uma "república". O serviço era muitas vezes garantido pelos escravos da casa paterna, que seguiam os seus jovens senhores. Essas repúblicas ficavam, em geral, em ruas bastante modestas, povoadas por pessoas pobres e, às vezes, por prostitutas.

Em compensação, a qualquer momento, esses jovens estudantes podiam sair desse alojamento pobre para ir ao baile da marquesa de Santos, a maior dama da época na sociedade paulista, cujos móveis eram magníficos, cuja carruagem rivalizava com a do arcebispo, e cujas filhas, no dizer de Richard Morse, faziam bater todos os corações.

Em circunstâncias menos solenes, a marquesa podia acolher um estudante ferido em uma rixa, ou até mesmo ir cuidar de outro, doente e acamado, na sua "república". Aliás, a atitude desses estudantes com relação ao sexo frágil era bastante ambígua. Por um lado, eles não hesitavam em freqüentar o que era chamado de "bailes sifilíticos", aonde, como o nome indica, iam as pessoas de condição suspeita ou muito pobres. E por outro lado eles dedicavam às *Damas e Flores* um semanário, chamado *A Violeta*, cujas colunas respiravam "perfumes, nostalgias e melancolias".

Na alta sociedade paulistana, os costumes começaram a evoluir para uma maior liberdade. A burocracia, a polícia, o banco, o fórum, o colégio e os hoteleiros restringiam cada dia mais o poder patriarcal do velho chefe de família. Nas palavras de Gilberto Freyre, em São Paulo, como em outros lugares, passou-se da monarquia absoluta para a monarquia constitucional. As procissões religiosas e os bailes das casas mais importantes conservavam ainda um caráter demasiado formal, e todos sentiam necessidade de divertir-se com mais simplicidade e freqüência. Em 1839, a prefeitura autorizou a abertura do primeiro salão de bilhar. Às quartas e sábados, os estudantes organizavam passeios a pé ou a cavalo no campo, ou então passeios de barco nos rios. Às vezes saíam até para caçar, e permaneciam fora três dias. Em 1846, durante um mês, ficou na cidade um especialista na fabricação, reparação e afinação de pianos. Outro passatempo: o daguerreótipo. Álvaro de Azevedo escreveu que não havia um estudante que não tivesse mandado fazer o seu retrato, ou que não pretendesse mandar fazê-lo. Além do mais, era barato: cinco milréis por um retrato em cores, com moldura. A doença atacou também, diz ele, quem não era estudante. Finalmente, os estudantes anunciaram, no jornal *Aurora Paulistana* de 23 de abril de 1853, que no dia seguinte partiria do Bazar da Rua do Rosário, no número 37, um balão "gigante", com uma circunferência de dois metros e trinta e oito centímetros por quatro metros e noventa centímetros. "Como ele vai buscar na França um novo sortimento de mercadorias e de objetos de todo tipo, nenhuma retribuição será exigida para ver a sua saída, que para a comodidade do público será feita na própria rua, entre as quatro e as cinco da tarde."[5]

O viajante que chegasse a São Paulo entre 1850 e 1855 não encontraria nenhum hotel para ficar, pois persistia nos paulistas a idéia de que as pessoas, particularmente as mulheres, que procuravam esse tipo de alojamento eram seres imorais. Para os jantares festivos havia apenas, em 1852, as salas escuras e apertadas dos dois restaurantes da cidade. Só em 1855 apareceram os primeiros hotéis, e o viajante Fletcher comparou-os aos que conhecera em Boston, Liverpool ou Genebra. Esses estabelecimentos, apesar de modestos, permitiram a transferência para um terreno "neutro" das noitadas do sobrado patriarcal; eles ofereciam facilidades para um ou outro jogo, serviam uma cozinha dita "continental", ou seja, européia, e perturbavam um pouco "a calma sonolenta das noites provincianas". O Hotel do Comércio ficava aberto até as onze da noite e, nas noites de teatro, até uma hora depois do fim do espetáculo. Tinha um chefe de cozinha europeu de grande perícia, uma padaria aberta ao público e um salão de bilhar. O Hotel de França costumava servir aos espectadores do teatro, na sua sala de refeições ou em salas privativas, guloseimas do tipo "torta de creme ou de geléia, bolinhos de camarão ou de frango, pudins. . . e uma comida saudável e variada".

Nessa época, o teatro estava evoluindo. Em 1830 os estudantes haviam fundado o Teatro Acadêmico, que funcionava na faculdade, em 1833 lançaram o Teatro Harmonia Paulista, cujo objetivo era oferecer "dramas decentes e adaptados às luzes do século" e despertar o patriotismo e as virtudes cívicas dos cidadãos. Apresentavam-se todas as tragédias, farsas, melodramas e pantomimas da época, sem se deixar desanimar pelo decreto imperial de 1830, que proibia as representações durante o ano acadêmico. Em 1843 o diretor da academia chegou a lamentar que os estudantes não fizessem outra coisa. E, segundo ele, o fato de algumas famílias serem convidadas e outras não criava problemas!

Quando morreu, a atriz Deolinda foi coberta de elogios pela *Revista Dramática* (22 de julho de 1860). Portanto, as atrizes não eram mais vistas como mulheres de má vida. Em 1852, o presidente da província pediu à assembléia provincial autorização para mandar construir um novo teatro, mais amplo. A construção começou em 1858.

O espírito crítico dos estudantes e dos intelectuais elevava o nível das representações. Certa noite, Deolinda foi um pouco patética demais ao gritar: "Agora que estou sozinha e que ninguém me escuta, ouso dizê-lo: sim, eu o amo! Eu o amo!" — "Já ouvi!", respondeu da platéia um estudante. Houve um grande tumulto, a atriz desmaiou e foi preciso suspender o espetáculo.

A própria Igreja estava evoluindo. Os jornais anticlericais não eram anti-religiosos (não havíamos chegado ainda à onda positivista). São Paulo teve então o seu primeiro bispo nascido no Brasil. Até então, eles vinham de Portugal. Antônio Joaquim de Melo, ex-militar, era um autocrata, e a questão que estava na ordem do dia era saber se as preocupações dele eram ou não espirituais. Assim que chegou a bispo, deu aos padres da sua diocese instruções muito severas quanto à indumentária. Proibiu-os de jogar, dançar e se entregar a outras diversões indignas deles. Proibiu os enterros noturnos, pois permitiam, segundo ele, que se cometessem nas igrejas todas as espécies de irreverências. Advertiu os mestres-de-capela de que não mais intercalassem contradanças na música sacra. Opôs-se também aos sepultamentos nas igrejas, pois se tratava de uma ameaça à pureza da fé. Os protestantes e alguns vereadores consideravam antes que esse tipo de sepultamento era uma ameaça à higiene pública. Em 1851 foi aberto, perto do centro, um cemitério alemão, onde metade da área estava reservada para os católicos estrangeiros, e a outra metade para os estrangeiros não católicos. Em 1858 o governo da província abriu o grande cemitério da Consolação para os brasileiros, cemitério este que existe até hoje.

Os padres não tinham uma boa formação. Vinte e cinco anos antes da chegada de dom Antônio já se reivindicava a construção de um seminário. Foi com dom Antônio que ele foi finalmente inaugurado, em 1856. A orientação dos cursos que nele seriam ministrados ficou clara nos artigos publicados pelos jornais e pelos discursos inaugurais do vice-reitor e do reitor. O primeiro não foi nada além de uma invectiva contra o gosto excessivo pelas novidades, a sede de prazer e o desdém pela autoridade que, segundo ele, caracterizavam a época. O segundo, após aludir aos erros de Spinoza, Rousseau, Kant e Cousin, e ao liberalismo irresponsável de certos homens de Estado, advertia-os nos seguintes termos: "Eis as conseqüências que a impiedade moderna sabe

tirar da anomalia que existe em uma religião santa sendo pregada por ministros mundanos".[6]

Por falta de padres paulistas competentes, dom Antônio recorreu a capuchinhos italianos. Isso irritou alguns dos seus subordinados, que acusaram os capuchinhos de serem reacionários grosseiros, desfrutadores e de não velar pelo bem-estar material dos estudantes internos. Logo depois surgiu um problema com os estudantes de direito, que protestavam contra a recomendação do bispo para que a academia fosse transferida para o Rio, por ser um "foco de imoralidades"; os estudantes lançaram uma campanha contra o seminário, criticando "a meia dúzia de freires corruptos, aduladores hipócritas e ambiciosos ignorantes, que sonham com as fogueiras da Inquisição e com o absolutismo para implantar a dominação dos freires e dar mais um exemplo do que pode a ambição unida à astúcia".[7] O próprio bispo tinha consciência dos obstáculos que haveria caso se quisesse recatolicizar a sociedade. Em 1858 ele escreveu ao imperador:

"O Brasil não tem mais fé, a religião aqui está quase morta. Não restam dela mais que as aparências exteriores: as grandes festas que de hábito terminam pela devassidão nas classes populares e uma idolatria em relação às estátuas: mas *aquele* que é o *caminho*, a *verdade* e a *vida* é desconhecido. . .

"Para este estado, senhor, a que chegamos, para este paganismo na educação da juventude, para este desmoronamento da ordem social, devido aos princípios subversivos e anárquicos que corroem os filhos da luz, não existe, para mim, senão um remédio. . . o remédio único, senhor, é uma concordata franca e leal com a Santa Sé. Desse modo os bispos, reavendo o seu papel natural, recobrando o seu antigo poder moral de que tanto precisam e que perderam, dedicar-se-ão à reforma dos costumes, à melhora da educação, e serão um esteio para a pátria."[8]

Esse grande debate entre a Igreja um pouco desconfiada, mas em pleno esforço de renovação, e uma juventude intelectual e artística muito animada dava a São Paulo uma gravidade e uma originalidade que foi notada pelo viajante Fletcher em 26 de junho de 1855, quando fazia frio no seu

quarto, durante o inverno tropical, em uma cidade situada a oitocentos metros de altitude:

"Sinto por São Paulo um respeito mais profundo que por qualquer outra cidade sul-americana que pude visitar até agora. Os meus sentimentos de respeito, contudo, provêm não das dimensões da cidade, nem dos seus aspectos pitorescos, mas da atitude mais intelectual e menos comercial que ela tem, comparada ao resto do Brasil, e que paira sobre a população. Aqui não se escuta martelando perpetuamente no ouvido a palavra *dinheiro,* como no Rio de Janeiro".[9]

Os progressos da urbanização

Assim mudava, lenta mas seguramente, o espírito paulistano. Causa ou conseqüência, a vida material também se modificava, a cidade crescia, tornava-se mais agradável, mais bem equipada. E no entanto São Paulo não era ainda uma cidade industrial. Bem na metade do século, das cinqüenta manufaturas existentes no Brasil, sete se encontravam na província de São Paulo, das quais duas na capital. Fazia-se, porém, um grande esforço para desenvolver as obras públicas. Em 1844, o governo da província criou uma Direção de Obras Públicas para construir e conservar a malha viária e também para levantar uma coleção completa de mapas da província. No ano seguinte, o programa concebido previa uma malha bastante densa no interior de um círculo de dez quilômetros de raio, com a cidade de São Paulo por centro.

Além disso, o espírito empreendedor parece ter existido desde cedo nessa pátria dos bandeirantes. Em 1845, por exemplo, Jacob Michels tinha "a honra de avisar o respeitável público" de que a sua fábrica da Rua Direita oferecia "um grande sortimento de chapéus de todas as qualidades e do melhor gosto, finos e comuns, de pêlo negro, castor, pele de coelho, lontra, etc.", anúncio este que apareceu em *O Governista* de 2 de agosto. Tratava-se de um artesão hábil, de preços razoáveis, e logo o seu capital permitiu-lhe a compra de máquinas

mais modernas e a contratação de técnicos europeus. Entre 1850 e 1860, ele montou uma cervejaria perto da fábrica de chapéus e passou a produzir uma cerveja comparável em preço e qualidade à que vinha da Europa. Uma segunda fábrica de chapéus criada em Campinhas em 1853 foi transferida para São Paulo no ano seguinte pelo seu proprietário, João Adolfo Schritzmeyer, de nacionalidade alemã. Essa era a época em que a elite paulista começava a pensar que era preciso conseguir exportar uma parte da produção agrícola e fazer de modo que os lucros fossem reinvestidos em São Paulo mesmo, e não em outra parte. Foi por isso que em 1853 foi fundada a Sociedade Auxiliadora da Agricultura, do Comércio e das Artes. Os seus cinqüenta e nove membros fundadores pertenciam ao setor econômico, mas também a outras profissões: padres, engenheiros, professores, políticos. Tratava-se de uma cópia de outra sociedade parecida fundada no Rio em 1828, com o intuito de estudar e difundir os progressos técnicos que pudessem melhorar a produção e aumentar a riqueza.

Ao mesmo tempo o governo da província começava a ter uma participação cada vez mais ativa e importante no embelezamento da cidade, onde os esforços da prefeitura sozinha não bastavam mais. No relatório que o presidente fazia todos os anos à assembléia provincial, podem-se encontrar muitas informações sobre o equipamento urbano: iluminação e pavimentação das ruas, prisão, mercado, matadouros, abastecimento de água, jardim botânico, teatro, inundações da várzea do Carmo, luta contra incêndios. Fazem-se muitas referências a engenheiros estrangeiros particularmente franceses: Bresser, Bastide, Martens d'Estadens, Milliet, Günther, Bourroul. . .

Em 1847, Alphonse Milliet foi contratado para fornecer à cidade cento e sessenta lampiões a gás hidrogênio, que deveriam ficar acessos todas as noites, a não ser com a lua cheia. Em 1852 foi aberto mais um matadouro, projetado por europeus. Tal como o antigo, os seus esgostos eram lançados no Anhangabaú, mas as instalações eram submetidas a um regulamento sanitário mais rigoroso, que exigia condições de maior higiene e um exame médico de todos os animais.

Em 1860 foi pavimentada boa parte das piores ruas da cidade, especialmente o Beco do Inferno, repleto de valas e de lixo.

Os edifícios públicos também progrediam. Em 1855 foi aberto um depósito de arquivos. A prisão foi terminada em 1852. Aplicou-se nela o sistema penitenciário de Auburn, o grande especialista anglo-saxão; os prisioneiros recebiam uma alimentação regular e adaptada; havia escritórios, e uma enfermaria, e mais tarde começaram a ser ministrados cursos de educação primária. A vida dos prisioneiros tendia à reabilitação. O viajante Hadfield achou, em 1868, que a rotina a que estavam sujeitos os cento e vinte prisioneiros era "admiravelmente dirigida". Aliás, desde 1852 que os loucos haviam sido retirados da prisão, e transferidos para um edifício especial, administrado como um hospício. Dez anos depois eles foram transferidos para um local mais amplo, ainda que pouco confortável.

Quanto ao jardim botânico — chamado oficialmente de jardim público a partir de 1838 —, recebeu pouco a pouco novas melhores destinadas a fazer dele ao mesmo tempo um jardim agradável para os passeantes e um laboratório de horticultura experimental. Em 1858, depois de adotados os regulamentos de moralidade pública já em vigor no Rio de Janeiro, o jardim estava no melhor estado de conservação possível. Em 1862, o viajante francês Houssay declarou-se encantado com a tranqüilidade, o frescor, o perfume e as mil cores das flores, das folhagens, das árvores, das estatuetas de mármore e do coreto daquele que chamava de seu "querido passeio".

Escolas e hospitais

O lado negro desse quadro eram as epidemias, tão cruéis quanto as das cidades do litoral, apesar do clima no seu conjunto menos quente. A varíola e o cólera não eram privilégio dos países quentes. Casimir-Périer morreu da segunda na França em 1831. Em 1838, em São Paulo, a epidemia foi tal que a prefeitura transformou a câmara municipal em enfermaria. Contudo, a luta contra as doenças já começava a ser organizada de forma racional. Por ocasião da epidemia de cólera de 1855, a cidade foi dividida em quatro zonas sanitárias, e em cada uma delas havia farmacêuticos e médicos nomeados com a incumbência de lutar contra o flagelo e de fazer relatórios diários ao presidente da província. Uma comissão sanitária municipal tinha poderes para requisitar a ajuda da polícia e para ordenar cuidados gratuitos para os pobres. Foi feito um apelo às ordens religiosas, e até mesmo à caridade. O barão de Antonina escreveu ao presidente uma carta "conforme ao espírito tradicional de caridade católica da alta sociedade" (Richard Morse) para oferecer-lhe ajuda.

Outro flagelo era a febre amarela, que atingira o Rio em 1849 e de lá, por navio, se espalhara por quase todo o litoral. Em menos de um ano, as cidades paulistas do litoral, Santos, Ubatuba e Iguape contavam duzentos e trinta e um mortos. Em São Paulo morreram onze pessoas, mas todas elas haviam trazido a doença de fora. Nos anos que se seguiram, a febre amarela continuou sendo endêmica, tanto na costa como no interior. A relativa imunidade de que gozava a cidade de São Paulo não foi um fator negligenciável do seu desenvolvimento e do seu crescimento demográfico.

As autoridades preocupavam-se também com as escolas e a educação. A organização desta baseava-se no Ato Adicional de 1834, que centralizava o ensino superior mas deixava o ensino primário à mercê das autoridades locais. Em São Paulo, por volta de 1850, as escolas ainda eram insuficientes em número, equipamentos materiais e pessoal. Os métodos de ensino eram ultrapassados. Os livros escolares, quando existiam, eram vendidos a preços proibitivos. No entanto, o romantismo trouxe um novo alento, mesmo nesse domínio, e principalmente em São Paulo, como provam as reformas decididas em 1846 e 1851. A primeira obrigava a administração a prover de escolas todos os locais habitados da província e a estabelecer normas para o currículo, a qualificação, o salário e a nomeação dos professores. Na capital foi estabelecida uma escola normal em que os estudos duravam dois anos, com cursos de gramática, aritmética, caligrafia, lógica, religião e pedagogia. Essa escola nunca fez muito sucesso. Durante os vinte anos que durou, formou apenas

quarenta professores, mas representou um esforço excepcional para uma província do Brasil de então.

A inspeção das escolas, deixada em um primeiro momento às comissões locais ou às prefeituras, carecia de empenho e de homogeneidade. A reforma de 1851 concentrou essa função nas mãos de um inspetor-geral provincial. A província, como vemos aqui mais uma vez, começava a ter mais importância na vida da cidade. A polícia provincial, porém, apesar de ter tido os seus efetivos aumentados para quatrocentos homens, em 1850, continuava a dar a impressão de uma tropa de bêbados indisciplinados. A província ainda não havia resolvido realmente o problema de abastecimento de água. Depois de 1851, foram instaladas canalizações e novas fontes públicas, mas o diâmetro insuficiente daquelas mantinha a penúria de água, e por isso os escravos continuavam a utilizar as águas poluídas do Tamanduateí. Quanto ao hospital, a ordem religiosa que se tinha encarregado dele não conseguiu melhorar o seu funcionamento. Como antes, os inválidos enviados para lá preferiam continuar sem assistência, e o governo achava que as despesas que exigiria a construção de um prédio adequado seriam muito superiores ao benefício que ele traria. Por volta de 1850 a estrada de Santos havia sido "macadamizada", no sentido primitivo e real da palavra, ou seja, não asfaltada, mas empedrada segundo o procedimento inventado por MacAdam. Tratava-se de um grande progresso. Mas essa nova facilidade para o comércio era limitada pela lei provincial de 1851, que autorizava as alfândegas municipais. Essa era a origem da escassez de certos artigos nas lojas de São Paulo, atestada pelas cartas do poeta Álvares de Azevedo para a família no Rio, pedindo que lhe enviassem luvas, livros, água de colônia e castiçais de vidro.

A revolução agrícola...

Não se pode entender a vida cotidiana de São Paulo sem estudar a revolução agrícola que, já naquela época, transformava o campo paulista. Até 1870, sem dúvida, o vale do Paraíba e a região do Rio de Janeiro foram as grandes zonas de uma cultura cafeeira fundada sobre o trabalho escravo. Mas já então o café começava a ser plantado, não em torno à própria cidade de São Paulo, região imprópria para essa cultura, mas na depressão periférica a trinta ou quarenta quilômetros da capital, e depois mais para o nordeste, no planalto que desce em direção ao Paraná e que, antes mesmo do grande avanço pioneiro do século XX, já assistia à mudança de uma agricultura tradicional para o cultivo do café, principalmente quando o solo era de terra roxa, resultado da decomposição do subsolo vulcânico. Nessas regiões viu-se o desenvolvimento de cultivos baseados não no trabalho escravo, mas no emprego de "colonos", trabalhadores agrícolas livres, muitas vezes de proveniência européia. Nicolau Vergueiro, estadista e diretor da Academia de Direito, introduziu, já em 1840, noventa colonos portugueses na sua fazenda de Limeira. A experiência foi interrompida pela Revolução de 1842. Em 1847, porém, a firma Vergueiro e Companhia, ajudada por um empréstimo emitido pelo governo da província, negociou a imigração de mil colonos europeus e a sua distribuição por diversas fazendas. Dez anos depois, espalhadas em quase toda a região de São Paulo, havia duas dúzias de "colônias", que representavam mais de quatro mil trabalhadores. A esses é preciso somar os colonos recrutados na Europa pelos organismos oficiais paulistas. A diferença era que estes últimos eram proprietários e os primeiros eram meeiros. O número de meeiros não parou de crescer até atingir a cifra de dois mil cento e vinte e cinco imigrantes em 1855. Em 1856, porém, uma revolta desses colonos marcou o fim da experiência Vergueiro.

Esses colonos haviam sido seduzidos pelas promessas que lhes tinham sido feitas na Europa e ficaram decepcionados com o que encontraram no Brasil, principalmente quando vinham das cidades e pertenciam às classes médias. Outro inconveniente dessas plantações de café era o encarecimento dos produtos alimentícios. No tempo da cana-de-açúcar era possível plantar feijão e milho junto com a cana. Com o café, isso só podia ser feito quando as plantas eram bem novas. Foi dito que o café era uma planta mais democrática

que a cana, pois a instalação de uma fazenda de café exigia muito menos capital que a de um engenho de açúcar. Na realidade, porém, o fazendeiro agia cada vez mais como industrial. Oriundo em geral da cidade, ele só morava na fazenda durante uma parte do ano — nas férias —, deixava a sua administração para um gerente permanente e se esforçava, na cidade, para aprender nos livros as novas técnicas agronômicas, ou para defender seus interesses junto aos exportadores. O mesmo acontecia com os agricultores de outras áreas.

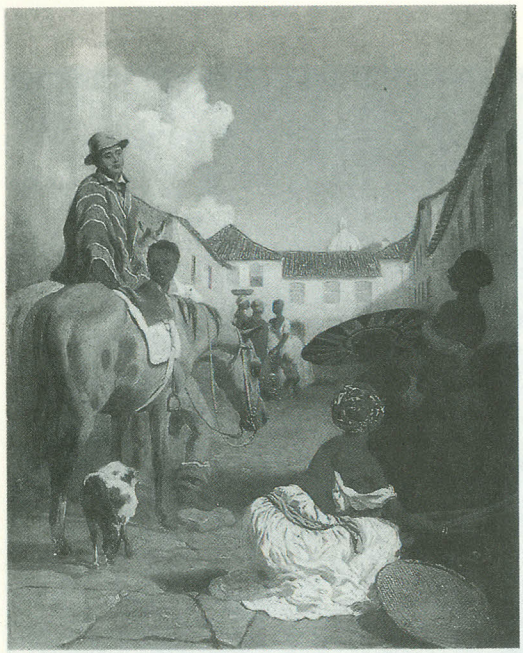
. . . e as suas duas conseqüências para a cidade

Naturalmente, esse primeiro avanço do café, que deveria amplificar-se na seqüência, teve largas e profundas repercussões na vida cotidiana de São Paulo. O irlandês Daunt, instalado na pequena e muito provinciana Itu, via com tristeza a mudança de caráter da capital e sua transformação em uma cidade cosmopolita, como o Rio de Janeiro, onde se fazia tábua rasa do passado e só se jurava, cada vez mais, pelos modelos de vida e de atividades vindos do exterior.[10]

Por volta de 1872, a população da cidade de São Paulo chegou aos vinte e três mil habitantes. A urbanização, porém, não acompanhou tal crescimento. Por exemplo, uma penitenciária, provida de oficinas de artesanato foi concluída em 1867, mas o regime a que estavam sujeitos os infelizes confiados ao asilo de loucos ou ao hospital não havia melhorado em nada. O jardim público, após as pequenas modificações de 1869, continuava sendo o único local de passeio para os habitantes da capital

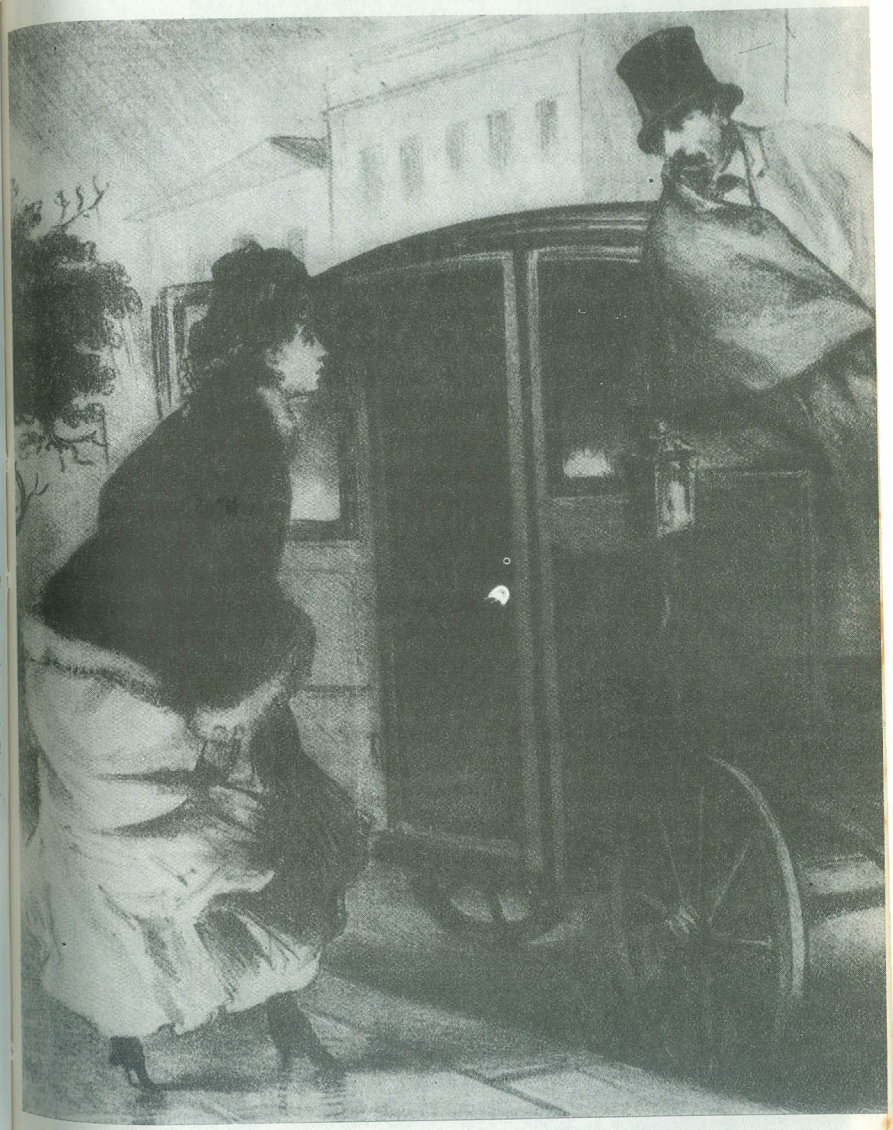
Apesar de haver sido aberto, em 1867, o primeiro mercado público, as barracas da época de Saint-Hilaire ainda existiam, atrapalhando o tráfego na estreita Rua do Triângulo. A assembléia provincial continuava se reunindo, em 1868, em "uma pequena sala estreita, anexa ao palácio, que tinha em cada extremidade uma galeria miseravelmente baixa para o público"[11]. A partir de 1863 as ruas começaram a ser iluminadas com querosene, mas, a força de protestar, os ci-

Em A hora do pão *(1889), Abigail de Andrade retrata uma típica cena de rua do Rio antigo, em frente a um sobrado no bairro da Saúde*



Não eram raros, na capital imperial, pátios como este, retratado por Martin e situado provavelmente entre as antigas ruas de São Pedro e General Câmara. Ao fundo, a torre da igreja de Bom Jesus do Calvário

No chafariz defronte à Igreja de Santa Rita, erguida em 1720 e reformada em 1870, os escravos iam buscar água em meio aos vendedores de frutas. Em seu quadro, pintado em 1846, Hildebrandt incluiu, à direita, uma cena da Festa do Divino.

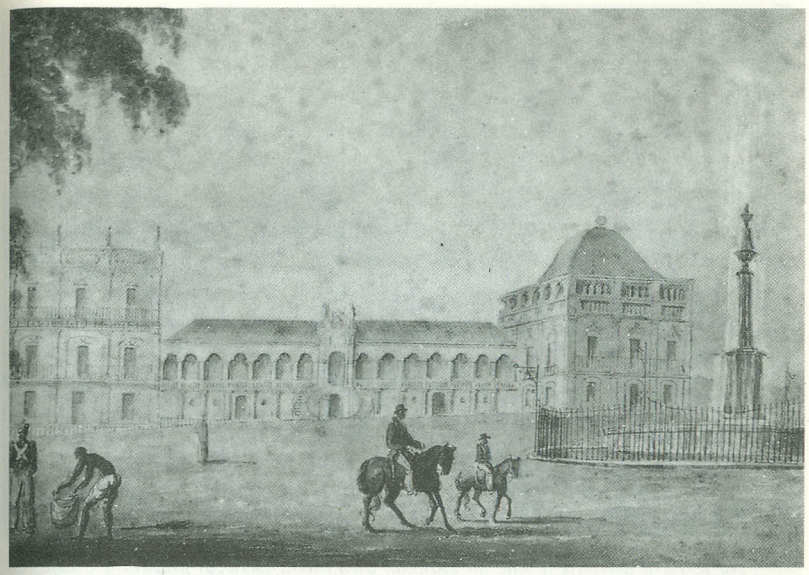


Carruagens fechadas como esta, vista aqui em uma ilustração da Semana Ilustrada *de 4/10/1874, eram um dos principais meios de transporte na corte*

Charge *de* A Lanterna, *de 6/6/1878, que satiriza a situação política e financeira do país*

Charge *da* Revista Ilustrada, *de 4/3/1876, que critica a incompetência do ministro José Bento no combate à epidemia de febre amarela que assolou a capital*

História da caricatura no Brasil



Esta aquarela de Hornbrook mostra o Palácio de São Cristóvão, construído pelo comerciante Elias Antonio Lopes e doado ao príncipe-regente dom João em 1808. Reformado e ampliado sucessivamente, o palácio serviu de moradia tanto à família real quanto aos imperadores dom Pedro I e dom Pedro II. Atualmente, o edifício abriga o Museu Nacional.

História da caricatura no Brasil

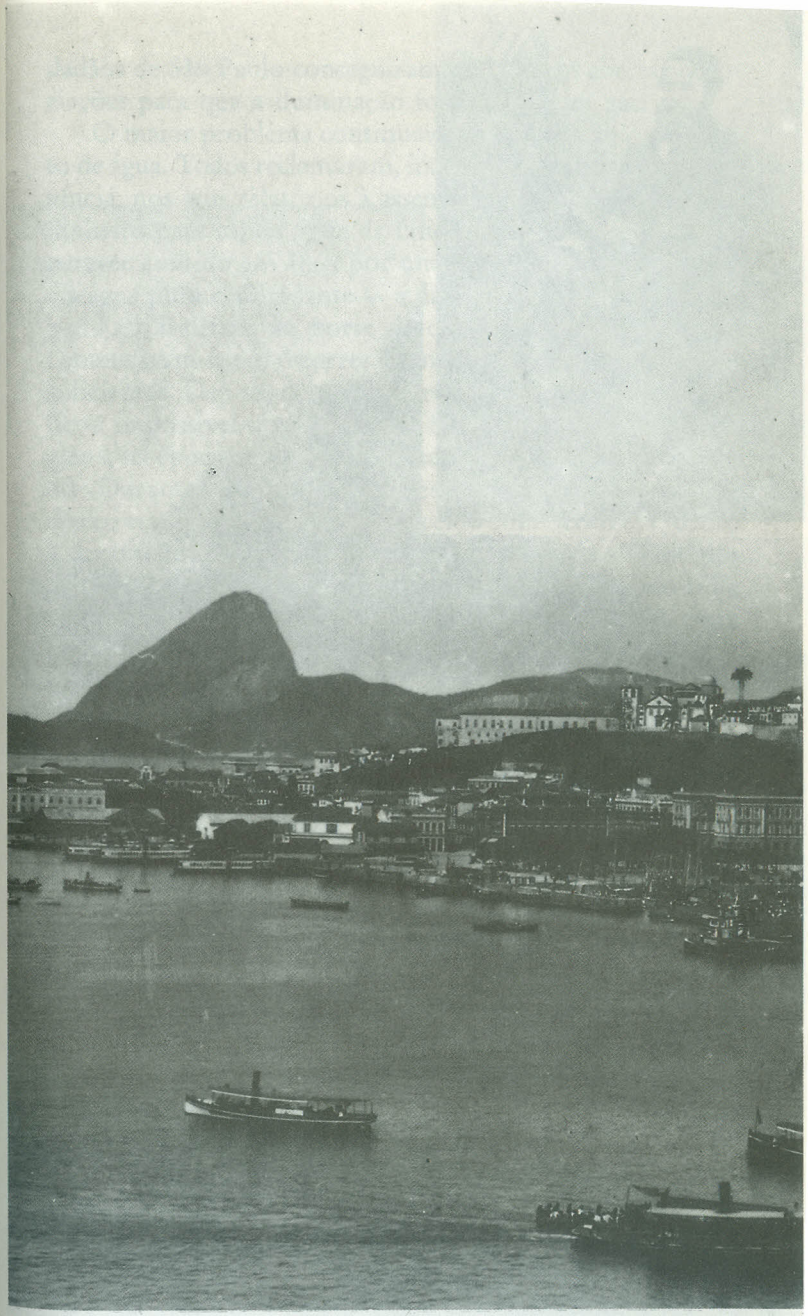
Charge *de Pereira Neto, publicada na* Revista Ilustrada *de 30/3/1889, em que se faz alusão ao* slogan *"Água em seis dias", de Paulo de Frontin*

A casa do Pinhal

No terreiro defronte à sede da Fazenda do Pinhal, escravos preparam o café para a secagem

A casa do Pinhal

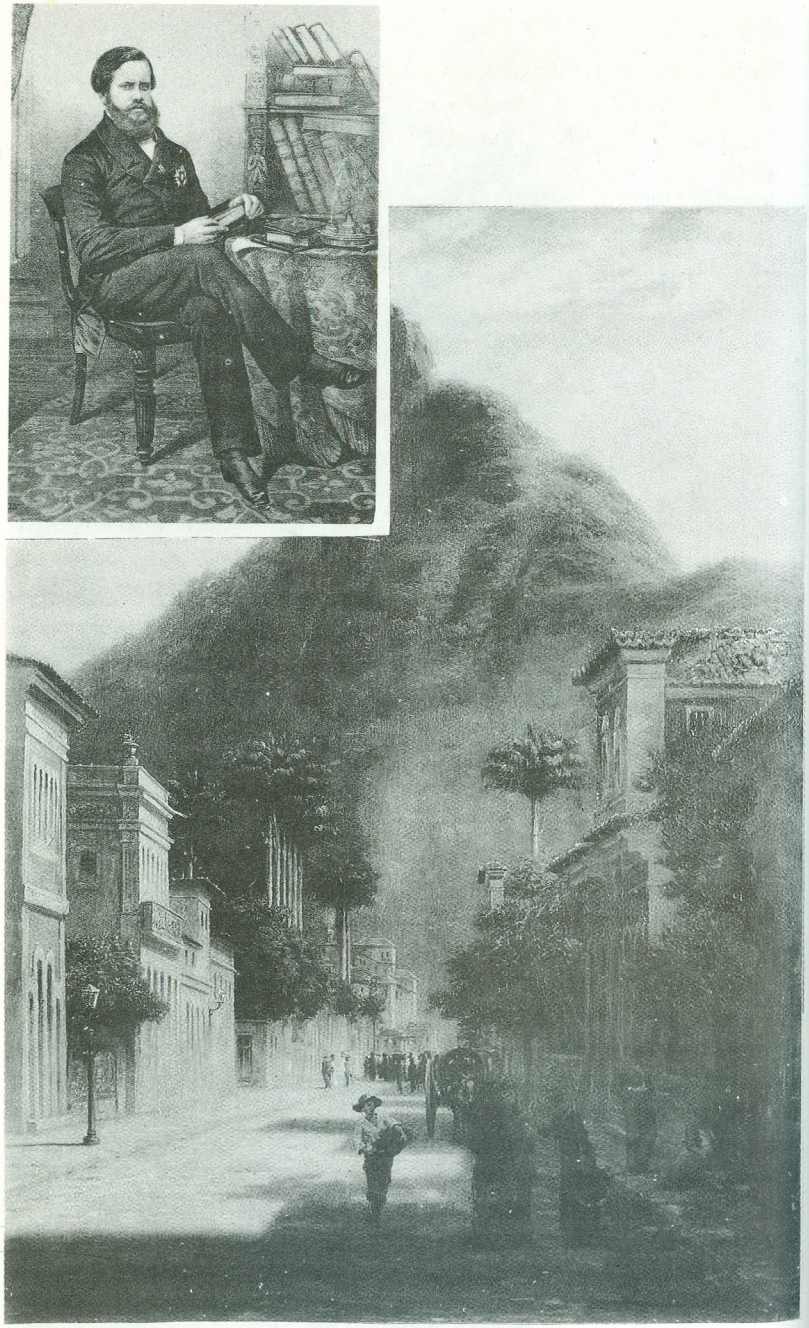
O conde e a condessa do Pinhal



Marc Ferrez

O cais Pharoux e adjacências por volta de 1877, em foto de Marc Ferrez

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RJ)



No alto, dom Pedro II, aos trinta e três anos, em uma litografia de Sisson. Acima, no quadro pintado por Bernhard Wiegand, em 1884, a Rua São Clemente, nas proximidades da atual Rua Bambina.

dadãos de São Paulo conseguiram que fossem abertas negociações para que a iluminação fosse feita com gás.

O maior problema continuava sendo o do abastecimento de água. Todos reclamavam, inclusive o presidente da província, nos seus relatórios à assembléia. Não havia, porém, dinheiro para captar água da única fonte que, segundo um parecer emitido em 1864 por um engenheiro inglês, fornecia água pura e abundante — a da serra da Cantareira, a alguns quilômetros ao norte da cidade. As administrações contentavam-se em recorrer a fontes mais próximas, mas insuficientes. Depois, com a Guerra do Paraguai (1865-1870), ficou impossível obter tubos de ferro. As idéias sobre a higiene, na época, eram hostis ao emprego de tubos de chumbo. Durante oito anos, dois reservatórios foram equipados com tubos de papelão endurecido com betume. Quanto à arquitetura, já estava bastante ultrapassada. "Vestígios da época colonial, arraigados na cidade e indiscutíveis em 1820, cultivados como românticos em 1850, em 1860-1870, eram inaceitáveis, por arcaicos."[12] Alfredo d'Escragnolle Taunay achou Campinas mais atraente, quando passou por lá em 1865. As igrejas da capital pareceram-lhe pequenas e, em geral, pobres. As ruas eram limpas, mas o calçamento deixava a desejar. A cidade não parecia muito ativa, a não ser quando chegavam os estrangeiros para trabalhar na ferrovia. As mulheres ainda apareciam pouco na rua, e quando o faziam ocultavam o rosto com a mantilha. Foi só nessa época que os estudantes começaram a ridicularizar a mantilha, usando-a nas igrejas ou durante o Carnaval. Em 1867, grupos de empregados do comércio aproveitaram a Terça-Feira Gorda para organizar nas ruas festanças carnavalescas muito mais divertidas que o que fora feito nos anos precedentes. No Carnaval de 1872 apareceram travestis com mantilhas, e até mesmo jovens disfarçados de eclesiásticos.

Essa demora da cidade em mudar provocou a explosão de um jornalismo crítico: não menos de dez jornais foram lançados entre 1858 e 1866. Em um deles podia-se ler:

"No dia 3 deste mês, o doutor João da Silva Carrão deixou a administração desta província.

"Os nossos sinceros cumprimentos aos paulistas.

"O que fez de bom sua excelência durante a sua infeliz e imoral administração?

OOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOO
OOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOO
OOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOO
OOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOO
OOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOO."[13]

Os partidos políticos, no entanto, não podia fazer muita coisa. Disfarçavam mal as rivalidades entre clãs e famílias. Os vereadores eram sem dúvida mais ativos que os de 1830, mas o "progresso material" era tão contrário à tradição paulista que se constituía em objeto de riso, como prova o artigo intitulado "Melhoras materiais", publicado em *O Doze de Maio* do dia 8 de junho de 1863:

"Havia na Praça da Misericórdia uma fonte de pedra, de construção elegante e sólida, que por si só, até recentemente, abastecia esta cidade com uma quantidade suficiente de *água potável*; água que todo mundo ali ia buscar em potes. Vieram as pessoas do *progresso material*, pintaram a pedra para imitar madeira, estragaram a canalização e nos deixaram sem água.

"Havia no Açu uma ponte magnífica do tempo dos Aracatys, de pedra talhada, elegante, uma verdadeira obra de arte.

"A inundação de 1850 levou embora a ponte, e o *progresso material* construiu no lugar uma massa bruta, pesada, informe, irregular, brutal, estúpida, que envergonharia o pedreiro mais ordinário.

"Tínhamos um jardim botânico que chamava a atenção dos estrangeiros pela seleção das suas plantas, pelo verdor do seu arvoredo, pela regularidade e harmonia do seu traçado: o *progresso material* veio e transformou esse oásis em uma Arábia pedregosa.

"Tínhamos, na Praça do Carmo, um passeio irregular, é verdade, mas limpo e praticável; o *progresso material* veio e plantou no meio da praça uma enorme colina; ela obstruiu a passagem e formou uma rocha Tarpéia de onde se podem precipitar as pessoas atacadas pelo *spleen*.

"Tínhamos na Rua do Comércio pequenas vendedoras que ofereciam legumes e frutas. O *progresso material* dispersou as pequenas vendedoras, espalhou-as para longe em todas as direções e foi para os lados da várzea do Carmo construir um poeiral imundo ao qual foi dado o nome de Praça do Mercado, que deverá ser construído ali nos tempos futuros. . . "

Os estrangeiros

Esse espírito crítico era menos desenvolvido em relação aos estrangeiros, que cada vez mais se introduziam na população, trazendo consigo objetos, máquinas, produtos e hábitos do exterior. De 1855 a 1872, o número de estrangeiros passou de quatrocentos e noventa e cinco para mil cento e dois, ao passo que a população total só aumentou dezesseis por cento. Uma das suas especialidades era a indústria hoteleira. O almanaque de 1857 trazia uma lista de seis cafés, bilhares e hotéis. Depois de 1860 foram construídos hotéis mais imponentes, como o Itália, o Europa e o Globo. Em 1863, os seis estabelecimentos de 1857 tinham-se tornado doze, e as pessoas de São Paulo criticavam os velhos hotéis, chamando-os de cancros sociais e econômicos. A cozinha francesa era *de rigueur*, como atesta este anúncio do *Correio Paulistano* de 7 de abril de 1864:

"Hotel das Quatro Nações
dirigido por
M. e Mme Guillemet
Quartos mobiliados
Entrega refeições a domicílio a preços módicos
Restaurante à moda de Paris
A cozinha, dirigida por um hábil cozinheiro francês, não deixa nada a desejar quanto ao gosto e à seleção dos pratos".

Taunay, tão crítico das coisas do país, não poupava elogios ao falar do Hotel da Europa, dirigido por um francês,

o senhor Planel, cujos pratos selecionados e abundantes eram servidos por escravos sujeitos a uma disciplina militar. Os quartos eram muito limpos, o pessoal era diligente e o patrão enriquecia com a clientela dos fazendeiros ricos de Campinas, que no seu hotel gastavam a mancheias.

Muitos estrangeiros prosperavam: barbeiros, cabeleireiros, médicos, dentistas, horticultores, joalheiros, alfaiates, costureiros e varejistas de todo tipo. O barbeiro Teyssier era tão famoso e tão apreciado que, quando voltou para a França, em 1871, o seu empregado Inácio Preto, ao sucedê-lo, acrescentou "Teyssier" ao seu próprio nome. Fresnau e Bourgade eram elegantes alfaiates franceses, e as modistas francesas — as senhoras Martin, Pruvot, Rochat e Pascau — faziam muito sucesso. Um certo J. Joly anunciava periodicamente a chegada de "um sortimento imenso e seleto de árvores frutíferas e de luxo, bulbos de flores, plantas trepadeiras e de todas as plantas mais belas e mais modernas da Europa". A livraria do francês Garraux, fundada em 1860, era a terceira da cidade, e foi a melhor durante vários anos. O seu proprietário foi o autor de uma *Bibliografia franco-brasileira* que até hoje é consultada. Os alemães fundaram uma tipografia, a "tipografia alemã", de Schroeder, e vários restaurantes de boa qualidade, um dos quais servia generosamente um vinho "húngaro", a respeito do qual era permissível perguntar se jamais cruzara o oceano. Um prussiano, Theodore Will, criou uma firma comercial em Santos e em São Paulo que se tornou a primeira a exportar café diretamente de São Paulo para a Europa. Outro alemão, o doutor Rath, médico naturalista, engenheiro, letrado e pintor, deixou ao morrer, em 1876, uma coleção científica que foi o núcleo do museu paulista.

Havia também anglo-saxões. O viajante John Codman, por volta de 1867, conheceu um dentista americano. Outros encontravam emprego facilmente nas cidades brasileiras e "na boca de todas as damas brasileiras em condições de utilizá-los a seu serviço. Foram engenheiros ingleses que vieram construir as ferrovias e, em 1870, um certo senhor Chamberlain fundou uma escola americana na cidade, origem da atual Escola de Engenharia Mackenzie. Compreende-se assim o anúncio publicado no dia 8 de agosto de 1872 no *Diário de São Paulo:*

"LIVROS INGLESES

J. Youds, no nº 26 da Rua da Imperatriz, acaba de receber um lote de romances publicados pelos melhores autores ingleses, e também obras para os Engenheiros. Só ficarão à venda por alguns dias."

Os italianos, ainda pouco numerosos, eram em geral de posição social mais modesta. Antes da Guerra do Paraguai, e alguns anos antes da chegada em massa dos italianos, um coronel brasileiro tinha o costume de reunir os recém-chegados em sua casa em São Paulo, para orientá-los. Alguns se tornavam tocadores de realejo, outros caixeiros. Antonio Pontrimoly ganhou assim dinheiro bastante para abrir uma loja com uma placa que dizia "200 réis", preço único de todos os artigos. Um compatriota seu, Donato Severini, bastante empreendedor, inaugurou em 1865 um posto de aluguel de tílburis e de carruagens de quatro rodas: sinal de ruas mais planas, de uma cidade maior, de cidadãos mais ricos e de uma demanda por meios de transporte rápidos e limpos. Em 1868 havia oito postos de carruagens.

Os portugueses, mais difíceis de distinguir dos brasileiros que os demais estrangeiros, eram principalmente comerciantes. Dos quatro mil seiscentos e trinta e três estabelecimentos comerciais ou industriais que havia na província de São Paulo em 1864, setecentos e setenta e seis eram dirigidos por portugueses, e apenas trezentos e oitenta e um por todos os outros estrangeiros. Além do mais, os portugueses tinham um grande sentido de solidariedade. A sociedade musical deles tocava todos os domingos no jardim público, diante de um numeroso auditório. A Sociedade de Beneficência Portuguesa fora fundada em 1859 por três portugueses: um contador de dezoito anos e dois varejistas de tabaco. Foi a primeira organização de auxílio mútuo da província.

Os alemães manifestavam também um agudo sentido de grupo. Em 1863 eles fundaram um sociedade de beneficência bastante parecida à sua congênere portuguesa, e outra sociedade, a Germânia, para o lazer, a promoção e a difusão dos conhecimentos úteis, particularmente o saber industrial. Em 1864 eles ainda tinham serviços religiosos em alemão. Em 1871, aparentemente, a Igreja Evangélica superou a Pres-

biteriana no grupo alemão. Mas os protestantes de língua inglesa eram naturalmente mais numerosos que os de língua alemã. O serviço anglicano era garantido em São Paulo.

Todos esses estrangeiros provocavam nos brasileiros um complexo de inferioridade que eles superavam com zombarias. Às vezes, porém, a oposição era mais grave. Foi esse o caso da guerra entre os estudantes de direito e os caixeiros de origem portuguesa. A animosidade piorou no dia em que os estudantes forçaram o chefe de uma trupe teatral portuguesa a dobrar o cachê da prima-dona de origem brasileira.

Os católicos se impressionavam com a seriedade da religião protestante praticada em São Paulo pelos europeus do norte e pelos americanos imigrados. *A Independência* de 28 de maio de 1868 escreveu: "Três coisas, como a lepra, infestam o nosso clero: a ignorância, o concubinato e o ultramontanismo". As procissões tradicionais já não pareciam bem adequadas à vida paulistana, ainda que muita gente participasse delas com bastante fé.

No fundo, São Paulo estava enfrentando então a sua crise de crescimento, com todos os problemas que aparecem nessa situação. Mas as coisas não se estabilizariam mais. São Paulo já estava a caminho de tornar-se a cidade gigante que é hoje. Está na hora de deixá-la.

CAPÍTULO VII

O SEXO FRÁGIL

O viajante inglês Mansfield, de visita ao Brasil em 1850, sentiu-se mais em casa nas grandes residências familiares que o seu compatriota Luccock cinqüenta anos antes. Nelas tocava-se piano. Algumas delas lembravam-lhe as casas de campo inglesas de terceira categoria. Em uma delas a dona da casa não descia para jantar com os convidados, mas aparecia depois, e era ela quem servia o chá. Tratava-se, como observou Gilberto Freyre, de um meio-termo entre o velho estilo brasileiro patriarcal, onde a mulher não aparecia nunca diante de estranhos, e o da Europa burguesa, onde ela presidia o jantar e tomava parte na conversa dos homens.

Esse exemplo ilustra bem a evolução da condição feminina no Brasil durante o reinado de dom Pedro II. O costume antigo, herdado da península Ibérica, e por esta, em larga medida, dos árabes, sobrevivia ainda com força no início do século. A dona-de-casa que saísse para fazer compras corria o risco de ser confundida com uma prostituta. Mme Durocher — a francesa que Gilberto Freyre chamou de virago, mulher-homem vestida com um redingote e calçando botinas masculinas — foi uma das primeiras mulheres a passear a pé pelas ruas do Rio. E causou escândalo.

Um regime patriarcal

Era de fato muito característico do regime patriarcal que o homem fizesse da mulher uma criatura tão diferente dele

quanto possível. Ele o sexo forte, ela o frágil. Ele o sexo nobre, ela o belo sexo.[1]

No Brasil da época, porém, a beleza feminina apresentava aos olhos modernos um caráter bastante mórbido. Ia-se da pequena moça do tipo quebradiço, quase doentio, à mulher "gorda, mole, caseira, maternal, de coxas e nádegas largas". Seria esse um meio de o homem afastar a eventual concorrência da mulher no campo da dominação econômica e política da sociedade patriarcal? A mulher era explorada pelo homem. Isso estava perfeitamente de acordo com a diferenciação dos papéis segundo o sexo, e levava a uma moral dupla: a do homem que pode dar vazão a todos os seus caprichos físicos, e a da mulher, cuja única liberdade era a de deitar-se com o marido todas as vezes em que este estivesse disposto a procriar. Esse sistema dava ao homem todas as iniciativas políticas, econômicas e sociais, e todos os contatos com o exterior, limitando a mulher às tarefas domésticas, ao contato com os filhos, os parentes, os escravos e o pessoal doméstico. O seu único contato externo, periódico, era com o confessor. Este cumpria, para essas reclusas, uma função indispensável de higiene mental. Era sem dúvida graças a ele que, pelo canal do pecado, puderam encontrar uma saída para muitas ansiedades e muitos desejos reprimidos que, de outro modo, fermentariam perigosamente no coração feminino. Mais de uma mulher, graças à confissão, foi capaz de escapar à loucura que atingiu numerosas puritanas na América do Norte.

As mulheres dos primeiros colonizadores, é claro, não eram desse tipo, nem tampouco as que se encontravam nas zonas pioneiras no século XIX. Langsdorff, no início do século XIX, visitou uma fazenda em Mato Grosso onde o "homem" da casa era uma mulher. Vasta matrona de um metro e setenta de altura e corpo proporcional a essa altura, usando um colar de ouro no colo, ela poderia ter cinqüenta anos. Ia para todos os lugares a pé ou a cavalo, dava ordens aos homens com voz autoritária, dirigia o engenho, as plantações, o gado e os escravos. Era uma mulher viril. Ao lado dela o padre, encarregado da assistência religiosa na região, tinha o ar de uma donzela.

No litoral, porém, na atmosfera morna e úmida das culturas tropicais, foi a concepção feminina e pouco feminista da mulher que triunfou. Isso traduziu-se na indumentária e até mesmo na fisionomia das mulheres. Assim como se fala sempre dos pezinhos das chinesas, pode-se falar também dos das brasileiras, sistematicamente deformados por calçados apertados demais. A cintura da mulher, já bastante afetada na Europa, foi no Brasil vítima do espartilho. Os cabelos longos com todos os formatos arquitetônicos possíveis, moda na Europa, chegaram no Brasil a formas excessivas, que tinham nomes pitorescos como "tapa-missa" e "trepa-moleque". Isso correspondia à moda dos bigodes e das barbas compridas dos homens. No Rio, no final do reinado de dom Pedro II, o primeiro galã que apareceu no palco sem barba foi coberto de vaias. Aquilo não era um homem, e sim uma femeazinha de rosto cor-de-rosa, bem barbeado, liso como o de uma moça ou de uma mulher bonita.

Isso foi explicado dizendo-se que o tempo livre e a ociosidade estimulavam um erotismo que, na ausência do macho, era sublimado em uma "auto-ornamentação" exagerada. É preciso acrescentar também a necessidade de se diferenciar das mulheres do povo, que tinham os cabelos curtos e não se vestiam de maneira tão complicada quanto as grandes damas quando saíam de casa. Grandes damas que em casa vestiam, com toda a simplicidade, apenas um roupão. Coisa curiosa, os homens distintos, ao saírem, vestiam-se de maneira bem rebuscada: anéis em todos os dedos, relógio com pulseira de ouro, empunhadura de ouro para a bengala, ouro na ponta do chapéu ou no cabo do punhal. Perfume nos cabelos, na barba, no lenço. Tudo isso, bem entendido, era proibido para os negros e para os escravos.

Já foi escrito que o homem, no Brasil rural e patriarcal, era uma "mulher a cavalo". Quase o mesmo ar débil que a mulher, enfraquecido, como ela, pela inércia de uma vida lânguida, mas colocado em uma situação privilegiada, de domínio e mando. É curioso constatar que, salvo exceções, a mulher não andava a cavalo. O surgimento das amazonas marcou o declínio do sistema patriarcal. Mesmo assim, não se via nenhuma mulher montar a cavalo como os homens.

Influência européia

As coisas mudaram em função da influência dos jovens brasileiros que iam estudar na Europa e que levaram à adoção da moda feminina inglesa e principalmente francesa. Um padre de Recife escreveu, em 1843: "Nossas moças e jovens senhoras só querem agora ser chamadas de *demoiselle, mademoiselle, madame*". Até mesmo as crianças diziam *maman*, à francesa. Ao mesmo tempo, o corpo humano e o modo de encará-lo transformavam-se, à maneira francesa. Com relação aos habitantes dos engenhos de açúcar, os do sobrado urbano eram frágeis, delicados, mais propensos às gastrites, enterites e pneumonias, recorriam mais aos cuidados dos médicos profissionais e contentavam-se menos com os remédios de comadre. Essas novas gerações tinham muito mais conhecimentos dos meios, importados de Londres ou de Paris, de corrigir a natureza defeituosa: ungüentos, cosméticos, dentes de ouro, perucas, tingimentos para a barba e os cabelos, espartilhos para a cintura. Ao mesmo tempo, com a influência francesa, a moda ia ficando mais leve. As mulheres começaram a ficar mais soltas dentro dos vestidos: os espartilhos, precisamente, seguravam a barriga e marcavam a cintura, sem diminuir a sua flexibilidade. Até os móveis participavam desse progresso. As pesadas cadeiras de jacarandá, as camas, enormes e tão sólidas que atravessavam vários séculos, cediam lugar a formas mais leves, suficientes para uma dama da cidade que tinha uma vida delicada no interior de uma casa urbana.

Essa nova leveza das formas podia ser vista na publicidade dos jornais. "Qual é a mulher que, para conservar as proporções elegantes da cintura, não se deixará seduzir pelos delicados espartilhos Cintura Regente e as formas elegantes da Casa Escoffon, na Rua da Ajuda número 7, que as aperfeiçoou para além do impossível?", perguntava a Mme Camille Escoffon no *Jornal do Comércio* de 21 de janeiro de 1875. Os jornais dessa época transbordavam de anúncios de ungüentos, águas e leites para os cravos, queimaduras e irritações da pele feminina. Muitas dessas irritações deviam ser conseqüência do uso imoderado, pelas mulheres, de roupas,

chapéus, roupas de baixo e tecidos de todo tipo fabricados na Europa para uso dos europeus, mas muito pouco apropriados para o Rio ou a Bahia.

O Brasil assistiu, no século XIX, a uma mudança na vida das mulheres. Estudando a história política e literária do Brasil na época colonial e patriarcal, Gilberto Freyre impressionou-se com a preponderância daquilo que chama de "subjetivismo" nas obras literárias, em geral, disse ele, um subjetivismo bastante medíocre. Isso se traduzia em uma falta completa de interesse pelos problemas concretos, imediatos e locais, e uma ausência quase total de objetividade. Ele atribuiu em parte essa fraqueza à ausência da mulher como escritora, e por conseguinte à ausência de seu realismo prático. Isso era o contrário do que acontecia na América anglo-saxônica, onde a esposa era de fato a colaboradora do marido e era conhecida por todos, como Martha, a esposa do grande Washington. No Brasil, quem conhece sequer o nome da esposa de José Bonifácio, estadista do início do século XIX?

Foi por esse motivo que todos os problemas gerais da vida social, graças a processos mentais puramente masculinos, ficaram amiúde em um nível teórico pouco compatível com a eficácia. Freyre deu como exemplo o "romantismo jurídico", um modo puramente abstrato de abordar os problemas administrativos que negligenciava os casos imediatos em favor das generalidades vagas. Segundo ele a casuística dos jesuítas, de aparência masculina, surpreende pelos seus processos mentais e psicológicos muito femininos, que sem dúvida contribuíram para a eficácia da ação dos jesuítas no Brasil, antes da sua expulsão na segunda metade do século XVIII.

Apesar disso é preciso ver que esses fenômenos evoluíram. Na primeira metade do século XIX o padre Lopes Gama, um moralista muito conservador, censurou as damas afrancesadas por lerem romances. Para ele, a boa mãe de família devia ocupar-se apenas com a casa. Mas já no fim do século XIX, nas letras, surgiram mulheres notáveis como Narcisa Amália ou Carmen Dolores. Antes delas o que se encontrava era, na maior parte das vezes, a mulher formada pela universidade, bastante medíocre, solteironas pedantes

ou "um pouco burras" e algumas mulheres afrancesadas, entre as quais as colaboradoras do *Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiras* — foi a época da transição. Nísia Floresta foi uma exceção, uma mulher viril em meio às senhorinhas dengosas dos anos 1850, uma mulher escritora em meio às baronesas e viscondessas que mal sabiam escrever uma carta. Ao lado dela, Freyre cita apenas a marquesa de Santos, dona Francisca do Rio Formoso ou dona Joaquina do Pompeu como mulheres que fugiam um pouco à mediocridade geral. Já vimos o papel da primeira junto aos estudantes de São Paulo. Mais uma vez, elas foram um exemplo da transição para uma época que dará mais espaço para a mulher na literatura e na política.

Esse tipo correspondia já a uma mulher menos servil e mais ligada às coisas do mundo, que acordava mais tarde por ter ido na véspera ao teatro ou a um baile, que lia romances, olhava para a rua da janela ou da varanda, passava duas horas se penteando, outras duas ao piano, na aula de francês ou de dança, era menos devota que no passado, ia menos ao confessionário, tagarelava menos com os domésticos, escutava menos os contos da carochinha da preta velha. Isso tudo representava uma certa emancipação em relação à moral tradicional: o médico da família tornava-se mais poderoso que o confessor, o teatro era mais atraente que a igreja para a mulher elegante, que freqüentava até mesmo os bailes de máscaras.

Uma das novidades de meados do século XIX, no Brasil, foi precisamente o baile de máscaras, baile público, e não em uma casa particular, como foi o caso em Recife, na residência do senhor Brito no engenho do Cajueiro, onde, em 1846, houve um "Carnaval campestre" relatado pelo *Diário de Pernambuco* de 19 de fevereiro. Carnaval campestre reservado aos parentes e aliados, aos amigos convidados e às suas famílias, no ambiente ainda patriarcal e semi-rústico da casa-grande. O primeiro baile francamente público, para o povo, parece ter acontecido no Teatro São Pedro de Alcântara, no Rio de Janeiro, em 1844. Em 1845 os outros teatros da capital organizaram os seus bailes de máscaras, principalmente o Teatro João Caetano, o da Praia Grande e o São Francisco de Paula. A moda pegou e, do Carnaval tradicional, à maneira oriental ou indiana, passou-se ao baile de máscaras à maneira francesa ou italiana. A máscara e o travestimento permitiram que inúmeras mulheres saíssem de casa e se misturassem à multidão elegante ou popular.

Uma evolução muito lenta

Mas não se deve exagerar. Essas transformações foram limitadas, amiúde pouco profundas, e a brasileira do império estava ainda muito longe da mulher do século XX. Uma das razões para isso talvez tenha sido a mediocridade do ensino feminino. "Os colégios dos nossos meninos ensinam muito francês, muita filosofia, mas não explicam o padre-nosso", escreveu em 1861 o padre Pinto de Campos. "Mas a situação nos colégios das moças está ainda mais grave. A mulher pode e deve ser o grande instrumento da regeneração social; para isso, porém, é preciso tirá-la da sua posição atual de ídolo submisso ou de máquina reprodutora. Uma nação é um agregado de famílias: o lar é a mulher. A nova educação feminina é hoje apenas a dos bailes, dos salões, da ostentação, e as que vivem longe das cidades ou não têm fortuna vegetam na ignorância, para no fim ouvirem dizer que a mulher por si só não é nada."

Será preciso acrescentar a esse fator de inferioridade, como fez Gilberto Freyre, a comida, que era diferente para a moça pálida e para a mulher madura e um pouco forte? Para a primeira, os caldinhos de galinha, a água de arroz, os pasteizinhos. Quanto à segunda, praticava um verdadeiro regime de engorda: caldo de cana, goiabada, doces, geléias de araçá, chocolate, toda a série de guloseimas pesadas que os cronistas da sociedade patriarcal brasileira dizem que eram consumidos a toda hora pelas damas da época. Talvez, para muitas delas, isso fosse uma compensação pelos desgostos e frustrações da sua vida sexual. Nos dois casos, tratava-se de uma alimentação imprópria e deficiente. No primeiro caso, um regime que produzia criaturinhas de peito frágil, moças românticas de olhos arregalados que os solteiros de vinte e cinco a trinta anos cortejavam passando, de pasta e bengala

na mão, nas ruas para as quais davam os sobrados, com os olhos dirigidos para as varandas como para nichos ou altares. No segundo, o resultado eram mulheres embrutecidas aos dezoito ou vinte anos, fortes mas moles e balofas, de uma gordura doentia, que morriam velhas aos vinte e cinco anos, no oitavo ou nono parto, sem outra intimidade com o marido que a do leito conjugal. Mas seriam elas mais infelizes que as solteironas que, sem terem recursos próprios por serem mulheres, viviam à sombra do sobrado paterno ou fraterno? Essas mulheres estavam em uma situação de absoluta dependência econômica da família, faziam todas as tarefas desagradáveis da casa e ficavam trabalhando, sobretudo nas casas menos ricas, quando os outros saíam.

Os elementos mais decisivos da lenta transformação dos costumes femininos são bastante claros. Antes de mais nada, a supremacia do médico sobre o confessor. Depois, a própria influência da Igreja sobre o declínio do patriarcalismo, lutando contra as missas, as capelas e os oratórios particulares, forçando desse modo as famílias a irem à missa nas igrejas abertas a todos (essa luta, contudo, foi longa, pois em 1886 uma circular do internúncio, arcebispo de Otranto, tratava do assunto). O próprio sobrado, em plena cidade e não mais no campo como a casa-grande do engenho de açúcar, com a sua varanda, as suas janelas para a rua e a sua pérgola. Finalmente, e sobretudo, a influência da Europa sobre a cidade. Um sinal, mais que um fator, dessa evolução era o número de moças raptadas — muitas vezes, sem dúvida, com o consentimento delas — dos sobrados e até mesmo das casas-grandes na segunda metade do século XIX.

Após essas considerações gerais pode ser interessante tomar exemplos locais para medir com mais precisão a evolução da condição feminina. Vejamos o caso da Bahia[2], onde, aparentemente, no século XVIII as damas não se mostravam em público, a não ser nas igrejas. No início do século XIX elas continuavam a mostrar-se com parcimônia fora do serviço religioso. Na época de dom Pedro II, elas saíam bastante, e de maneira muito suntuosa. Quando Maria Graham passou por Salvador (1821-1822), teve oportunidade de conviver com a sociedade local. Descreveu-nos uma noite no teatro, as visitas que fez e uma festa para a qual foi convidada. Elogiou a localização do teatro, erigido em um sítio de onde se descortinava um belo panorama; o próprio prédio era bem construído, com bons assentos, mas os atores eram muito ruins, e a orquestra apenas tolerável. Boa parte da assistência não estava muito interessada na representação. As damas e os seus cavalheiros conversavam durante o espetáculo, comiam guloseimas e tomavam café como se estivessem em casa, ao mesmo tempo em que, na platéia, surgiam desordens que traziam palavrões e detenções. Em uma recepção na residência do cônsul da Inglaterra, Maria Graham teve dificuldade para reconhecer, nas damas bem vestidas, as "desmazeladas" *(slattern)* cujas casas ela visitara na manhã precedente. Ela havia notado, nas suas visitas, a limpeza aproximativa das casas. Após atravessar a sala do andar térreo, para a qual davam os quartinhos dos escravos, e subir uma escada estreita e escura, ficou esperando em um corredor até que um doméstico abrisse as portas e janelas do salão e chamasse as patroas, que se estavam preparando nos quartos, e apareceram depois de um certo tempo.

A amiga de Cochrane não foi muito elogiosa para com as damas baianas que conheceu. Com relação à metade delas, ela não conseguia imaginar que pertencessem à sociedade, e, de fato, elas eram antes da pequena-burguesia. Recebiam sem corpete e sem sutiã, o que lhes dava um aspecto indecente e principalmente desagradável, pois eram na sua maioria magras demais. Os cabelos, mal penteados e desalinhados, quando não estavam enrolados em papelotes, completavam essa aparência negligente. Mas Maria Graham viu também outras mulheres e outras casas mais distintas. Mas tinha uma certa dificuldade para diferenciar as diversas categorias, especialmente na festa do cônsul, onde estavam todas vestidas à francesa, com "espartilhos, lenço, acessórios, *all was proper and ever elegant*", e abundância de jóias. A única coisa que se notava, de vez em quando, era uma certa falta de jeito nos gestos, o que fez com que uma francesa que se encontrava presente dissesse que "aquela que quiser agir em público como uma mulher da alta sociedade deve antes sê-lo em particular". O círculo social do cônsul — diga-se de passagem

— parecia ser inteiramente composto por comerciantes. Não havia nem políticos, nem militares, nem senhores de engenho. O cônsul não deu mostras de estar habituado a receber, pois deixou os convidados sem orquestra, depois que os músicos foram embora alegando não terem sido servidos com suficiente rapidez. Se a recepção pôde prolongar-se para além da meia-noite, foi graças a algumas damas devotadas que se sentaram ao piano para animar os dançarinos desapontados.

A vida mundana

Maximiliano da Áustria, futuro imperador do México, visitou Salvador em 1860 e observou nas ruas homens de roupas escuras em cadeirinhas ou mulas e damas de tez pálida, vestidas com musselina, cabelos longos esvoaçantes e encostadas nos balcões ou estendidas em cadeiras de balanço nas varandas floridas, esperando por cavalheiros elegantes. Mas foi no baile a ele oferecido no dia 14 de janeiro por Lohman, o cônsul da Áustria, na sua bela casa de Vitória, que Maximiliano realmente ficou conhecendo os brasileiros e estrangeiros. A esposa do cônsul teria brilhado até mesmo em Londres ou Paris. Em meio à maioria de belas alemãs, porém, a primazia coube a uma brasileira: "Pálida como marfim, magra como um hindu, grandes olhos cintilantes mas velados por uma encantadora expressão de melancolia, cabelos negros como a asa de um corvo; beleza realçada pela simplicidade do vestido, tinha a graça de uma sílfide, e uma timidez cativante". No vasto salão oval decorado com muito gosto, as danças começaram com uma quadrilha de honra que terminou em uma roda muito animada ou em uma marcha bem movimentada cujos passos, bastante complicados, não tardaram a desarrumar as crinolinas.

O príncipe aceitou essa maneira de romper com a solenidade habitual da quadrilha. Mas não concordou com o modo como os brasileiros dançavam a valsa. Quando tirou uma

bela dama para dançar uma valsa "arrebatada", no estilo vienense, ela quase desmaiou em seus braços.

Maximiliano achou as crinolinas estreitas demais, e não escondeu a sua opinião, com esperanças de ser escutado pelas costureiras. Mas quase ficou arrependido pela crítica que fizera quando viu uma brasileira sentar-se em um canapé, com tal habilidade que a crinolina, cheia de ar, compensou maravilhosamente as deficiências da moda brasileira. Um pouco mais tarde na mesma noite ele travou conhecimento com Wiecherer, o médico sábio, com cuja esposa chegou até a dançar uma quadrilha. Uma dama pôs-se a tocar piano, sem no entanto conseguir dar um fim à tagarelice das suas companheiras. "Todas as janelas e portas estavam abertas, e apesar do calor nós continuamos a dançar com o sopro fresco da brisa noturna. A lua, erguendo-se da floresta, lançava os seus raios através das janelas, enquanto lá em baixo, diante da casa, os carregadores de cadeirinha executavam no sereno danças primitivas e selvagens, acompanhados pelas suas 'loas'. Ceia excelente, com todos os jarros utilizados nas cinco partes do mundo, servida no grande salão do andar térreo."

Na mesma época, menos de dois anos antes, toda a sociedade baiana tinha se reunido no grande baile oferecido a suas majestades imperiais pela Associação Comercial, em um edifício que, quarenta anos antes, fora inaugurado na presença do viajante francês Tollenare. Compareceram a esse baile mais de trezentas damas, todas com vestidos cintilantes de jóias. O imperador, em seu uniforme de almirante, dançou com Helena Auta de Belens Nobre, esposa do presidente da associação, dama que deixou uma fama duradoura de beleza e elegância; dançou também com a futura viscondessa de São Lourenço, e com muitas outras das quais talvez voltemos a falar neste livro. Tímidos e cheios de pequenas atenções com ela, os cavalheiros da imperatriz, que vacilava um pouco nas contradanças, eram o ministro Almeida Pereira, o presidente da província, Herculano Ferreira Pena, Wanderley, barão de Cotegipe, Saraiva e Pereira Franco. As luzes, a ceia, os cristais, a prataria, tudo lembrava o baile descrito por Tollenare quarenta anos antes. Mas o viajante francês não teria reconhecido nessas damas e nos seus acompanhantes a sociedade baiana que havia elogiado às vésperas da in-

dependência. Em vez do concerto para piano e flauta ele teria escutado, nos intervalos das contradanças, em uma espécie de círculo literário, as enfáticas declamações dos poetas, em homenagem ao soberano, mas sem deixar de ter, às vezes, alusões políticas bastante críticas:

> "Teu mal!... que vem quase inteiramente
> De um sistema que centraliza totalmente,
> Que não distribui ao corpo social
> O sangue que para viver é capital".

Não faltou nem mesmo uma certa nota romântica nas homenagens que foram rendidas a suas majestades. No dia da festa do imperador — 19 de outubro — um grupo de homens de cabelos brancos, já idosos, formou no Largo da Palma a companhia militar mais estranha que a velha cidade jamais vira. Vestidos com uniformes antigos, eles reuniram-se em torno a uma bandeira de cores desbotadas, tirada de uma sacristia qualquer onde dormia há mais de trinta e cinco anos. Eram oficiais, magistrados, funcionários públicos, negociantes, artistas, todos veteranos da guerra de independência. Marcharam até a praça do palácio. Eram setenta e um e foram muito aplaudidos. Ao chegarem à praça, colocaram-se como sentinelas nas portas do palácio, onde ficaram até a manhã seguinte. Outros versos foram recitados nessa ocasião, pois um dos veteranos era o poeta Moniz Barreto.

A visita imperial agitou muito a cidade. Toda a nobreza do Recôncavo, o imenso golfo sobre cuja entrada Salvador foi construída, veio para encontrar os soberanos, e toda a riqueza dos habitantes — ouros, pratas, porcelanas, jacarandás — foi posta à disposição para decorar os seus aposentos no palácio do governador. Isso contrastava com a austeridade do Palácio de São Cristóvão, no Rio. Na sala de refeições brilhava um serviço feito todo de prata; os talheres de ouro vinham da casa do milionário Pedroso de Albuquerque, e eram ainda mais valiosos pelo fato de terem sido oferecidos por Jérôme Bonaparte, quando da visita deste à Bahia, a um antepassado da esposa de Pedroso. Os grandes relógios e as serpentinas de bronze dourado eram relíquias do famoso mobiliário de Cerqueira Lima. Os salões estavam repletos de

tecidos, cortinas, cascos de tartaruga, lacas, corais, espelhos. Em um deles erguia-se, sobre um pedestal de acaju dourado, uma monumental fonte de prata com um jato de água perfumada, uma bacia de vinte centímetros de circunferência e uma náiade de setenta e cinco centímetros de altura. Para refrescar a água, uma fonte toda trabalhada em prata com quatro alas esculpidas e um "coco" maravilhoso, peças avaliadas na época em doze contos de réis.

Muitos senhores de engenho tinham esperanças de receber a visita de sua majestade. Alguns deles compraram porcelanas com as armas imperiais. Dom Pedro II, porém, visitou apenas dois engenhos, onde almoçou: um no Paraguaçu, um rio que deságua, ao norte, no Recôncavo, e o engenho de Santo Amaro. Convidada pelo presidente da província, a baronesa de São Francisco, herdeira dos mais antigos sobrenomes da Bahia — Aragão, Albuquerque, Falcão, Marinho e Bulcão — acompanhava a imperatriz, e Carlota Raton Moniz, esposa de Pedro Moniz Barreto de Aragão, foi a escolhida pela prefeitura de Cachoeira para assistir Teresa Cristina quando esta esteve na cidade. Tanto em Santo Amaro como em Cachoeira encontram-se até hoje sinais da passagem de suas majestades.

A Bahia, na verdade, nos anos 1850-1860, estava passando por um período de intensa vida social, mesmo antes dessas recepções principescas. O viajante Fletcher — entre 1852 e 1855 — falou dos "*most charming* saraus musicais" a que compareceu na casa do senhor Nobre, cujo grande salão se abria uma vez por semana para músicos amadores e profissionais. Alguns políticos também recebiam: Pedro Moniz, futuro barão de Rio das Contas, às segundas-feiras; Dantas, às sextas-feiras, com seu talento insuperável para agradar, ajudado pela esposa dona Amália, que uma testemunha dizia reunir "a beleza, as maneiras perfeitas, a amabilidade e uma certa gravidade no trato com os seus convidados". O conselheiro Pereira Franco via na esposa e nas cunhadas, filhas do juiz Accioli, boas pianistas, "elementos agradáveis para tornar suas recepções dos domingos ainda mais encantadoras"; e as terças eram reservadas para as *soirées* — usava-se a palavra em francês — do comandante Rocha Menezes.

Outra casa freqüentada pela melhor sociedade da época era a do rabino Isaac Amzalack. Após a morte deste a viúva, dona Graça, e suas três filhas, Simy, que se casaria com um almirante, Mary, que viria a casar-se com um Mesquita, e Esther, futura senhora Henschill, formavam um grupo cuja beleza era célebre. O poeta Castro Alves dedicou a elas um dos seus mais belos poemas. O conde de Passé, nas duas casas na cidade e nos três engenhos no campo, também oferecia com freqüência festas e bailes, ou então festejava Nossa Senhora da Piedade ou Santo Antônio. Ele era viúvo desde 1838, e a filha, futura baronesa de Cotegipe, dava às suas festas e recepções o toque necessário de graça feminina. O baile de 13 de julho de 1856 teve um objetivo político: era preciso reconciliar o presidente da província, Álvaro Ribeiro Moncorvo de Lima, com o senador e ex-ministro visconde de São Lourenço. Já em agosto de 1846, a festa que ele havia oferecido ao presidente da província, o general Andréia, futuro barão de Caçapava, havia sido uma reunião política. Em 1854 as grandes festividades organizadas no engenho Freguesia, para assinalar o início da reforma da igreja paroquial, também tiveram um caráter político: nessa ocasião, um vapor foi de Salvador diretamente para o engenho, que ficava à beira-mar, tendo a bordo os convidados e a orquestra; procissão, fogos de artifício, não faltou nada. Essas festas campestres tinham o luxo e a suntuosidade das festas na cidade e mais o encanto de um cenário bucólico. Belos vestidos femininos em meio às flores.

Um poeta, Ferrari, descreveu como eram as botadas que se organizavam às vezes nos engenhos, por volta de 1850. O senhor de engenho começava por mandar convites para os amigos, o que dava início a uma intensa atividade na casa. Chegado o grande dia, carroças cheias de cana eram levadas até o engenho, e os músicos chegados à cidade na véspera tocavam uma alvorada. Os convidados da véspera acolhiam os que começavam a chegar. As mulheres vestiam-se com cores vivas. O padre era anunciado e o sino da capela começava a tocar. Depois da missa vinha a bênção de todo o engenho. Simbolicamente, de longe, até os canaviais eram aspergidos. Finalmente, quando soava a música, as primeiras canas da estação eram postas no moedor, pelas mãos do padre. Este recebia uma chuva de flores, enquanto estouravam petardos

e soavam os vivas. Começava então a moedura. Após um almoço solene repleto de brindes, a música começava e todos dançavam. Cada um dos convivas passava a tarde a seu modo: passeios a cavalo, caça, conversas, inclusive com as senhoras. Voltavam todos para a merenda e depois iam até a moenda para assistir à moedura, já bem avançada. Antes do cair da noite era servido um jantar de cerimônia com, mais uma vez, brindes que não acabavam mais, para tudo e para todos: o anfitrião, cada um dos convivas, os parentes, os ausentes, à cultura, os patriotas, o belo sexo. . . Essa profusão de votos exigia libações repetidas. No fim, o entusiasmo transbordava, os copos e taças se entrechocavam, eram trocados e até despejados. Chegava-se ao momento dos brindes cantados. As danças encerravam essa festa, essa botada, que poderia ser chamada de festa da colheita.

Vimos que as senhoras apareciam em todas essas reuniões. No entanto, quando Maximiliano da Áustria foi convidado para almoçar no Engenho Novo, de Tomás Pereira Geremoabo, o rei do açúcar, por volta de 1860 (e que caiu em profunda melancolia após experimentar o açúcar de beterraba trazido pelo arquiduque), nenhuma dama esteve presente ao almoço. É verdade que esse Geremoabo era um novo-rico. O historiador Wanderley Pinho lamentou que Maximiliano não houvesse sido convidado a um engenho mais apegado às tradições antigas, mais requintado, pois em um engenho assim ele teria podido encontrar, disse o historiador, donas-de-casa perfeitas, e não teria sido a testemunha divertida de um gosto ostentatório pela prataria e pela bela porcelana, manifestado por esses *novi homines* mal polidos e cheios de pressa para exibir a própria fortuna, mas ainda sem estilo.

As mulheres de Recife

Falamos pouco de Recife, capital de Pernambuco, região que assistira à invasão holandesa no século XVII, onde o açúcar reinava ainda mais soberano que na Bahia. Desenvolveu-se ali uma sociedade original, em que as ascendências holande-

sas eram um título de orgulho, como os engenhos ou as fortunas acumuladas no comércio de exportação. Houve em Recife a mesma evolução da condição feminina que em Salvador. É certo que, em 1760, o frei Anibal, de Gênova, escreveu no seu *Viagem da África à América portuguesa* que as pernambucanas da alta sociedade não viviam escondidas ou enclausuradas como as baianas. Eram vistas na missa, freqüentavam os sacramentos da Penitência e da Eucaristia várias vezes por ano. Afáveis, pareciam tão bem vestidas quanto as damas da Bahia.

E no entanto, segundo os viajantes — Maria Graham, Koster ou Tollenare —, no início do século XIX elas eram tão invisíveis quanto as suas companheiras de São Paulo, Ouro Preto, Rio ou Bahia. Tollenare conta que passou dois dias na casa de um brasileiro rico sem jamais avistar a esposa dele. Na cidade era a mesma coisa. Mas ele sabia que elas abusavam das plumas e paetês, e afirma inclusive ter surpreendido algumas, que no entanto pertenciam à alta sociedade, banhando-se nuas no rio Capibaribe. O leitor deve saber que Recife foi construída em ilhas localizadas na confluência de dois rios, separados do mar por um recife ao sul da colina de Olinda, bairro residencial dos fazendeiros. Os únicos lugares onde as damas eram acessíveis eram algumas casas de campo de certos habitantes da cidade, como por exemplo no Paço da Panela, quando nelas se celebravam festas, bastante raras na cidade. Nesses lugares, além disso, as pessoas eram menos afetadas. Organizavam-se passeios a cavalo, conversas nas casas desse ou daquele e, à noite, música, dança e jogos de salão. Alguns negociantes ingleses ofereciam o chá. Faziam-se pequenos concertos de piano, guitarra e instrumentos de sopro, tocados por jovens de boa família. Aos instrumentos juntavam-se as vozes das damas pernambucanas, secundadas por escravas mulatas (os mulatos têm um senso artístico muito desenvolvido). De vez em quando, para grande escândalo do inglês Koster, as pessoas tocavam, em plena igreja, marchas e contradanças. Em todos esses festejos rurais as mulheres eram mais acessíveis.

Grande contraste com o Recife descrito por Vauthier, o engenheiro francês que lá esteve em 1840. O comércio britânico, que se desenvolveu muito depois do tratado de 1810,

permitiu que a boa sociedade pernambucana saísse da sua reserva e dos seus hábitos tradicionais, principalmente na cidade. A mesma evolução chegou também aos engenhos de açúcar, mas com um certo atraso. A urbanização progrediu, e as construções no bairro da Boa Vista emprestaram um cenário mais digno para a nova vida social. Isso foi obra de Rego Barros, conde da Boa Vista, presidente da província, formado em Paris na época da Restauração e que, até o fim da vida, conservou dessa formação os modos de grande senhor. Ele queria proporcionar à cidade atrativos capazes de fixar nela os senhores de engenho e os seus filhos. Adquiriu assim uma reputação de administrador pródigo, "como se o palácio de Recife lhe recordasse Mafra, e o Teatro Santa Isabel a nova Ópera de Paris". O engenheiro Vauthier foi seu conselheiro, e traçou da baronesa da Boa Vista, esposa do presidente, um retrato bastante lisonjeiro: "Ricamente ornamentada, ela tem uma fisionomia grave e séria, mas doce e boa. Tem grandes olhos negros muito expressivos e um pescoço soberbo. Olhava para mim com muita atenção". Outra dama atraiu o interesse dele: "Uma certa senhora C. de C.: mulher encantadora, vestido cinza-pérola. Ar virginal e melancólico, perfil grego, olhos de um azul claro e transparente. Como ornamento ela trazia na cabeça um aro de ouro que lhe dava o aspecto de uma rainha de outros tempos".

Por ocasião do aniversário do imperador foi organizado um "beija-mão" no palácio do presidente da província. Dia 2 de dezembro de 1840, entre onze da manhã e duas da tarde. Muitos uniformes estranhos, mas apenas umas quinze damas. Nenhuma delas era bonita, escreveu Vauthier, mas o conjunto dava uma impressão bastante francesa. Os vestidos pareciam ter sido feitos em Paris, ou pelo menos segundo os padrões do jornal *Le Furet des Salons*. Ele dançou com a esposa do presidente danças da última moda parisiense. Apesar de tudo isso e de um magnífico *buffet*, o salão era pouco elegante e as mulheres não o eram muito mais. Contudo, quando suas majestades imperiais vieram fazer uma visita a Recife em 1859, as damas saíram da sua reserva e apareceram, resplandecentes, nas recepções, tal como acontecera em Salvador para a mesma ocasião. E isso se deu nos banquetes, no Teatro Santa Isabel, no baile oferecido pela Associação Co-

mercial nos grandes salões do Asilo Pedro II. Esse baile reuniu duas mil pessoas, das quais seiscentas eram mulheres.

Cada engenho organizava uma ou duas grandes festas por ano, o que empanava um pouco o brilho da vida social da cidade, é claro. Muitos senhores de engenho tinham em Recife apenas uma residência secundária. Alguns, porém, mantinham grandes casas na cidade. Quanto aos grandes negociantes, levavam a vida à larga, e um deles, José Pereira Viana — um verdadeiro dândi, criado na Inglaterra e dotado de todas as qualidades e de todos os talentos —, era muito procurado por todas as famílias com filhas em idade casadoira. Acabou casando-se com Teresa Portela de Sousa Leão, filha dos barões de Sousa Leão. Inteligente, bonita, culta, poliglota, dotada para a música, capaz de cantar e excelente harpista, a futura baronesa de Soledade presidiu uma casa onde ao luxo se aliava o espírito.

As mulheres de São Paulo

Recife, portanto, era bastante parecida com Salvador, e nas duas cidades a ascensão da mulher foi mais ou menos a mesma, através de evoluções sociais e mundanas bastante próximas. Voltemos a São Paulo, onde já vimos o surgimento de algumas grandes damas, como a marquesa de Santos, cujos méritos o poeta Álvares de Azevedo cantou em suas cartas. Amante de dom Pedro I, teve com ele uma filha, Maria Isabel de Alcântara Brasileira, "a bela", que se tornaria a condessa de Iguaçu e que tanto encantou o poeta. Deixada pelo amante imperial, a marquesa havia voltado para a sua terra natal paulista em 1829, casando-se depois com Rafael Tobias de Aguiar. Abriu largamente os seus salões para freqüentes recepções, reuniões dançantes e bailes de máscaras, nos seus palacetes de Açu e do Carmo. Álvares de Azevedo falou de um desses bailes, que deveria ter sido realizado e foi tristemente substituído por um funeral. O baile teria sido dado por ocasião do batismo da neta da marquesa, mas a pobre criança morreu de um ataque de "convulsões" na segunda-

feira de manhã e foi enterrada naquela mesma noite, com toda a pompa possível em São Paulo. A menina era o retrato da mãe. O conde, seu pai, estava inconsolável, dizia-se. Apesar da chuva, uma multidão compareceu. Para tornar o féretro mais solene, determinou-se que ele fosse do Açu até o Carmo, ou seja, de um lado a outro da cidade, acompanhado por muita música. Já conhecemos o papel da marquesa junto ao mundo acadêmico de São Paulo.

De certo modo, ela era uma exceção. As mulheres, em meados do século, estavam ainda bem afastadas da vida social. No teatro, por exemplo, quase só havia homens. As pessoas, aliás, eram bastante reservadas em relação a todas as manifestações cívicas, o que contrastava com a abertura e a cortesia dos habitantes de Campinas. Essa pequena cidade, a oitenta quilômetros da capital, tinha já dez mil habitantes e respirava prosperidade. O comércio era ativo e alguns sobrados tinham uma aparência luxuosa. As fazendas das redondezas — algumas existem até hoje — eram vastos domínios rodeados por magníficos pomares. A sociedade era acolhedora e simpática, e as mulheres tinham nela um importante papel, como escreveu Taunay:

"As jovens daqui são muito amáveis e conversam com bastante animação; já fomos convidados para diversos bailes e saraus. A nossa estada em Campinas tem sido das mais agradáveis, e já não sei mais a quantas festas, saraus, jantares e bailes assistimos. Isso sem contar os jogos de prendas de que tomamos parte quase todos os dias. Há por aqui muitas moças agradáveis e dotadas, que encontramos com freqüência nas festas, e com quem dançamos bastante. Duas delas, principalmente, são muito bonitas".[4]

E escreveu também:

"Tivemos as grandes festas do Espírito Santo. No sábado começaram a desfilar os penitentes com baldes, pedras e feixes de lenha na cabeça. As mulheres, luxuosamente vestidas de seda, carregavam muito peso e percorriam a cidade a pé. No domingo, grande festa, um jantar monstro, com

doces sublimes e vinhos idem. À noite, sarau, depois da procissão que acompanhamos".

Foi só depois de 1870 que começaram a aparecer crônicas mundanas nos jornais de São Paulo. Mas são ainda tímidas notícias da vida social, sem jamais se aventurarem a citar o nome de uma dama ou a avaliar-lhe a graça ou o charme. No dia 9 de julho de 1877, o conde d'Eu, genro do imperador, assistiu ao baile realizado para a inauguração da estrada de ferro Rio — São Paulo. O baile teve lugar em São Paulo, no edifício da Assembléia provincial. Um cronista esboçou um resumo dessa festa memorável, mas com um tal pudor que transformou as damas em visão de sonho, sem forma nem nome, que agitavam, faziam girar e andar, vazias de corpos, as vestimentas assim descritas:

"Um lindo vestido de seda azul-celeste, coberto de rendas brancas de Bruxelas, e no peito um buquê de flores de brilhante; um vestido imponente de gorgorão amarelo com ramagens de flores alaranjadas, rendas brancas e diamantes; uma roupa branca delicada e muito elegante, com um *surtout* transparente, guarnecido de festões de folhas verde-escuras e de flores quase microscópicas; um vestido branco, rendas brancas e negras presas por flores, adornos e fita de veludo cor-de-rosa; um vestido extremamente simples, mas de gosto muito requintado, branco liso com apenas um veludo negro nos ombros; um riquíssimo vestido de veludo *grenat* [em francês no texto] com rendas de Bruxelas e um vestido negro pontilhado de margaridas brancas".

Tratava-se, portanto, mais de uma revista de modas que de uma crônica social, e só dois nomes apareciam: o da baronesa Homem de Melo, que dançou com o conde d'Eu, e o da futura baronesa de Pinto Lima, que estava de braços dados com o marquês de Sá. Essa era a época em que as relações humanas começavam a perder um pouco da sua profundidade para a vida mais leve que oferecia a nova civilização, a ferrovia, as modas e futilidades que chegavam de Paris ou de Londres em maior abundância.

Em Campinas, por volta de 1880, via-se um fenômeno de caráter mais geral: a tendência de os fazendeiros construírem belas moradias na pequena cidade que ficava perto da sua fazenda. Com isso, a capital paulista perdia em importância e em vida. Nessas casas novas e bonitas, as damas paulistas souberam receber ainda melhor que na fazenda. O tom era menos reservado, menos afetado que na capital paulista. Foi assim que a mulher paulista finalmente entrou para a vida cívica e social.

Quantas demoras, quantas dificuldades, quantos obstáculos, portanto, marcaram a lenta ascensão da mulher brasileira em direção à emancipação! Mas até agora só falamos das mulheres da "província". Já é hora de saber como foi que as coisas evoluíram no Rio de Janeiro. Além disso, só examinamos aqui as mulheres da alta sociedade ou da "sociedade", mais ou menos requintada, mais ou menos culta, segundo o meio a que corresponde. Temos ainda que examinar um pouco as reações das mulheres do povo, à medida que as conhecemos. Antes de chegar a isso, porém, teremos de fazer um longo desvio.

CAPÍTULO VIII

A VIDA COTIDIANA NA CORTE DO RIO DE JANEIRO

O imperador

Se a vida social era mais brilhante no Rio que nas capitais provinciais, isso não era devido ao imperador. Quando jovem, ele fazia ambiente no seu palácio, fosse na residência de inverno em São Cristóvão, fosse na residência de verão, na montanha que domina a baía, em Petrópolis. Tinha até um certo gosto pela dança e pelo flerte. Falava-se então das suas relações íntimas "com a viúva Navarro", e acrescentava-se: "Sua majestade dançou doze quadrilhas por noite. Os americanos zombam". E o autor dessas palavras, que escrevia a amigos, dizia também: "Nosso monarca já fez as pazes com a Mariquinha Guedes, e continua na sua divagação petropolitana". Foi nessa época que a valsa, essa "arrivista", começou a introduzir-se nos bailes, por exemplo em 1841, nos festejos da coroação. No ano seguinte, nas recepções da corte, uma testemunha notou algumas estranhezas na etiqueta, por exemplo o fato de a família imperial reunir-se, por ocasião de um jantar, toda em uma só mesa, separada do resto dos convidados. A etiqueta, porém, era rapidamente deixada para trás, pois as princesas dançavam como as outras damas, quando o normal seria que elas dançassem apenas com outras jovens ou com príncipes estrangeiros. Em 1847, suas majestades imperiais fizeram uma excursão pela província do Rio: foram recebidas pelos fazendeiros com todo tipo de festas e comemorações, de que tomaram parte com empenho.

Entretanto, o imperador preferia as entrevistas particulares, como as que tinha com Gobineau. De vez em quando

reunia homens de letras, mas até mesmo esse hábito ele perdeu com o tempo.

Isso ocorreu porque dom Pedro II, a cada ano que passava, ia ficando mais ocupado com suas funções. O império era uma monarquia constitucional centralizada. O soberano não só era chefe do executivo como também, além disso, exercia o que chamava de *poder moderador*, que se esforçava por manter o equilíbrio entre os três outros poderes. No dia 31 de dezembro de 1861, ele decidiu escrever um diário, que desde as primeiras linhas justificou da seguinte maneira:[1]

"Só agora estou começando este trabalho, pois dificilmente tiramos partido da experiência e, nos anos que já vivemos, há muitos acontecimentos que só podemos confiar à nossa própria memória, para que, precisamente, ela os esqueça. Além disso a juventude rouba-nos muito tempo, ainda que este me seja agora muito limitado para começar amanhã um diário da minha vida, cujo aspecto público está, aliás, registrado nos jornais, e cujos aspectos particulares são bastante monótonos. É por isso que vou resumir muito, esforçando-me, contudo, para não omitir o que me parece importante. Eu tinha anotações sobre os anos passados, mas julguei conveniente queimá-las.

"Direi pouco de mim mesmo. Tenho o sentido da justiça e entendo que o amor deve seguir estes graus de preferência: Deus, a Humanidade, a pátria, a família e o indivíduo. Sou dotado de algum talento. Mas o que sei devo principalmente à minha aplicação; a leitura, o estudo e a educação das minhas filhas, que amo acima de tudo, são meus principais divertimentos. Sou louvado pelo meu liberalismo; não sei por quê; contento-me com pouco e tenho oitocentos contos por ano.

"Nasci para consagrar-me às letras e às ciências, e, tendo de ocupar uma posição política, preferiria a de presidente da República ou de ministro à de imperador. Se meu pai tivesse continuado a ser imperador, eu já teria há onze anos um assento no Senado, e teria viajado por todo o mundo.

"Prestei juramento à Constituição; mas mesmo que o não tivesse tido de fazer, ela seria para mim como uma segunda religião."

Seguiam-se considerações sobre o poder político. No dia seguinte ele escreveu:

"Primeiro de janeiro: Não houve nada de notável além da cerimônia de colocação da primeira pedra do pedestal da estátua do meu pai. Gosto muito dessa estátua, mesmo vista de perto. É colossal, e segundo as pessoas que conheceram meu pai, parece-se muito com ele, ainda que, julgando pelos retratos, o perfil não me pareça muito exato e a ponta do nariz esteja achatada demais. A posição do cavalo não poderia ser mais natural. . .

"Dois de janeiro: Nada de notável. Falarei mais um pouco das minhas idéias administrativas. Entendo que o melhor emprego do dinheiro está nos meios de comunicação. A colonização estrangeira e nacional é também uma necessidade urgente, e aquilo que penso sobre o melhor sistema de colonização está escrito nos papéis de que falei. Lutei muito pela criação de agentes de colonização pagos regularmente. . .

"Três de janeiro: Fui hoje à fábrica de armas da concessão. A sala de armas não tem ainda um livro de entradas e saídas como oficina do Arsenal de Guerra. Há diversas máquinas em funcionamento, mas as principais ainda não foram montadas, apesar de terem chegado há vários meses; outras não foram ainda ligadas ao motor, que é uma máquina a vapor de seis cavalos."

Após algumas considerações técnicas, ele acrescenta:

"Por hoje não há mais nada digno de ser anotado.

"Quero também deixar neste diário a minha opinião sobre a questão bancária. . .

"Quatro de janeiro: Nada de notável no correio. Como a criação do *Diário Oficial* não foi votada, recomendei ao presidente do conselho que me apresentasse um relatório circunstanciado sobre o que é gasto com a Imprensa Oficial.

"Cinco de janeiro: Cheguei hoje a Petrópolis às dez da manhã. No barco, o Paranhos me disse que pretendia propor a regularização dos créditos. . .

"Em Petrópolis choveu nos seguintes dias: 6, 9, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30

e 31 de dezembro. O termômetro de Fahrenheit e o higrômetro marcaram, o primeiro, no primeiro dia do mês às sete horas, 68 graus; às 13 horas, 72 graus; às 17 horas, 78 e o segundo, 96, 95 e 94,5 graus. No segundo dia, 70, 72,5, 74 graus e 97, 97, 95 graus; no terceiro, 70, 74,5, 76 graus e 98, 96, 94; no quarto, 72,5, 74, 78 graus e 96, 95, 93; no quinto dia, às cinco: 72,5 no primeiro e 96 graus no segundo.

"No dia 2 a chuva caiu todo o dia, até as cinco da tarde, 23 milímetros e no dia 3, durante o dia até as sete: 4,12 milímetros."

Vemos aqui algumas das preocupações científicas de dom Pedro II. Mas a extensão dos seus gostos e da sua cultura pode ser julgada pelo modo como empregava o tempo:

"Pretendo distribuir o meu tempo assim: acordar às seis e, até as sete, grego ou hebraico; passear até as oito ou oito e meia e depois, até as dez, grego ou hebraico. Às dez, almoço. Do meio dias às quatro, a não ser às terças e quintas, quando pararei às três, exame dos negócios ou estudos. Jantar e, às cinco e meia, passeio. Das nove às onze, redação deste diário e depois dormir.

"Estou assistindo às aulas de inglês e de alemão que Sapucaí[2] está dando às minhas filhas. Nas segundas-feiras lerei Barros[3] para elas, das sete e meia às oito da noite. Nas terças-feiras lerei para elas *Os lusíadas* das dez e meia às onze da manhã; das três às quatro darei a elas uma aula de matemática, e farei latim com elas das sete às oito da noite. Nas quartas-feiras: latim com as minhas filhas das dez e meia às onze; nas quintas, *Os lusíadas* das dez e meia às onze; explicarei a física de Gannot às minhas filhas das três às quatro e farei latim com elas das sete e meia às oito da noite, e nas sextas-feiras, latim com as minhas filhas das dez e meia às onze e Barros da sete e meia às oito da noite. Nos domingos e feriados, leitura de Lucena[4] durante uma hora, e meia de leitura do Jardim das raízes gregas, à noite. Para as horas em que não há nada indicado, leitura, conversas ou recepção de visitantes. Nas quartas-feiras à noite, tenho um ministro e, quando puder, lerei Barros das sete e meia às oito. Provavelmente a afluência dos negócios ou visitas que não podem esperar perturbarão amiúde, é de esperar, este emprego do tempo."

Sem dúvida por uma espécie de pudor da parte do marido, que a encontrava depois das oito da noite e fazia com ela quase todas as refeições, a imperatriz não aparece nesse emprego do tempo. Em compensação, é impressionante a importância dada pelo imperial autor à técnica agrícola ou industrial. Eis aqui alguns exemplos:

"Dezesseis de janeiro: Jacobina[5] pretende organizar uma companhia na qual espera fazer entrar a casa dos Rothschild, para nivelar o morro do Castelo. Eu lhe disse que não estava de acordo, a menos que essa obra fosse indispensável para a segurança dos habitantes da cidade, ou que não houvesse uma companhia capaz de efetuar apenas as obras necessárias para evitar o desmoronamento de terrenos, e nessa segunda hipótese é preciso considerar se não seria mais conveniente o Estado fazer as obras de segurança, pois assim todo o capital necessário para a nivelação do morro poderia ser utilizado em investimentos mais proveitosos para a Nação. Aconselhei-o também a ocupar-se preferencialmente com os melhoramentos agrícolas, de que a casa imperial pode dar um exemplo tão útil; mas ele espera ter lucros com o empreendimento, e mais ainda com outros nos quais consiga fazer entrar a casa Rothschild, se a eliminação do morro do Castelo for bem.

"Vinte e dois de janeiro: Trabalhei com o ministro da Marinha, que me propôs, da parte do ministério, Tamandaré como ajudante de ordens. Observei que com essa nomeação haveria um aumento das despesas, mas que despesas feitas para remunerar serviços tão bons como os de Tamandaré são também uma economia. Ele me trouxe o diário de bordo e o mapa feito segundo as indicações de Mauri[6] adotadas pela Conferência de Bruxelas, apresentadas pelo comandante do vapor *Beberibe*, que chegou hoje mesmo à uma da manhã. Do mapa se vê — e isso não é o menos interessante — que a 15' da ilha de São Vicente não se acha o fundo a mil e quinhentas braças. Em uma sondagem posterior, o fun-

do foi encontrado a mil oitocentas e sessenta e duas braças e a válvula voltou cheia de argila viscosa, arenosa e calcárea. A uma grande distância das ilhas Brava e do Fogo, a sonda foi descida até duas mil e quatrocentas braças e parece que o fundo foi tocado. Mas depois que haviam sido puxadas duas mil braças de fio, este partiu-se. Em seguida, em outro lugar, a sonda parece ter tocado o fundo a duas mil e quinhentas braças.

"Vinte e um de abril [em Petrópolis]: Recomendei a Jacobina que levantasse da minha parte a idéia de uma exposição horticultora e que pedisse uma lista daqueles que têm as melhores culturas, pois tenciono ir às plantações que mais mereçam ser vistas. Os caminhos coloniais por onde passei poderiam ser mais bem cuidados, e notei que o engenheiro do distrito ignorava o estado e alguns deles. Voltei para casa na hora.

"Vinte e sete de outubro: Saí às cinco e sete da manhã e cheguei de tarde às três e quinze na Fazenda de Sant'Ana, de José Faro [no município de Vassouras]. Na galeria do segundo poço do túnel grande, assisti a explosões de minas nos dois extremos. A explosão sacode-nos o corpo todo e o barulho produz um zumbido desagradável nos ouvidos, que porém desaparece bem rápido. O aspecto da galeria do terceiro túnel, toda iluminada, com as velas formando como que um altar no fundo, lembrou-me as catacumbas de Roma, ainda que a forja no meio da galeria me parecesse ser a de Vulcano. . .

"Vinte e dois de dezembro: Fui visitar a fábrica de José Maria Reis na Rua do Hospício.[7] Vi ali diversos instrumentos curiosos, principalmente um espectroscópio de Bunsen e outro de Soleil, para medir os ângulos dos eixos dos cristais. Reis comprometeu-se a enviá-los aqui para que eu pudesse examiná-los à vontade. Há muitos instrumentos que ele com certeza não vende. Tem nove artesãos, quase todos portugueses, e faz somente armações de pincenês e de óculos e alguns instrumentos de menor importância. Disse-me que vende de sessenta a oitenta contos por ano e prometeu dar-me uma estatística dessas vendas discriminando as diferentes categorias."

Não insistimos nos longos raciocínios políticos que preenchem boa parte desse diário, pois isso escaparia aos limites do nosso tema. Toda uma filosofia do poder se desprende dessas anotações minuciosas. Mas voltemos a coisas mais cotidianas. No Rio, dom Pedro e sua família moravam no Paço de São Cristóvão ou no da Boa Vista, este rodeado por um magnífico jardim, a Quinta da Boa Vista, na zona norte da cidade, a oeste do porto: um bairro que se tornou bastante industrial, mas onde o jardim existe até hoje. O palácio é hoje um museu nacional de ciências naturais, etnografia e arqueologia. Quando a família real portuguesa chegou ao Rio, em 1808, ela não dispunha de nenhuma residência. O palácio dos vice-reis — já falamos dele — apresentava todo tipo de inconvenientes.[8] Um particular ofereceu ao príncipe regente, dom João, a sua propriedade, que se tornou o Paço de São Cristóvão. Dom João tornou-se dom João VI, Pedro I e Pedro II viveram nele e transformaram-no em sua residência principal. Em 1889, quando a república foi proclamada, o palácio, abandonado pela família imperial exilada, sediou a Assembléia Constituinte em 1890 e 1891. Em 1893, foi transformado em museu. O parque, tal qual existe ainda hoje, data apenas de 1860. O seu projeto à inglesa é de autoria do francês Glazion, que aproveitou a topografia ondulada do terreno para criar um lago artificial. Em 1925, ano do centenário do seu nascimento, foi erigida diante do palácio uma estátua de dom Pedro II.

Quanto à residência de verão de Petrópolis, está situada a oitocentos e treze metros de altitude, em um vale da serra da Estrela, a norte do Rio. Em 1830, a princesa imperial estava adoentada; dom Pedro I, seu pai, decidiu levá-la para a fazenda dos Correas, que ficava em um vale a cerca de sessenta quilômetros do Rio. Ali, a princesa poderia descansar e tirar proveito de um ar mais fresco e seco. O imperador foi conquistado pelo lugar e pelas suas qualidades climáticas. Passados apenas alguns dias, comprou a fazenda do Córrego Seco. Sabe-se que logo depois, em 1831, ele abdicou e voltou para Portugal. O seu sucessor era ainda jovem demais para tomar qualquer decisão quanto ao futuro da fazenda, mas alguns anos depois, em 1843, ordenou que ela fosse colonizada. O major Júlio Frederico Koeler foi encarregado

da operação e prometeu edificar um palácio imperial, delimitar um terreno para a construção de uma igreja posta sob o patronato de são Pedro de Alcântara e finalmente recrutar os colonos necessários para a criação de uma povoação. Os primeiros colonos chegaram no dia 9 de junho de 1845: haviam sido recrutados na Alemanha. Como eram muito ativos, a terra fértil e o clima temperado, a colônia do Córrego Seco foi um sucesso. Surgiram localidades habitadas nos vales dos afluentes do rio Piabanha, com nomes que lembravam o berço germânico: Renânia, Castelânia, Palatinato, Vestfália, Mosela, Darmstadt, Bingen, etc. Em 1857 a colônia foi elevada à condição de cidade, com o nome de Petrópolis. Tal como mostra no seu *Diário*, dom Pedro II passava longas temporadas na nova cidade. Os nobres e os diplomatas que o rodeavam logo acharam mais simples construir também residências de verão em torno do palácio imperial. Foi assim que Petrópolis se tornou a capital de verão do Brasil. O palácio de dom Pedro existe ainda. É um grande edifício clássico, sóbrio, rodeado por um jardim de dois hectares. Tornou-se hoje o Museu Imperial.

Com o conde d'Eu

Os salões do Rio reagiram contra a hostilidade de suas majestades imperiais em relação às mundanidades. Os primeiros a fazer isso foram os seus próprios filhos, o conde e a condessa d'Eu. Mesmo em Petrópolis, eles davam pequenas recepções, saraus íntimos. O conde, descendente da família francesa de Orléans, achava estranha a atmosfera de São Cristóvão:

"Come-se em família às cinco, com uma rapidez prodigiosa. Depois, se o tempo estiver bom, passeia-se pela propriedade, uma espécie de jardim quase inculto, composto principalmente de mangueiras e bambus gigantescos. Em seguida, volta-se para casa para tomar chá; as princesas fazem

música; olham-se fotografias e fazem-se jogos de prendas, e às nove e meia tudo está terminado". [9]

Antes de casar-se com a princesa Isabel, ele nunca havia ido a um baile ou ao teatro. Portanto, era natural que, uma vez casados, os dois tivessem vontade de levar uma vida mais alegre. Instalaram-se logo no Paço Isabel, construído por José Machado Coelho e totalmente reformado para o casal em 1865. É chamado hoje de Palácio da Guanabara e é a residência oficial do prefeito do Rio. Rapidamente, organizaram-se no palácio as recepções — "Partidas" — da princesa, partidas de música e dança que, segundo palavras de Wanderley Pinho, eram "perfumadas de arte e de distinção". Isabel, ávida de colher simpatias, gostava da popularidade que seu pai tanto desprezava. O conde d'Eu, por seu lado, trouxera hábitos europeus que coincidiam com os desejos da esposa. E a juventude dos dois fazia-lhes parecer leve a carga que essa vida social podia representar para eles.

"No período que prolongou a sua lua-de-mel — a vida social era pouco desenvolvida, tal como notara o príncipe recém-casado, chegado há pouco da Europa —, naquela espécie de monotonia amorosa 'muito doce' e 'toda íntima', quando Gaston se afastava da esposa apenas para algumas raras obrigações e logo voltava a fim de lerem Tocqueville, Walter Scott e Feuillet e para que a princesa lhe corrigisse os erros de estilo de um português ainda hesitante —, nesses primeiros tempos os dois deleitavam-se com música e pintura; e já então procuravam convidar para a sua sociedade do Rio."[10]

Isso era novidade no Rio. Causava espécie. "O que quer que façamos", escreveu o conde d'Eu, "para apreciar um pouco a vida social, ela continua absolutamente monótona, e por conseguinte se não se alcança um certo grau de intimidade, ela é difícil de manter." Por fim, as resistências deixaram-se vencer e, no final de 1887, as reclamações do príncipe eram totalmente diferentes. Sentia-se cansado, com o tempo devorado pelos concertos, espetáculos e saraus de toda espécie que então pululavam na capital.

Nas recepções, que tinham lugar das seis às oito, ou nas "partidas", das oito às onze, a música dominava. Isso não encantava tanto assim os convidados, que teriam preferido tagarelar ou dançar, e se consolavam admirando a beleza dos duetistas ou dos pianistas. Um dos que se lamentavam era o ministro argentino Quesada, que achava essas reuniões "excessivamente filarmônicas". Como a melomania da princesa se fazia acompanhar de um certa admiração pelos mestres que executavam os trechos, as más línguas pretendiam até que essa admiração não fosse desprovida de ambigüidade; tratava-se de pura calúnia, e a opinião pública não se deixou enganar.

O brasileiro André Rebouças, no seu *Diário,* comentou os serões de que participou no Paço Isabel:

"Às oito, estávamos no segundo salão do paço, onde houve uma partida musical [14 de janeiro de 1867]. Tocaram piano o Bevilacqua, filho do mestre da princesa, a filha de Taunay, o doutor Martins Pinheiro e uma filha do doutor Ferreira d'Abreu. O príncipe falou muito de música, do Palácio de Cristal, etc."

Em matéria de música, ele se inclinava para a escola do famoso crítico Scudo.

"É preciso mencionar um trecho a quatro mãos tocado pela princesa imperial, acompanhada pela filha de Taunay, a partir de temas de *A muda de Portici,* de Auber, pela qual o príncipe é apaixonado: ele lembrou-se de que a revolução foi feita na Bélgica ao som dessa música. Na sala de estudos da princesa imperial, onde se toma o chá, pode-se notar, em meio aos retratos da família imperial, o célebre quadro que representa Rouget de Lisle improvisando a *Marselhesa* em Estrasburgo. O conde d'Eu declarou-se entusiasta da *Marselhesa,* que preferia à fria canção da rainha Hortênsia: *Partindo para a Síria.* Disse ter encontrado a gravura no Palácio de São Cristóvão, e que não era responsável por ela. Seguiu-se a isso uma crítica à introdução na França, por Luís Napoleão, das corridas de touros. O sarau terminou precisamente às dez."

Pouco tempo depois, outro sarau:

"Às oito da noite, respondendo a um convite especial do conde d'Eu, eu me encontrava no Paço Isabel [4 de março de 1867]. A noite foi apenas dançante, com orquestra e cerca de cem convidados, inclusive a Comissão da Exposição[11] e o Instituto Politécnico. O imperador e a imperatriz chegaram às oito. Ele falou-me das obras e prometeu fazer logo uma visita. O príncipe convidou-me para ficar *vis-à-vis* com ele, na segunda quadrilha, a dos lanceiros.

"Dancei com a senhora Taunay, ao lado da princesa Isabel, que dançou com o conselheiro Pedreira.

"Dancei três outras quadrilhas com a filha do doutor Meirelles, viscondessa de Lajes, e uma das suas sobrinhas. A noitada terminou à uma da manhã. Até então, o príncipe e a princesa não pararam de dançar com juvenil entusiasmo."

O Paço Isabel era de muito bom gosto, sem luxos inúteis, e a etiqueta não era muito rígida. "A simplicidade é lei nos salões da sereníssima condessa d'Eu", escreveu um conviva, acrescentando: "Aqui, a nossa coluna vertebral não é sujeita à tortura. Nas fisionomias cheias de franqueza do conde d'Eu e da sua augusta esposa, na maneira de se vestirem, modesta e sem pretensão, brilha a mais jovem e a mais cordial democracia. Encontra-se aqui o gosto que seria encontrado nos salões de um burguês fino e bem educado".

A maior festa desse salão foi talvez o baile oferecido ao príncipe Henrique da Prússia, em agosto de 1883. Descrevendo-o, Dantas Júnior salientou apenas três damas, cada uma delas com uma breve referência: à imperatriz, pela extrema simplicidade do vestido, a princesa, pela riqueza elegante da sua aparência, e dona Amélia Cavalcanti, vestida com perfeita arte. Carlos von Kozeritz, que participou do baile, descreveu-o assim:

"Na quinta-feira, o príncipe Henrique foi jantar na residência da princesa imperial, e à noite houve um grande sarau em homenagem a ele no Paço Isabel. Não menos de quinhentos convites foram enviados, e mais de quinhentos convidados vieram. Os grandes salões do Paço Isabel esta-

vam literalmente repletos. A primeira quadrilha foi dançada pela princesa imperial com o príncipe Henrique, e o ministro da Áustria, barão Von Seiller, dançou em *vis-à-vis*. O príncipe Henrique dançou depois com a esposa do ministro americano, com a do barão Von Seiller (filha do barão de Jaurée, nosso digno ministro em Berlim), com a esposa do ministro do Exterior e finalmente com a esposa do seu assistente brasileiro, o conselheiro Andrade Pinto. Diante do príncipe dançaram o conde d'Eu, o conde de Villeneuve, (conde do papa) e o visconde de Garcez. Além disso, sua alteza dançou valsas com uma filha do barão da Penha, com uma filha do senador Correia e com a esposa de L. P. de Magalhães".

Em uma carta a Eduardo Prado, o escritor Ramalho Ortigão, em 1887, criticou o fato de dom Pedro II não ter desempenhado a função social que um soberano deve desempenhar, sem ver que, nesse ponto, ele havia sido magnificamente substituído pela filha e pelo genro. Dom Pedro não soube, escreveu Ramalho Ortigão, dirigir, na sociedade que governava, "na organização dos costumes, no culto da arte, na formação do gosto, na moda, na indumentária, nas maneiras, esse conjunto de regras, convenções e hábitos nobres e delicados que, pela sua natureza fina, escapam à ação propriamente governamental, e cuja formação traz consigo, para cada sociedade, a sua atração, a sua graça, a sua dignidade, o seu bem-estar, enfim, a sua civilização!. . . Pelo exemplo que deu, ele estragou, tanto quanto pôde, a arte de conversar, de vestir-se, de receber, de jantar, de ditar um cardápio, de conduzir uma dança, de montar a cavalo, de mobiliar um salão, de edificar uma casa, de escrever um livro".

No entanto, Ramalho Ortigão apreciava muito o Rio de Janeiro, que achava superior à média, com homens capazes de concorrer com os primeiros das outras capitais, e mulheres encantadoras. "Em duas ou três delas encontrei as mulheres mais inteligentes que jamais vi. São muito bonitas, quando se presta atenção, e têm uma força de afeto terno, à primeira vista superficial, mas no fundo avassaladora, terrivelmente dominadora."

Salões

Se o salão de Isabel dava o tom, outros se seguiam e, respondendo ao apelo dos príncipes, assumiam na vida social da corte carioca um papel importante. Vejamos o da marquesa de Abrantes, viscondessa de Silva e baronesa do Catete. Segundo Wanderley Pinho, quando Carolina, filha do banqueiro baiano visconde de Meriti, casou-se com o visconde, e depois marquês, de Abrantes, trouxe para o novo lar hábitos de elegância e fausto. A residência de Meriti, na Praça da Glória, onde hoje está o palácio cardinalício, era apropriado para as reuniões sociais: era ao mesmo tempo vasta e luxuosa, uma grande casa de estilo colonial, de cores claras, dois andares e quatro fachadas, com grandes janelas que davam para vastos jardins. O *Correio Mercantil* de 17 de agosto de 1849 fez uma descrição da festa do dia 15 e do seu cenário. Os salões eram muito numerosos e magnificamente mobiliados, como os do Palácio Itambi, que já foi descrito[12]. A moda, na época, era servir o jantar no jardim, em um pavilhão especialmente equipado, ou em uma dependência arrumada para esse fim.

O baile de 15 de agosto tinha uma grande importância no Rio, principalmente no bairro da Glória, que naquela data era festejado. Ele agitava todas as classes da sociedade, e enquanto a recepção acontecia no palácio do marquês, os festejos populares animavam-se em torno à capela, na praça e nas ruas vizinhas. A festa acabava extravasando os limites do bairro e se estendia por toda a cidade até os fogos de artifício do final. A multidão amontoava-se à porta do palácio Meriti para ver descer de suas carruagens os grandes deste mundo: o imperador e a imperatriz, os aristocratas, os grandes homens de negócios, os políticos e suas esposas, penteadas por Teyssier à Maria Stuart, ou com faixas floridas.

O baile de 15 de agosto de 1849 foi um sucesso. Em toda a cidade não se encontrava mais uma só carruagem para alugar, e muitas serviram a dois e até vários casais. Lado a lado, havia quatro longas filas de coches. Muito se falou acerca das duas orquestras e das oitocentas velas que se refletiam nos

espelhos até o infinito. As damas, paramentadas de sedas e jóias, não paravam de dançar, inclusive a imperatriz.

Os bailes de 15 de agosto tornaram-se uma tradição ligada ao palácio da marquesa de Abrantes. Adquirido pelo Ministério das Relações Exteriores, os seus salões continuaram se abrindo todos os anos na mesma data para receber a corte e a alta sociedade carioca. A festa acabou parecendo tão indispensável que no dia 24 de setembro de 1877, na tribuna do Senado, um membro desse augusto corpo censurou o ministro por não ter organizado o baile naquele ano, sob pretexto de economizar. Machado de Assis celebrou o baile em seus escritos. Em uma crônica de 1876, ele dizia que ao falar da festa da Glória teria duas espécies de leitores, "a que vai à capela, pega água benta, olha os fogos de artifício e volta para casa a pé, se não tomar o bonde; e a que sai de casa às nove para ir ao baile do Ministério das Relações Exteriores". Após comparar o baile da Glória ao da Penha — "essa festa da Glória é a elegante Penha dos vestidos cintilantes de ouro, dos senhores condecorados, dos chapéus de mola; a Penha é a Glória dos chapéus de espiral, das garrafas no bolso, das folhagens nas carruagens e da *turquette* no cérebro" —, Machado de Assis dava uma idéia do estado de impaciência das pessoas à espera do famoso baile: "Um dos meus amigos recusou-se a dançar, há seis semanas, com o motivo plausível de não querer estragar as pernas. Ele fala francês, para conversar com os diplomatas; estuda a questão do Oriente para dizer alguma coisa ao ministro da Inglaterra. Decora a frase com que fará a corte ao ministro da Itália e a destinada ao chefe da legação pontifícia. Para o primeiro: *Italia farà da se*. Para o segundo: *Super hanc petram*".[13]

Outros salões abriram e fecharam. Esse resplandeceu sozinho, pode-se dizer, durante todo o reinado de dom Pedro II, exatamente de 1842, ano em que os Abrantes se instalaram no palacete — que fora a residência de Carlota Joaquina no Botafogo —, até 1882, data da morte da marquesa. Para o Brasil, observou Wanderley Pinho, tratava-se de uma réplica do salão da princesa Mathilde, que havia atravessado as vicissitudes políticas e sociais da França e da sua própria família sem sequer envelhecer.

Se Carolina Bahia trazia consigo esse pendor mundano para fazer de sua casa o centro da alta sociedade, Abrantes, por outro lado, era um perfeito homem do mundo, cheio de gosto. Ele havia viajado, era culto e até mesmo espirituoso. Os discursos que pronunciava no Parlamento, as cartas e todos os seus escritos eram de alta qualidade literária. A sua conversação parece ter sido também, e sabe-se que ele tinha o dom da réplica. Ele havia tido um flerte com alguém cujo nome era Margarida. Certo dia, estava inclinado sobre um jarro cheio de flores e uma senhora indiscreta aproximou-se para perguntar-lhe: "Procura margaridas, senhor?", ao que ele respondeu: "Sim, senhora, procuro margaridas, mas só encontro lembranças melancólicas".

O primeiro período do salão de Abrantes foi de 1842 a 1865, quando faleceu o marquês. Carolina então casou-se com o doutor Araújo e Silva, visconde de Silva, que, sem ter a importância política de seu predecessor, era um cavalheiro. Carolina não tardou a reabrir o salão, que recobrou o antigo prestígio. Toda a alta sociedade do Rio vinha às recepções da viscondessa. Os viajantes franceses Expilly e Biard foram convidados. Certas noites, mais íntimas, aconteciam as tertúlias, reuniões literárias, do Salão dos Pássaros, assim chamado devido à decoração das paredes. Uma das suas amigas também falou com entusiasmo, em 1874, dos domingos da viscondessa de Silva. Ficou deslumbrada ao ouvir cantar o tenor Miguel Calógeras. Finalmente, antes de 1875 praticava-se muito o teatro amador na residência da viscondessa. Até mesmo um francês, o secretário da legação francesa no Rio, um certo Decrais, fazia parte das representações. Foi no dia 23 de outubro de 1875 que teve lugar a última apresentação: uma comédia de Machado de Assis, que foi seguida de um baile.

As duas grandes glórias literárias que animaram o salão foram, antes da morte do marquês de Abrantes, o poeta Maciel Monteiro e, depois, o dândi Joaquim Nabuco, que muito faria pelos negros. Ele era então um jovem traquinas, que certo dia, com a cumplicidade dos amigos que o assistiam no salão da viscondessa, muniu-se de um alfinete de chapéu e foi furar, enquanto conversava com ela, as curvas artificiais de uma baronesa que queria esconder o irreparável ul-

traje dos anos. Quando ela quis se levantar, percebeu que as suas saias estavam dez centímetros mais compridas...

A vida social após a Guerra do Paraguai

Em 1865 e 1870 ocorreu a guerra contra o Paraguai, longa e penosa apesar da aliança com a Argentina, pois o Paraguai, por pequeno que fosse, defendia-se como um demônio. O Brasil, contudo, acabou saindo vencedor da refrega, e a vida social, que por momentos estivera desanimada, recomeçou com todo o vigor no Rio. O primeiro ocorreu no dia 20 de julho de 1870, no palácio do barão de Itamarati — que hoje é o Ministério das Relações Exteriores. Nessa noite, a Guarda Nacional[14] ofereceu um baile ao conde d'Eu, general vitorioso na guerra. William Hadfield[15] teceu elogios entusiásticos a esse baile, a que compareceram mil e quinhentas pessoas. Ele notou os progressos que a sociedade brasileira fizera em vinte anos. As moças teriam suportado com facilidade a comparação com as suas contemporâneas da Europa, pois seguiam a última moda de Londres ou Paris. O casal imperial ia de sala em sala, falando com uns e outros de um modo democrático o bastante para enciumar o presidente dos Estados Unidos: *"A melange of Royalty and Democracy probably not to be found in any other country in the world"*.

Alguns salões foram reabertos, como o dos pais de Joaquim Nabuco. Outros estreavam, como o de Diogo Velho ou o da viscondessa de Cavalcanti. Machado de Assis, em uma crônica de 1877 publicada em *A Ilustração Brasileira* de 15 de agosto, fazia alusão às "quintas-feiras" de Diogo Velho e a uma grande festa, sem dúvida a última, dada pelo senador Nabuco na sua casa da praia do Flamengo, com Sisenando na condução das danças. O próprio Joaquim Nabuco falou como testemunha direta do salão de seus pais. Durante uma certa época, disse ele, era lá e não na do marquês de Abrantes que se reunia a sociedade mundana do Rio. A música tinha sempre um grande papel nesse salão.

Em 1877 a princesa Isabel organizou um concerto beneficente em prol das vítimas da grande seca. Sugeriu-se insistentemente à princesa que convidasse as duas irmãs de Joaquim Nabuco, cujas vozes eram extraordinárias, para cantar em duo ou em solo. Um amigo das moças declarou que, pertencendo elas ao meio liberal, aquela era uma oportunidade de reaproximar os liberais do imperador. Este viria com certeza ao concerto, e as vozes delas seriam um modo de convencê-lo. Na época todos achavam que, se houvesse uma mudança de governo e os liberais ascendessem ao poder, Nabuco seria o presidente do conselho. Isso foi um erro, pois, alguns meses depois, o poder passou para os liberais, mas o imperador convocou Sinimbu para ser o chefe do governo.

A partir de 1876, e até a queda da monarquia, em 1889, outro salão começou a ter importância: o do barão de Cotegipe. Casado em 1857, o barão ficou viúvo em 1868. Após ter ido morar na sua província, voltou para o Rio, foi nomeado ministro e instalou-se em um palacete situado na mesma rua que o dos Abrantes. Tinha três filhos ainda muito jovens e, para cuidar deles, uma governanta britânica, Miss Rose Conoly. A casa carecia, mesmo assim, de uma esposa que desse ao seu salão a nota feminina necessária. Com a queda do governo de que Cotegipe fazia parte, ele voltou para a Bahia, onde tinha uma luxuosa casa em Bonfim e dois magníficos engenhos, o de Sapucaia e o de Jacaranga, mas ficou pouco tempo. Rapidamente, o governo o enviou em missão diplomática ao Rio da Prata e a Assunção. Voltando a ser ministro em 1875, veio de novo morar no Rio. Instalou-se finalmente no número 9 da Rua Senador Vergueiro, onde por muito tempo esteve alojada a embaixada argentina. A casa era uma construção da segunda metade do século XIX, mas parecia mais antiga devido ao seu estilo. Chegava quase até a margem e, quando o vento era forte, a ressaca atingia a fachada do lado da baía, inundando até o porão.

Certo dia, no final de uma sessão de trabalho, a princesa Isabel perguntou a Cotegipe, que era então presidente do conselho, se era verdade que os pescadores da região recolhiam suas redes de arrastão na praia do Flamengo, perto da casa dele, obtendo muitas vezes uma grande quantidade de peixes. Com a confirmação de Cotegipe, a regente manifestou

o desejo de que os jovens príncipes assistissem da casa dele a uma dessas pescas. O ministro respondeu sem vacilar que seria uma grande honra para ele e para a sua família. Chegado o dia, a princesa acompanhou as crianças e, do terraço dos Cotegipes, o grupo imperial acompanhou a cena, instalado em poltronas colocadas sobre um grande tapete: pescadores cantando e puxando em cadência as suas redes para a praia, a batida enérgica e ruidosa dos remos de inúmeros barcos e o sobressalto dos peixes perseguidos que, no final da tarde, amontoavam-se aos milhares na praia.[16]

É interessante seguir o desenrolar da vida cotidiana dos Cotegipes nessa grande casa, agradável sem ser luxuosa e decorada com gosto, se não com suntuosidade. Às nove da manhã, Cotegipe sentava-se à sua escrivaninha de jacarandá, em uma biblioteca cujas paredes estavam inteiramente recobertas por livros; examinava a correspondência ministerial com os membros do seu gabinete, respondia a correspondência política e resolvia os problemas da Santa Casa de Misericórdia, de que ele se ocupava. Almoçava cedo e ia para o Senado em um cupê puxado por uma parelha de mulas.

O hábito de tomar chá à tarde ainda não fazia parte dos costumes: as pessoas tinham fome por volta das duas da tarde e faziam uma refeição leve em casa ou nos salões de chá elegantes, como o Pascoal ou o Castelões, aproveitando a ocasião para bater papo. Às cinco ainda era dia; o barão e os íntimos que vinham sem convite, pelo menos todas as quintas-feiras, sentavam-se para jantar. Após este, quando a noite estava quente, jogava-se baralho. Depois, os salões abriam-se para as recepções que ocorriam todas as quintas e eram consagradas ora à dança e à música, ora à poesia, à música e à conversação. A senhora Antônio Lage, cujo nome de solteira era Cécile Braconot, punha-se às vezes ao piano e cantava romanças de Tosti como *Pour toujours et encore toujours...* ou *Ninon, Ninon, que fais-tu de la vie?* Outras damas a imitavam. Arthur Napoléon tocava Chopin, Beethoven, a *Valsa-capricho* de Rubinstein, a *Rapsódia húngara* de Liszt e até mesmo composições próprias, como *Les jongleurs* e *Gavotte impériale*, que os convidados do barão de Cotegipe foram os primeiros a ouvir. O visconde de Taunay, nas noites mais íntimas, estreava as suas composições ou até mesmo improvisava. Na época, os artistas estrangeiros de passagem pelo Rio eram recebidos nesses saraus e exibiam os seus talentos, como a violoncelista Bottesini e Lebano, o harpista de quem François Coppée dizia:

> *"La harpe est un corps sec et sans flamme,*
> *Lebano en joue, c'est une âme".**

Os diplomatas sediados no Rio, os políticos e os letrados eram, obviamente, recebidos nesses saraus. Os homens discorriam sobre política, e as mulheres falavam de moda. Comentavam-se as estranhezas da senhora Durocher. Essa foi também a época em que as anquinhas e os aros substituíram as crinolinas e os balões, com vários andares de mangas bufantes. Isso pode ser visto nesta história, contada por uma contemporânea:

"As modas da época não nos deixaram muito impressionadas, a não ser pelas anquinhas, de que algumas senhoras e moças usavam e abusavam. Dessa vez, estávamos voltando da missa rezada na Glória e à nossa frente ia uma amiga, que era então Mme B... *née* A. G., recém-casada e vestida na última moda. Tinha anquinhas tão largas que uma de nós pôs nelas o missário, bastante grande. A. não sentiu nada. Somente ao chegarmos à sua porta é que lhe pedimos que devolvesse o livro: ela respondeu que nem sequer o tinha visto. Foi só então que lhe dissemos onde estava. Foi uma grande risada".

Seria preciso agora descrever outros salões que tiveram o seu papel na vida social e política do Rio. Em primeiro lugar, citemos o da condessa de Barral, que foi criada na França e morou na Bahia antes de vir instalar-se no Rio. Winterhalter deixou dela um retrato que a mostra, apesar da idade, faiscando inteligência. Ela teve uma grande ascendência sobre o imperador, que ao falar dela dizia que "Uma mulher de espírito não envelhece nunca". A imperatriz tinha dela um pouco de ciúme. Aparentemente, foi a influência da condessa

---

* *"A harpa é um corpo seco e sem chama, Lebano a toca, é uma alma." (N. do T.)*

de Barral que pesou na escolha de certos senadores pelo imperador. Ela acompanhou o casal imperial à França em 1871.

Outro salão brilhante: o de Maurice Haritoff, que pertencia a uma poderosa família de grandes proprietários da Santa Rússia. Sua mãe, viúva, fixou-se em Paris com os filhos: Maurice, Hélène, Eugène e Vera. Tiveram um grande papel na corte de Napoleão III. O casamento de Hélène com Léopold Magnan havia consolidado a posição da família nos círculos imperiais. De fato, ninguém era mais ligado a Napoleão III que o marechal Magnan, pai de Léopold. Os irmãos e irmãs de Hélène tiveram, por isso, uma brilhante vida mundana na Paris do Segundo Império. Mas um deles, Maurice, foi convencido por um casal brasileiro de passagem por Paris a visitar o país deles. Isso foi em 1866.

No dia 10 de outubro de 1867, ele casou-se com uma brasileira. Voltaram a Paris, tiveram de sofrer as agruras da derrota, mas logo abriram o seu salão parisiense, até 1877, quando Maurice foi servir a pátria na guerra russo-turca. Trouxe de lá uma magnífica túnica para a esposa, que a exibiu, quando voltou com ele para o Brasil, em uma apresentação de *Lohengrin* — a primeira — no Teatro Pedro II. Podemos ler, no *Mensageiro Brasileiro* de 1883:

"Nunca uma vestimenta foi tão apropriada para unir a graça ao esplendor e conferir bom-tom a uma sociedade elegante. Foi, aliás, essa pessoa encantadora que soube emprestar essa impressão de elegância e qualidade à sociedade fluminense, logo após a sua chegada ao Rio.

"Graças à sua perfeita distinção, à sua graça sedutora, à sua inimitável elegância, ao encanto que espalha em torno a si, pode ser dito que, na alta sociedade fluminense, a senhora H. representa o que se convencionou chamar de 'uma individualidade elegante'.

"Não é nada surpreendente que, na estréia de *Lohengrin*, o casaco oriental, tão bem vestido pela senhora H., tenha ocupado mais o público que a música de Wagner."

O grande salão político — e na época a maioria dos salões era mais política que literária — foi o de Paulo Barbosa,

chamado de Clube da Joana, nome do rio que passava perto da residência do mordomo da corte. Falava-se da "facção áulica" e seus adversários imaginavam que era lá que se forjavam a doutrina do soberano e o "despotismo" imperial. É claro que isso é de certo modo um exagero. Além do mais, o salão é do início do século. Os Barbosa foram para a Europa em 1846 e só voltaram em 1854. Mas o Clube da Joana não se reconstituiu.

Mais durável foi o salão de Francisco Otaviano, mas este foi antes de mais nada um salão literário. As mulheres não o freqüentavam para exibir seus vestidos, ainda que a dona da casa, dona Eponina, fosse bela e graciosa. Seu marido, mais que um homem de salão, foi um mecenas. Quando Taunay lhe trouxe os originais de *Inocência*, para que fossem enviados ao impressor, Otaviano não se contentou em felicitá-lo calorosamente, mas ofereceu-lhe um jantar. Quando o grande ator trágico Rossi decidiu dar uma conferência para explicar a interpretação que ele fazia do *Hamlet* de Shakespeare, foi na biblioteca de Otaviano que ela foi preparada, "tomando notas, consultando livros e discutindo". Nesse salão escutava-se também boa música. A política, contudo, aparecia cada vez menos: o dono da casa fez o possível para que ela desaparecesse em proveito da literatura.

As mudanças

Wanderley Pinho, em seu livro *Os salões e as damas do Segundo Reinado*, cita sete outros salões que desempenharam uma função na vida social do Rio e da corte que reinava na cidade. Em uma época em que se viajava menos que hoje, em que se podia contar com um numeroso pessoal doméstico, em que o cinema, o rádio e a televisão não existiam, em que os esportes que podiam ser praticados pela boa sociedade eram poucos, em que não se ficava jovem por muito tempo, os salões onde o temperamento latino podia exprimir-se e sublimar-se na conversação, na música e na dança, e tam-

bém na maneira de apresentar-se, não podiam deixar de ter um grande papel no programa dos homens e das mulheres, que viviam, na maior parte, de rendas, e não tinham que incomodar-se com o trabalho, mesmo quando eram chamados para preencher os mais altos cargos.

Como já vimos[17], é natural que o teatro, os concertos públicos e os passeios pela Rua do Ouvidor tivessem um papel ainda mais importante na vida dos cariocas, principalmente na daqueles para quem a fortuna, as funções políticas ou o prestígio social não eram suficientes para abrir-lhes as portas dos círculos, alguns dos quais muito restritos, que acabamos de descrever. Digamos umas poucas palavras a respeito do Casino Fluminense. Por volta de 1860 grassava no Rio a mania de fundar círculos ou clubes: é preciso enxergar nisso a crescente influência da Inglaterra, que vinha equilibrar um pouco a admiração pela cultura e pela moda francesas. Cada bairro queria ter "o seu congresso, seu grupo ou clube recreativo". Isso refletia, na média burguesia, o sucesso obtido pelos clubes da alta sociedade. Destes últimos, o mais célebre era o Campestre, que dava as suas festas no salão do antigo Paraíso, no campo da Aclamação.[18] Em seguida vinha o Clube Fluminense, na Praça do Rocio, que se tornaria o Ministério da Justiça; tão importante quanto ele era o Casino Fluminense, no Passeio Público da Lapa, e seus satélites: o Vestal, presidido por Antônio Saldanha da Gama, o Sílfide, o Lísia, o Guanabara, o Botafogo e o Ulisséia.

Durante um tempo, o Clube Fluminense teve uma certa importância, mas por volta de 1860 o Casino Fluminense acabou ficando com os louros. O dia 20 de julho foi o último em que o imperador assistiu a uma festa no clube antes da sua decadência definitiva. O cassino, que até hoje existe, ficou famoso pelos seus bailes; tinha salões magníficos. Abrigava, entre outros escritórios, o do Automóvel Clube. Em 1869 a sociedade elegante do Rio compareceu aos seus dois grandes bailes, o da legação inglesa e o do cassino. E nos anos seguintes as festas sucederam-se no cassino, algumas delas honradas pela presença de suas majestades imperiais. . .

"Solo Madrid es corte!", dizia-se na Espanha do século XVII, apesar do rei itinerante. No Brasil do século XIX, o imperador não era muito itinerante, mas também não era muito mundano. Porém a monarquia era centralizada, o poder era forte. Aqueles que rodeavam dom Pedro gostavam de divertir-se, de distrair-se, de imitar o aparente pouco-caso das cortes européias. Contra a sua própria vontade, esses fogos brilhantes não eram alheios ao prestígio do monarca.

CAPÍTULO IX

A GUARDA NACIONAL, A ESCOLA DE MINAS E O JORNAL DAS FAMÍLIAS

A Guarda Nacional

Um importante elemento da vida do burguês brasileiro, a partir de 1831, era a afiliação à Guarda Nacional. Esta era composta por milícias encarregadas de "defender a Constituição, a Liberdade, a Independência e a Integridade do Império; manter a obediência às leis, conservar ou restabelecer a ordem e a tranqüilidade públicas, ajudar o exército de linha na defesa das fronteiras e das costas". Na prática, o papel da Guarda Nacional limitava-se à cidade em que se encontrava, quando muito à província. Era raro que ela fosse mandada para fora da província em uma ação militar contra inimigos vindos de fora. Apesar de ser uma instituição permanente, o governo podia suspendê-la ou dissolvê-la por um ano, prorrogável por força de lei se fosse necessário. Os presidentes de província também podiam suspendê-la, caso algum dos seus corpos assumisse posições políticas. Era por esse motivo que as autoridades administrativas e judiciárias, os militares das duas armas, os eclesiásticos, o pessoal penitenciário e os oficiais de justiça e da polícia não podiam fazer parte da Guarda Nacional.

Tudo isso era imitado da organização da guarda nacional francesa, que teve um papel tão importante durante o reinado de Luís Filipe. Havia contudo, uma diferença: o guarda nacional brasileiro era isento do serviço militar. Em princípio, porém, todos os cidadãos brasileiros de vinte e um a sessenta anos, filhos de família e dispondo de renda suficiente para serem eleitores, eram membros da Guarda Nacional. Um decreto de 1832 ampliou os limites de idade para dezoi-

to e sessenta anos, e estabeleceu o montante da renda líquida anual do eleitor, diferente segundo o município.

Com efeito, a Guarda Nacional era organizada por municípios, paróquias e curas. Os juízes de paz organizavam os Conselhos de Qualificação, e faziam todos os anos a lista dos guardas nacionais, que era imediatamente transportada para o livro de matrícula. Foi mediante a divisão entre o serviço comum e a reserva que a instituição, que no início foi democrática, ficou rapidamente viciada, pois o serviço de reserva tornou-se um refúgio contra o recrutamento para a primeira linha e até mesmo para o serviço ativo. O decreto de 1832 aumentou a número de isenções do serviço ativo, e com o tempo a "honra de servir à Nação" coube quase inteiramente aos menos favorecidos. A rigidez do serviço ativo podia ser amenizada por dispensas temporárias, concedidas pelo Conselho de Qualificação por motivos de serviço público ou particulares. Do mesmo modo, os guardas nacionais podiam fazer-se substituir por parentes próximos, oficiais da mesma patente que não pertenciam à mesma companhia ou batalhão.

A Guarda Nacional compreendia uma infantaria, uma cavalaria e uma artilharia. A hierarquia dos corpos, como em todos os exércitos do mundo, era por seção, companhia, batalhão, legião, pelo menos na infantaria. A cavalaria devia ser organizada sempre que o presidente da província ou o conselho julgassem oportuno. Quanto à artilharia, era criada onde fosse necessária, e o governo dispunha sobre a sua formação e regulamentava a sua organização. Em resumo, essas duas últimas armas, as mais perigosas, ficavam sob o controle direto do governo central.

No entanto, o aspecto mais original da Guarda Nacional era que os oficiais eram eleitos por escrutínio secreto, individual, sendo necessária uma maioria absoluta para as mais altas patentes. As eleições tinham lugar em cada paróquia, às quais os guardas nacionais se apresentavam desarmados, sob a presidência do juiz de paz. Os titulares das patentes mais altas eram nomeados pelo governo ou pelo presidente da província. Era-se eleito por quatro anos, passíveis de reeleição, e nomeado pelo tempo que o governo quisesse.

Esse sistema não custava caro para o orçamento nacional: as despesas reduziam-se à compra de armas, bandeiras, tambores, clarins, material de escritório e o soldo dos instrutores. A disciplina era objeto de disposições minuciosas, o que não é surpreendente em um corpo de cidadãos que prestava serviços gratuitos para a nação. As penas iam da simples advertência à prisão por três dias. Tais punições eram regulamentadas pelo conselho de disciplina, e não eram aplicadas com muito rigor. Quanto ao uniforme, a lei rezava que deveria ser "o mais simples e o mais barato possível". Um decreto estipulou que seria azul com um colarinho verde, paramentos amarelos com raias negras, calças azuis no inverno e brancas no verão, um quepe com uma pala na frente e botinas debaixo das calças. A compra e a conservação do uniforme eram um dos deveres do cidadão-soldado, e a desobediência a essas prescrições era motivo de exclusão da guarda.

A Guarda Nacional do início, formada pelo grupo livre mais numeroso da população, não tardou a identificar-se com o jovem soberano. "A imagem romântica dos pobres órfãos imperiais — Pedro e a irmã — guardados pela nação deve ter aumentado a lealdade dos guardas patrióticos a respeito do imperador."[1] Não conseguindo transformar-se em uma nova guarda de honra, fez de modo a aparecer como um corpo fiel ao novo soberano, e a sua maior responsabilidade naquela época era a manutenção da ordem interna. A Guarda Nacional julgava-se também capacitada para defender o país contra uma eventual reconquista portuguesa. Seu primeiro desfile foi realizado no dia do aniversário do soberano, 2 de dezembro de 1832. O jovem monarca estava envergando um uniforme de oficial da guarda. Toda a cidade foi ornamentada para a ocasião: as pessoas penduraram colchas de cama nas janelas. Por toda a parte erguiam-se arcos e painéis alegóricos. Um desses painéis representava o guarda nacional, e podia ser visto na janela da Sociedade Militar, na praça São Francisco de Paula. "Na fachada foi colocada uma pintura alegórica, rodeada de luzes brilhantes e coloridas para atrair a atenção. A figura principal, situada no centro, representava um anjo, com uma coroa de um lado e um livro aberto do outro, com a inscrição 'Constituição Política'. Dois oficiais,

um de cavalaria e outro da Guarda Nacional, fechavam as extremidades."[2]

De vez em quando essa imitação da guarda nacional francesa provocava reações bastante vigorosas. Após a promulgação da lei de 1831, o *Caramuru*, jornal da oposição, escreveu:

"Tendo sido a nossa tropa substituída pela Guarda Nacional, parece que deveriam desaparecer os temores e que o contentamento deveria ser geral: ao contrário, como não foram levados em conta os costumes, o caráter da nação, julgou-se que o Brasil fosse como a França, e os resultados desse erro vão aparecer".

Até mesmo na Guarda Nacional sentia-se uma certa aversão pela origem francesa dessa milícia cívica, e no Parlamento eram citados os exemplos da Inglaterra e dos Estados Unidos, que não tinham guarda nacional.

Aparentemente, os guardas nacionais eram encarregados de conduzir à execução os condenados à morte. As informações de que dispomos parecem referir-se a escravos condenados. No dia-a-dia, os guardas nacionais faziam principalmente rondas. Essa tarefa só podia ser executada por guardas do serviço ativo e, apenas em ocasiões excepcionais, pelos da reserva, mediante uma requisição da autoridade civil, prática pouco comum, mas perfeitamente legal. Era o serviço de rondas que suscitava o maior número de reclamações nos jornais da oposição, que estimavam estarem os cidadãos cansados de serem convocados a todo momento para essas rondas. Em compensação, alguns jornais favoráveis ao governo consideravam insuficiente esse serviço, tal como foi constatado em 1833, quando foi roubado o cofre dos Órfãos do Tesouro Nacional. Todos os dias, escreveu um jornalista, um terço, a metade ou mais dos efetivos não comparece. Em 1836, para aliviar a carga da Guarda Nacional, foi criado o corpo dos Urbanos, isto é, a polícia urbana, e, em princípio, a Guarda Nacional passou a desempenhar funções de polícia apenas em casos excepcionais.

Como já vimos, na Guarda Nacional estavam previstas punições para as faltas contra a disciplina e a moral. Essas

punições tornavam-se mais rigorosas quando se tratava de casos de recusa do serviço ativo. Os responsáveis lamentavam que as penas não fossem severas o bastante. Contudo, havia penas de prisão para os condenados mais culpados. Mas era proibido misturá-los com os demais prisioneiros, que às vezes eram "miseráveis mendigos recolhidos nas ruas, transportados à prisão da guarda do Tesouro" e retidos por três ou quatro dias sem subsistência. Pode ser dito que, de modo geral, a prisão por razões disciplinares gerava nos soldados-cidadãos um sentimento de revolta.

Os juízes de paz, no exercício de suas funções de polícia e de justiça, podiam contar com a colaboração dos guardas nacionais, inclusive na inspeção dos bairros. Em princípio, porém, essa última tarefa era confiada à reserva da guarda, e não à ativa. A reserva incluía os notáveis e as pessoas fisicamente incapazes. Por esse motivo, muitas vezes era preciso lançar mão dos guardas do serviço ativo para a inspeção dos bairros. Os soldos eram muito baixos. O guarda nacional não era pago quando se ausentava de casa por menos de três dias. As ausências mais longas tinham de ser ordenadas pelo governo central, e podiam durar até um ano.

O governo da província podia destacar um guarda nacional para fora do seu município pelo período máximo de seis meses. Os juízes criminais podiam exigir trinta dias de serviço, e os juízes de paz tinham direito a vinte. Por isso, os guardas nacionais tentavam por todos os meios escapar ao serviço ativo, e o mais eficaz era passar para a reserva. Ou então pediam transferência para outro corpo, como a guarda de polícia ou a guarda municipal permanente. Muitas vezes, faziam isso sem autorização oficial. Também era possível fazer-se substituir por parentes próximos. O decreto de 1832 permitia até mesmo a substituição durante o serviço, na mesma companhia e com outros guardas do mesmo corpo, contanto que pertencessem à mesma paróquia. Essa flexibilidade constituía-se em mais um fator de superioridade da Guarda Nacional sobre a tropa de primeira linha, pois a substituição por "um indivíduo idôneo" ou o pagamento de quatrocentos mil-réis era uma condição difícil de ser cumprida para a imensa maioria dos soldados do exército. No campo, o filho mais velho, que costumava ser o mais neces-

sário para o sustento da família, fazia-se substituir por um de seus irmãos no serviço devido à guarda. Em caso de urgência, o guarda podia ausentar-se temporariamente do seu corpo, desde que ao voltar justificasse as razões da ausência. Isso não impedia que o Rio de Janeiro tivesse permanentemente três mil guardas no serviço ativo.

Infelizmente, para ela, a Guarda Nacional não tinha um armamento suficiente. Na cidade de Itu, perto de São Paulo, havia apenas cento e quarenta e cinco fuzis com baioneta para duzentos guardas.

A afiliação à Guarda Nacional criava um *esprit de corps* e laços de solidariedade entre os cidadãos de uma mesma cidade. Tais laços surgiam nas publicações semanais ou mensais da guarda, como *O Guarda Nacional*, publicado no Rio a partir de 1833, ou *O Guarda Nacional Paulista*, publicado em São Paulo a partir de 1840, ou outros, de nomes análogos, publicados nas grandes cidades do Brasil. Já foi dito que a Guarda Nacional era motivo de risos, que se zombava dela, e que aqueles cidadãos-soldados mal armados que, depois do exercício, retomavam as suas pacíficas ocupações no comércio ou no artesanato, eram objeto de sorrisos. A Guarda Nacional se teria tornado uma personagem cômica no teatro. Isso é realmente válido para a segunda metade do reinado de dom Pedro II, mas não para a primeira, quando ela era levada muito a sério.

Em um estudo sobre a vida cotidiana no Brasil, seria difícil silenciar sobre o que trazia um pouco de heroísmo e brilho à monotonia do trabalho e dos dias, fosse no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Salvador, no Recife, em Ouro Preto ou principalmente nas pequenas cidades, onde os uniformes azuis, amarelos e verdes rompiam um pouco o tom cinzento da província.

A Escola de Minas

Já vimos o interesse de dom Pedro II pelas ciências e pelas técnicas. Assim como no caso da Guarda Nacional, também nesse campo as luzes vinham da França. Em uma época em que a revolução industrial e o desenvolvimento das ferrovias revelavam a importância das minas, era normal que o imperador se debruçasse sobre as riquezas minerais do Império. Em Paris, a Escola de Minas era famosa pelas obras dos seus professores e pela qualidade dos seus alunos, um pouco como a escola de pontes e calçamentos, de onde saíra outrora Jean-Baptiste Debret, o pintor e conselheiro de dom João VI. Durante a viagem que fez à Europa, de maio de 1871 a março de 1872, dom Pedro conversou com diversos sábios franceses, particularmente com Daubrée, diretor da Escola de Minas. Daubrée foi sondado para vir pregar a boa palavra no Brasil, mas, ocupado demais com suas responsabilidades parisienses, recomendou um de seus jovens discípulos, Claude Henri Gorceix, que desembarcou no Rio de Janeiro no final de julho de 1874. Foi logo recebido pelo imperador, e em seguida começou a trabalhar, pronunciando algumas conferências para os alunos da Escola Politécnica do Rio, o que lhe permitiu julgar o baixo nível dos estudos científicos no Brasil. Em maio de 1875 ele apresentou a dom Pedro um relatório favorável à criação de uma escola de minas em Ouro Preto, de orientação bastante prática, mais próxima do que era, na França, a Escola de Minas de Saint-Etienne, e portanto menos teórica que a de Paris. Propôs — idéia revolucionária no Brasil — que os alunos fossem recrutados por concurso. Tais concursos seriam realizados em duas etapas, a primeira de provas preliminares feitas em todas as capitais das províncias do Império, que testariam a cultura geral dos candidatos; em seguida, as provas finais, realizadas no Rio de Janeiro, sobre as matérias diretamente necessárias aos futuros alunos de uma escola de minas: matemática, física, química, geologia e botânica. Na escola, os cursos teriam duração de dois anos. Ao contrário do que era hábito no hemisfério norte, não seriam dados de março a dezembro, mas de setembro a maio, durante a estação das chuvas, para permitir que os jovens "mineiros" aproveitassem a estação seca para os trabalhos de campo. Tanto os professores como os alunos trabalhariam em tempo integral. Daubrée, que havia lido o projeto de seu ex-aluno, deu-lhe total aprovação. O imperador aprovou, e confiou a sua realização ao Ministé-

rio do Império, que desempenhava as funções de uma espécie de ministério do interior. A lei de 20 de outubro liberou os fundos necessários para a abertura da escola.

O recrutamento dos professores, tanto na França quanto no Brasil, foi difícil, e também o dos alunos. Quanto a estes, Gorceix fez conferências no Museu Nacional, com esperanças de despertar vocações. Em vão. Sete alunos da Escola Politécnica se inscreveram, mas dois deles, desanimados pelo alto nível exigido, desistiram logo. Dos cinco que prestaram as provas, apenas quatro foram aprovados. Razoáveis em matemática, eram um desastre em física e em química. Alguns até demonstraram gosto pela pesquisa, escreveu Gorceix ao imperador. Foi aberto um concurso para duas cátedras de professor, uma de mecânica aplicada e outra de geometria descritiva. Os planos de Gorceix incluíam até mesmo uma defesa de tese, mas essa parte foi abandonada, pois a redação de uma tese teria exigido uma demora muito grande, que atrasaria consideravelmente a entrada em serviço dos professores. Enquanto isso, na França, Daubrée procurava um professor de exploração mineira. Acabou encontrando-o, e, no dia 20 de setembro de 1876, o engenheiro Armand de Bovet embarcou para o Brasil. A sua chegada a Ouro Preto estava prevista para o dia 9 de dezembro. Ele deveria assumir também o ensino de geometria descritiva, por falta de um geômetra brasileiro. Só a mecânica foi confiada a um brasileiro, Medrado, um trabalhador talentoso e esforçado.

A escola foi inaugurada no dia 12 de outubro de 1876, com a presença de numerosas personalidades. Gorceix fez um grande discurso para render homenagem aos méritos do imperador nesse campo e para lembrar as metas da escola. No dia seguinte, ele deu início aos seus cursos de geologia, mineralogia, física e química. No mesmo dia em que chegou, Armand de Bovet deu a sua primeira aula de exploração mineira. Medrado começou a ensinar mecânica, esperando ser logo substituído por um francês mais competente. Gorceix tinha um assistente brasileiro. Quanto aos quatro alunos, dois pareciam seguir bem os novos cursos, enquanto os dois restantes tinham muita dificuldade. No dia 11 de novembro, Gorceix escreveu para o imperador:

"Tive a honra de informar vossa majestade do estado em que se encontrava a Escola de Minas de Ouro Preto no mês de agosto. Tenho agora a satisfação de informar-vos que há um mês o ensino começou e que o programa estabelecido está sendo seguido regularmente".[3]

E, de fato, todos os trabalhos e exercícios práticos estavam sendo executados segundo as regras previstas, entre as oito da manhã e as cinco da tarde, quase sem interrupção, não só nos dias úteis como também aos domingos e feriados, pelo menos de manhã. Isso era possível, dizia Gorceix, porque eles estavam em Ouro Preto, e não no Rio. "Graças a essa regularidade, esperamos já ter acabado o programa no dia 15 de maio", escreveu ele. "Em seguida os alunos vão consagrar-se, durante um mês, à redação de um pequeno projeto de exploração e à análise de minerais para os quais tenham sido treinados. São essas provas que, somadas às notas obtidas ao longo do ano escolar, servirão para estabelecer a classificação por ordem de mérito."

Na verdade, os cursos só terminaram no dia 1º de junho, a não ser os de mecânica, o que Gorceix havia temido desde o início. "A idade dele", escreveu no dia 29 de setembro de 1877, "e a sua condição de ex-condiscípulo de seus alunos não permitiram que Medrado assumisse uma autoridade suficiente sobre estes e obtivesse um trabalho sustentado. Ele não conseguiu acabar os cursos de mecânica, e foi obrigado a completá-los este ano." E acrescentou:

"Insisti bastante junto aos senhores Delesse e Daubrée para obter um professor capaz de ensinar essas matérias com a autoridade conferida pela prática. Há dois meses o senhor Delesse anunciou-me que o senhor Richard, engenheiro de minas muito estimado pelo senhor Haton, professor de mecânica da Escola de Minas, havia sido aceito em Paris e iria, depois do seu casamento, para Ouro Preto. Desde então, apesar das minhas cartas mais prementes, não recebi nenhum aviso da partida desse professor. Tais atrasos comprometem gravemente o ensino do segundo ano, quando a mecânica aplicada e a construção ocupam a metade do programa.

"No laboratório de química, após ter acostumado os alunos às preparações comuns segundo o procedimento adotado pelo senhor Deville com os alunos da Escola Normal Superior, comecei a mandá-los fazer testes com o carvão e com o manganês do país. Tomo a liberdade de anexar a esta a tabela das análises desses carvões, preparados por um procedimento dos mais primitivos. Os testes de minerais de ferro que deveriam acompanhá-las só poderão ser feitos este ano. Tentei preencher essa lacuna, mas mal consegui terminar algumas análises, e lamentei muito que o preparador de química não tenha seguido o meu conselho de estudar a relação existente entre a natureza dessas cinzas e a do solo de onde provêm os vegetais que serviram para a sua fabricação.

"Além das excursões feitas durante o ano, sob a direção do senhor De Bovet, aos estabelecimentos situados nos arredores de Ouro Preto, os dois meses de férias foram utilizados pelos alunos para viagens científicas pelo país.

"Dois deles, munidos de instruções bem detalhadas, visitaram a região metalífera por excelência da província, que se estende de Ouro Preto a Diamantina. Outros dois foram a Ipanema. Ao voltar submeteram-nos o seu diário de viagem, com os desenhos das fábricas que visitaram. Trouxeram, além disso, numerosas amostras de rochas e de minerais. Infelizmente, Dupré e d'Oliveira, que foram a Diamantina, não encontrando no caminho nenhum auxílio científico, não cumpriram a sua missão da maneira que eu desejava. O relatório deles foi redigido em termos muito vagos, e poderiam ter-nos descrito com muitos detalhes os procedimentos seguidos nas pequenas fábricas de ferro e na extração de diamante, procedimentos esses diferentes de todos os que se conhecem em outras partes, e que terão de modificar e aperfeiçoar. Em Ipanema, ao contrário, graças aos conselhos e às explicações do excelente diretor, os dois alunos, Correia da Costa e Veríssimo de Matos, puderam fazer um estudo completo dos procedimentos de fabricação de ferro e de carvão.

"Quanto aos preparadores, apesar de cumprirem estritamente as suas funções, constato com pesar que não têm nenhuma iniciativa própria. Indiquei ao de química trabalhos fáceis e interessantes de fazer: análise de algumas águas

minerais, de cinzas de carvão, pesquisa de fosfatos, etc. No início ele demonstrou grande entusiasmo por esses temas de estudo, mas não fez nada. Creio que será útil trocá-lo por um aluno vindo da escola."[4]

Gorceix tinha problemas sérios principalmente nas contratações. Isso é atestado pelo que disse do secretário da escola:

"Peço permissão para insistir junto a vossa majestade sobre a situação desagradável e molesta em que fui colocado por outro funcionário, o secretário da escola. Essa nomeação não depende nem de concurso, nem da apresentação de credenciais que provem o valor do postulante. No ano passado, sem que eu fosse consultado, o cargo de secretário foi dado ao bacharel José Euphrosino de Britto, advogado e deputado provincial. É com certeza uma honra para a escola ter um funcionário com tais títulos, mas essa honra trouxe consigo bastantes perigos. Chamei, em vão, a atenção de sua excelência, o senhor ministro, para o resultado provável dessa nomeação, e para a necessidade de a escola ter um secretário que esteja a par dos serviços de um escritório e de uma biblioteca, e não de um político. Minhas súplicas foram vãs, e infelizmente as minhas previsões realizaram-se. O senhor de Britto participa do modo mais ativo de todas as lutas partidárias e das polêmicas de jornal, sendo ele próprio redator de um. A sua condição de deputado e a sua idade colocaram-no acima de todas as minhas observações, feitas aliás, com a maior das condescendências. O serviço foi mal feito. Tenho de perder um tempo considerável para desempenhar uma parte das suas funções, e sem o auxílio de um dos alunos, a biblioteca teria ficado sem catálogo e na mais completa desordem. Por ter de tomar parte nos trabalhos da Assembléia Provincial, ele fez com que fosse nomeado para substituí-lo, e sem que eu fosse avisado, um jovem protegido seu, animado de uma má-vontade ainda maior que a dele, e mais inábil. As minhas reclamações junto ao senhor presidente da província foram mal interpretadas e deram lugar a interpelações bastante injuriosas para mim e para sua excelência. Todo o

mal provém da má escolha feita, e não é demais insistir sobre a necessidade de acabar com esse estado de coisas. Devo acrescentar, sire, que nenhuma das minhas palavras podia, creio, dar lugar às calúnias de que fui vítima, e que nunca me permiti invocar qualquer nome, nenhuma autoridade, por motivos semelhantes. O meu silêncio tem sido a única resposta a tais ataques. Mas seria muito lamentável se se pudesse pensar que as palavras que me foram atribuídas na Assembléia Provincial tivessem sido pronunciadas por mim".[5]

Era preciso pensar em convocar uma segunda promoção de alunos. Quando Gorceix foi ao Rio em junho de 1877, com esse propósito, encontrou uma violenta oposição à sua escola nos meios políticos e intelectuais da capital. Por esse motivo, os jovens capazes de apresentar-se hesitavam em fazê-lo, temendo que a escola fosse suprimida, por ciúmes. Graças a uma hábil contracampanha de Gorceix, logo apareceram nove candidatos, dos quais quatro se retiraram antes do fim das provas para evitar uma reprovação; os cinco restantes foram definitivamente admitidos. Contudo, com exceção do primeiro, Gonzaga de Campos, que Gorceix dizia estar capacitado para ingressar na Escola Central de Paris com boas notas, todos tinham uma formação científica muito irregular. Foi isso que deu ao diretor a idéia de criar um curso preparatório.

"Neste curso preparatório, usarei como professores os preparadores da escola, e os alunos começarão a habituar-se aos métodos da Escola de Minas. Isso permitirá que os professores desta escola se dediquem imediatamente aos estudos técnicos, sem precisar, como somos obrigados a fazer hoje, retomar durante vários meses o ensino de matérias que pertencem às matemáticas elementares. Na própria França, onde a maioria dos liceus tem uma classe de matemática especial, onde, nas faculdades, ensina-se matemática superior, a Escola de Minas tem um curso preparatório que fornece mais da metade dos alunos aprovados... É provável que os cursos não sejam freqüentados apenas por alunos que se destinam à escola. Mas a instrução que adquirirem no curso

preparatório sempre lhes servirá, qualquer que seja a carreira a que se destinem."[6]

Gorceix, além disso, ficou muito satisfeito por ter conseguido introduzir no Brasil o sistema francês de concurso. No fundo, ele estava bastante contente consigo mesmo. Na mesma carta de 29 de setembro de 1877 dirigida ao imperador, ele escreveu:

"Apesar de todos os ataques contra o modo de exames admitido, acredito ainda que no Brasil, como na França, o concurso produza um excelente resultado. A emulação que reina atualmente na escola, sobretudo entre os alunos do primeiro ano, é uma boa prova disso, e vi quanto cada um deles estava desejoso de ocupar o primeiro lugar".[7]

O curso preparatório começou no dia 2 de dezembro de 1877. O problema seguinte a ser enfrentado era o de como atravessar quatro anos com um corpo docente muito insuficiente, e nem sempre competente. Armand de Bovet, apesar de sobrecarregado de trabalho, aceitou assumir a direção dos trabalhos gráficos do curso preparatório. Só no dia 7 de outubro de 1878 Gorceix pôde anunciar a dom Pedro II que um francês fora contratado para ensinar mecânica. E foi apenas em 1880 que Gorceix conseguiu ampliar o curso preparatório de um para dois anos.

Mesmo estando muito ocupado pelas suas funções de diretor e de professor, Gorceix reservava algum tempo para a pesquisa, inclusive pesquisas de campo, para as quais levava junto os seus alunos. Considerava absolutamente necessário estudar os fatos e observar os fenômenos. Para ele, era enganar a juventude, em detrimento do bem público, ensinar a ela uma ciência verbal, composta sem dúvida por teorias muito engenhosas, muito bonitas, mas que apenas os professores em final de carreira tinham o direito de apresentar como resumo de toda uma vida de trabalho, observações e pesquisas experimentais. Era certamente interessante, dizia ele, discutir sobre a origem das rochas e dos terrenos. Para ele, porém, era necessário adquirir antes o conhecimento dessas rochas, desses terrenos, e para conseguir isso, o único

meio era estudar com o martelo e com o espírito. Aliás, *"Cum mente et malleo"* tornou-se a divisa da escola.

Contudo, nas suas primeiras cartas ao imperador, Gorceix lamentava não poder dedicar-se, como teria gostado, às pesquisas. "Com as aulas de física, química, mineralogia e geologia, e todas elas devem ser dadas em um sentido diferente que o dos meus primeiros estudos, não tenho um instante para os trabalhos particulares, aos quais tive de renunciar completamente" (11 de novembro de 1876). No dia 29 de setembro de 1877 ele queixou-se de que "cada um de nós tem de dar cinco aulas por semana e dirigir trabalhos práticos, e sobra muito pouco tempo livre para as pesquisas particulares".

Mesmo assim, Gorceix obteve alguns resultados científicos interessantes, que comunicou a Paris nos *Comptes rendus de l'Académie des Sciences,* no *Bulletin de la Société Géologique de France* ou no boletim da *Société Minéralogique de France.* Para dar a conhecer as pesquisas feitas pelos seus colegas e alunos, ele obteve os créditos necessários para a publicação dos *Anais da Escola de Minas de Ouro Preto.* Conseguiu convencer o imperador a fazer uma visita à escola. A viagem foi decidida no início de 1880, e durou de 6 de março a 30 de abril de 1881. Gorceix havia sido designado pelo presidente da província para fazer parte da delegação encarregada de receber o imperador quando este descesse do trem em Barbacena, ponto final da ferrovia dom Pedro II. No entanto, por uma espécie de escrúpulo profissional, ele recusou a honra. "Na escola", escreveu no dia 19 de março de 1881, "estamos terminando os nossos cursos teóricos. Este é o momento em que a minha ação sobre os alunos é mais considerável. Quinze dias de parada nas aulas, e principalmente nas minhas intervenções de todos os minutos na escola, teriam com certeza um resultado deplorável para o nosso ensino". Gorceix contentou-se com ir ao encontro do imperador em Ouro Branco, a vinte e cinco quilômetros de Ouro Preto. Na noite de 30 de março, o imperador anotou no seu diário: "Gorceix já é um verdadeiro mineiro e fala corretamente o português. Almoço em que falei principalmente com Gorceix. Fui embora às onze. Gorceix mostrou-me diversas rochas, quase todas xistos micáceos. Falamos muito

de geologia e de mineralogia. Chegada a Ouro Preto às dezessete horas e trinta minutos".

A visita do imperador à escola correu muito bem, e o monarca interessou-se muito pelas conferências pronunciadas na ocasião por Gorceix e Bovet e pelos trabalhos práticos efetuados diante dele pelos alunos. Foi a consagração definitiva da escola, que, apesar de numerosas dificuldades, continuou progredindo. Quando da viagem do imperador, um jornalista inconseqüente zombou das mulheres de Minas, escrevendo na *Revista Ilustrada:*

"Em Ouro Preto, as mulheres são muito liberais. Liberais e acessíveis, apesar das alturas em que vivem. Belas, doces, atraentes, com olhos negros que prometem tudo. . . Têm um defeito: dormem cedo. De modo que às oito elas começam a piscar os olhos com tanta suavidade que não sei se é de sono ou por minha causa".

Essas palavras provocaram uma reação violenta, e o jornalista foi obrigado a fugir. Pouco depois, três padres organizaram uma ruidosa manifestação contra Gorceix, acusado de ter oferecido em sua casa asilo ao jornalista. Diziam que ele era maçom. Gorceix atribuía essa malevolência ao ciúme. Pouco tempo depois, no dia 1º de janeiro de 1883, ele escreveu ao soberano:

"Além disso, há incidentes que vêm interromper os meus trabalhos, e que vão fazer, acredito, com que eu naufrague no porto. O regulamento da escola, que vossa majestade examinou e, creio, aprovou em grande parte, provoca já dificuldades que sem ter grande importância, não deixam de ser nocivas para a escola, cuja vida é sempre precária.

"Tavares, de quem eu já havia contado a vossa majestade que iria finalmente explorar o chumbo de Abaeté, parece-me ter-se afastado completamente do bom caminho. Ele agora faz conferências aqui, e fala em ir repeti-las no Rio de Janeiro, sobre o regulamento da escola, que ataca em nome do ensino livre, sobre a deplorável influência dos estrangeiros, a autocracia do diretor, etc, e por acaso, sobre a metalurgia do ferro. O seu público é composto em grande parte de alu-

nos. Disso advém um mal-estar e uma dificuldade extraordinária de manter a minha autoridade sobre os alunos, e de fazer com que eles trabalhem o máximo possível."[8]

Esse problema levou finalmente a uma greve dos alunos e à demissão de Gorceix, que, é claro, não foi aceita pelo imperador. As coisas arranjaram-se e Gorceix continuou como diretor da escola até 1891. A escola existe até hoje; está no seu décimo oitavo diretor. Tornou-se importante.

Os jornais

A terceira forma da influência francesa no Brasil — houve muitas outras — foi o *Jornal das Famílias*. De maneira bastante curiosa, diga-se de passagem. As coisas aconteceram do seguinte modo:[9]

Em meados do século XIX, os irmãos Garnier já eram importantes editores em Paris. Um deles chegou ao Rio no dia 24 de julho de 1844, a bordo do veleiro *Stanislas*. Nascido em Quatreville, na parte francesa do canal da Mancha, ele havia estudado em um colégio de Coutances. Em 1846, abriu no Rio uma filial da casa que seus irmãos tinham em Paris. Filial essa instalada na Rua do Ouvidor, evidentemente!

Como, no início, ele não vendia muitos livros, tratou também de vender outros artigos importados da França: bengalas, charutos, perfumes, remédios. Naquela época não havia muitas livrarias de verdade no Brasil. Mais tarde ele começou a editar livros traduzidos do francês, em duas coleções: a "Biblioteca Universal" e a "Biblioteca de Algibeira". No princípio mandava imprimir essas traduções no Brasil mesmo, na tipografia Charles Berry. Depois de algum tempo, porém, e sem dúvida em virtude de pressões dos irmãos que estavam na França, passou a mandá-los imprimir lá. Havia então, trabalhando para os Garnier de Paris, um certo número de empregados portugueses e brasileiros, que podiam facilitar a tarefa.

A casa dirigida por B. L. Garnier na Rua do Ouvidor foi um grande centro intelectual da segunda metade do século XIX no Rio. Garnier mantinha aí uma verdadeira tertúlia, um círculo, aonde os escritores vinham discutir literatura e política. Foi ele quem editou a maioria dos principais romances do século passado no Brasil, por exemplo os de Machado de Assis, talvez o autor mais brilhante e fecundo. Os escritores da época chamavam Garnier, por brincadeira, de O Bom Ladrão: pelo jeito, ele não pagava muito bem. Mas era muito estimado pela importante obra de difusão da literatura brasileira que realizava. A partir de 1859 ele passou a publicar a *Revista Popular* e, pelos serviços prestados às letras, dom Pedro II condecorou-o com a *Ordem da Rosa*. Garnier morreu no Brasil, no início do século XX. Solteiro, deixou a sua fortuna ao irmão Hippolyte e aos filhos deste, que a utilizaram para aumentar a sua sede, na Rue des Saints-Pères, em Paris.

O *Jornal das Famílias* é descendente direto da *Revista Popular*; o simples fato de ser publicado pela Garnier já lhe conferia título de nobreza. A *Revista Popular* era um jornal ilustrado, dedicado às letras, às ciências e às artes. Saía duas vezes por mês, e era impressa no Brasil.

Cada número, em formato *in-octavo*, tinha sessenta e quatro páginas. A revista era vendida por assinatura e também distribuída nas grandes cidades do Brasil, bem como em Lisboa e em Paris. O seu custo era bastante elevado para a época (vinte mil-réis no Rio e vinte e dois mil-réis na província). Entre os seus quarenta redatores estavam os maiores nomes da literatura e da política brasileiras. A revista publicava também crônicas mundanas, muito usadas por Wanderley Pinho para escrever o seu *Salões e damas do Segundo Reinado*, do qual nos servimos, como o leitor pôde constatar, para escrever alguns dos capítulos precedentes. Em compensação, o resto da revista era muito sério, destinado a pessoas cultas, apesar de o editorial do seu quarto e último ano lembrar-nos que, como o nome indicava, o seu objetivo principal era a instrução do povo e que, "para a nossa população tão atrasada", ela era uma necessidade.

Talvez devido ao seu caráter um pouco austero, demasiado erudito, demasiado intelectual, a *Revista Popular* não

fez muito sucesso. Ao cabo de quatro anos ela deixou de ser publicada, e, seis meses depois do seu desaparecimento, foi substituída pelo *Jornal das Famílias.* Na sua primeira página, o jornal anunciava que era a continuação da *Revista Popular,* só que muito mais consagrado "aos interesses domésticos das famílias brasileiras". De fato, a nova publicação estava destinada a agradar mais ao público feminino, que tinha mais tempo de ler, e que fora um pouco repelido pelo caráter intelectual da *Revista Popular.* Inspirava-se bastante nas revistas francesas da época, que desfrutavam então de um grande sucesso. Garnier renunciou às suas ambições educativas por razões comerciais, ou pelo menos cedeu um pouco às necessidades do comércio, pois o *Jornal das Famílias* não deixava de ter algumas preocupações pedagógicas.

Para ilustrar o papel desempenhado pelo *Jornal das Famílias* na vida cotidiana das brasileiras, é preciso situá-lo no conjunto da imprensa da época. Antes de 1840, a imprensa no Rio era bastante instável, e principalmente marcada por uma profunda brecha entre a imprensa política e a literária. Antes de dom Pedro II, os jornalistas não eram letrados, ao contrário do que aconteceu depois. A partir de 1840, assistiu-se a uma fusão entre a imprensa e a literatura. Foi precisamente isso que caracterizou a imprensa da segunda metade do século XIX. Deu-se então o triunfo do jornalismo conservador, que servia os interesses dos barões do Império, e que continuou até as vésperas da proclamação da República. O processo era o seguinte: a literatura conduzia ao jornalismo, e este à política. Esta última exigia que os seus adeptos fossem oradores. No final, portanto, as pessoas eram as quatro coisas ao mesmo tempo: letradas, jornalistas, políticas, oradoras. Era a imprensa romântica, marcada pela proliferação de muitas revistas literárias nascidas nas grandes cidades, nos círculos literários, nas academias e nas sociedades científicas.

Curiosamente, a primeira dessas revistas foi *Niterói,* publicada em Paris em 1836, por iniciativa de três escritores brasileiros durante uma estada nessa capital. Muitas outras se seguiram: *Minerva Brasileira* (1843-1845), *Guanabara* (1851-1855), a mais importante, depois a *Revista Popular,* citada acima (1859-1862), e mais tarde *Marmota, Espelho, Estação* e diversas outras. Todas elas defendiam o romantismo.

Muito amiúde são os mesmos escritores que se encontram nas diferentes revistas. Isso acontecia porque, muitas vezes, uma revista nascia de uma reunião de amigos, que estavam preocupados com as mesmas idéias, tinham os mesmos gostos e freqüentavam os mesmos lugares. Um desses lugares era a gráfica de Paula Brito, onde nasceu a revista *Marmota.*

Outro aspecto dessa imprensa era a influência francesa que reinava sobre as técnicas de impressão e principalmente sobre as idéias. Tal influência já existia antes, mas foi na segunda metade do século XIX que ela atingiu o seu maior vigor. Os autores franceses, Lamartine e Hugo entre outros, ficaram muito na moda. E, principalmente, o Brasil importou um gênero literário que fazia furor na França: o folhetim. Muitas obras célebres, sobretudo estrangeiras, publicadas desse modo, fizeram o sucesso desse ou daquele jornal diário, como por exemplo o *Jornal do Comércio,* que publicava Victor Hugo e Eugène Sue. Muitos romancistas brasileiros, inclusive Machado de Assis, começaram a publicar os seus romances sob a forma de folhetins.

O mesmo acontecia com o *Jornal das Famílias,* que surgiu nessa época: era redigido por escritores-jornalistas que às vezes eram também políticos, todos românticos. Nele, a influência francesa dominava, pois se inspirava não só nas idéias importadas da França, mas também nas revistas femininas desse país. Se o compararmos com os seus congêneres franceses, por exemplo o *Conseiller des dames,* publicado de 1844 a 1892, ou o *Magasin des demoiselles,* de 1845 a 1896, além de ter o mesmo formato e o mesmo número de páginas *(in-quarto,* trinta e duas páginas), tinha também as mesmas seções: romances, mexericos, meditações, conselhos domésticos, gravuras de moda, obras de senhoras, etc. Todas essas publicações, muito respeitáveis, editavam folhetins.

Imaginemos portanto a moça, a jovem casada ou a mãe de muitos filhos, abrindo uma vez por mês o *Jornal das Famílias* que acabou de receber. Na capa há uma magnífica gravura de moda francesa, em cores. Do exemplar se destacava, ao ser aberto, um "suplemento prático", com modelos, desenhos de bordados, pontos de crochê e de renda. Esse suplemento era muito importante para a venda da revista, pois

atraía um numeroso público feminino, ávido por conhecer as últimas novidades da moda francesa.

"Os textos dos romances e das novelas começavam sempre com a primeira letra em vinheta, o que embelezava a página. Encontravam-se também inúmeras gravuras que, além da função de enriquecer a publicação e conferir-lhe mais elegância, tinham a vantagem de preencher um espaço que de outro modo ficaria vazio quando o texto terminava no alto da página.

"Essas gravuras francesas eram mais ou menos adaptadas ao conteúdo do texto, o que mostra que, em Paris, os irmãos Garnier dispunham de um ou vários revisores portugueses ou brasileiros. Essa adaptação nem sempre era muito feliz, e portanto é evidente que as gravuras eram escolhidas dentre as que estavam disponíveis, e não compostas especialmente para o texto.

"Só a parte literária, à qual o *Jornal das Famílias* sempre reservou o lugar de honra, era decorada por essas gravuras, e a presença delas dependia sempre do espaço deixado livre pelos textos."[10]

O mais extraordinário é que esse jornal era impresso na França, em Paris, o que aliás elevava muito a qualidade da sua impressão, em uma época em que o Brasil se caracterizava pela indigência das suas artes gráficas. Mas qual era o valor do conteúdo? Fornecido muitas vezes por escritores famosos, ele era de uma qualidade literária bastante alta. Fica difícil, às vezes, identificar esses escritores, pois freqüentemente eles assinavam um pseudônimo. Os poetas, por exemplo, não queriam comprometer o nome com os gêneros menores — contos, novelas, mexericos — a que o jornal os levava a dedicar-se. Notemos apenas alguns autores célebres, colaboradores da revista, como por exemplo Alexandre Herculano, grande historiador português, personalidade liberal que nunca foi ao Brasil, ou Varnhagen, grande historiador brasileiro. Originário da província de São Paulo, engenheiro e diplomata, foi autor de uma monumental história do Brasil em seis volumes. O mais importante foi Machado de Assis (1839-1908), mulato de origem pobre que estreou

como tipógrafo na gráfica de Paula Brito e chegou à presidência da Academia Brasileira de Letras, graças à sua excepcional produção literária. Grande parte dos seus contos foi publicada no *Jornal das Famílias*, do qual ele talvez tenha sido o principal colaborador, pelo menos de 1864 a 1878. De um total de duzentos e vinte e seis contos e romances publicados no *Jornal das Famílias*, oitenta e dois, ou seja, trinta e sete por cento, foram escritos por Machado de Assis. A apoteose da sua colaboração foi a publicação, pela Garnier, em 1869, dos *Contos fluminenses*, coletânea de alguns dos contos publicados por Machado de Assis no *Jornal*. Tratava-se ainda, é claro, do Machado romântico, que não atingira ainda a maturidade do autor de *Dom Casmurro* e do *Memorial de Aires*. Mas esse romantismo servia perfeitamente para as leitoras dos sobrados, cuja vida reclusa ou semi-reclusa tendia a fazer de cada uma delas uma Madame Bovary. Convinha também ao código moral preestabelecido que devia inspirar todos os redatores do *Jornal*. Era necessária "uma leitura tranqüila, de pura fantasia, sem nenhum fundamento na realidade; histórias que acontecessem em um mundo convencional em que os despeitos amorosos eram os únicos sofrimentos, onde tudo girava em torno de olhos bonitos, suspiros e confidências trocadas entre damas elegantes".[11] Era o triunfo constante do bem sobre o mal, e do amor, contanto que não fosse por interesse. A mulher inconstante e o caçador de dotes eram sempre punidos, e os apaixonados fiéis e sinceros sempre viam a realização do seu amor, sob a forma do casamento.

Isso quanto ao romance. Mas havia também outras seções no *Jornal*. Por exemplo, "Mosaico" agrupava temas bastante variados: conselhos práticos de beleza e de economia doméstica, receitas de remédios, anedotas, máximas, considerações sobre a educação, sobre a mulher, exortações morais. Durante os quatro primeiros anos, o seu conteúdo bastante variado fez dessa seção uma das mais importantes da revista. Em seguida, foram abertas seções especiais: "Economia doméstica" e "Medicina popular". As notícias também passaram a ter mais espaço, e a seção "Mosaico" limitou-se então às anedotas e aos jogos de salão. Como já vimos, porém, no Brasil do Segundo Reinado a vida dos sa-

lões tinha um importante papel e, pelo menos nos meios abastados, essas informações eram muito bem recebidas. Diversas crônicas de viagem, também, foram publicadas nos quatro primeiros anos. Viagens pelo interior do Brasil davam muitas informações sobre as casas, o mobiliário, as roupas, a comida e os meios de transporte das pessoas do sertão. Em compensação, a seção sobre literatura só apareceu no primeiro número do *Jornal*: era uma herança da *Revista Popular*, logo abandonada. Curiosamente, em uma seção intitulada "História", o padre Francisco Bernardino de Souza publicou, de 1863 a 1868, no ritmo de três a cinco vezes por ano, trechos romanceados da Bíblia. Tratava-se de um meio de ensinar às leitoras a fé cristã, uma moral fundada principalmente na aceitação da vontade de Deus e dos pais e na inevitável punição dos pecadores. As histórias que ele contava eram os episódios mais conhecidos da Bíblia: a da adúltera em quem ninguém atirou a primeira pedra, a da ressurreição de Lázaro, a da morte de Sansão, etc. As poesias também formavam uma parte importante do *Jornal*, mas, em relação aos romances, elas eram no seu conjunto bastante medíocres.

Para estudar a vida cotidiana é interessante examinar a seção "Medicina popular", que ocupará um espaço cada vez maior na revista. A maioria dos remédios era à base de plantas e de produtos químicos comuns, e a maior parte das receitas eram extraídas do livro do doutor P. L. N. Chernoviz, *Medicina popular*, publicado por L. B. Garnier. Quanto ao vocabulário, falava-se de ungüentos, de queimaduras, de lavagens, de tisanas, de emplastros, de aplicações de óleo, de elixires, etc. As receitas para curar queimaduras eram numerosas, mas os conselhos em caso de parto, comuns nos jornais femininos da França na época, estavam totalmente ausentes. Sem dúvida, o *Jornal* era lido por crianças, ou por adolescentes, e esse tema era tabu para eles.

Outra crônica particularmente interessante para nós: a de "Economia popular", única a possuir uma redatora credenciada, Paulina Philadelphia, que assinava todos os artigos. Nessa seção, as leitoras aprendiam a fabricar sozinhas cremes e outros produtos de beleza, a cuidar da roupa e principalmente a cozinhar. Quanto às receitas culinárias, eram pratos simples da cozinha brasileira, tão simples que sem dúvida eram escritas para as moças casadoiras. Apesar do nome, a seção nunca deu nenhuma noção de administração do orçamento ou de contabilidade doméstica.

Finalmente, junto com os romances, a moda era a seção mais constante: nem um único número da revista deixou de dar a suas leitoras deslumbrantes modelos importados de Paris, bem como inúmeros trabalhos de senhoras, dos quais o mais simples exigia semanas de trabalho. O que caracterizava essa seção era a ausência de modelos masculinos (tudo era dedicado às mulheres e às crianças); e, principalmente, os modelos apresentados destinavam-se a grandes ocasiões (bailes, festas a fantasia, primeiras comunhões, casamentos). Além disso, os modelos eram luxuosos, e portanto destinados a uma clientela rica. As gravuras, todas assinadas por Paul Lacourière e Rigolet, e impressas em Paris por Falconnier, constituíam uma das maiores atrações da revista. As damas brasileiras do Império esperavam com ansiedade pelas "Notícias de Paris", e não se contentavam com os modelos propostos pelas suas costureiras, aliás também francesas, da Rua do Ouvidor.

A Guarda Nacional, a Escola de Minas e o *Jornal das Famílias* eram três instituições da elite social, mas também três instituições onde surgiam a influência e o prestígio da França. Como já dissemos, poderíamos dar outras provas dessa influência e desse prestígio. O positivismo de Auguste Comte, por exemplo, não tardou a impregnar a vida política e profissional. Tampouco devemos esquecer, nessa época, a influência da moda inglesa — principalmente para os homens —, nem do pensamento e da técnica britânicos. Infelizmente em algumas páginas não se pode dizer tudo sobre a vida cotidiana no Brasil. Já é hora, após termos passado tanto tempo com os favorecidos, de voltar um pouco para os pobres e desfavorecidos, em resumo, para as vítimas. Elas são numerosas.

CAPÍTULO X

AS VÍTIMAS

O vício, a doença e a raça eram três causas de pobreza e infelicidade. Rapidamente, eles marginalizaram uma certa parte da população urbana ou rural, a das vítimas. E as instituições previstas para socorrê-las — as "misericórdias", por exemplo — revelaram-se insuficientes.

Prostituição e alcoolismo

A começar pelo vício. Na primeira metade do século XIX, o número de prostitutas parece ter aumentado muito. Uma das razões teria sido a imigração de mulheres vindas dos Açores. Um médico do Rio escreveu em 1845 que a capital tinha três tipos de prostitutas: as aristocratas ou cortesãs de sobrado, as de sobradinho e de "persiana" e finalmente a "escória", composta pelas mulheres dos bairros populares, dos mocambos. Era para a escória que existiam as "casas de passagem", ou *zungus,* cômodos nauseabundos pertencentes a pequenas vendeiras negras. Esses cômodos também eram encontrados na parte traseira das barbearias, pertencentes a negros libertos, que os alugavam por um preço módico. No Rio abundavam também as "casas de costureiras" e "hotéis", em Botafogo e no Jardim Botânico, e em meados do século XIX, os *conventilhos* da senhora Barbada: neles, o agricultor enriquecido, o filho do fazendeiro ou do senhor de engenho e o jovem burguês encontravam não apenas estrangeiros, mas também belas escravas ou belas mulatas, amiúde muito jo-

vens. A própria Barbada era uma mulata; era muito gorda, e ostentava um vigoroso bigode "à Cavaignac".

A pederastia também ganhou terreno na população carioca entre 1800 e 1850, sobretudo no pequeno comércio, entre os portugueses que viviam um pouco à parte e que, por economia, preferiam pegar os empregados, em vez de mulheres, para acalmar o apetite sexual. Para reduzir o mal, o cônsul português no Rio, em 1846, organizou a importação de mulheres dos Açores, que logo seriam substituídas por polacas e francesas. O papel destas últimas começou com a fundação do Alcázar Francês, em 1862, mas foi mais no final do Império que a figura da francesa ou da polaca tornou-se relevante na vida libertina do Brasil, até então dominada pela mulata ou pela açoriana.

A sífilis já era um mal bastante espalhado na época colonial, e a sua curva de crescimento parece estar ligada à da urbanização. Isso se explica por uma certa liberdade nos costumes, sob uma aparência austera. Até as carruagens serviam de lugar de encontros. Existe ainda hoje em Recife uma cocheira de carruagens das mais antigas que se conhecem. Lá se encontram não só o velho cupê do bispo e a vitória de lanternas de prata do marquês de Herval, como também uma carruagem fechada da qual se diz ter servido para as aventuras galantes de uma bela dona-de-casa dos anos 1850. O escravo que servia de cocheiro também era alcoviteiro. Outras carruagens de luxo foram, também, verdadeiras alcovas ambulantes[1]. Algumas delas apareciam nos anúncios classificados dos jornais com um sutil perfume de pecado, como por exemplo no *Jornal do Comércio,* do Rio, do dia 27 de junho de 1847, onde se pode ler: "Riquíssimo *coupé* Wurst... cujo interior é guarnecido de seda adamascada cor de cereja com espelhos e enquadramento das rodas em prata".

A alcoviteira tinha a seu serviço negros que exerciam ofícios próprios da vida urbana: vendedores de doces e de flores, por exemplo, que podiam assim ingressar até nos sobrados mais ilustres. No Rio, ficou famoso um vendedor de flores de quem um cronista dizia que "grande negro tagarela, ele havia servido como *sommelier* em uma casa francesa, e esfolava passavelmente a língua do mesmo nome". Também se cita o caso do francês Chahomme, instalado na Rua da Carioca; sua casa tinha uma saliência de madeira de onde pendia uma macaca empalhada... Todas essas pessoas punham anúncios nos jornais, nos quais, para os libertinos que soubessem ler nas entrelinhas, apareciam também mulatas ou negras de formas provocantes. Nos mesmos anúncios apareciam também "comadres" que podiam fazer abortos para as burguesas vítimas dos seus amores ilícitos: eram chamadas, tal como na França, de "fazedoras de anjos". Em 1825 estourou um escândalo no Rio por causa de um anúncio no *Diário do Rio de Janeiro,* que oferecia um remédio para fazer crescer de novo o hímen das mulheres que o tivessem perdido. Outras propagandas diziam respeito a medicamentos contra as doenças venéreas. Diga-se de passagem que o uso e o abuso do mercúrio vinham da época colonial, bem como a crença de que manter relações com uma jovem negra virgem purificava o sangue dos sifilíticos.

Outro vício: o álcool. Em meados do século ele aparentemente afetava mais as zonas rurais. O viajante inglês Burton não teve dúvidas, a esse respeito, em comparar o interior do Brasil à Escócia: *"The comsumption of ardent spirits exceeds, I believe, that of Scotland"** Burton espantava-se um pouco por encontrar nos relatos de viajantes anteriores a ele Saint-Hilaire ou Gardner — observações elogiosas a respeito da sobriedade brasileira. E o príncipe Maximiliano, de quem já falamos, tinha a mesma opinião. As pessoas de Minas, achava Burton, não podiam prevalecer-se de uma superioridade sobre os ingleses que era o orgulho dos demais brasileiros: a de não ter a goela aberta. Era difícil encontrar um tropeiro ou um barqueiro que, ao acordar, não tomasse a sua aguardente para "expulsar o diabo" ou "matar os vermes" e que, de noite, não se reunisse com os amigos para tocar violão e esvaziarem juntos um garrafão de cachaça. Além disso, acrescentava Burton, quando os estrangeiros se escandalizavam com a enorme quantidade de cachaça consumida no Império, os brasileiros lembravam que grande parte dela era para a água do banho...

Nas cidades marítimas as pessoas eram mais sóbrias, começando pela burguesia, ainda que todos bebessem o seu vi-

* *"O consumo da aguardente supera, creio eu, o da Escócia". (N. do E.)*

nho do porto, o seu licorzinho de caju, a sua "imaculada" da manhã para "fechar o corpo antes do banho no rio ou para abrir o apetite antes da feijoada", ou da mão de vaca. Mas era raro que as pessoas se excedessem. Os excessos só ocorriam por ocasião das bebedeiras nos brindes durante os banquetes nos engenhos de açúcar ou nas fazendas de café.

Os pobres bebiam muito mais, e além disso bebiam mal, cachaças de má qualidade e vinhos falsificados. Isso foi afirmado pelo brasileiro Sousa Costa em 1865. O vinho era misturado com caldo de cana, ou com campeche, e com diversos sais. Esse tipo de falsificação era feito na Bahia e no Rio. Não se limitava ao vinho, nem ao vinagre. Em geral, ela se estendia a toda a alimentação, e se somava à insuficiência desta.

Doenças e epidemias

Nesse sistema social fundado sobre a economia doméstica, todos aqueles que moravam nas grandes casas — inclusive os escravos — comiam relativamente melhor. Mas os pobres livres tinham de se contentar com um pouco de bacalhau, de carne-seca, de farinha e batata-doce. A carne fresca quase não existia. E o resto era falsificado.

Havia também as variações regionais. Em 1865 o médico Manuel da Costa Lobo observou que a alimentação dos escravos variava não só da cidade para o campo, mas também das regiões de açúcar e de café para as que tinham cultivos mais variados: Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Pará, Amazonas. Nas regiões de monocultura, cujas populações, sobretudo a dos mocambos, raramente comiam carne e peixe, os abortos eram mais freqüentes, bem como as úlceras crônicas e a cegueira noturna. Onde a produção era mais variada e as frutas entravam no regime alimentar em quantidades apreciáveis, as doenças pareciam mais raras, a reprodução era abundante e a expectativa de vida era maior. E mesmo nas grandes casas comia-se melhor na cidade que no campo, pois a alimentação era mais variada.

A todas essas causas de miséria fisiológica somavam-se as doenças contagiosas ou infecciosas clássicas — escarlatina, catapora, rubéola, varicela, febre tifóide, as parasitárias (amebiase, por exemplo) e principalmente as grandes epidemias de febre amarela, cólera e varíola. Já fizemos menção a essas epidemias quando falamos da vida urbana.[2] Pode ser interessante saber a que o doutor José Pereira Rego, nos relatórios que fez para o governo em 1875, atribuía o desenvolvimento dessas epidemias no Brasil:

"A rápida aglomeração urbana que se deu em virtude da notável imigração ocorrida entre 1845 e 1848, a chegada de inúmeros aventureiros que se dirigiam para a Califórnia[3] provenientes de países devastados por essas doenças pestilentas e onde não se tomava nenhuma medida contra elas, a chegada, em números elevados, de africanos atingidos por doenças gravissímas, antes que terminasse o prazo dado para o fim desse tráfico imoral e desumano".[4]

O mesmo médico faz alguns esclarecimentos sobre a febre amarela de 1849-1850, acrescentando às causas já citadas a freqüência, constatada durante o ano, de afecções gástricas acompanhadas de problemas tíficos, o forte calor da estação seca, a seca prolongada, a ausência de temporais e, o que era ainda mais grave, o abandono total da higiene pública.

Além disso, ao mesmo tempo, ocorreu uma epidemia de escarlatina que, na maior parte dos casos, assumia uma forma tifóidica. De qualquer modo, para o doutor Rego não havia dúvida: os primeiros casos observados de febre amarela haviam sido os de dez indivíduos, quatro vindos diretamente da Bahia e seis que entraram em contato com eles: dois marinheiros do navio americano *Navarre*, recolhidos ao Hospital da Misericórdia no dia 27 de dezembro de 1849, e quatro indivíduos que estavam com eles na Taverna do Frank, na Rua da Misericórdia: a mulher do tal Frank, o seu empregado, chamado Lenschau, um francês de nome Eugène Anciaux, chegado da Bahia dez dias antes, e um marinheiro do vapor *Dom Pedro*, que viera do mesmo lugar.

Apesar das precauções adotadas, a epidemia, que no princípio parecia estar circunscrita à Rua da Misericórdia e arre-

dores e que, mesmo no interior do porto, avançava muito lentamente, tomou de repente, no início de fevereiro, proporções mais vastas. Compreendeu-se então que era indispensável tomar outras medidas e apressar a sua execução. Para isso, o governo imperial criou uma comissão central de saúde pública, dirigida pelo presidente da câmara municipal, que passou a ser consultada para tudo o que dizia respeita às questões sanitárias.

Por já haver muitos doentes em todos os bairros da cidade, julgou-se imprescindível a abertura de hospitais provisórios, para prestar socorro rápido aos indigentes. A administração da Santa Casa de Misericórdia foi autorizada pelo governo a abrir enfermarias em diversos locais da capital e até se construiu um hospital no morro do Livramento, com o nome de Asilo de Nossa Senhora do Livramento, cuja direção sanitária foi confiada aos cuidados do doutor Manuel de Valladão Pimentel, mais tarde barão de Petrópolis.

Além dessas medidas indispensáveis, criaram-se comissões paroquiais para socorrer os pobres em domicílio, com medicamentos gratuitos. Foram também criadas comissões de polícia, no porto, para examinar o estado de salubridade dos navios e providenciar a retirada, no menor prazo possível, dos doentes que pudessem estar a bordo, para que fossem tratados rapidamente. Por falta de medidas como essa, até então a epidemia estava sendo ainda mais mortífera no porto.

Mesmo com tal política sanitária, no início de março os enterros sucediam-se em tal ritmo que quase já não havia lugar nas igrejas para todos aqueles mortos. Foi o que levou o governo a proibir que fossem realizados enterros nos templos; a partir de 20 de março todos os mortos deveriam ser enterrados nos cemitérios.

A luta contra a doença

Para lutar contra a doença, o Brasil havia herdado da época colonial o sistema hospitalar das misericórdias. No Rio,

como já vimos,[5] esse não era o único local de acolhida de doentes. Nos outros lugares, porém, era preciso tratar-se em casa, o que só era possível para os ricos, ou na Santa Casa. Conhecemos bem, graças a um trabalho recente,[6] a de São Paulo. Tal como as outras, ela pertencia a uma confraria ou irmandade. Um decreto de 1806 ordenava que todas as misericórdias do Brasil adotassem a regulamentação em vigor na Santa Casa de Lisboa. Depois da independência, as tentativas de reforma levaram ao "compromisso" de 1836, que ficaria em vigor até 1881, definindo as funções dos diferentes membros do conselho da Misericórdia. Neste, a figura mais importante era a do provedor, escolhido entre os notáveis da cidade, o que deveria lhe possibilitar obter ajuda financeira das maiores famílias. O provedor era em geral bastante idoso, e o seu devotamento à irmandade dava-lhe o direito de esperar receber, se já não o tivesse, um título de nobreza. Os seus colaboradores eram os "escrivãos", encarregados de todos os livros (registros das decisões, livros-caixa) da confraria, e dos seus arquivos. Salvo exceções, eles não parecem ter cumprido a sua função com muito zelo. Um deles, em 1875, lamentou a falta de cuidado dos seus predecessores e o desaparecimento de grande parte da documentação arquivada. O tesoureiro devia ter uma certa fortuna pessoal, para poder adiantar dinheiro em caso de urgência. Tratava-se de uma concepção audaciosa da previdência social! Os procuradores cuidavam de todos os assuntos de caráter jurídico. O "mordomo dos prisioneiros" era encarregado de visitar as prisões para ajudar os presos pobres, fornecendo-lhes comida, roupa e proteção jurídica, ainda que, por falta de recursos, esse auxílio não pudesse ser oferecido sistematicamente. Os "mordomos das crianças abandonadas" e dos Hospitais de Lázaros (leprosários) e de Caridade tinham de administrar esses organismos e apresentar um relatório mensal. Os "definidores" eram membros da confraria que já pertenciam a ela há muito tempo e conheciam bem os seus problemas. Convocados juntamente com os demais membros do conselho, formavam a *junta*, que julgava as questões mais importantes, como a aquisição ou alienação de patrimônio. Fora do conselho havia também alguns empregados

que trabalhavam para ele: o capelão, o sacristão e o mensageiro, além, é claro, do pessoal dos hospitais. Finalmente havia os pedintes, encarregados de recolher nas paróquias as esmolas necessárias para a sobrevivência do estabelecimento.

O compromisso de 1836 previa a admissão de mulheres na confraria. Contudo, seu papel deve ter sido muito limitado, considerando o sistema patriarcal que continuava a reinar nos costumes paulistas de meados do século XIX. No entanto, um relatório posterior fala-nos de uma campanha de fundos e de doações lançada por dona Veridiana Valéria da Silva Prado em 1872, no que parece ter sido a primeira campanha desse gênero organizada em São Paulo por um elemento feminino. Dona Veridiana era uma mulher um tanto excepcional, e o seu salão havia substituído o da marquesa de Santos após a morte desta. Outras mulheres também desempenharam um papel, e algumas participaram da criação de duas sociedades filantrópicas, uma em São Paulo, em 1830, outra em Santos, em 1832. A primeira deveria socorrer os prisioneiros pobres. A segunda deveria ajudar as atividades da Santa Casa, contando com ativa participação das esposas dos membros.

A grande diferença entre as novas Santas Casas e as do século XVIII é que elas recusaram-se a enterrar os mortos, apesar de os membros da confraria conservarem o direito de serem enterrados na igreja da comunidade. É claro que a confraria continuava a sepultar os indigentes no Cemitério dos Aflitos, em frente ao hospital da Glória, mas não exigia, tal como a do Rio, o privilégio exclusivo de organizar os funerais. As únicas obrigações religiosas que os membros das confrarias mantiveram foram as de acompanhar a procissão da Visitação e a de assistir ao enterro dos confrades e dos condenados à morte.

O Hospital dos Lázaros, ou asilo de leprosos, dependia da Misericórdia. Criado em 1802, ele tinha ainda em 1833 uma aparência bem modesta. Uma divisória separava os homens das mulheres, sendo os primeiros os únicos a dispor de alguns quartos particulares. Outro leprosário havia sido criado em 1806 em Itu. O de São Paulo achavam-se num estado deplorável, pois as autoridades públicas nunca aceitaram subvencioná-lo, apesar de o número de leprosos ter aparentemente aumentado até 1830. Depois disso a epidemia — se é que se pode chamá-la assim — regrediu. Observava-se apenas que, um pouco por toda a parte na capitania, havia leprosos pedindo esmola nas ruas, pondo em risco a saúde pública. Além disso, o pessoal do leprosário de São Paulo era reduzido: não havia nem cirurgião, nem capelão, mas apenas uma cozinheira, um enfermeiro e uma doméstica. A medicina da época não tinha grandes recursos contra a lepra. Após 1830, com a instalação da Academia Imperial de Medicina e a criação das faculdades de medicina, foram apresentadas inúmeras teses sobre o tratamento da lepra. Algumas das terapias propostas eram surpreendentes. Prescreviam-se, por exemplo, sangrias abundantes, suadouros, choques elétricos, banhos diários e prolongados e fricções com soluções desinfetantes. Tratamento esse combinado com um regime baseado em bebidas acidificadas, leite e carnes brancas. Alguns leigos também salientaram o efeito benéfico das águas termais de Caldas de Santa Cruz, em Goiás. Muitos doentes foram para lá, mas em 1845 um médico enviado pela academia de medicina verificou que as águas de Caldas não serviam para nada. Em São Paulo, a Santa Casa envolveu-se em experiências de sábios bem-intencionados, mas também de charalatães sem escrúpulos. Em 1835 ela aceitou a proposta de um certo doutor Dupuis, que, por intermédio do presidente da província, se ofereceu para tratar os leprosos com medicamentos fornecidos pela Santa Casa. Uma nova tentativa foi feita em 1852, quando o governador da província encarregou o cirurgião Étienne Laggard de cuidar dos leprosos com a ajuda da Santa Casa. Nos dois casos, o fracasso foi completo.

No mesmo ano, a confraria recusou uma oferta semelhante de um certo Pedro Etcheven, alegando que esse senhor já tinha um hospital em Itapetininga, para o qual a Santa Casa já havia enviado três doentes, cujo estado de saúde não havia melhorado. Pouco depois, em 1857, um certo Carlos Pedro Etchegoin publicou na imprensa anúncios das suas "pílulas paulistanas", que curavam todas as doenças, inclusive a febre amarela! Como podemos ver, a Santa Casa procurava por todos os meios cuidar dos seus leprosos, mas a ausência de uma terapia efetiva restringia muito o zelo dos médicos,

que tinham de ser forçados a examinar as pessoas atacadas pelo mal-de-são-lázaro. Sabemos que, mesmo depois que Hansen identificou o bacilo da lepra, a medicina só veio a ter maiores recursos para ajudar os leprosos após a descoberta das sulfonas, nas décadas de 40 e 50 deste século.

Em 1855 a confraria da Santa Casa aceitou uma oferta da confraria de Nossa Senhora da Consolação e de São João Baptista, recentemente criada, de encarregar-se do leprosário, mediante o pagamento de uma soma anual. Um recenseamento feito em 1851 indicava a existência de oitocentos e quarenta e nove leprosos na província, mas poucos aceitavam o confinamento nos leprosários. A nova confraria não fez muita coisa para melhorar a condição material dos leprosos, como demonstra um relatório de 1878. Em 1879, aliás, o leprosário voltou a ser responsabilidade da Santa Casa, que, de 1859 a 1862, não pudera sequer pagar a soma anual que se tinha comprometido a passar para os irmãos da Consolação e de São João Baptista.

Para os outros doentes haviam sido inaugurados, em 1825, o Hospital da Caridade e, anexa a esta, a Casa das Crianças Encontradas. Por muito tempo a província de São Paulo não teve muito mais que isso em matéria de hospitais, a não ser, talvez, os hospitais de Santos, Itu e Sorocaba, modestos os três e situados a uma distância que variava de cinqüenta a cem quilômetros da capital provincial. A essa altura, o edifício construído em 1825 já era insuficiente; o provedor lançou então uma campanha de fundos para uma nova construção. Em 1840 o hospital foi transferido para o novo prédio, mas este não era muito satisfatório, e em 1862, considerou-se a idéia de voltar para o lugar primitivo. No fim, os administradores contentaram-se em aumentar um pouco o edifício utilizado, criando uma enfermaria para os doentes contagiosos e um banheiro! É claro que isso não podia ir muito longe. O prédio, porém, devia ser grande o bastante, pois em 1875 ele foi considerado ainda suficiente, apesar de o número de doentes ter triplicado desde 1872. Mas o pessoal era medíocre, insuficiente, e a organização era deplorável. Com o desenvolvimento urbano de São Paulo, a partir de 1860, foi projetada a construção de um novo hospital, que seria inaugurado em 1884, com mais de duzentos leitos.

Baseados no regulamento de 1864, podemos ter uma idéia de como era a organização do Hospital da Caridade. O responsável era o mordomo, que não era remunerado, apesar de ter uma carga de trabalho bastante pesada. Era ele quem controlava a admissão dos doentes, tinha autoridade sobre os empregados e assinava as despesas. O escrivão era o encarregado de todas as escrituras, mas era pago. O comprador aliviava a carga do mordomo no que dizia respeito ao abastecimento da casa. Quanto ao corpo clínico, o seu papel só pode ser entendido se nos lembrarmos de que, até cerca de 1860-1870, mesmo na Europa, o hospital podia representar, para os doentes, um lugar aonde se ia só depois de se haverem esgotado em casa todos os meios conhecidos de cura, e com que se tinha pouca probabilidade de sobreviver. As descobertas de Lister e de Pasteur sobre a assepsia e a antisepsia e os progressos da medicina e da cirurgia fizeram com que, posteriormente, o hospital perdesse esse aspecto aterrorizante que ele tinha, tanto no Brasil como na Europa. No período que estamos examinando, porém, o hospital permaneceu o mesmo para a mentalidade brasileira. Naquela época, havia uma diferença clara entre os médicos e os cirurgiões, sendo que estes últimos tinham uma formação empírica e estavam encarregados de fazer operações, curativos, redução de fraturas e sangrias. Não tinham direito nem de diagnosticar as doenças, nem de receitar remédios. Só os médicos tinham diploma de medicina e pertenciam às profissões liberais.

Tanto quanto sabemos, o Hospital da Caridade nunca teve dois cirurgiões e dois médicos ao mesmo tempo. Após 1884, sem dúvida, com a inauguração do novo edifício, o número deles aumentou, pois São Paulo já possuía, na época, alguns médicos especializados. Nesse momento, há referências a um médico operante, um parteiro e um ginecologista. O hospital tinha também uma farmácia, que substituiu a do hospital militar e a do colégio dos jesuítas no fornecimento de remédios à população. A cidade não tinha, então, nenhuma farmácia comercial. Para terminar, os hospitais careciam de enfermeiros e enfermeiras com qualificação. Essa profissão era malvista, e assumiu a sua forma atual sob a influência de Florence Nightingale. Até então ela era exercida por corações generosos que desejavam devotar-se aos seus seme-

lhantes, ou por pessoas incapazes de fazer qualquer outra coisa. Na primeira categoria estavam as religiosas, principalmente as de São Vicente de Paula, pois as demais ordens, no Brasil, estavam mais voltadas para a contemplação que para a caridade ativa. Por isso, com a extrema carência de pessoal competente, o interior dos hospitais dava uma impressão de abandono:

"Paredes sujas e estragadas, um chão que nunca foi esfregado desde a fundação do hospital e que era lavado duas ou três vezes por ano. Uma cozinha mal construída, e malcuidada, que precisaria ser reconstruída. Dormitórios imensos onde faltava tudo, desde a roupa até os objetos mais indispensáveis, e onde existiam apenas duas bacias para todos os doentes do hospital; uma farmácia desprovida de tudo; um arsenal cirúrgico desmantelado; em resumo... um hospital que de hospital só tinha o nome, nome esse que era justamente desacreditado. Com cerca de quarenta lençóis e alguns cobertores ruins era assegurado o serviço dos leitos; com água tirada de um poço por um único empregado preguiçoso e alcoólatra; com um enfermeiro e uma enfermeira que faziam dos doentes seus domésticos e que se arrogavam o direito de dirigir tudo, desde a despensa até a própria vontade dos doentes".[7]

Havia um enfermeiro para os homens e uma enfermeira para as mulheres. O primeiro tinha um papel mais importante que a segunda, pois de vez em quando acontecia de ele substituir o médico ou o mordomo do hospital. Desde 1854 ele estava encarregado de fazer as compras do hospital, e o farmacêutico cuidava da escrita correspondente a essas compras. Os dois, a partir dessa data, passaram a receber salário igual, muito superiores ao da enfermeira. Esta era pouco considerada, e em 1844 a sua função foi desempenhada por uma escrava negra. As mulheres negras, doces e devotadas, costumavam ser enfermeiras bem melhores que as brancas. E, evidentemente, o hospital tinha um certo número de escravos — homens e mulheres — para efetuar os trabalhos mais penosos. Também eram empregados os serviços das irmãs de Caridade: uma em 1863, cinco em 1872, oriundas da congregação das irmãs de São José de Chambéry. A presença delas parece ter melhorado sensivelmente a administração e o funcionamento do estabelecimento. A mortalidade diminuiu, apesar de as pessoas do povo e do campo conservarem o hábito de enviar os seus doentes tarde demais, quando já estavam quase moribundos. Os senhores também faziam isso com os seus escravos, por motivos de economia: o hospital assumia os gastos do funeral dos pacientes falecidos.

Anexo ao Hospital da Caridade havia, como já dissemos, um asilo para crianças abandonadas. As estatísticas de que dispomos, relativas à paróquia da catedral de São Paulo, demonstram, aparentemente, que o número de crianças abandonadas até a criação era significativo: de 17 a 25 por cento do total de batismos, enquanto o de crianças legítimas ia de 45 a 60 por cento, e o de filhos naturais não abandonados ia de 22 a 37 por cento. Com a criação do asilo — a "roda" —, o número de "expostos" diminuiu, baixando de uma faixa de 14 a 21 por cento para outra de 2 a 8 por cento, sendo essa última cifra bastante excepcional, mantendo-se nesse patamar na segunda metade do século. Isso foi conseqüência da melhoria das condições econômicas e do nível de vida.

As crianças abandonadas eram com certeza de mulheres livres, pois era difícil para as escravas dissimular a gravidez, do mesmo modo que para as filhas dos grandes proprietários, muito vigiadas e protegidas. Portanto, eram mulheres brancas pobres, mulatas ou negras alforriadas. Mas como as famílias negras ou mulatas aceitavam com facilidade mais uma boca para alimentar — até mesmo os filhos do vizinho falecido eram adotados —, podemos supor que a maior parte das crianças abandonadas eram brancas ou mestiças pobres. Por outro lado, a mobilidade dos paulistas fazia com que na cidade o número de mulheres fosse superior ao dos homens. Além disso, havia em São Paulo uma população masculina flutuante de militares, tropeiros, clérigos, funcionários e estudantes. A conjunção desses dois fenômenos pode explicar a importância da prostituição e o número de crianças abandonadas. Com a estabilização da população masculina a partir de 1850 e o desenvolvimento da riqueza do café, era normal que o número de crianças abandonadas diminuísse, principalmente na paróquia mais urbana da cidade.

O asilo se encarregava de proporcionar amas de leite às crianças. Algumas famílias ricas emprestavam os seus escravos para esse propósito. Aos sete anos os meninos eram matriculados no seminário de Santana e as meninas no da Glória, onde aprendiam um ofício e ficavam até que se encontrasse um emprego para os meninos ou um marido para as meninas.

Havia ainda outras obras que dependiam da Santa Casa: a obra dos dotes para os órfãos pobres — as esmolas e o asilo para os mendigos, que só foi criado em 1886 —, a assistência aos alienados, aos prisioneiros e aos condenados. A Santa Casa, portanto, tinha uma vocação universal de assistência pública. E aquilo que escrevemos a respeito da Santa Casa de São Paulo valia também para as das outras grandes cidades do Brasil.

Suprimindo a escravidão

As doenças, as enfermidades e a morte não eram as únicas desgraças que afligiam o Brasil. A isso era preciso somar a escravidão, mas ela estava em vias de desaparecimento: o tráfico de escravos foi abolido em 1850. E apesar de alguns contrabandistas, respeitou-se a medida. As condições do escravo, portanto, tendiam a melhorar, pois tudo o que se torna raro encarece. Caminhava-se para a abolição oficial. Os filhos de escravas e os negros de mais de sessenta anos foram declarados livres, respectivamente, em 1871 e 1885. A abolição total só aconteceria em 1888, trazendo na sua esteira a queda do Império.

Na época que estamos estudando, porém, já havia um esforço para substituir a mão-de-obra africana por imigrantes europeus. A partir do século XVIII os portugueses dos Açores começaram a chegar em massa, juntando-se aos que vinham do continente. Esse movimento continuou no século XIX. Do continente, os maiores contingentes vinham do Porto e do norte, sempre superpovoados. Encontramos no Ministério das Relações Exteriores, em Lisboa, o registro da

chegada de portugueses no primeiro semestre de 1851, de 1852 e de 1853. Com base nele, podemos estabelecer o seguinte quadro:

Porto de embarque	1º semestre 1851	1º semestre 1852	1º semestre 1853
Lisboa	142	143	275
Porto	2 545	2 169	2 385
Viana	95	136	208
Caminho	—	—	226
Açores	727	845	925
Madeira	174	230	342
Angola	21	37	4
Cabo Verde	23		
Total	**3 727**	**3 560**	**4 367**

Se o segundo semestre era pouco propício à imigração, o primeiro, sozinho, assistia à chegada ao Brasil de um número significativo de homens, mulheres e crianças, dos quais muitos, sobretudo os açorianos, se dirigiam para o sul do país. É verdade que eles firmavam uma espécie de contrato oral com o transportador, que cobrava do empregador, na chegada, o preço da viagem: um sistema que se parecia muito com o contrato de servidão ao qual se submetiam os açorianos que iam trabalhar em Lisboa ou ao dos franceses ou ingleses que viajavam como *indentured servants** para a América do Norte ou para as Antilhas nos séculos XVII e XVIII.

A história de Cândida

Charles Expilly lembra-nos[8] que, de tempos a tempos, o *Jornal do Comércio* publicava, em suas colunas, um anúncio nos seguintes termos: "Avisa-se ao público que o na-

* *Servos contratados para trabalhar além-mar. (N. do E.)*

lhantes, ou por pessoas incapazes de fazer qualquer outra coisa. Na primeira categoria estavam as religiosas, principalmente as de São Vicente de Paula, pois as demais ordens, no Brasil, estavam mais voltadas para a contemplação que para a caridade ativa. Por isso, com a extrema carência de pessoal competente, o interior dos hospitais dava uma impressão de abandono:

"Paredes sujas e estragadas, um chão que nunca foi esfregado desde a fundação do hospital e que era lavado duas ou três vezes por ano. Uma cozinha mal construída, e malcuidada, que precisaria ser reconstruída. Dormitórios imensos onde faltava tudo, desde a roupa até os objetos mais indispensáveis, e onde existiam apenas duas bacias para todos os doentes do hospital; uma farmácia desprovida de tudo; um arsenal cirúrgico desmantelado; em resumo... um hospital que de hospital só tinha o nome, nome esse que era justamente desacreditado. Com cerca de quarenta lençóis e alguns cobertores ruins era assegurado o serviço dos leitos; com água tirada de um poço por um único empregado preguiçoso e alcoólatra; com um enfermeiro e uma enfermeira que faziam dos doentes seus domésticos e que se arrogavam o direito de dirigir tudo, desde a despensa até a própria vontade dos doentes".[7]

Havia um enfermeiro para os homens e uma enfermeira para as mulheres. O primeiro tinha um papel mais importante que a segunda, pois de vez em quando acontecia de ele substituir o médico ou o mordomo do hospital. Desde 1854 ele estava encarregado de fazer as compras do hospital, e o farmacêutico cuidava da escrita correspondente a essas compras. Os dois, a partir dessa data, passaram a receber salário igual, muito superiores ao da enfermeira. Esta era pouco considerada, e em 1844 a sua função foi desempenhada por uma escrava negra. As mulheres negras, doces e devotadas, costumavam ser enfermeiras bem melhores que as brancas. E, evidentemente, o hospital tinha um certo número de escravos — homens e mulheres — para efetuar os trabalhos mais penosos. Também eram empregados os serviços das irmãs de Caridade: uma em 1863, cinco em 1872, oriundas da congregação das irmãs de São José de Chambéry. A presença delas parece ter melhorado sensivelmente a administração e o funcionamento do estabelecimento. A mortalidade diminuiu, apesar de as pessoas do povo e do campo conservarem o hábito de enviar os seus doentes tarde demais, quando já estavam quase moribundos. Os senhores também faziam isso com os seus escravos, por motivos de economia: o hospital assumia os gastos do funeral dos pacientes falecidos.

Anexo ao Hospital da Caridade havia, como já dissemos, um asilo para crianças abandonadas. As estatísticas de que dispomos, relativas à paróquia da catedral de São Paulo, demonstram, aparentemente, que o número de crianças abandonadas até a criação era significativo: de 17 a 25 por cento do total de batismos, enquanto o de crianças legítimas ia de 45 a 60 por cento, e o de filhos naturais não abandonados ia de 22 a 37 por cento. Com a criação do asilo — a "roda" —, o número de "expostos" diminuiu, baixando de uma faixa de 14 a 21 por cento para outra de 2 a 8 por cento, sendo essa última cifra bastante excepcional, mantendo-se nesse patamar na segunda metade do século. Isso foi conseqüência da melhoria das condições econômicas e do nível de vida.

As crianças abandonadas eram com certeza de mulheres livres, pois era difícil para as escravas dissimular a gravidez, do mesmo modo que para as filhas dos grandes proprietários, muito vigiadas e protegidas. Portanto, eram mulheres brancas pobres, mulatas ou negras alforriadas. Mas como as famílias negras ou mulatas aceitavam com facilidade mais uma boca para alimentar — até mesmo os filhos do vizinho falecido eram adotados —, podemos supor que a maior parte das crianças abandonadas eram brancas ou mestiças pobres. Por outro lado, a mobilidade dos paulistas fazia com que na cidade o número de mulheres fosse superior ao dos homens. Além disso, havia em São Paulo uma população masculina flutuante de militares, tropeiros, clérigos, funcionários e estudantes. A conjunção desses dois fenômenos pode explicar a importância da prostituição e o número de crianças abandonadas. Com a estabilização da população masculina a partir de 1850 e o desenvolvimento da riqueza do café, era normal que o número de crianças abandonadas diminuísse, principalmente na paróquia mais urbana da cidade.

O asilo se encarregava de proporcionar amas de leite às crianças. Algumas famílias ricas emprestavam os seus escravos para esse propósito. Aos sete anos os meninos eram matriculados no seminário de Santana e as meninas no da Glória, onde aprendiam um ofício e ficavam até que se encontrasse um emprego para os meninos ou um marido para as meninas.

Havia ainda outras obras que dependiam da Santa Casa: a obra dos dotes para os órfãos pobres — as esmolas e o asilo para os mendigos, que só foi criado em 1886 —, a assistência aos alienados, aos prisioneiros e aos condenados. A Santa Casa, portanto, tinha uma vocação universal de assistência pública. E aquilo que escrevemos a respeito da Santa Casa de São Paulo valia também para as das outras grandes cidades do Brasil.

Suprimindo a escravidão

As doenças, as enfermidades e a morte não eram as únicas desgraças que afligiam o Brasil. A isso era preciso somar a escravidão, mas ela estava em vias de desaparecimento: o tráfico de escravos foi abolido em 1850. E apesar de alguns contrabandistas, respeitou-se a medida. As condições do escravo, portanto, tendiam a melhorar, pois tudo o que se torna raro encarece. Caminhava-se para a abolição oficial. Os filhos de escravas e os negros de mais de sessenta anos foram declarados livres, respectivamente, em 1871 e 1885. A abolição total só aconteceria em 1888, trazendo na sua esteira a queda do Império.

Na época que estamos estudando, porém, já havia um esforço para substituir a mão-de-obra africana por imigrantes europeus. A partir do século XVIII os portugueses dos Açores começaram a chegar em massa, juntando-se aos que vinham do continente. Esse movimento continuou no século XIX. Do continente, os maiores contingentes vinham do Porto e do norte, sempre superpovoados. Encontramos no Ministério das Relações Exteriores, em Lisboa, o registro da

chegada de portugueses no primeiro semestre de 1851, de 1852 e de 1853. Com base nele, podemos estabelecer o seguinte quadro:

Porto de embarque	1º semestre 1851	1º semestre 1852	1º semestre 1853
Lisboa	142	143	275
Porto	2 545	2 169	2 385
Viana	95	136	208
Caminho	—	—	226
Açores	727	845	925
Madeira	174	230	342
Angola	21	37	4
Cabo Verde	23		
Total	**3 727**	**3 560**	**4 367**

Se o segundo semestre era pouco propício à imigração, o primeiro, sozinho, assistia à chegada ao Brasil de um número significativo de homens, mulheres e crianças, dos quais muitos, sobretudo os açorianos, se dirigiam para o sul do país. É verdade que eles firmavam uma espécie de contrato oral com o transportador, que cobrava do empregador, na chegada, o preço da viagem: um sistema que se parecia muito com o contrato de servidão ao qual se submetiam os açorianos que iam trabalhar em Lisboa ou ao dos franceses ou ingleses que viajavam como *indentured servants** para a América do Norte ou para as Antilhas nos séculos XVII e XVIII.

A história de Cândida

Charles Expilly lembra-nos[8] que, de tempos a tempos, o *Jornal do Comércio* publicava, em suas colunas, um anúncio nos seguintes termos: "Avisa-se ao público que o na-

* *Servos contratados para trabalhar além-mar. (N. do E.)*

vio português *Amizade* acaba de entrar na nossa baía, com um carregamento de colonos do Porto, de São Miguel e de Faial. Encontram-se entre os colonos trabalhadores agrícolas, moços de serviços, jardineiros e operários de todos os estados, bem como amas de leite, cozinheiras e domésticas. Aviso aos que desejam feitores ou servidores livres: o capitão do *Amizade* traz um sortimento completo deles, que entregará a preços razoáveis. O barco lançou âncora na ponta da ilha das Cobras". Espalhada a notícia, todos se dirigiam para a ilha em questão. Expilly conta que, juntamente com a sua esposa e com o seu contramestre, Barbosa, foi ver o que acontecia no navio.

"A ponta estava tomada por uma população numerosa: mulheres que amamentavam bebês, moças sorridentes, homens já idosos, rapazes vigorosos, crianças turbulentas e impudentes se amontoavam na rampa do navio, para melhor atrair os olhares. Uma vez franqueada a escada, vimo-nos rodeados, apertados e assaltados por perguntas feitas em todos os tons. Precisávamos de um feitor, de uma mucama, de um cozinheiro, de uma passadeira? Havia grandes quantidades disso tudo no *Amizade,* mas cada pessoa pedia para si a preferência. Enquanto o senhor Barbosa, mais habituado que nós aos costumes dos seus patrícios, respondia a todas essas vozes apressadas e procurava abrir passagem até a cabine do capitão, fiquei um pouco para trás, para desfrutar melhor a visão.

Uma ponte falsa havia sido estabelecida por todo o comprimento do barco; separada em duas por uma divisória móvel, ela representava duas vastas salas destinadas ao alojamento dos dois sexos. Que pandemônio! Ali se amontoavam corpos, malas, pacotes, garrafas, instrumentos musicais, quinquilharias, gaiolas com pássaros, todo o aparato da miséria, enfim!, tudo isso em uma desordem horrorosa e em meio a uma sujeira sem igual. Assim, esse reduto exalava um odor nauseabundo que apertava a garganta. Vi a minha mulher aproximar do nariz o seu vidrinho de sais, que ela, felizmente, nunca largava, desde que chegamos a este belo país. Eu não tinha sais, mas mesmo assim agüentei, pois queria obter da minha visita todo o resultado que ela pudesse produzir. Isolado da minha mulher e do nosso guia, tornei-me meta particular das obsessões de uma categoria de passageiros.

"É hábito no Brasil que os rapazes ricos ou bem de vida, às vezes simples empregados entediados com o isolamento, venham buscar, entre os colonos recém-chegados, uma companheira jovem e bonita que consinta em dirigir a sua pequena casa e, ao mesmo tempo, dar um pouco de encanto à sua existência monótona. Assim fazem os turcos quando visitam o Avret-Bazar em Constantinopla. Os meus olhares curiosos que perscrutavam todos os cantos do barco foram mal interpretados; em pouco tempo eu estava rodeado por um enxame de alegres passageiras, todas me saudando com as mãos ou com um sorriso, todas falando ao mesmo tempo. Fui posto em estado de sítio. Não sei como reconheceram a minha nacionalidade, a não ser que os franceses carreguem a deles inscrita na testa. Seja como for, antes mesmo que eu abrisse a boca, uma delas exaltou os seus conhecimentos da cozinha francesa; outra era perita em costura, e gabou-se de confeccionar uma camisa tão bem quanto uma operária de Paris, e uma terceira apresentou-me uma tela na qual estava trabalhando, garatindo-me que bordaria para mim mangas e pantufas dignas de um embaixador; outra ainda se dizia uma excelente passadeira: era como se disputassem quem faria uma exibição mais hábil dos próprios talentos e das próprias graças, tomando a Virgem como testemunha de que tinha um caráter perfeito e que eu estaria realmente inspirado se a escolhesse."[9]

Depois disso, Expilly conta de que maneira, tendo conseguido abrir caminho no meio daquela tropa, encontrou duas moças que se mantinham isoladas e que, orgulhosas demais para atirar-se no pescoço dos visitantes, esperavam, despreocupadas com o próprio destino, mas convictas de sua beleza, que alguém viesse solicitá-las respeitosamente, oferecendo-lhes posições dignas do seu mérito. Logo aquelas senhoritas mostraram-se interessadas pelo senhor francês, mas desistiram totalmente dele assim que souberam que era casado e que até tinha um filho de quem deveriam cuidar. "Não é o que o senhor está procurando", disse-lhe alguém. Eram

"moças de flores e perfumes". A expressão deixou Expilly deliciado. Em seguida ele encontrou a esposa:

"Encontrei a minha mulher falando com uma moça de mais ou menos vinte anos. Vestida com uma camisa e um saiote, sem meias nem sapatos, tinha uma dessas caras comuns nos traços, mais abertas, agradáveis, que logo se tornam simpáticas. Estava com o nosso filho nos braços e brincava com ele enquanto respondia às perguntas da mãe dele.

" 'É uma compatriota minha. O senhor vai fazer uma excelente aquisição se pagar a passagem dela', disse-me Barbosa, o meu contramestre, todo feliz por ter encontrado uma moça de Faial.[10]

"Sua miséria parecia grande, mas ela a suportava com uma altivez digna, que fazia com que esquecêssemos os farrapos que vestia. Tanto a aparência quanto as respostas dela haviam agradado a minha mulher; esta só aguardava que eu aprovasse a sua decisão. Assim que dei o meu consentimento, Cândida tomou-me a mão e beijou-a com respeito.

"Descemos então para a cabine do capitão, onde logo fechamos o negócio. Os custos da passagem chegavam à soma de cem mil-réis que paguei à vista. A certidão fora esquecida com a pressa do embarque, ou, pelo menos, foi isso que me garantiu o comandante; este, no entanto, entregou-me um papel que deveria fazer as vezes de certidão, com os nomes e sobrenomes do pai e da mãe da moça, a sua idade e o local de nascimento. Segundo o nosso acordo, Cândida estava contratada por um ano para o meu serviço, à razão de vinte e cinco francos por mês, o que em doze meses representavam os cem mil-réis que eu acabara de pagar. Da minha parte, eu me obrigava a alojá-la e alimentá-la; além disso, eu deveria vesti-la convenientemente, contanto que ela me prestasse contas do dinheiro que eu lhe adiantasse desse modo. Como o único capital de que podia dispor era o seu próprio tempo, ela poderia pagar-me prolongando a duração do seu serviço, sempre com base nos vinte e cinco francos por mês. Quitada a dívida, Cândida se tornaria livre para tratar de novo comigo na mesma base ou por um preço mais elevado, segundo a nossa conveniência mútua, sem que eu tivesse direito de retê-la.

"Assinado esse tratado, rubricado por mim e pelo capitão (como Cândida não sabia ler, limitou-se a apor uma cruz), só nos restava mais uma formalidade a cumprir — a legalização pelo cônsul português no Rio — para que eu me tornasse o proprietário legítimo e inconteste da moça. Saímos do barco para ir, com esse propósito, ao encontro do representante comercial de sua majestade fidelíssima."[11]

Cândida despediu-se então das suas companheiras de viagem, e uma delas deu-lhe um lenço bordado. Expilly se deu conta de que essa era a sua única bagagem, além da camisa e do saiote. No entanto, assim que os pés descalços de Cândida pisaram o solo brasileiro, a sua mentalidade mudou. Quando quiseram comprar-lhe um par de sapatos de couro, cômodos para a vida no campo, ela os recusou e declarou que preferia botas envernizadas. Por quê? "A madama tem e eu sou uma senhora como a madama." Passando diante de um comerciante de guarda-chuvas, exigiu uma sombrinha verde com uma franja vermelha. O patrão recusou, mas o contramestre, comovido, acabou comprando-a para ela.

Cândida sabia revolver a terra, mas não entendia nada de costura nem de cozinha. Não tinha um caráter difícil, mas sabia fazer-se respeitar pelos operários da fábrica que Expilly dirigia. Explicou por que havia saído dos Açores: a mãe queria prostituí-la. Expilly e a esposa não podiam deixar de ter simpatia por aquela vítima da miséria das ilhas. Mas será que poderiam levar a simpatia a ponto de realizar os seus sonhos insensatos?

"Um dia ela desejou ter um roupão de musselina guarnecido com valencianas, que a minha mulher usava; outro dia pediu mais camisas, porque a meia dúzia que lhe tínhamos dado *dois meses* antes, disse ela, não serviam mais. Três dessas camisas foram encontradas debaixo de uma grande pedra, sujas, rasgadas, mas não gastas. Outra vez foi um vestido, sujo, nem é preciso dizer, mas bom ainda, que ela jogou por cima do muro para evitar o trabalho de lavá-lo."[12]

Expilly brindou-nos com uma explicação desse fenômeno. Cândida sofria a influência do meio em que vivia. Em um país onde o preconceito de cor existia ainda, uma branca sentia-se humilhada por cumprir tarefas que costumavam ser deixadas para os escravos. As pessoas que haviam sido miseráveis na Europa julgavam-se degradadas, quando chegavam ao Brasil, por trabalhar ao lado de negros. Consideravam indecente que se pedisse a uma branca para fazer um serviço de negras. Não se podia exigir que ela fosse ao mercado com um cesto, que realizasse pequenos serviços, carregasse um pacote na rua ou queimasse a pele com o sol.

"Uma senhora — e todas elas são, por direito de cor — é feita para mandar e não para obedecer. Há algumas que levam a arrogância, seis semanas depois de desembarcar, até a exigir para si domésticas. Essas criaturas que um dia, apenas cobertas de roupas medonhas e trapos sujos, mendigavam o pão ou quase, sonham só com roupas luxuosas, doces momentos livres debaixo das bananeiras, pratos delicados e docinhos; se há escravas na casa, pode-se ter a certeza de que elas as tratarão com dureza, exigindo cheias de soberba que considerem como dignidade o que não passa do cúmulo da impudência. . .

"Certa manhã, fui com a minha mulher ao Rio, para onde nos chamavam alguns negócios. No meio do dia, no momento em que me dirigi ao Consulado da França, percebi ter esquecido em casa um documento importante. Apesar do calor diabólico, voltei às pressas para a chácara, onde me esperava uma surpresa singular.

"Imaginem só a Cândida, com as pernas e os pés descobertos, segundo o costume do país dela, mas vestida com o roupão de musselina guarnecido com valencianas — aquele roupão da minha mulher, que tanto excitava a sua imaginação —, penteada, empomadada e perfumada até a última dobra, com uma rosa presa atrás da cartilagem superior da orelha esquerda e segurando o inevitável lencinho bordado. A nossa criada estava complacentemente estirada em uma poltrona, com um sorriso nos lábios, os olhos entrecerrados, coquete e dengosa. Aos seus pés estava sentado um rapaz desalinhado, ele também sem meias nem sapatos, mas com uma fronte inteligente, um olho vivo e ousado e lábios sensuais. O rapaz. . . cantava, em homenagem à bela moça, uma modinha apaixonada, dedilhando com uma palheta de madeira o castigado violão da comunidade.

"O meu brusco aparecimento esteve longe de produzir no casal, confesso, o efeito da cabeça da Medusa. Espanto, um leve embaraço, isso foi tudo; mas confusão, vergonha? Ora, vamos! Para quê? Nenhum dos dois se mexeu do lugar.

" 'O que significa isso?', gritei ao entrar. 'Esse vestido da senhora. . . ? Esse moço aos seus pés. . . ?'

"Cândida agitou graciosamente o lenço bordado diante do rosto para abanar-se um pouco e, sem perturbar a sua atitude indolente:

" 'O senhor Antônio faz-me a corte', respondeu. 'Ele está disposto a reembolsar ao senhor o preço da minha passagem.'

" 'Ora essa! E foi para melhor seduzi-lo que a senhora se arrumou tão bem?'

"Cândida piscou um olho em sinal de afirmação.

" 'O que há de mal nisso?', perguntou Antônio por sua vez. 'A moça é livre; eu também; quem poderá impedir-nos de casar se os nossos corações se estenderam?' "

E quando Expilly declarou que os vestidos da esposa não eram para valorizar os encantos das criadas, a expressão fez com que Cândida desse um pulo: "Eu não sou a *criada,* mas a *dama de companhia* da senhora", exclamou: "As brancas são iguais entre si, e todas, qualquer que seja a sua posição, têm direito ao respeito dos cavalheiros. Mas o senhor não hesita em cobrir-me de humilhações e de ultrajes."[13]

Finalmente, o nosso francês tomou a decisão de livrar-se daquela doméstica. Vendeu-a a um açoriano que, debaixo de uma aparência de pai de família, ocultava atividades de um traficante. Perdeu-a de vista, até que um dia, por acaso, ele a encontrou:

"Vi novamente a moça de Faial, uma tarde, debruçada em uma janela da Rua do Hospício, o quartel-general das *moças de flores e perfume.* Tal como o dia em que a surpreendi nos meus aposentos, coqueteando com Antônio, Cândida tinha um roupão de musselina, uma rosa nos cabelos, um len-

ço na mão. Mas, ai! não era mais a fresca passageira do *Amizade*, e muito menos a virgem intrépida que se tinha expatriado para manter a honra. A doença lhe havia escurecido a tez e o seu olhar só lançava brilhos febris. A serenidade do seu rosto havia-se desvanecido junto com a pureza da alma. Tinha ainda um sorriso nos lábios, é verdade, mas esse sorriso era falso, banal, e não provocava mais sonhos de amor. Cândida avistou-me e escondeu sem demora o rosto atrás do lenço; eu me aproximei.

" 'Ah!, senhor, por que não fiquei em sua casa?', exclamou, abatida.

"Contou-me a traição de que fora vítima e as conseqüências dessa traição. O bom pai de família, que jurava com tanta audácia pelas chagas de Cristo, não passava de um especulador infame. Vendeu Cândida a um homem casado que expulsou a esposa de casa no dia da chegada da moça. O homem casado cedeu-a a um português velho e ciumento, que a surrava como se fosse uma escrava. De queda em queda. Cândida caiu tão baixo, apenas seis meses depois de sair da minha casa, que se viu forçada a pedir asilo à tocadora de violão, que fora sua companheira de viagem.

" 'Sancha está morrendo', disse ela, finalizando 'e quando ela tiver ido eu não vou demorar a ir ao seu encontro.' "[14]

CONCLUSÃO

Fiquemos mais um pouco com Charles Expilly. Ele resumiu amargamente[1] um dos seus dias no Rio, dia esse que, é preciso reconhecer, foi excepcional, mas que para ele não estava longe de representar a verdade carioca. Vejamos:

"1. Acordei bruscamente às cinco com a explosão de uma mina, e a pedra que caiu no teto da chácara podia, se não matar-me, pelo menos ferir-me gravemente.

"2. Às oito horas, foi cometido um roubo em meu prejuízo pelo cigano José Ignácio Maria Carlos Pedro de Vega.

"3. Corri o risco de ser mordido por uma víbora às dez.

"4. Às onze horas, Minon, que acabara de matar o réptil peçonhento, assinalou a presença de um inimigo tão temível quanto o primeiro. Pesca com vara na sala de jantar. Por um acaso providencial, o caranguejo só agarrou a barra da minha calça, em vez da minha perna, entre as suas pinças formidáveis.

"5. Incêndio dos fósforos de Hamburgo à uma. O sol fez-nos perder cinco mil francos.[2]

"6. Por volta das duas, penetrei em um interior brasileiro, e, ao mesmo tempo em que assistia ao suplício de uma negra, recebi uma lição da senhora Francisca.

"7. Às três horas, temporal pavoroso; morte da minha cabra Bebé.

"8. Às cinco e às seis passamos fome.

"9. Seis e meia, exercício agradável de Cândida, a 'senhora das ilhas'. Matança de piolhos.

"10. Sarau musical às dez, interrompido por uma invasão de formigas, chamadas com justiça de 'formigas de correção'.

"11. Finalmente, à meia-noite, conseguimos recuperar a posse do nosso quarto, de onde havíamos sido expulsos pelos

insetos, e tornamo-nos de novo presa dos mosquitos até a manhã seguinte".

Tamanha acumulação tem muito de caricatura. Ao contrário dos viajantes românticos do início do século (os Saint-Hilaire, os Tollenare), Expilly já tinha o espírito crítico e positivo que triunfaria na segunda metade do século com os discípulos, franceses ou brasileiros, de Auguste Comte e de Saint-Simon, e com os discípulos, brasileiros e ingleses, de Bentham ou de Spencer. Mas foi precisamente nesse período que a vida no Rio começou a melhorar, europeizando-se muito, graças à riqueza trazida pelo café.

Não foi por acaso que citamos o Rio de Janeiro e o café. Como o leitor deve ter notado, o Rio esteve no centro do nosso estudo. Negligenciamos a civilização das zonas "periféricas" do Brasil. Poderíamos ter falado longamente sobre a floresta virgem amazonense e a vida que nela levavam as tribos indígenas, ainda não tocadas pela civilização européia, antes da chegada dos seringueiros para explorar a borracha. Mas talvez seja necessário guardar isso para uma história da vida cotidiana sob a república no Brasil, na época em que a borracha atingiu o seu apogeu, em que Manaus construiu o seu magnífico teatro onde Sarah Bernhardt deveria ter-se apresentado, mas ao qual ela nunca veio. Falaremos também, mais tarde, de São Luís do Maranhão, situada em uma baía esplêndida, construída antes pelos franceses e depois transformada em jóia da arte colonial portuguesa no século XVII. Talvez possamos falar dela com relação à vida cotidiana no Brasil no século XVIII. É também no século XVIII que se deve inserir a descrição da suntuosa civilização de Minas, que só pudemos abordar aqui de passagem, e que estava adormecida na época que acabamos de ver. Também deixamos de lado a civilização dos criadores de gado do nordeste, do interior, do sertão do nordeste, cujos vastos rebanhos, sempre ameaçados pela seca, abasteciam os portos e engenhos da costa. Será melhor percorrê-la no final do século quando de seu apogeu, ou no fim do século XIX, quando aparecem os beatos, chefes religiosos, e os cangaceiros. Renunciamos a falar do sul, dos campos gerais da fronteira com o Uruguai, onde,

como nos pampas argentinos, os gaúchos das estâncias praticavam o rodeio e bebiam chimarrão.

Deixaremos para mais tarde a idéia de penetrar nas primeiras comunidades de imigrantes alemães ou italianos do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina ou o Paraná, e até mesmo do estado de São Paulo, que terão um papel importantíssimo depois da proclamação da República. Essas comunidades transportaram para esse lado do Atlântico os hábitos ancestrais da Europa central, vivendo dura e pobremente, desmatando, plantando ao longo das picadas e fazendo queimadas.

Limitamo-nos, de fato, a rodar em torno ao Rio. Recife e Salvador foram as glórias de antanho que o Rio deixou para trás, mas eram respeitadas e tinham direito à visita do imperador. As áreas pioneiras de Minas e do Vale do Paraíba viviam do Rio e em relação ao Rio, que era o seu ponto de abastecimento, porto de saída e laço com o resto do mundo. Se é verdade que São Paulo já se afirmava, era ainda na órbita do Rio, e logo será contra o Rio. O Brasil de então passava pelo grande impulso do primeiro ciclo do café, que teve por campo de expansão essencial a região do Rio, isto é, a bacia do Rio e o vale do Paraíba. As flutuações da economia do café ditavam o ritmo para toda a economia do Brasil. A sociedade dominante era a dos produtores, intermediários e exportadores do café. Tudo se organizava em torno ao rei café, e o próprio imperador teve de curvar-se a isso.

No entanto o Rio já tinha tirado proveito, no século XVIII, da riqueza aurífera de Minas, por ser a sua saída para o Atlântico. Pôde acumular não só bens materiais, mas também hábitos culturais, relações de civilização, que durante quase dois séculos marcaram profundamente a cidade. Já em 1763 o Rio de Janeiro tornou-se capital do Brasil, substituindo Salvador. Só o Rio podia ser a capital no tempo do café, antes do impulso industrializante que, na República, faria de São Paulo a sua rival.

Com uma história tão carregada, será que a vida cotidiana podia ser tão dura no Rio de Janeiro das vésperas da abolição da escravatura? Um econometrista brasileiro quis demonstrar, apoiado em cálculos, que por volta de 1888 a escravidão não era mais rentável no Brasil. O escravo custa-

va caro demais e começava a ser tratado com muita suavidade. Já foi dito que o Brasil era o paraíso dos mulatos, o inferno dos negros e o purgatório dos brancos. Mas estes últimos não eram todos infelizes, como prova o interior de alguns sobrados. A urbanização havia transformado a cidade, tornando-a muito mais agradável que nos tempos de Expilly. Quanto aos índios, a maioria se tinha misturado aos brancos, a não ser na floresta virgem; formavam uma raça de mestiços, os caboclos, que povoavam o interior, bastante bem adaptados a uma vida rude. Portanto, como sempre nos períodos de prosperidade e de expansão, eram os marginalizados que sofriam: os doentes, os velhos, os brancos pobres vindos dos Açores ou de qualquer outro lugar, mal adaptados ao trabalho material debaixo de um sol tropical, presos entre o seu complexo de inferioridade em relação aos patrões brasileiros e o seu complexo de superioridade a respeito dos escravos negros, esses eram os que passavam mal. Pelo menos aqueles imigrantes que iam para as vastas regiões do sul, para longe da tradicional civilização luso-brasileira, conseguiam bastante rapidamente reconstituir o ambiente das velhas comunidades camponesas de Brandenburgo ou do Tirol, ou das pequenas cidades alemãs ou italianas do norte.

Por fim, o que impressiona era a maneira como os apertos da vida cotidiana logo transformavam o homem chegado há pouco a esse "paraíso terrestre". Criticava muito o que encontrava, mas logo também ele se sujeitava ao ritmo tropical. Era a sua única chance de sobrevivência.

NOTAS

CAPÍTULO I — O PRIMEIRO CHOQUE, OU A BELEZA DO RIO DE JANEIRO

1. Em *Le Brésil contemporain*, Paris, 1867, pp. 212-213.
2. Em *Le Brésil tel qu'il est*, Paris, 1862, p. 50-52.
3. São os famosos morros, que os urbanistas atuais não hesitam em encher de túneis ou em destruir, se for preciso.
4. Expilly, op. cit., p. 52.
5. Ferdinand Denis, antes de se tornar conservador-chefe da biblioteca Sainte-Geneviève em Paris, visitou o Brasil (1816-1820). Os seus manuscritos encontram-se nessa mesma biblioteca.
6. Expilly, op. cit., pp. 52-54.
7. *Une parisienne au Brésil*, Paris, 1883, p. 38.
8. D'Assier, op. cit., pp. 213-215.
9. D'Assier, op. cit., pp. 217-218.
10. Nós a chamamos de Praça 15 de Novembro.
11. Hoje rua Primeiro de Março, data do fim da Guerra do Paraguai, em 1870.
12. Expilly, op. cit., pp. 56-58.
13. São os mesmos nomes de hoje, com exceção da Rua do Hospício, que se tornou Rua Buenos Aires, e da São Pedro, que foi substituída pela ampla Avenida Presidente Vargas.
14. Op. cit, pp. 62-63.
15. Gilberto Freyre, *Sobrados e mocambos*, Rio, 2ª ed., p. XXIII.
16. Expilly, op. cit., p. 79.
17. Expilly, op. cit., pp. 81-82.
18. Ribeyrolles, op. cit., vol. 2, p. 45.
19. Op. cit., II, p. 56. Jurujuba ficava perto de Niterói.
20. A expressão "mascate", aplicada de início aos vendedores itinerantes portugueses, estendeu-se posteriormente aos comerciantes lusos e finalmente aos portugueses de modo geral.
21. *Rio de Janeiro et ses environs*, Guide Bleu, p. 52.
22. Ver p. 26.

CAPÍTULO II — ANTROPOLOGIA DIVERTIDA DO CARIOCA

1. Luis Joaquim dos Santos Marrocos, citado por Beatriz Nizza da Silva, *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro 1808-1821*, São Paulo, 1977.

2. Para tudo isso, ver Beatriz Nizza da Silva, já citada, bem como os autores que ela analisa.
3. Expilly, op. cit., pp. 82-86.
4. Expilly, op. cit., pp. 86-87.
5. Citado por Maria Beatriz Nizza da Silva, op. cit., p. 29.
6. Expilly, *Femmes et moeurs du Brésil,* Paris, 1863, pp. 60-63.
7. Maria Beatriz Nizza da Silva, op. cit., p. 62.
8. Expilly, *Le Brésil tel qu'il est,* pp. 84-85.
9. Op. cit., p. 223.
10. Expilly, *Femmes et moeurs...*, pp. 31-32.
11. Ibidem, p. 35.
12. Ibidem, pp. 35-36.

CAPÍTULO III – VIAGEM A UMA FAZENDA DE CAFÉ

1. *Le Brésil contemporain,* Paris, 1867, pp. 7-8.
2. Op. cit., pp. 131-134.
3. Op. cit., pp. 135-136.
4. Op. cit., p. 137.
5. Op. cit., pp. 138-139.
6. Op. cit., pp. 141-142.
7. Op. cit., pp. 144-148.
8. Op. cit., pp. 151-153.
9. Op. cit., pp. 155-156.
10. Op. cit., pp. 157-158.
11. Op. cit., p. 165.
12. Stanley Stein, *A Brazilian coffee country 1850-1900,* Harvard, 1957, p. 189. Os diferentes nomes de feiticeiros correspondem a uma hierarquia africana.

CAPÍTULO IV – UM FRANCÊS NA ZONA PIONEIRA

1. Ao longo de todo o capítulo, baseamo-nos em Françoise Massa, *Alexandre Brethel, pharmacien et planteur français au Carangola. Recherche sur sa correspondance brésilienne, 1862-1901,* Paris, Klincksieck, 1977.
2. Op. cit., pp. 40 e 43.
3. Citado por Françoise Massa, p. 70.
4. Op. cit., p. 179.
5. Op. cit., p. 72.
6. Ida Pfeiffer, *Voyage d'une femme autour du monde*, Paris, 1859, p. 84; citado por Massa, op. cit., p. 75.
7. Françoise Massa, op. cit., pp. 96 e 99.
8. Françoise Massa, op. cit., pp. 104-105.
9. Françoise Massa, op. cit., p. 107.
10. Op. cit., p. 112.
11. Op. cit., p. 117.

CAPÍTULO V – TRADIÇÃO E MUDANÇA NO NORDESTE

1. São sem dúvida esses os recifes que deram o nome à cidade.
2. *Le Brésil contemporain,* pp. 184-185.
3. Op. cit., p. 186.
4. G. Freyre, *Sobrados e mocambos,* 4ª ed., Rio, 1968, vol. I, p. XXXVII.
5. Daniel P. Kidder, *Reminiscências de viagem,* Rio, 1951, pp. 74-75.
6. D. Kidder, op. cit., pp. 80-81.
7. A. d'Assier, op. cit., p. 196.
8. Op. cit., pp. 197-199.
9. Op. cit., p. 200.
10. Op. cit., pp. 201-202.
11. Op. cit., pp. 203-204.
12. Autor de *Casa-grande e senzala* e de *Sobrados e mocambos,* (ver nota 4, logo acima) de cujo segundo volume freqüentemente lançamos mão neste livro.
13. Ver pp.78-79.

CAPÍTULO VI – SÃO PAULO, MODESTA AINDA E JÁ AGITADA

1. Daniel P. Kidder, op. cit., vol. I, pp. 188-189.
2. Citado por Richard Morse, *Formação histórica de São Paulo,* São Paulo, 1970, p. 135, que inspirou grande parte desse capítulo.
3. Os jesuítas tiveram um importante papel em São Paulo durante os séculos XVII e XVIII, até serem suprimidos por Pombal.
4. A. E. Zaluar, *Peregrinação pela província de São Paulo, 1860-1861,* Rio, citado por Richard Morse, op. cit., p. 136.
5. Citado por Richard Morse, op. cit., p. 140.
6. Richard Morse, op. cit., p. 144.
7. R. Morse, op. cit, p. 145.
8. Ibidem, p. 145.
9. Citado por Morse, ibidem, p. 146.
10. Citado por Morse, ibidem, pp. 167-168.
11. W. Hadfield, *Brazil and the River Plate in 1868,* Londres, 1869, p. 72.
12. Morse, op. cit., p. 173.
13. *O País,* nº 39, 1866.

CAPÍTULO VII – O SEXO FRÁGIL

1. Cf. Gilberto Freyre, *Sobrados e mocambos,* vol. 1, tomo I, pp. 93 e seguintes.
2. Para tudo isso, ver Wanderley Pinho, *Salões e damas do Segundo Reinado,* 3ª ed., São Paulo, 1959.
3. Originalmente, meio coco munido de um cabo de bambu, que servia de concha gigante. Mais tarde foram feitas algumas de prata, muito bonitas.
4. Citado por Wanderley Pinho, op. cit., p. 92.

CAPÍTULO VIII — A VIDA COTIDIANA NA CORTE DO RIO DE JANEIRO

1. Publicado pelo *Anuário do Museu Imperial,* vol. 17, Petrópolis, 1956, p. 319.
2. Que já havia sido professor de dom Pedro e que mais tarde veio a ser ministro.
3. Trata-se de João de Barros, cronista português da época dos descobrimentos.
4. Trata-se do padre João de Lucena, clássico português.
5. Engenheiro, mordomo adjunto da casa imperial.
6. O tenente norte-americano Maury foi, no século XIX, o grande especialista da navegação no Atlântico. As cartas náuticas de hoje são feitas segundo as suas indicações.
7. Loja de "instrumentos ópticos, matemáticos, de agrimensura, físicos, astronômicos, de marinha, de fantasmagorias, eletricidade e acústica".
8. Ver p. 16.
9. Citado por Wanderley Pinho, *Salões e damas,* p. 131.
10. Wanderley Pinho, op. cit., p. 132.
11. A Exposição Universal de Paris em 1867.
12. Ver p.26.
13. Citado por Wanderley Pinho, op. cit., pp. 139-140.
14. Milícia burguesa análoga à que existia na França sob Luís Filipe; voltamos a falar dela mais adiante.
15. *Brazil and the River Plate, 1870-1876.*
16. Wanderley Pinho, op. cit., p. 160.
17. Ver p. 22.
18. Ver p. 21.

CAPÍTULO IX — A GUARDA NACIONAL, A ESCOLA DE MINAS E O JORNAL DAS FAMÍLIAS

1. Jeanne Berrance de Castro, *A milícia cidadã. A Guarda Nacional de 1831 a 1850,* São Paulo, 1977, p. 27. Esse livro inspirou as nossas páginas sobre a Guarda Nacional.
2. Citado por Jeanne Berrance de Castro, op. cit., p. 28.
3. Para o trecho sobre a Escola de Minas e Gorceix, pode-se ler Margarida Rosa de Lima, *Dom Pedro II e Gorceix. A fundação da Escola de Minas de Ouro Preto, São Paulo, 1977.*
4. Ibidem, pp. 160-162.
5. Ibidem, pp. 163-164.
6. Ibidem, pp. 163-164.
7. Ibidem, p. 164.
8. Citado por Margarida Rosa de Lima, op. cit., p. 204.
9. As páginas que se seguem inspiraram-se na tese de mestrado de C. D. de Azevedo, preparada na Universidade de Paris I sob a nossa orientação e intitulada *Jornal das Famílias, Contribution à l'étude de la presse féminine brésilienne* (1976).

10. C. D. de Azevedo, op. cit., p. 22.
11. L. M. Pereira, *Machado de Assis,* São Paulo, 1955, pp. 133-134.

CAPÍTULO X — AS VÍTIMAS

1. A expressão é de Gilberto Freyre, *Sobrados e mocambos,* tomo I, p. 161, de onde tiramos todas essas informações.
2. Ver pp. 17-18.
3. A corrida para as minas de ouro recentemente descobertas.
4. A supressão do tráfico foi efetivada em 1850.
5. Ver p. 30.
6. Laima Mesgravis, *A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo,* São Paulo, 1976.
7. Relatório do doutor Antônio Caetano de Campos, citado por Laima Mesgravis, op. cit., pp. 158-159.
8. *Le Brésil tel qu'il est,* p. 208.
9. Ibidem, pp. 209-210.
10. Ilha dos Açores.
11. *Le Brésil tel qu'il est,* pp. 216-218.
12. Ibidem, pp. 236-237.
13. Ibidem, pp. 240-242.
14. Ibidem, pp. 246-247. Sancha era o nome da violinista.

CONCLUSÃO

1. Le Brésil tel qu'il est, pp. 168-170.
2. Expilly dirigia uma fábrica de fósforos. Um lote exposto ao sol incendiou-se. Minon, citada acima, era uma gata.

O AUTOR E SUA OBRA

Professor de história, Frédéric Mauro foi designado em 1968 para a primeira cadeira de História da América Latina criada na França, a da Faculdade de Letras e Ciências Humanas de Paris-Nanterre. Marcou presença como professor da Universidade de São Paulo e de outras universidades brasileiras. Membro da Academia Portuguesa de História, Frédéric Mauro também leciona no Instituto de Estudos Superiores da América Latina.